



Programa de
Pós-graduação
em História

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

**A ATUAÇÃO DE MULHERES NO MOVIMENTO NEGRO ALAGOANO (1980-
1988): ENTRE ENCONTROS, MARCHAS E JORNADAS**

LUCIANA JUVÊNCIO SILVA

RECIFE

2025



Programa de
Pós-graduação
em História

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA REGIONAL

LUCIANA JUVÊNCIO SILVA

A ATUAÇÃO DE MULHERES NO MOVIMENTO NEGRO ALAGOANO (1980-1988): ENTRE ENCONTROS, MARCHAS E JORNADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alcileide Cabral do Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques

RECIFE

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

S586a Silva, Luciana Juvêncio.

A atuação de mulheres no movimento negro alagoano (1980-1988): entre encontros, marchas e jornadas / Luciana Juvêncio Silva. – Recife, 2025.
189 f.; il.

Orientador(a): Alcileide Cabral do Nascimento.
Co-orientador(a): Danilo Luiz Marques.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências e anexo(s).

1. Feminismo . 2. Democratização. 3. Ativistas pelos direitos humanos . 4. Negras - Narrativas pessoais 5. História - Estudo e ensino. I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orient. II. Marques, Danilo Luiz, coorient. III. Título

CDD 981

LUCIANA JUVÊNCIO SILVA

A ATUAÇÃO DE MULHERES NO MOVIMENTO NEGRO ALAGOANO (1980-1988): ENTRE ENCONTROS, MARCHAS E JORNADAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para conclusão do curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional.

Aprovada em 24/02/2025

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Alcileide Cabral do Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Danilo Luiz Marques

BANCA EXAMINADORA

Participação por videoconferência
Profa.Dra. Maria Emília Vasconcelos dos Santos (examinador externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Participação por videoconferência
Profa.Dra. Fabiana Vieira da Silva (examinadora externa)
Serviço da Indústria – SESI

Participação por videoconferência
Prof.Dr. Danilo Luiz Marques (Coorientador)
Universidade Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

A toda força ancestral/espiritual que guiam os meus caminhos e me fazem prosperar.

Aos meus pais, Cida e Jean, porque se hoje eu estou aqui firme e correndo atrás dos meus sonhos, sem eles não haveria possibilidade alguma. Sei que todo o esforço diário não foi em vão, vocês me ensinaram a ser forte e resistir em meio aos obstáculos da vida e isso foi decisivo para minha permanência aqui em Recife/PE. Amo vocês incondicionalmente.

Ao meu amor, Jonas Felipe, pela vida a dois, pelo companheirismo, amor, amizade, confiança, respeito e cumplicidade. Obrigada por ter acreditado em meu potencial, teve momentos em que eu desacreditava de mim mesma. Que seus caminhos estejam sempre abertos e protegidos.

À minha amiga, Kamila Pereira, por dividir comigo essa trajetória maluca que é a pós-graduação, tive sorte em tê-la ao meu lado. E para além dos muros da ruralinda, sei que nosso encontro não foi por acaso, afinal, o fluxo das águas doces e sagradas nos fez ter esse (re)encontro. Que a sua caminhada seja sempre próspera.

À equipe do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (NEABI/UFAL) por terem sido tão receptivos apesar da distância. Em especial, a Tâmara Duarte, minha parceira de pesquisa e principalmente, pela amizade que construímos quando estreitei os laços com o NEABI. Este trabalho também é fruto dela, pois, costumamos dizer uma para outra que independente de onde estivermos, nos fortalecemos, a gente sabe que não é fácil, mas resistimos. Que Oxalá e Yemanjá sempre te façam protegida, feliz, potente e merecedora de todo axé.

Ao Abí Axé Egbé, esse quilombo do sertão onde eu meu aquilombei e se hoje eu estou aqui, isso também é fruto de todo esforço e trabalho dessa família que resiste em pleno sertão alagoano. Obrigada Abí, pela força que vem de você. Salve o nosso padrinho, Loci Loci Logun Edé, o príncipe caçador.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (PGH-UFRPE) pela oportunidade de realizar o mestrado.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) pela concessão do auxílio de apoio acadêmico, sendo uma importante colaboração para a manutenção dos/as alunos/as nos cursos de pós-graduação.

À banca de qualificação e defesa, composta pelas Profas. Dras. Emília Vasconcelos e Fabiana Silva, meus sinceros agradecimentos pelas contribuições teóricas-metodológicas que

foram essenciais para a resolução e qualidade deste trabalho. Muito obrigada por comporem essa banca tão feminina e poderosa!

Ao meu co-orientador e amigo, Prof.Dr. Danilo Luiz Marques, pelo apoio de sempre e por estar comigo em mais uma trajetória acadêmica, saiba que você é um dos nossos referenciais negros nas terras palmarinas. Conto contigo para as trajetórias futuras, viu?! Axé sempre.

Por fim, àquela que me orientou e que tão bem lapidou este trabalho, Profa.Dra. Alcileide Cabral, por ter me dado a oportunidade de trabalhar ao seu lado, por todo auxílio, conversa e suspiro. Afinal, as experiências de aula/encontros com Alcileide é sempre um convite a desapegar da correria e dar espaço a calma e, principalmente, o cultivar o amor-próprio. Você é inspiradora.

Axé!

“O nosso lema deve ser: organização já!”

(Lélia Gonzalez)

“A nossa luta não acabou

(Ela não acabou, não)

Eis aqui a retomada

Vamos então encher a praça

Gritar de novo, gritar com raça:

Zumbi dos Palmares”

(Edson Gomes)

RESUMO

Em Alagoas, o movimento negro se organiza no final dos anos 1970, trilhando a sua trajetória nas terras palmarinas em meio à vigência da ditadura civil-militar (1964-1985). A Associação Cultural Zumbi (ACZ) buscou estratégias de intervenção para fortalecer a luta antirracista no estado, através de atividades políticas e pedagógicas, bem como nas articulações para o tombamento da Serra da Barriga. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação das militantes negras da ACZ no período 1980-1988, identificando suas principais bandeiras de luta e esferas de atuação. Nosso propósito foi promover um debate acerca do Movimento de Mulheres Negras, e de como ele foi fundamental tanto para a organização e mobilização negra em busca de justiça social, devido ao cerceamento de direitos, quanto como uma resposta do descontentamento feminino devido à secundarização de suas especificidades no movimento negro e feminista. Neste trabalho tomamos Kimberle Crenshaw (2004) como referencial teórico-metodológico ao propor a análise dos marcadores sociais enquanto vulnerabilidades interseccionais imbuídas das violências de raça, classe e gênero, categorias que atuam concomitantemente. Nesse sentido, analisamos as narrativas das militantes negras do movimento negro de Alagoas no período supracitado, suas experiências de vida, redes de apoio, estratégias de organização e seus contatos com o feminismo negro, tendo como suporte metodológico para a realização de entrevistas a História Oral. Verena Alberti (2005) é um referencial no que cerne as pesquisas que envolvem os relatos orais como um método de pesquisa. A História Oral trata-se da análise de diferentes contextos históricos experienciados por grupos sociais através da contribuição dos depoimentos de pessoas. Tomamos como *corpus* de análise, produções historiográficas que adotaram as categorias de raça, classe e gênero sob a perspectiva das mobilizações femininas nos eventos regionais e nacionais, relatos orais de militantes negras, documentações audiovisuais de encontros de mulheres negras e relatórios. A pesquisa nos fez perceber que o Movimento de Mulheres Negras no Brasil na década de 1980 foi um impulsionador para a articulação feminina desencadeando uma independência do Movimento Negro, pois, nascida do interior do MNU e de outras entidades negras, as militantes se propuseram tecer a sua própria entidade, não necessariamente desvinculada do Movimento Negro tendo em vista que a luta pela superação do racismo é a premissa de ambos movimentos, todavia, a busca pela visibilidade das opressões de raça, classe e gênero foi incentivo para a criação de uma nova mobilização. Ao nos voltarmos para o cenário alagoano, notamos a influência do feminismo negro para as militantes da ACZ, de modo que a realização da Jornada da Mulher Negra Alagoana em 1988, um evento preparatório para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, foi fundamental para ampliar o debate racial das alagoanas, considerando o gênero como umas das violências que perpassam mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo Negro; Redemocratização; Associação Cultural Zumbi; Mulheres Negras; Narrativas.

ABSTRACT

In Alagoas, the black movement was organized in the late 1970s, following its path in the Palmares lands during the civil-military dictatorship (1964-1985). The Zumbi Cultural Association (ZCA) sought intervention strategies to strengthen the anti-racist struggle in the state, through political and pedagogical activities, as well as in the articulations for the listing of Serra da Barriga. This research aims to analyze the actions of black ZCA militants in the period 1980-1988, identifying their main causes of struggle and spheres of action. Our purpose was to promote a debate about the Black Women's Movement, and how it was fundamental both for black organization and mobilization in search of social justice, due to the curtailment of rights, and as a response to female discontent due to the secondary nature of their specificities in the black and feminist movement. In this work, we take Kimberle Crenshaw (2004) as a theoretical-methodological reference when proposing the analysis of social markers as intersectional vulnerabilities imbued with violence of race, class and gender, categories that act concomitantly. In that regard, we analyzed the narratives of black militants from the black movement in Alagoas in the aforementioned period, their life experiences, support networks, organizational strategies and their contacts with black feminism, using Oral History as methodological support for conducting interviews. Verena Alberti (2005) is a reference in research involving oral reports as a research method. Oral History is the analysis of different historical contexts experienced by social groups through the contribution of people's testimonies. We took as our *corpus* of analysis historiographical productions that adopted the categories of race, class and gender from the perspective of female mobilizations in regional and national events, oral accounts of black militants, audiovisual documentation of black women's meetings and reports. The research made us realize that the Black Women's Movement in Brazil in the 1980s was a driving force for female articulation, triggering an independence from the Black Movement, since, born within the MNU and other black entities, the militants proposed to weave their own entity, not necessarily disconnected from the Black Movement, given that the fight to overcome racism is the premise of both movements. However, the search for visibility of race, class and gender oppression was an incentive for the creation of a new mobilization. When we turn to the Alagoas scenario, we notice the influence of black feminism on the ZCA militants, so that the holding of the Journey of the Black Woman from Alagoas in 1988, a preparatory event for the 1st National Meeting of Black Women, was fundamental to broaden the racial debate among women from Alagoas, considering gender as one of the forms of violence that affect black women.

Keywords: Black Feminism; Redemocratization; Zumbi Cultural Association; Black Women; Narratives.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ANAÍ	Associação Nacional de Apoio ao Índio
ACZ	Associação Cultural Zumbi
APA	Arquivo Público de Alagoas
CAPES	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDENPA	Centro de Defesa da Cultura Negra do Pará
CCN	Centro de Cultura Negra
CEAB	Centro de Estudos Afro-Brasileiros
CECERNE	Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra
CEDIM	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher
CEMUFP	Centro de Mulheres de Favela e Periferia
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CULTNE	Cultura Negra Desperta
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EMATUR	Empresa de Administração de Turismo
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz
FNB	Frente Negra Brasileira
FRENAPO	Frente Negra de Ação Política de Oposição
GMN	Grupo de Mulheres Negras
GPTE	Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas
IHGAL	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas
INACEN	Instituto Nacional de Artes Cênicas
INL	Instituto Nacional do Livro
IPCN	Instituto de Pesquisa da Cultura Negra
IPEAFRO	Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros
IPHAN	Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MNU	Movimento Negro Unificado

MOAN	Movimento Alma Negra do Amazonas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMMA	União de Mulheres de Maceió
UPMESP	União Popular da Mulher do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
REUNIMA	Reunião de Mulheres Aqualtune
SEADES	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas
SNI	Sistema Nacional de Informações
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SESC	Serviço Social do Comércio
SINSC	Projeto Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação da Operação
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TEN	Teatro Experimental do Negro

A SUBJETIVIDADE DA PESQUISADORA QUE VOS FALA: A TRAJETÓRIA ATÉ AQUI

Compactuamos com a ideia de que toda pesquisa tem em si um sentimento, uma raiz que levou a/o pesquisadora/o àquele tema. A pós-graduação, em específico, mostra justamente que o que estamos produzindo tem um potente significado que pode – ou não – estar relacionado ao nosso lugar social. Essa dissertação exemplifica isso. Não foi apenas um assunto que me agradava e tinha interesse, existe, na verdade, uma proximidade entre mim e essas mulheres com que trabalhei neste texto científico: seja pela cor e gênero, seja pelas lutas diárias, estética e, por fim, uma ancestralidade que me remonta a uma necessidade de seguir persistindo nos espaços em que ocupo.

Não à toa que para produzir minha pesquisa – agora do mundo – busquei por referenciais que estivessem alinhados com uma perspectiva negra, afinal, é preciso reafirmar e mostrar a consistência de intelectuais/pesquisadores negros e negras que construíram um legado e junto a ele um mar de possibilidades de produções com um aporte teórico, político e subjetivo. Pois é na subjetividade que todos nós nos encontramos nas histórias em comum – é claro que enquanto sujeitos/as somos singulares, mas existem encruzilhadas que faz com que nos encontremos – e pensando na subjetividade como algo específico, de sentimentos, memórias, ideias, experiências etc., considere fundamental trazer as vivências de um grupo de pessoas que resistem desde a escravidão na busca de uma vida digna – isso pode parecer estranho a depender de quem está lendo e especialmente de seu lugar social, é claro, acredito que vocês entenderam o que quis dizer.

Quase que impossível falar em escrever vivências ou “escrevivência” sem falar da linguista e escritora afro-brasileira Conceição Evaristo, uma de nossas referências negras que cunhou o termo de forma tão objetiva e subjetiva ao mesmo tempo, ela nos deu mais uma possibilidade de falar sobre nós mesmas, principalmente na academia, um espaço que tende a desconsiderar a subjetiva por ser algo não-científico, não como objetos, mas como sujeitas.

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado [...] E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita nos pertencem também. (2020, p.30)

Sendo as experiências específicas que convocam os diferentes sujeitos, as vivências unem “pessoas que experimentam condições de exclusão” (Evaristo, 2020, p.31), ao inserir a perspectiva feminina negra em pesquisas científicas como sujeitas de estudo e como uma

mulher negra que fala sobre outras mulheres negras, é um reflexo do quanto as nossas ancestrais lutaram para que hoje pudéssemos falar sobre nós, sobre as nossas e os nossos.

Mas, afinal, porque pesquisar sobre mulheres negras em movimento? Essa temática de pesquisa relaciona-se diretamente ao meu lugar social: mulher, negra, acadêmica, espiritualizada, bailarina de afoxé, – futura taróloga –, militante e do sertão. Que busca através da academia – grupos de pesquisas, eventos e redes sociais – visibilizar as histórias e narrativas da comunidade negra, na luta contra o racismo, o sexismo, o racismo religioso e as violências de gênero. bell hooks em “alisando o nosso cabelo” me fez retornar às memórias de seis anos atrás, um momento no qual eu estava passando pela transição capilar e me reconhecendo como uma mulher negra em plena graduação.

Não foi uma trajetória fácil, além da pressão estética de alisar o cabelo para me sentir aceita, ainda existia o fato de que eu me atribuía – e talvez eu me atribuía porque a estrutura me fez acreditar nisso – distante de possibilidade de ser capaz de estar no espaço acadêmico, produzindo e sendo boa nisso, a desconsideração de qualidades que me fizessem seguir academicamente era praticamente escassa. Apesar do cenário acadêmico questionar a nossa capacidade, felizmente, existiram e existem estratégias para que a gente se fortaleça em conjunto, como um aquilombamento. No meu caso, o responsável por me potencializar esteticamente, politicamente e discursivamente foi/é o Grupo de Estudos, Pesquisas, Extensão e Arte sobre Cultura Negra Abí Axé Egbé¹ (UFAL), participo do Abí há seis anos e nele pude me reencontrar através dos debates sob a perspectiva das relações étnico-raciais, nos ensaios dos espetáculos e de todas as trocas interpessoais com os integrantes do grupo, as oficinas ministradas – em especial, a troca que nós temos quando ofertamos oficinas nas escolas com os alunos –, os eventos realizados etc. As experiências em comum do quilombo do sertão chamado Abí Axé Egbé é um potencial catalisador de axé, enfrentamento ao racismo, empoderamento e força. Logun Edé é nosso padrinho e sendo ele filho de Oxóssi e Oxum, a estratégia, a beleza, a determinação e o afeto definem o nosso grupo. Sou eternamente grata por esse axé, salve as forças que nos guiam e nos fazem prosperar.

Os caminhos que me fizeram chegar até aqui são frutos de um percurso imbuído de obstáculos e fortalecimentos, afinal, embora as dificuldades sejam desanimadoras e acabem afetando de certa forma o nosso progresso e autoestima, a importância da relação entre o meu

¹ Abí Axé Egbé é um grupo de extensão da Universidade Federal de Alagoas que reúne pesquisa, ensino e arte, promovendo formação acerca das relações étnico-raciais. Foi criado no ano de 2014 pelo atual diretor Prof. Dr Gustavo Gomes. Enquanto grupo antirracista, o afoxé Abí Axé Egbé através de seus espetáculos apresenta de forma artística os orixás africanos, além das músicas autorais que retratam a beleza da mulher negra, a história de luta do povo negro e a importância da luta antirracista. São 10 anos de existência no alto sertão alagoano.

lugar social com o que eu pesquiso foi um impulsionador para seguir produzindo e contribuindo historiograficamente com os estudos sobre as mobilizações de mulheres negras e, sobretudo, visibilizar o cenário de Alagoas através da ACZ, entidade negra pioneira que marcou a trajetória antirracista brasileira em suas mobilizações para o tombamento da Serra da Barriga. Seu legado nas terras palmarinas me remonta a um sentimento de pertencimento por esse lugar que carrega a história de um dos maiores quilombos da história que resistiu quase um século, com estratégias políticas criadas pelos palmarinos ao tecer uma organização própria como forma de sobrevivência.

Viva o Movimento de Mulheres Negras! Viva o legado das terras palmarinas!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
METODOLOGIA E FONTES	25
1 É TEMPO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NA DÉCADA DE 1980	31
1.1 LAROYÊ!: PEÇO LICENÇA PARA FALAR DAS QUE VIERAM ANTES	43
1.2 I ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO E O NZINGA INFORMATIVO.....	46
1.3 O III ENCONTRO FEMINISTA LATINO-AMERICANO DO CARIBE E O IX ENCONTRO FEMINISTA DE GARANHUNS	60
1.4 “É ANO DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO!”: O I CONGRESSO NACIONAL DE ENTIDADES EMANCIPACIONISTAS DE MULHERES NA BAHIA E A JORNADA DA MULHER NEGRA ALAGOANA	69
1.5 “O NOSSO LEMA DEVE SER ORGANIZAÇÃO JÁ!”: O II ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS DA BAHIA E O I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO	83
1.6 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS.....	94
2. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZUMBI: UM MOVIMENTO NEGRO EM TERRAS PALMARINAS	98
2.1 I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES: AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SERRA DA BARRIGA.....	105
2.2 A SEMANA ZUMBI E O IV ENCONTRO DE NEGROS DO NORTE E NORDESTE 116	
2.3 AS DIVERGÊNCIAS NA ACZ.....	121
2.4 ENTRE 1985 E 1988: UM PERÍODO FUNDAMENTAL NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS.....	124
2.5 VENHA, VAMOS NOS AQUILOMBAR COM A ACZ: O LEGADO DO MOVIMENTO NEGRO EM TERRAS PALMARINAS.....	127
3. VAMOS SAUDAR AS NOSSAS YALODÊS: AS NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO ALAGOANO	130

3.1	A PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA HISTÓRIA ORAL: A ORALIDADE COMO FONTE DE PESQUISA	130
3.2	“VOCÊ NÃO SABE O QUANTO EU CAMINHEI PRA CHEGAR ATÉ AQUI”: AS YALODÊS PALMARINAS NA LUTA ANTIRRACISTA EM ALAGOAS	136
3.3	A CONSTITUIÇÃO DA ACZ	142
3.4	A TRAJETÓRIA PARA O TOMBAMENTO DA SERRA DA BARRIGA.....	147
3.5	O PAPEL DA MULHER NEGRA NA ACZ E A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS FEMINISTAS NEGROS	149
3.6	O LEGADO DOS MOVIMENTOS NEGROS	161
3.7	AS TERRAS PALMARINAS COMO LEGADO ANCESTRAL	166
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
	REFERÊNCIAS	173
	GLOSSÁRIO	179
	ANEXOS	180
	ANEXO A – ARQUIVOS DE IMAGENS.....	181

INTRODUÇÃO

No Brasil, as práticas de resistência negra existem desde a escravidão e, com o pós-abolição, foram tecidas novas formas de denúncia pela exclusão social e mito da democracia racial devido à manutenção de lógicas coloniais proveniente do contexto escravista. Sendo a violência um traço específico do escravismo, as mobilizações e redes de sociabilidade foram criadas com o intuito de sobreviver e resistir à uma realidade perversa e desumana. Com o fim da escravidão decretada no dia 13 de maio de 1888, mesmo em condição de “liberdade” com a falta de amparo à população negra, iniciou-se um longo e histórico processo de luta contra as novas formas de opressão oriundas do capitalismo predatório.

As organizações negras existiram de diferentes formas, a imprensa negra no século XIX, por exemplo, visava denunciar o racismo em meio ao contexto escravista, e com o pós-abolição, manteve-se denunciando as desigualdades sociais. Segundo Iraneide Soares (2016), várias foram as estratégias criadas pelos(as) ex-escravizados(as) e seus descendentes, como contranarrativa tanto à escravidão quanto à vigência de um sistema semelhante com o fim do escravismo, através de quilombos, revoltas, associações, grupos e imprensas, foram maneiras encontradas para denunciar o racismo e reivindicar direitos.

Com o pós-abolição configurado como um período inacabado, levando-se em consideração a dívida social não quitada para com a população negra e indígena, surgiu a necessidade da criação de entidades negras para uma intervenção política direta. Neste sentido, é fundamental a menção aos grupos negros do século XX anteriores à criação do Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970, tendo em vista que essas são trajetórias de movimentações que contribuíram para o que hoje entendemos por luta antirracista.

Nessa trajetória ancestral, destacamos a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada no ano de 1931 em São Paulo/SP, um “importante movimento afro-brasileiro representativo dos desejos e aspirações da população negra na década de 30” (Franco, 2019, p.108). A FNB teve articulações em diversos estados além do eixo sul-sudeste, tais como Pernambuco, Bahia, Maranhão, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Ao terem a consciência de um contexto de crise econômica e de transformações políticas (Franco, 2019), as discussões em torno das pautas raciais foram essenciais para a sua politização, considerando esse momento efervescente na história brasileira, o avanço das mobilizações antirracistas crescia em contraponto a uma política liberal com referência alemã.

A FNB no século XX foi uma das mais importantes entidades negras no país, desenvolveu diversas ações para a comunidade, demonstrando um certo nível de organização

(Domingues, 2007). As primeiras décadas do século XX estavam permeadas por discursos biologicistas nos quais negros e negras estavam à margem da historiografia e, concomitantemente, presentes nos discursos de forma marginalizada. Essa dicotomia entre a não valorização da cultura negra e a presença deturpada na escrita historiográfica ganha clareza a partir das articulações da FNB e a elaboração discursiva sobre o racismo no país, apontando para a necessidade de sua superação e conscientizando pela luta dos direitos de todo cidadão/ã, por uma sociedade antirracista e democrática.

De acordo com Petrônio Domingues, estudioso do pós-abolição, com a República, várias organizações negras existiram por meio de ex-escravizados, libertos e descendentes como forma de resistir no pós-abolição, mais precisamente no início do século XX, na cidade de São Paulo, onde:

Apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; 6 em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918) em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente. (2007, p.103)

Outra questão importante acerca das entidades negras do início do século XX é a participação feminina que foram/são influentes nos movimentos sociais negros. Ainda de acordo com Petrônio Domingues:

Naquela época, as mulheres negras não tinham apenas importância simbólica no movimento negro. Segundo depoimento do antigo ativista Francisco Lucrécio, elas “eram mais assíduas na luta em favor do negro, de forma que na Frente [Negra] a maior parte eram mulheres. Era um contingente muito grande, eram elas que faziam todo movimento”. Independentemente do exagero de Lucrécio, cumpre assinalar que as mulheres assumiam diversas funções na FNB. A Cruzada Feminina, por exemplo, mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas. Já uma outra comissão feminina, as Rosas Negras, organizava bailes e festivais artísticos. (2007, p.106)

Segundo o ativista Lucrécio, mencionado por Domingues, a participação de mulheres na FNB era algo assíduo e estavam em número superior ao de homens. Referente a esse quantitativo, o pesquisador Petrônio Domingues descreve enquanto exagero a presença feminina, mas que mulheres negras compuseram comissões e mobilizavam outras mulheres. Esses detalhes nós veremos mais precisamente nas décadas posteriores, com os movimentos de mulheres negras surgindo tanto do próprio Movimento Negro, como também na qualidade de movimentos feministas.

Por outro lado, a FNB possuía motivações contraditórias ao apoiar sistemas e organizações opostos ao que um coletivo negro defende, como, por exemplo, um de seus principais líderes Arlindo Veiga dos Santos, que fazia elogios públicos aos governos de Benedito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha, além de que “a FNB mantinha, inclusive, uma milícia, estruturada nos moldes dos boinas verdes² do fascismo italiano” (Domingues, 2007, p. 107). Enquanto um movimento organizado é natural que hajam contrapontos entre os ideais dos integrantes, pois trata-se de relações interpessoais, interesses individuais e questões políticas dissidentes, porém, na FNB essas ideias fomentavam um caráter inverso ao que as entidades negras se propunham, na luta contra a discriminação racial e ampliação de direitos na democracia.

Destacamos também o Teatro Experimental do Negro (TEN) que surgiu no ano de 1944 no Rio de Janeiro, criado por Abdias Nascimento – um dos maiores influentes na militância antirracista e em produções bibliográficas acerca do conceito de quilombismo e do Pan-Africanismo. Inicialmente, o TEN era reunido por um pequeno grupo de pessoas, tais como profissionais liberais, ativistas negros e artistas, sendo a proposta dessa entidade a valorização da cultura negra:

Uma organização dedicada ao resgate dos valores e da estética da cultura negro-africana, valorizando o protagonismo do negro relativo à sua própria história, a ideia de negritude sob a influência de Aimé Césaire, Leon Damas e Léopold Senghor, bem como ao progresso cultural afro-brasileiro. O TEN também foi a força propulsora para a publicação do *Jornal Quilombo* (1948-1950), de campanhas de alfabetização e de cursos de iniciação cultural.” (Franco, 2019, p.116)

O TEN teve como identidade a cultura negra, mas não apenas em seu aspecto artístico. O grupo propunha-se como contraponto à ocidentalização para que a cultura negra não fosse definida através dessa cosmovisão. Nesse sentido, a entidade tinha como proposta a libertação cultural do povo negro, por meio da educação e arte, instrumentalizando esses aspectos e incorporando-os na luta antirracista.

Sobre o uso do termo “negro”, naquele contexto da década de 1940, foi tido como algo ao mesmo tempo inovador, já que o negro num espaço de valorização não era algo comum, ao mesmo tempo em que todo o discurso racista viria imbuído a partir da percepção da sociedade com relação ao TEN, tendo em vista toda a ótica construída cultural e socialmente sobre o negro, se atribuía a um lugar subalterno e não-cultural, desprovido de todo e qualquer conhecimento útil. De acordo com Abdias Nascimento:

² O termo “boinas verdes” refere-se aos milicianos.

A menção pública do vocábulo “negro” provocava sussurros de indignação. Era previsível, aliás, esse destino polêmico do TEN, numa sociedade que há séculos tentava esconder o sol da verdadeira prática do racismo e da discriminação racial com a peneira furada do mito da “democracia racial”. [...] Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão. A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros. (2004, p. 210-211)

Portanto, o TEN, comparado à FNB, tinha características que, mesmo com a proposta política da luta antirracista por meio da valorização cultural negra, propunha evidenciar diversos aspectos que exaltasse a beleza, cultura, arte e alfabetização, ou seja, longe dos estereótipos atrelados ao negro. Segundo Abdias Nascimento (2004), eram ofertados cursos de alfabetização, primeiras noções de teatro e iniciação, o grupo se propunha em explorar e visibilizar a diversidade da cultura afro-brasileira através da arte.

Assim como organizações negras existiram por meios diversos, a imprensa negra, por exemplo, também foi uma estratégia de luta antirracista de denúncia, já que sua existência ocorre desde a escravidão, mas que, com o pós-abolição, manteve-se pautando o lugar do negro na sociedade brasileira e denunciando o racismo, ocupando um lugar tão importante para a comunicação, representa a importância da imprensa negra para a resistência do povo negro por diferentes meios. Segundo Iraneide Soares (2016), acerca da resistência negra na escravidão e no pós-abolição, a população negra possuiu práticas, estratégias e redes de sociabilidade para que viesse ser possível a liberdade, o direito de si, as denúncias ao racismo, a religião enquanto meio de amparar esses sujeitos, as irmandades de santos, clubes, imprensas negras, foram importantes para a resistência negra.

Desse modo, dentre as diferentes organizações estabelecidas por negros e negras que impactou em nível nacional as entidades negras brasileiras, destacamos de forma breve a FNB e o TEN por terem sido importantes e influentes nas futuras organizações que tiveram como referência tanto esses dois modelos de movimento social, bem como as que se estabeleceram com o início do pós-abolição. Apesar da unanimidade desses grupos quando se fala sobre a superação do racismo, naturalmente consideramos que não existiu uma homogeneidade que tornava essas articulações como padrões de luta, pelo contrário, suas contribuições também se

davam através de suas dissidências, em especial, nos diferentes procedimentos estabelecidos pelas entidades.

Cada uma dessas organizações viveu processos de tensão interna, contradições, conflitos, assim como todas as ações emancipatórias presentes nas sociedades. No entanto, podemos dizer que, a luta contra a escravidão, no passado, e a superação do racismo e da discriminação racial, no presente, são pontos comuns na história das populações negras organizadas no Brasil e na América Latina. (Gomes, 2011, p.141)

Na década de 1970, as mobilizações negras ganharam intensidade – apesar do contexto da ditadura civil-militar –, esse período foi marcado por afirmações sócio raciais, como o combate à discriminação racial, o mito da democracia racial e a busca por uma autoafirmação negra de forma positiva, essas “são características fundamentais do movimento negro contemporâneo que se constitui no Brasil na década de 1970” (Pereira, 2010, p.61). Destaca-se nesse período o surgimento do Movimento Negro Unificado (1978), o Centro de Defesa do Negro no Pará (1979), a Associação Cultural Zumbi em Alagoas (1979) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (1980).

A pesquisadora Iraneide Soares (2016) afirma que a história do Movimento Negro não foi constituída de forma linear, inclusive, os Movimentos Negros, no plural, refletem essa não linearidade, pois devido às pluralidades presentes nos movimentos sejam nas pautas e nos ideais, sejam nos militantes, são formadas singularidades. Neste sentido, levamos em consideração a pluralidade de sujeitos que atuaram no movimento, sujeitos e sujeitas que foram marcados(as) em suas trajetórias e subjetividades por estratégias, obstáculos, tensões, diálogos e lutas. Os altos e baixos do Movimento Social Negro relaciona-se à sua própria complexidade e a luta pelo reconhecimento do combate ao racismo enquanto um movimento que visa a superação das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

O Movimento Negro constitui-se enquanto um dos maiores e mais representativos da luta sociais no Brasil, sendo ele uma grande influência para o governo brasileiro com a implantação de políticas afirmativas negras nos anos 2000. Em sua definição, o Movimento Negro, para Petrônio Domingues, tem o seguinte significado:

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. (2006, p.101-102)

A partir das mobilizações pelo país, “o Movimento Negro articulou-se [...] desenvolvendo diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo na sociedade brasileira” (Domingues, 2006, p.100). Levando em consideração o contexto da ditadura civil-militar ainda vigente na primeira metade da década de 1980, houve a necessidade de um recuo das atividades dos movimentos sociais causados pela opressão do regime militar, porém, este recuo não significou que as entidades negras deixaram de atuar nesse contexto. Mas, é nos anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980 que a luta antirracista ganhou fôlego e intensificou as suas mobilizações, gerando frutos futuros como na intervenção direta no exercício da lei nos anos 2000.

Uma coisa é certa: se não fosse à luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites -, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. (Gomes, 2017, p.18-19)

De acordo Com Nilma Lino Gomes³ – pesquisadora das relações raciais no Brasil, com publicações acerca da educação antirracista, do Movimento Negro brasileiro e do protagonismo das mulheres negras –, o Movimento Negro é um produtor de saberes emancipatórios, “saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI” (2017, p.14), sistematizando sobre a questão racial no Brasil, enquanto uma instituição plural em sua composição sempre contou, inclusive, com a participação ativa de mulheres negras.

O Movimento Negro, sobretudo, as mulheres negras atuantes no interior do movimento, instrumentalizam as suas pautas de gênero alinhado à raça para que houvesse o reconhecimento de suas condições na sociedade brasileira. Importante pontuar que a bandeira do gênero dentro do Movimento Negro é levantada por mulheres negras que além da discussão sobre racismo, também discutiam sobre sexismo (Pereira, 2010). São exemplos as militantes Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez e Theresa Santos, que tiveram papel importante nesse início do Movimento Negro contemporâneo. O debate sobre a mulher negra no Movimento Negro tornou-se uma pauta essencial, sendo esta levantada pelas próprias militantes negras no interior das organizações. Tornou-se emergente na década de 1980 a expansão de novos movimentos sociais específicos, “no sentido da reivindicação de seus direitos e de uma intervenção política mais direta” (Gonzalez, 2020, p.101). E em específico, no caso da população negra, destacam-

³ Primeira mulher negra reitora da Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em 2013. Pedagoga, Mestre em Educação e Doutora na área de Antropologia social. Ver em: <<https://grupoautentica.com.br/autentica/autor/nilma-lino-gomes/176>>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

se o Movimento Negro, o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento de Associação de Moradores nas favelas e bairros periféricos, assíduos nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro.

Com a década de 1980, houve uma expansão de novos movimentos sociais, articulações oriundas do interior do MNU, como, por exemplo, o Movimento de Mulheres Negras, buscando visibilizar o gênero e a raça, em especial, as formas como as violências são impostas a esse grupo pelos seus marcadores sociais. Nesse período, no Brasil, são elaborados eventos e encontros nacionais e regionais, visando a concentração de debates sobre as demandas e ideais voltadas às mulheres negras; essas redes de comunicação entre as diferentes regiões do país, por meio das confluências desses agrupamentos, foram responsáveis por transformações históricas na sociedade brasileira, como nas intervenções na Constituição de 1988, como veremos ao longo dos capítulos.

Em Alagoas, nosso recorte espacial, as mulheres negras atuaram na representação do Movimento Negro, na Associação Cultural Zumbi (ACZ), tecendo estratégias antirracistas, especialmente na valorização cultural do legado do Quilombo dos Palmares, da figura de Palmares e da articulação da sociedade palmarina, que se tornou um dos referenciais da luta negra no Brasil. Mas, entre os período que antecede à criação da ACZ e que a sucede, com o fim da entidade, suas histórias se entrelaçam através de seus lugares sociais tendo como ponto de partida as suas condições de classe, raça e gênero, de forma que essas categorias estão imbricadas ao vivenciarem experiências similares.

Num breve panorama historiográfico que nos baseia em nossa investigação, a partir das contribuições de Lélia Gonzalez ao dialogar sobre a mulher negra no Brasil, a antropóloga brasileira tornou-se uma das mais influentes pensadoras contemporâneas, com debates voltados às violências interseccionais experienciadas por homens e mulheres negras. Lélia Gonzalez nos faz um convite à reflexão acerca da contribuição feminina negra emergente desde a escravidão até os dias atuais, sendo esta relegada ao papel da “mãe-preta” até a sua sexualização nos ritos carnavalescos. Afinal, “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”⁴. Descritas como amefricanas/os, conceito elaborado por Gonzalez ao apontar a descendência dos africanos escravizados que vieram através do tráfico negreiro, bem como dos povos indígenas que habitavam a América antes de Cristovão Colombo, estes desempenharam papéis fundamentais na sociedade e na elaboração de uma amefricanidade que dispõe na diáspora uma experiência histórica em comum baseada no racismo.

⁴ Lélia Gonzalez em “Por um feminismo afro-latino americano” (2020).

Ao observar as mobilizações de mulheres negras nos Estados Unidos e perceber as formas de como as opressões de raça, gênero e classe operavam sob este grupo, no final da década de 1980, Kimberle Crenshaw criou o conceito de interseccionalidade centrada nos impactos que pessoas em situação de margem experienciam as violências estruturais. A análise interseccional das conjunturas foi dialogada por intelectuais negras análogas com a proposta de Crenshaw, como Patrícia Hill Collins (2022), ao propor a interseccionalidade como uma teoria social crítica, considerando esta uma possibilidade teórica-metodológica ao analisar as sobreposições das violências e problematizando a somatização e hierarquizações de identidades específicas.

No Brasil, um dos nomes que se destacam ao discutir sobre a interseccionalidade é a intelectual Carla Akotirene (2019), ao propor a categoria como uma instrumentalidade teórica-metodológica na análise das desigualdades estruturais experienciadas por homens e mulheres negras que não são observadas pelo movimento antirracista e pelo feminismo branco, sendo, portanto, a interseccionalidade um conceito tecido por/para mulheres negras ao estabelecerem a necessidade de uma organização própria. Como uma teoria que nasce do feminismo negro, a proposta interseccional nos abre um leque de possibilidades para enxergar questões específicas diante dos movimentos sociais, em especial, nas reivindicações do Movimento de Mulheres Negras.

Neste sentido, a historiadora Rosália Lemos (1997) considerou os Movimentos de Mulheres Negras na década de 1980 em paralelo à solidificação do feminismo negro no Brasil, sendo a redemocratização brasileira um período fecundo para a articulação dos movimentos sociais. Apesar de analisar a organização política das mulheres negras no Rio de Janeiro, Rosália Lemos faz um panorama geral de eventos fundamentais para o crescimento do feminismo negro no país, apresentando os motivos pelos quais esse grupo em específico precisou se organizar.

Em paralelo ao Movimento de Mulheres Negras, o Movimento Negro desde a sua criação, em 1979, vem desenvolvendo diversas estratégias de luta pela inclusão social do negro e superação do racismo na sociedade brasileira. Petrônio Domingues (2007), pesquisador do pós-abolição, mapeia em seus estudos as questões de raça em diferentes aspectos desde os movimentos sociais, até noções de memórias, racismo e o enfrentamento da população negra em combate ao racismo. Em diálogo, Almicar Pereira (2010) em sua tese contribui com as pesquisas sobre o movimento social negro examinando aspectos e trajetórias de lideranças negras. Metodologicamente ao se debruçar na História Oral como forma de analisar narrativas de militantes negros, também discute ao lado de uma das referências nacionais nos estudos

sobre a História Oral, Verena Alberti (2004), sendo realizado um acervo constituído por entrevistas de militantes negros/as.

Ao compactuarmos com a ideia de que o movimento negro também é um potencial educador no processo da construção de uma sociedade antirracista, Nilma Lino Gomes (2017) elenca sobre o que o campo da educação tem a aprender com o movimento negro, sobretudo mediante os saberes emancipatórios das entidades negras que sistematizam sobre a questão racial no país. Suas reivindicações foram pontes fundamentais para a conquista de direitos como as políticas afirmativas voltadas para a população negra, importante notar que o papel pedagógico desse movimento social é um compromisso das associações, grupos e entidades negras que compõe a pluralidade dos movimentos sociais negros.

Considerando o nosso recorte espacial, o Estado de Alagoas como palco de efervescência de movimentos sociais na década de 1980, a historiografia alagoana a partir de Jeferson Silva (2006; 2008) apresenta a cultura negra em Alagoas através da influência baiana nas mobilizações políticas daquele contexto que buscou em sua ancestralidade através de uma auto referência na afirmação de uma negritude. Em suas produções aborda a Associação Cultural Zumbi (ACZ) como a entidade pioneira no Estado de Alagoas ao protagonizar a luta antirracista como foco o tombamento da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL. Em diálogo, o historiador Danilo Marques (2022;2024) também se debruça nas investigações sobre a escravidão, memórias e resistências negras, com o foco em Alagoas, dedica-se às investigações em torno das diferentes entidades negras alagoanas.

Portanto, consideramos contribuições fundamentais em um panorama geral que envolve teoria e metodologia, no processo de análise de como se deu o desenvolvimento do Movimento Negro no país, o Movimento de Mulheres Negras e a nível regional, a atuação da ACZ em Alagoas, analisando em específico, o papel da mulher negra na entidade.

Contudo, questionamos os poucos estudos feitos em Alagoas sobre a ACZ, especialmente sob a perspectiva da participação feminina. As produções se situam a partir do coletivo e não das especificidades da entidade, desconsiderando as narrativas femininas neste cenário. Suas participações na ACZ apresentaram-se desde o início, pois, embora fossem minoria quantitativa, seus discursos, atividades e compromissos estiveram desde a sua fundação. Neste sentido, a presente pesquisa busca analisar a atuação de mulheres negras no Movimento Negro alagoano, buscando entender quais eram suas principais demandas e bandeiras de luta, e de que forma elas movimentavam-se, articulavam-se e teciam suas próprias intervenções dentro da ACZ através de participações em eventos feministas emergentes na década de 1980.

METODOLOGIA E FONTES

Nossa pesquisa tem como método o qualitativo, em que, através da bibliografia, realizamos de modo crítico análises das contribuições historiográficas sobre as mobilizações de mulheres negras no Brasil que, em articulação com o feminismo negro, esse movimento oriundo das entidades negras e, em destaque, do MNU, visibilizaram as categorias de raça e gênero de forma intrínseca. Consideramos os recortes históricos das décadas de 1970 e 1980 da historiografia, ao investigarem as articulações dos movimentos sociais no contexto da ditadura civil-militar e, especialmente, do crescimento dos movimentos sociais pelo Brasil como forma de enfrentamento ao regime militar e pela busca por direitos específicos da população brasileira.

Nosso levantamento bibliográfico partiu das análises teóricas, como os conceitos, conjunturas históricas, a efervescência da década de 1980 e, por fim, através de nosso recorte espacial, as produções referentes ao cenário alagoano nos anos de 1980 que analisaram especificamente o expoente do movimento negro, a ACZ, acerca da sua constituição, atividades desenvolvidas e contribuições na luta antirracista. Neste panorama da historiografia nacional e local, tivemos como ferramenta de análise a perspectiva interseccional de categorias/identidades como a raça, classe, gênero e região etc., compreendendo de que forma é apresentado – ou não – as presenças desses indicativos.

A respeito do gênero, por exemplo, percebemos que a historiografia nacional contém uma gama de produções que envolvem a participação feminina nos processos políticos-históricos, mas a nível regional, na historiografia alagoana, há um déficit de investigações sobre a atuação de mulheres negras. Buscamos localizar na historiografia alagoana os aspectos femininos apresentados nas pesquisas que envolveram a ACZ, como forma de compreender de quais maneiras as mulheres negras estão sendo abordadas, se são mencionadas e como são evidenciadas. Mas, como resposta, encontramos mais contribuições nas entrevistas realizadas do que na historiografia de Alagoas.

As pesquisas sobre os eventos de mulheres negras foram importantes para a construção dessa produção tanto para o conhecimento específico de encontros estaduais e, principalmente, dos frutos desses eventos, como, por exemplo, a criação do Nzinga Informativo (1985), um periódico que marcou o Movimento de Mulheres Negras por ter sido constituído por mulheres negras militantes e intelectuais, bem como por apresentar textos informativos sobre temáticas como saúde, machismo e racismo. O nosso acesso ao Nzinga Informativo se deu através das leituras historiográficas que indicavam o Rio de Janeiro como um catalisador na organização de mulheres negras, como, por exemplo, na produção de Rosália Lemos (1997), que apresenta

as articulações desse grupo em diferentes eventos e coletivos, mostrando que a construção do feminismo negro no Brasil ocorreu a partir do crescimento de grupos, encontros, fóruns e seminários que consolidaram o Movimento de Mulheres Negras no Brasil na década de 1980. De acordo com Lélia Gonzalez (2020), uma das idealizadoras do periódico *Nzinga Informativo*, os coletivos de mulheres negras são entendidos enquanto grupos organizados por amefricanas, conceito introduzido por Gonzalez ao nomear os/as descendentes de africanos – não somente os que foram forçados pelo tráfico negreiro –, bem como os/as que chegaram a América antes de seu suposto descobrimento.

Tivemos acesso, em especial, ao periódico de nº4 de julho/agosto de 1988 do *Nzinga Informativo*. Ao longo de sua existência, o periódico durou por cerca de cinco anos, de 1985 a 1989. Sobre o periódico, este foi o único em que tivemos acesso na realização de nossa pesquisa, logo, existem outras edições disponíveis, mas que não foram analisadas no presente trabalho.

Além do respaldo historiográfico para a execução desse trabalho, utilizamos da História Oral enquanto fonte teórica/metodológica para a análise de narrativas de militantes negras que atuaram na ACZ na década de 1980, evidenciando a perspectiva feminina acerca da entidade e através de suas experiências específicas desde a infância até a fase adulta, no trabalho e na militância política.

Mas, antes de nos debruçarmos sobre o processo metodológico para a realização das nossas entrevistadas, precisamos falar sobre o nosso contato com o solo palmarino, a Serra da Barriga em União dos Palmares/AL, sendo este um local discutido por nós ao longo de nossa investigação. Tivemos acesso ao Parque Memorial Zumbi dos Palmares em duas oportunidades: uma anterior à nossa pesquisa em 2019 e outra no andamento do estudo em 2023. Foram experiências diferentes, mas complementares, tendo em vista que a primeira evoca num momento de consciência racial e a segunda na construção de um trabalho referente à mobilização de militantes negros em torno do memorial.

Como parte das atividades do IV Congresso de Pesquisadores do Norte e Nordeste (COPENE) realizado entre os dias 11 a 15 de novembro de 2023 em Maceió/AL, realizamos a peregrinação até a Serra da Barriga, sendo um momento especial para mim ao pisar novamente no solo palmarino e também ao ter o contato presencial com nossas entrevistadas, um momento de trocas afetivas e de aprendizado, tendo em vista que elas participaram de mesas redondas com temáticas voltadas ao Movimento Negro de Alagoas da década de 1980.

Sendo assim, as nossas entrevistadas foram: Ângela Brito, Socorro França e Vanda Menezes⁵. Nosso critério de inclusão para a participação da pesquisa foi a presença de mulheres negras militantes que atuaram junto a ACZ na década de 1980. Damos ênfase à importância da participação de mulheres negras, pois analisaremos a interseção da raça somada ao gênero, logo, a presença dessas pessoas é imprescindível para a análise das narrativas.

Em nosso critério de análise, até chegarmos à esses nomes, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (NEABI/UFAL) foi fundamental para a seleção das possíveis entrevistadas, uma vez que a história do NEABI está ligada à ACZ devido aos laços entre os militantes do movimento negro de Alagoas com a UFAL e em específico com o NEAB – inicialmente o núcleo não inseria a categoria indígena –, além do NEABI sediar e disponibilizar um significativo acervo documental e digital sobre a militância negra de Alagoas.

Desse modo, para a realização das entrevistas, nossa escolha foi de executá-las de forma on-line e não presencial, como principal motivador para tal decisão a falta de auxílio financeiro para a realização da pesquisa, inclusive para o deslocamento da pesquisadora que reside em Recife/PE e teria que se deslocar para Maceió/AL (onde as entrevistadas moram). Como a pesquisa não teve um investimento e nem a pesquisadora teve bolsa, para sua realização, decidimos que seria mais viável a execução das entrevistas de forma remota, além de que as entrevistadas possuem disponibilidades em diferentes dias e horários, caso as entrevistas fossem presenciais seria necessário a presença da pesquisadora em torno de algumas semanas para a sua realização.

As entrevistas foram realizadas através da plataforma *Google Meet* de forma individual, com dias e horários marcados de acordo com a agenda de cada uma das entrevistadas. Neste sentido, foi realizada um “roteiro” que iniciava desde a infância até a fase adulta, perpassando por aspectos como escola, trabalho, processo de consciência racial, a entrada para a militância negra, o debate de gênero e as suas percepções dentro do movimento negro de Alagoas perante o lugar da mulher negra, as principais reivindicações daquele contexto e as participações nos eventos feministas. Foram entrevistas fecundas que além de dar embasamento a nossa investigação, nos abriu possibilidades de novas produções acerca de aspectos apresentados durante as entrevistas, o que nos deixou esperançosas para futuros trabalhos.

⁵ Destacamos que Vanda Maria Menezes Barbosa é popularmente mais conhecida em Alagoas como Vanda Menezes. Em sua entrevista cedida aos historiadores Verena Alberti e Amilcar Cabral (2005), eles mantiveram o seu último sobrenome. Mas, nesta pesquisa decidimos manter a forma como Vanda é conhecida, portanto, Vanda Barbosa e Vanda Menezes se tratam da mesma pessoa.

Para analisar os dados, realizamos uma espécie de separação por eixo temático mediante o que foi apresentado. Consideramos conduzir as entrevistas de forma sucessiva, como, por exemplo, antes de questionarmos sobre as suas participações na militância negra, decidimos iniciar pelo momento em que as nossas entrevistadas adquiriram as suas consciências raciais e de que forma isso atravessou cada uma delas. Neste sentido, ao levantarem essa experiência, foram apresentadas categorias importantes que correlacionam com a nossa metodologia de trabalho que captura as violências estruturais, sendo esta uma perspectiva interseccional que investiga a presença de violências que formam os marcadores sociais de cada pessoa em situação de margem.

Além das concomitâncias diante dos eixos temáticos, consideramos por realizar um cruzamento das discordâncias narrativas acerca de episódios específicos. Como no caso da criação da ACZ, foram apresentadas versões diferentes a respeito da presença ou não de alguns nomes na constituição da entidade e também, na criação de uma organização feminina negra, de forma que foram expostos pontos de vistas divergentes sobre esse fato.

Nossa fonte é constituída, em especial, pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (NEABI/UFAL), responsável pelo acervo físico/digital sobre a ACZ desde a sua criação, a respeito de atividades desenvolvidas, o processo de tombamento da Serra da Barriga, bem como de outras entidades que deram continuidade na luta antirracista na década de 1990 em Alagoas. O NEABI compõe nossa pesquisa tanto como fonte quanto como núcleo que está relacionado à história da ACZ, ambas estiveram lado a lado na década de 1980 e início da década de 1990, atuando de forma conjunta na militância negra alagoana.

O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SNI), um órgão da Presidência da República, compreende documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que contém arquivos repressão a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares, sindicatos, Igreja, universidades e movimento estudantil, asilo político, guerrilha urbana, guerrilha rural, terrorismo, relações internacionais, cassação de mandatos e direitos políticos⁶.

O SNI foi responsável pelas informações mais precisas sobre os eventos regionais e nacionais brasileiros de mulheres negras ao longo dos anos 1980, contribuindo para o conhecimento acerca do quantitativo de pessoas presentes nos encontros, atas, representações dos estados, temáticas dos eventos, inclusive os problemas acontecidos em alguns dos eventos.

⁶ Ver em: <<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni>>. Acesso em: 06/01/2025.

Neste sentido, existe um padrão de toda a documentação disponibilizada pelo SNI e com relação aos eventos que nós analisamos, não foi diferente, detalhes específicos como datas, programações, comissões, representantes de diferentes estados brasileiros, atividades etc, são descritas de forma minuciosa. As falas de mulheres que participaram de eventos também foram registradas e nos auxiliaram na compreensão acerca de suas opiniões sobre os encontros e sobre o que elas sentiam falta nesses espaços de debates sobre questões de gênero e raça.

Uma outra fonte, no qual tivemos acesso, foi o canal da plataforma de vídeos YouTube *Cultura Negra Desperta* (CULTNE) que contém conteúdos audiovisuais que contemplam entrevistas e registros de eventos voltados às questões étnico-raciais. O CULTNE resgatou trechos de vídeos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença/RJ no ano de 1988, a equipe que registrou o evento foi composta apenas por mulheres – respeitando a decisão da organização do encontro ao decidir que apenas mulheres participariam do evento. O vídeo disponível nos auxiliou na inserção de falas abordadas que foram registradas, gincanas, rodas de conversa e oficinas de dança, possibilitando que nós realizássemos uma comparação entre a historiografia sobre o Movimento de Mulheres Negras e o que de fato foi apresentado no encontro. Esse foi um dos cuidados que tivemos ao analisarmos metodologicamente as nossas fontes, pois ao cruzarmos os materiais, pudemos visualizar concomitâncias e dissemelhanças para realizarmos a nossa análise.

A presente pesquisa está dividida da seguinte forma: o primeiro capítulo, inicialmente, introduz teoricamente conceitos específicos para que realizássemos a análise de eventos regionais e nacionais, criados por mulheres negras – e aqueles que elas apenas participaram sem estarem na organização. Esse mapeamento de encontros, congressos e jornadas faz com que tenhamos um melhor panorama de análise, compreendendo as principais pautas, experiências e articulações, na busca por uma sociedade democrática, considerando as categorias de raça, gênero e classe como para a manutenção de uma realidade desigual. Sendo realizada a análise de maneira cronológica da progressão dos eventos, ponderamos que a região nordeste a partir dos encontros que analisamos, foi uma região fundamental para a disseminação do feminismo negro corroborando, inclusive, para a criação do I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em 1988.

No segundo capítulo, apresentamos a criação da ACZ em Alagoas, um expoente do representação do Movimento Negro, no período de 1980-1988, buscando analisar seus impactos na sociedade alagoana, desde as primeiras articulações em torno da Serra da Barriga, até o centenário da abolição, um período importante para a militância negra, sobretudo por ter sido um ano representativo para as mulheres negras de Alagoas, pela realização da Jornada da

Mulher Negra Alagoana que visava discutir os aspectos voltados para os principais empecilhos e estratégias de enfrentamentos às injustiças sociais. A jornada foi um evento local preparatório para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras e sendo este encontro em Alagoas um marco para a articulação política tecida por mulheres negras.

O terceiro capítulo traz como temática o protagonismo das narrativas de três militantes da ACZ, sendo elas: Socorro França, Ângela Brito e Vanda Menezes. As pontuações abordadas relacionam-se às suas trajetórias individuais/coletivas, seus lugares sociais e percursos até a chegada na militância e, posteriormente, no desenvolvimento de atividades antirracistas voltado para o cenário alagoano. Além das suas atuações na Associação Cultural Zumbi, o feminismo negro, crescente naquele período, foi uma força disruptiva no discurso dessas mulheres de modo que, mediante as suas participações em encontros feministas de outras regiões, a criação do primeiro evento voltado às mulheres negras, com a Jornada da Mulher Negra Alagoana no ano de 1988, foi fruto do debate feminista negro ao integralizar o gênero como uma das violências estruturais, considerando insuficiente a raça como único fator a ser discutido, tendo em vista as outras formas de opressão que atuam de forma conjunta à questão racial.

Dentro desse contexto, este trabalho busca contribuir com a História Social da Cultura, especialmente contemplando no cenário da historiografia alagoana, ao inserir novas pesquisas sob o parâmetro da epistemologia feminista negra ao considerar as mulheres negras enquanto sujeitas fundamentais no desenvolvimento da luta negra em Alagoas e no Brasil.

1 É TEMPO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NA DÉCADA DE 1980

A década de 1980 no Brasil é um contexto conhecido como o período da redemocratização brasileira. Esse momento é constituído pela vigência da ditadura civil-militar iniciada em 1964 e somente no ano de 1985 ela declina, e em 1988 é implantado a nova Constituição Brasileira. Apesar do cenário, houve um crescente dos movimentos sociais, sobretudo nos anos de 1980, como, por exemplo, os movimentos pela reforma agrária, movimentos estudantis, artísticos, culturais, raciais e de gênero. Mesmo diante da repressão da ditadura civil-militar, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) – depois intitulado Movimento Negro Unificado (MNU) –, que apesar do “golpe militar de 1964 tenha representado uma derrota, ainda que temporária, da luta política dos negros” (Domingues, 2007, p. 32), articulou-se estrategicamente à partir daquela conjuntura.

Os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, estavam em efervescência. A produção intelectual, artística e a ação dos grupos da sociedade civil estavam articulados no sentido de buscarem alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista dentro dos marcos do populismo com nítidas orientações nacionalistas, não descartadas as perspectivas de luta pela instauração de práticas socialistas. No entanto, as condições concretas não apontavam para o amadurecimento de uma luta anticapitalista de fato. (Gonçalves, 2006, p.4)

Ainda de acordo com Adilson Gonçalves (2006), tanto a Igreja como os meios de comunicação em massa corroboraram para a divulgação e manutenção dos discursos sob a perspectiva do regime ditatorial, a partir de uma moralidade cristã e ética, “apontando para necessidade da manutenção da ordem, da luta, pela moralização e contra a corrupção” (Gonçalves, 2006, p.4). Os “anos de chumbo” destacados dos anos de 1964 e 1974, foi o período em que a ditadura militar exerceu maior repressão, com o discurso de defesa da “democracia” e da civilização cristã, os meios de comunicação propagandísticos e educacionais foram veículos importantes na divulgação das frases de efeito que correspondiam à face do regime, como, por exemplo, “Brasil, ame ou deixe-o” e “Ninguém mais segura esse país”, slogans que propunham evidenciar a dualidade existente: ou os indivíduos aceitavam as condições impostas sem questionar ou sofreriam as consequências.

Nesse sentido, os meios que apoiavam o regime tinham a liberdade de disseminar suas ideias. Por outro lado, a indústria cultural e determinados órgãos, de imprensa, que eram dissemelhantes aos ideais da ditadura, foram silenciados por serem opostos à lógica civil-militar (Gonçalves, 2006). As sociabilidades entre os movimentos sociais, as produções culturais, a imprensa e as mobilizações de rua eram relacionadas aos grupos populares esquerdistas, logo,

estar oposto ao regime significava ser um antipatriota e subversivo, deslocados da ordem brasileira e, conseqüentemente, relegados a todo e qualquer tipo de violência, um aparato repressivo como forma de controle social.

A desarticulação de movimentos sociais nesse período foi devida à perseguição dos militares a toda e qualquer forma de resistência contrária. No entanto, de forma progressiva, a ditadura tornou-se impopular em função de sua contraditoriedade com relação a ideia de democracia, “a sociedade passa cada vez mais a aderir valores democráticos e versões de esquerda aparecem com mais intensidade” (Escobar, 2014, p.61). É nos finais da década de 1970 e início da década de 1980 que há uma efervescência nas mobilizações negras, tal como a criação do Movimento Negro Unificado em 1978, na cidade de São Paulo, num protesto relacionado à morte de um operário negro numa delegacia de São Paulo e referente à expulsão de quatro atletas negros de um clube no mesmo Estado. A partir desse protesto, cria-se o MNUCDR, posteriormente torna-se o MNU, e até os dias atuais atende-se por Movimento Negro “como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento” (Alberti; Pereira, 2005, p.2).

Com referenciais pan-africanistas, o MNU se consolidou através da luta por libertação voltada à comunidade afro-brasileira, imbuída de explorações raciais e econômicas (Gonzalez, 2020). Nessa lógica, considerando o racismo como uma faceta da dominação capitalista, o MNU tornou-se um movimento que considerava o fator da exploração econômica como um dos tentáculos do racismo, pois ao proporem a busca por uma sociedade justa e igualitária, um dos obstáculos seria o fim do capitalismo.

Nesse contexto, onde o Brasil estava passando por movimentações sociais, os Estados Unidos e os países europeus incitavam as melhorias sociais que advinham do capitalismo como uma forma de coibir a “ameaça do alastramento do socialismo” (Barros, 2020, p.25) atribuídos à União Soviética. Essa melhoria social não buscava, de fato, um avanço social, ao contrário, a preocupação com o comunismo se tornar vigente e ser um contraponto ao capitalismo era o seu real desassossego.

No continente africano, as lutas por libertação em oposição ao apartheid, um sistema que impôs leis discriminatórias que segregavam os africanos e seus descendentes, os movimentos pan-africanistas tinham como lógica a ideia de unificação dos povos de origem africana. A mobilização antiapartheid ultrapassou o continente africano e chegou ao Brasil, de modo que o movimento negro brasileiro, de acordo com Lélia Gonzalez, “se torna um fator de vital importância para o desenvolvimento das relações políticas, econômicas e estratégicas entre Brasil e África [...]” (Gonzalez, 2020, p.72), de modo que, a ideia de formar um Comitê

Antiapartheid no Brasil veio do próprio movimento negro. De fato, a luta antiapartheid não era uma unanimidade no MNU, porém, passou a ser fundamental nas discussões tendo em vista o seu caráter político e ideológico na luta contra o racismo numa escala global.

No MNU, destaca-se a presença de militantes intelectuais que foram importantes na construção de debates sobre as relações étnico-raciais no país, a exemplo de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento foram fundamentais nas trajetórias dos Movimentos Negros brasileiros. As movimentações negras ressurgidas nas décadas de 1970 e, especificamente, 1980, tanto o Movimento Negro quanto o Movimento de Mulheres Negras buscam a luta pela democracia, o fim das discriminações e das desigualdades sociais.

Tanto no MNU quanto no Movimento Feminista, as mulheres negras se viam no interior desses dois movimentos sociais de forma secundária, pois, eles não consideravam a pluralidade de narrativas, experiências e demandas dentro desses espaços de poder. Em uma de nossas entrevistas realizadas com militantes negras do movimento de Alagoas da década de 1980, Socorro França, especialista em saúde da população negra, observou o seguinte:

Era uns homens machista que ia para o movimento paquerar as meninas, não sei o quê... ideias machistas... e depois as propostas que a gente dava sempre prevaleciam mais as deles, prevalecia da gente, mas as deles mais. E foi quando a gente ficou incomodada e a gente criou né, o movimento de mulheres negras a nível nacional, você vê que hoje a gente tem a coalisão de mulheres, a gente tem a coalisão negra, a coalisão negra por direito né?! E hoje a gente tem a rede de mulheres negras em todo o Brasil, porque é o mesmo grupo das mulheres negras do passado, só que hoje tem as mais velhas, tem as novas e as que estão chegando. Mas a gente sentiu necessidade sim de dividir. Como no início, você lembra que antigamente a gente era movimento de mulheres, chegou o momento que dividiu mulheres negras porque as pretas ficavam na cozinha para as brancas se organizar... foi quando a gente viu que não tava dando certo, quando a gente resolveu fazer os nossos encontros. E parece que a gente tá prosperando mais, porque nunca mais as brancas se reuniram né? (Socorro França, 2024)

A partir do provável primeiro coletivo de mulheres negras, Aqualtune, no ano de 1979, na década de 1980 surgem novos e expressivos coletivos que representavam as especificidades da mulher negra, além de proporem a criação de eventos regionais e nacionais afim de mobilizar ainda mais a participação da população feminina negra para a atuação política em busca de melhores condições de vida.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela criação de diversos grupos de mulheres negras por todo o Brasil. No Rio de Janeiro, havia o Aqualtune (1979), o Luísa Mahin (1980), o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982), o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (1983) e o Centro de Mulheres de Favelas e Periferias (1983). Em São Paulo, além do Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista (1984), havia o Coletivo de Mulheres Negras de SP (1982), o Geledés - Instituto da Mulher Negra (1988), além das organizações nas periferias da cidade. Em Minas Gerais, a Casa Dandara (1987), criada em Belo Horizonte. Na Bahia, o Grupo de Mulheres do MNU e o Grupo de Mulheres do Calabar. No Maranhão, o Grupo de

Mulheres Negras Mãe Andresa. Certamente existiram outros grupos que não foram mapeados ao longo dessa pesquisa. E Gonzalez (2019) ainda ressalta os grupos institucionais, como o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais e Municipais da Mulher, com destaque para a Comissão de Mulheres Negras do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo, do qual fez parte Sueli Carneiro (França, 2022, p.8)

Considerando as reproduções machistas e racistas do MNU e do Movimento Feminista, o que para a antropóloga Lélia Gonzalez (2020) tanto o racismo quanto o machismo causam efeitos violentos sobre as mulheres negras, fez-se necessário uma mobilização que de fato viesse a considerar as experiências dessas mulheres em pleno contexto ditatorial. Porém, é fundamental o reconhecimento do MNU enquanto principal movimento de diálogo com o Movimento de Mulheres Negras, pois, de acordo com Gonzalez “no caso da dissolução de qualquer grupo, a tendência é continuar a militância dentro do movimento negro, onde, apesar de tudo, nossa rebelião e nosso espírito crítico ocorrem em um clima de maior familiaridade histórica e cultural (...)” (2020, p. 149). O movimento feminista, lugar de concentração de ideias, lutas, enfrentamentos e articulações políticas, tem como principal esfera de luta o gênero. No entanto, a categoria racial é desvinculada das questões discutidas pelo movimento.

[...] o que geralmente encontramos ao ler os textos e a prática feminista são referências formais que denotam um tipo de esquecimento da questão racial. Seria suficiente substituir os termos “homens e mulheres” por “brancos e negros” (ou indígenas), respectivamente, para se ter uma excelente definição de racismo. Exatamente porque tanto o sexismo como o racismo partem de *diferenças biológicas* para se estabelecerem como ideologias de dominação. Surge, portanto, a pergunta: como podemos explicar esse “esquecimento” por parte do feminismo? A resposta, em nossa opinião, está no que alguns cientistas sociais caracterizam como *racismo por omissão* e cujas raízes, dizemos, estão em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista. (2020, p.127-128)

As categorias de raça, gênero e classe são imprescindíveis ao falarmos de movimentos sociais. Entretanto, o feminismo eurocêntrico concentra ideias que invisibilizam as experiências de racismo que mulheres negras lidam historicamente, todos os dias. Logo, partindo da lógica de uma suposta igualdade entre as mulheres, também não se consideravam as diferenças dos homens negros e mulheres negras, não havendo a consideração de uma possibilidade de diferentes perfis de sujeitos e sujeitas, no interior do Movimento Negro e Movimento Feminista (Ribeiro, 1995). Segundo a historiadora brasileira Beatriz Nascimento, “a mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão” (2021, p.54). Ao mesmo tempo em que as opressões são impostas às mulheres negras, ironicamente é “no rito carnavalesco que o mito da democracia racial é atualizado com toda sua força simbólica e é nesse momento que a mulher negra se transforma unicamente na ‘rainha’

na ‘mulata deusa’” (Gonzalez, 2020, p.71). Enquanto no carnaval sua imagem é construída e comunicada de forma sedutora e envolvente, é no cotidiano que mulheres negras são discriminadas, “um padrão contínuo de abuso que se repete incessantemente [...]” (Kilomba, 2019, p.80), como pontua a teórica portuguesa Grada Kilomba.

Deixamos claro a compreensão de que o feminismo ocidental teve suas contribuições nas conquistas de direitos garantidos às mulheres, como o direito ao voto, por exemplo. Entende-se que o feminismo foi/é uma importante ferramenta construída por mulheres na luta contra o patriarcado, o machismo, a desigualdade de gênero, entre derrotas e vitórias, como o direito ao trabalho e ao voto, por exemplo, viabilizando espaços para a ocupação feminina. Porém, quais eras as mulheres contempladas nesse discurso? E na prática?

“O movimento feminista se comportava como se todas as mulheres tivessem as mesmas necessidades e os mesmos problemas. Falava-se das mulheres, mas de que mulher estava se falando? A negra? A empregada doméstica? A indígena? A trabalhadora rural?” (Guimarães; Corrêa; Alves, 2022, p.289-290).

Esses são alguns pontos a respeito da padronização da “mulher universal”, esse fenômeno tem como embasamento a ideia de que todas as mulheres irão experienciar os mesmos eventos, como, por exemplo, a maternidade, não considerando que isso é uma imposição construída culturalmente atribuindo o feminino à figura materna. A socióloga, militante do MNU e Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil no período 2011-2014, Luiza Bairros (1995), define os “contradiscursos” enquanto um conjunto de práticas antirracistas que emergiram e que foram recriados nas últimas décadas anteriores aos anos de 1990.

Embasada pelos conceitos de Judith Grand (1991), Bairros retrata que há três categorias herdadas do feminismo radical que corroboram para a desvalorização de outros feminismos, sendo essas: a mulher, a experiência e a política pessoal. Para Luiza Bairros, esses conceitos foram elaborados com a finalidade de expressar uma suposta coletividade das experiências universais entre as mulheres, “assim justificando o estabelecimento de uma organização política independente” (Bairros, 1995, p.459). No entanto, essa narrativa torna-se inválida ao desconsiderar eventualidades enquanto algo universal que une todas as especificidades de diferentes mulheres. Em outras palavras, esse conjunto de conceituações desconsidera a existência de outros fatores como a raça, classe e gênero, levando em conta, portanto, as perspectivas das mulheres brancas cisgênero e de classe média (Bairros, 1995).

O uso do conceito mulher traz implícito tanto a dimensão do sexo biológico como a construção social de gênero. Entretanto a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal -

passiva emocional etc. - como forma de lidar com os papéis de gênero. Na prática aceita-se a existência de uma natureza feminina e outra masculina fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos da natureza. Dessa perspectiva a opressão sexista é entendida como um fenômeno universal sem que, no entanto, fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais.

Para definir opressão o feminismo lança mão do conceito experiência segundo o qual opressiva seria qualquer situação que a mulher defina como tal independentemente de tempo região raça ou de classe social. Cabe notar que essa definição ao mesmo tempo em que reforça um dos aspectos definidores do feminismo em relação a outros sistemas de pensamento - a importância da subjetividade em oposição a objetividade também abre a porta para as generalizações. Isto associado ao maior acesso aos meios de propagação de ideias por certos grupos sem dúvida contribuiu para que experiências localizadas fossem tomadas como parâmetro para as mulheres em geral. A ênfase na experiência levou a afirmação de que o pessoal é político o terceiro conceito básico do feminismo. A ideia de que problemas de mulher são meramente pessoais foi descartada quando o movimento feminista propôs-se a agir no sentido de estabelecer soluções comuns Política então sena qualquer relação de poder mesmo fora da esfera pública da ação direta do Estado ou da organização capitalista da sociedade. Daí a importância da noção de dominação masculina de acordo com a qual poder-se ia definir como instituição política qualquer atividade estruturada para perpetua-la como no caso do casamento e da família. (Bairros, 1995, p.459-460 *apud* Grant, 1991).

As categorias atribuídas aos fatores culturais e biológicos como algo inerente à “essência feminina”, além de reforçar a mulher enquanto mero objeto sexual do homem, às impedem de terem uma vida sexual livre e do acesso em questões de saúde pública, como por exemplo, o aborto. Neste sentido, para Bairros há uma incoerência nos aspectos das relações homossexuais, pois “a colocação das homossexuais norte-americanas que reivindicam o sadomasoquismo como uma forma legítima de exercício da sexualidade assim opondo-se a interpretações que problematizam essas mesmas práticas em relações heterossexuais” (1995, p.460).

Diante das considerações abordadas, acreditamos que a epistemologia feminista negra seja fundamental na análise crítica de acontecimentos e experiências, onde serão investigadas de que forma o racismo, as hierarquias sociais de classe e gênero, impactaram diretamente a realidade de mulheres negras. A interseccionalidade constituída como uma ferramenta teórica-metodológica, foi criada a partir da visualização das articulações dos grupos femininos negros, sendo esse conceito uma categoria substancial para compreendermos de que forma as diferentes violências experienciadas operam, sobretudo, a diferenciação dos impactos entre mulheres negras, mulheres brancas, homens negros e homens brancos.

O conceito de interseccionalidade cunhado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw no final da década de 1980, a partir de sua análise das mobilizações negras estadunidenses, investiga os impactos das intersecções de raça, gênero e classe enquanto “coalisões simultâneas” (Crenshaw, 2002) que operam simultaneamente. A analogia do trânsito é utilizada

como forma de facilitar o entendimento sobre como as categorias se entrecruzam nas vias que se sobrepõem. Para Crenshaw (2002), as mulheres negras estão situadas nas ruas sem saída sendo, portanto, atravessadas por injustiças sociais já que o fluxo vem de várias direções devido às suas identidades específicas.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (2002, p.177)

As possibilidades de cruzamentos são complexas tendo em vista as variações de opressões e principalmente “quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções” (Crenshaw, 2002, p.177), por outro lado, compreende-se que homens e mulheres em situações de margem, que são atingidos por avenidas identitárias (Akotirene, 2019) não necessariamente experienciam os mesmos eventos da mesma maneira. Por exemplo, o racismo não é vivenciado da mesma forma por homens negros e mulheres negras, pois existem circunstâncias específicas que diferenciam as formas como as experiências são perpassadas pelos/as sujeitos/as, assim como o sexismo é experienciado de formas diferentes por mulheres negras e brancas. Nesse sentido, a interseccionalidade não busca abarcar as experiências de todas as pessoas excluídas socialmente, como abordamos, elas não vivenciam da mesma forma as injustiças sociais. É justamente por essa não universalização que a interseccionalidade busca evidenciar como homens e mulheres em situações de margem são afetados cotidianamente por diferentes violências.

Em diálogo com Kimberlé Crenshaw acerca da interseccionalidade, a filósofa e socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins entende que as categorias de raça, classe e gênero são fundamentais para o entendimento das bases das estruturas de dominação (Collins, 2015). Sobre o conceito de interseccionalidade, Collins entende que:

[...] em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (2015, p.17)

Mas, apesar dessa constatação, Collins pontua sobre a necessidade de uma reformulação sobre o olhar para essas categorias, tendo em vista as dicotomias, como, por exemplo, o rico/pobre, preto/branco, homem/mulher – essa dicotomia relaciona-se à não possibilidade de

coexistências. Dessa forma, a pluralidade centra-se como algo fundamental ao próprio conceito interseccional – as experiências podem ser parecidas, mas existem singularidades –, logo, seria errôneo hierarquizar as opressões sendo que essas condições são imbricadas, correlacionadas umas às outras de forma que elas operaram conjuntamente.

“O que tem sido mais opressor para você, seu *status* de pessoa negra ou seu *status* de mulher?” O que realmente estão me pedindo é que eu me divida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos *status*. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente? (2015, p.18)

Considerada enquanto uma teoria social crítica, a interseccionalidade ainda está sendo entendida e estudada, tendo em vista as suas características amplas que são inseridas nas ideias, nos indivíduos, temporalidades e perspectivas diversas (Collins, 2022). Mas, mesmo com essa pluralidade de sentidos, é importante estabelecer que o conceito interseccional não é um amontoado de “coisas”, pois, “acima de tudo, por se referirem à ação social, as ideias da interseccionalidade têm consequências no mundo social” (Collins, 2022, p.14). Em sua obra “Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica” (2022), Collins reconhece o potencial desse conceito como uma possibilidade de solução social, mas entende que há a necessidade de reflexão do conceito de forma séria, examinando suas dimensões teóricas e entendendo como a análise crítica e ações sociais se inter-relacionam, senão a teoria pode virar apenas uma “bobagem acadêmica” (Collins, 2022, p.15).

Defendo que a teoria social tem o objetivo de *explicar* o mundo social oferecendo interpretações acerca de como e por que as coisas são como são, bem como acerca do que elas podem ou não podem se tornar. [...] Teorias sociais justificam ou contestam as ordens sociais vigentes. Dentro desse universo da teoria social, a teoria social crítica tanto explica quanto crítica as desigualdades sociais vigentes com o olhar voltado para a criação de possibilidades de mudança. Em outras palavras, teorias sociais críticas visam reformar o que está posto com a esperança de transformá-lo em algo diferente. (2022, p.17)

De forma positiva, a interseccionalidade se popularizou significativamente nas produções acadêmicas de maneira substancial, presente nas mais diversas temáticas, “convida à participação na construção da interseccionalidade de muitas perspectivas diferentes, sinalizando assim sua natureza dinâmica” (Collins, 2022, p.15). Diante dessa natureza dinâmica onde ela relaciona a academia com a sociedade civil, enquanto uma teoria social crítica, a interseccionalidade é um instrumento teórico-metodológico e sua aplicabilidade refere-se às análises das distintas formas de violências destinadas às mulheres que tendem a ser atingidas com maior intensidade quando há o cruzamento dos sistemas de opressão. O seu vínculo entre o campo teórico e as relações sociais refere-se à análise das mobilizações de mulheres negras

no enfrentamento das opressões direcionadas a si, portanto, sua criação surge no interior das atuações políticas do feminismo negro.

A assistente social e intelectual brasileira Carla Akotirene, em diálogo com Kimberlé Crenshaw e Patrícia Hill Collins, se debruça sobre o conceito de interseccionalidade em seu livro “Interseccionalidade” (2019), definindo-o enquanto uma ferramenta teórica-metodológica para a denúncia das injustiças sociais que sujeitas/os em situação de margem enfrentam cotidianamente. No caso das mulheres negras, Akotirene critica o feminismo branco que tenciona o discurso da “mulher universal”, não reconhecendo especificidades de outras mulheres, além de sua crítica à não visibilidade da mulher negra no Movimento Negro, sendo esse um lugar de empoderamento racial, mas de forma concomitante com a existência do machismo devido à presença masculina na entidade. Ou seja, há um impasse tanto no reconhecimento do racismo por mulheres brancas e do machismo por homens negros.

Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros. (2019, p.14)

Para Akotirene “[...] o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros” (2019, p.15), pensando no Movimento Negro enquanto espaço não só de luta, mas de trocas de experiências, estratégias de superação do racismo e relações de poder, entende-se que homens e mulheres negras são os principais receptores de opressões, ao mesmo tempo em que mulheres negras são sobrepostas pelas violências, sendo de gênero, raça e classe (Akotirene, 2019). Dessa maneira, o conceito de interseccionalidade pela intelectual brasileira tem a seguinte definição:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas várias vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (2019, p.14)

Sua contribuição metodológica sugere a possibilidade das análises das narrativas insurgentes de sujeitos/as/es, propondo “uma relação horizontal” (Akotirene, 2014), fazendo com que os saberes partilhados pela oralidade sejam uma oportunidade de escuta, rompendo com o conhecimento produzido de forma vertical, descentralizando o lugar do pesquisador enquanto único dotado de saber e corroborando para a figura da pessoa entrevistada enquanto sujeito que detém o conhecimento. Portanto, é importante exercitar metodologicamente a

oralidade e a recuperação da memória (Akotirene, 2014), uma ferramenta ancestral que passa a protagonizar as pesquisas acadêmicas inserindo os saberes das margens.

O conceito de raça perpassado pelas lógicas racistas tende a ser um fator determinante para as desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas, pois o racismo é um “pressuposto que legitima todas as formas de dominação pela colonialidade sobre os povos colonizados” (Maia; Melo, 2020, p.233). De acordo com o antropólogo congolês Kabengele Munanga, o conceito de raça foi criado a partir de uma lógica que marginaliza e discrimina, construído sob a perspectiva do fator biológico como principal argumento de justificativa ao racismo, considerando a população negra biologicamente inferior à população branca. Sendo que “o problema fundamental não está na raça, que é uma classificação pseudocientífica rejeitada pelos próprios cientistas da área biológica. O nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente” (Munanga, 2005/2006, p.53).

A categoria de raça influenciada pelo parâmetro eugenista⁷ construiu ideias que indicavam a inferioridade da população negra com relação à população branca. Inicialmente, o conceito de raça foi utilizado pela Zoologia e Botânica para com o intuito de classificar as diferentes espécies de animais e vegetais (Munanga, 2003). No século XVII o uso do termo da palavra foi utilizado para novamente classificar, só que ao invés dos animais e vegetais como vimos anteriormente, dessa vez o foco era a diversidade humana de grupos em contrastes, entendidos por categorias de raças. Entre os séculos XVI e XVII, a categoria de raça passa a ser utilizada como identificações de classes sociais, como os Francos que pertenciam a uma origem germânica e a lebe, desse modo, a diferenciação entre os grupos perpassou a questão social e inseriu a questão biológica para justificar as “habilidades especiais” de um determinado grupo em detrimento do outro. Nessa sucessão de entendimentos e explicação para diferenciar os animais, vegetais e por fim os seres humanos, a hierarquização pautada na perspectiva racial na denominação de diferenciações físicas e genéticas.

No século XVIII em que a cor da pele é denominada enquanto fator determinante para a separação das raças. O excesso ou a falta de melanina, identificou, no conjunto das três raças – branca, negra e amarela – qual a que seria superior ou inferior. Posteriormente, no século seguinte, acrescentou-se as características morfológicas para identificar de qual raça o indivíduo pertenceria de acordo com os lábios, crânio, queixo etc, como forma de aprimorar as diferenciações entre as raças (Munanga, 2003).

⁷ A eugenia foi elaborada por Francis Galton (1822-1911) no final do século XIX, com uma explícita preocupação com a evolução da raça humana, no que diz respeito tanto às características físicas (como a cor dos olhos, por exemplo), quanto às não físicas (como a inteligência, largamente estudada por Galton). (Silva, 2022, p.28)

A classificação da humanidade em raças hierarquizadas desembocou numa teoria pseudo-científica, a raciologia, que ganhou muito espaço no início do século XX. Na realidade, apesar da máscara científica, a raciologia tinha um conteúdo mais doutrinário do que científico, pois seu discurso serviu mais para justificar e legitimar os sistemas de dominação racial do que como explicação da variabilidade humana. Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se difundir no tecido social das populações ocidentais dominantes. Depois foram recuperados pelos nacionalismos nascentes como o nazismo para legitimar as exterminações que causaram à humanidade durante a Segunda guerra mundial. (2003, p.5)

A hierarquização das raças tendo como justificativa as pseudo diferenciações estabeleceu valores positivos à raça branca e amarela, e negativos para a raça negra. O conjunto de categorias que utilizou de critérios morfológicos e genéticos, influenciou a historiografia brasileira do século XX, fortemente influenciada por concepções folclóricas, racistas e eurocêntricas, a exemplo de Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Florestan Fernandes – apesar de não serem os únicos influentes nas produções acerca da população negra na sociedade brasileira – foram e são influências na historiografia. De acordo com o historiador Gustavo Gomes, sobre as similaridades entre os três autores a partir de suas contribuições teóricas, aborda o caráter racista nos discursos dos três intelectuais:

[...] Embora tenham surgidos caminhos teórico-metodológicos distintos, o ponto de partida e chegada dessas interpretações são as mesmas incompreensões, os mesmos estereótipos: a irracionalidade folclórica, a pobreza conceitual, a impotência política, a inferioridade, vitimização e culpabilidade da própria cultura afro-brasileira que é sempre, selecionada, organizada, descrita, analisada e desclassificada pelo olhar externo ao negro, o olhar estrangeiro; embranquecido no sentido de ocidentalizado, modernizado e cristianizado, que não consegue perceber a existência de outros sentidos e possibilidades de organização, ação e existência. (2013, p.118)

Através de uma lógica colonialista na historiografia que impactou e influenciou por meio de discursos científicos que tendiam a inferiorizar e esvaziar a cultura, a religião e os saberes de um povo, a colonialidade do poder, conceito criado por Aníbal Quijano (2005), trata-se de como o sistema capitalista influenciou o pensamento hierarquizador acerca do conceito de raça, de forma que reforça desigualdades, privilegiando classes, gêneros e raças, naturalizando o poder dos colonizadores sob os colonizados, através de um parâmetro eurocêntrico.

A decolonialidade se apresenta como uma contra narrativa que busca descentralizar pressupostos eurocêntricos, desconstruindo conceitos, padrões e narrativas, opondo-se às permanências coloniais e centralizando a raça enquanto principal ponto no debate decolonial. No entanto, apesar de sua influência nos estudos decoloniais, Quijano não localiza o gênero enquanto categoria utilizada pela colonialidade como forma de oprimir e inferiorizar, sua lógica

demonstra a não validação do gênero e acaba por invisibilizar as outras múltiplas formas de violências, como formas de dominação. Nesse sentido, o gênero aqui abordado está inserido no parâmetro de sujeitos/as/es que experienciam historicamente as problemáticas de gênero e raça.

Considerando as categorias em comum como a raça, gênero, classe, orientação sexual, regionalidade, religião e território etc, no qual as mulheres negras propuseram-se discutir, articulando-se e mobilizando-se em diferentes regiões do país, o lema era *organização*, sendo imprescindível para uma verdadeira transformação social (Gonzalez, 2020), principalmente quando falamos de encontros e reencontros em espaços de afirmações de identidades, como o próprio Movimento Negro e demais espaços de poder que empoderam, por meio de práticas e discursos, os sujeitos que de alguma forma se sensibilizam com a luta e vivencia ela.

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto *amefricanas*, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (2020, p.269-270)

Sendo assim, nosso diálogo com o feminismo negro é imprescindível, de modo que nosso objetivo de pesquisa busca evidenciar o protagonismo político de mulheres negras em diferentes esferas de atuação através de suas lutas contra o racismo e a violência de gênero. As teorias, sobretudo aquelas que dialogam com o feminismo negro, são fundamentais para a sua compreensão epistemológica, nas construções de diálogos entre os grupos sociais e sua contribuição política nas produções imbuídas por conceitos bases do feminismo negro. De acordo com a historiadora Iraneide Silva (2016) sobre as movimentações de gênero no Movimento Negro:

A condição de desigualdade aliada à experiência de gênero, vividas no interior do próprio movimento negro, impulsionou as mulheres negras a se organizarem e a fundarem, nos anos de 1980, o Movimento das Mulheres Negras, que hoje é parte integrante da Articulação Latina e Caribenha de mulheres negras, bem como de outras organizações internacionais. Elas também estão à frente de organizações políticas importantes como as Organizações não Governamentais de Mulheres negras e os terreiros. (2016, p.74)

Conscientes de que a pauta racial do Movimento Negro seria sua principal bandeira de luta, uma possibilidade de visibilidade e representatividade para mulheres negras seria tecer o seu próprio movimento. Segundo Lélia Gonzalez, “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo” (Gonzalez, 2020, p.76), sendo a constituição de um novo movimento, no caso de mulheres negras, seria um lugar

possível de abordagem de trajetórias, experiências e demandas, sob a perspectiva específica da mulher negra. Acerca da participação de mulheres negras no Movimento Feminista, conclui-se que aquela manifestação política não abrangia as especificidades de outras mulheres, o que para Gonzalez é um caráter ilógico do movimento ao defender à primeira vista a violência de gênero, mas desconsiderar outras opressões.

Enquanto isso, nossas experiências com o Movimento de Mulheres, caracterizavam-se como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes éramos consideradas “agressivas” ou “não-feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em contas nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão da exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar; afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado, permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher” [...]. (2020, p.104-105)

Considerando as diferentes possibilidades de mulheres, sobretudo as suas vivências e trajetórias específicas, a seguir destacaremos as formas de resistência através de eventos tecidos por mulheres negras militantes de diferentes movimentos sociais no período 1980-1988 em diversas regiões brasileiras. Ao darmos ênfase nas dissidentes localidades do país em que foram realizados encontros/eventos, buscamos visibilizar a região nordeste como forma de descentralizar o eixo sudeste. Deixamos claro que os estados de São Paulo e Rio de Janeiro – estados em que mais tiveram organizações negras – foram fundamentais na eclosão do Movimento de Mulheres Negras, todavia, não podemos esquecer que o Nordeste foi também um palco de atividades coetâneas que impulsionaram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em 1988.

1.1 LAROYÊ⁸!: PEÇO LICENÇA PARA FALAR DAS QUE VIERAM ANTES

Apesar do nosso recorte constar a partir da década de 1980, não podemos desconsiderar a importância do Conselho Nacional de Mulheres Negras⁹ que se auto registrou como a primeira forma de organização de mulheres negras (Lemos, 1997). Criado em 1950, o Conselho surge dentro do TEN enquanto um departamento específico da mulher negra, seus “objetivos iam desde a educação a aulas de dança e música” (Lemos, 1997, p.68). Em seu interior, o Conselho

⁸ Expressão usada nas religiões de matrizes africanas, como saudação à entidade Exu, o mensageiro que abre os caminhos.

⁹ Em 1950, foi criado o Conselho Nacional das Mulheres Negras. Suas fundadoras eram mulheres vinculadas ao TEN, mas a maior parte das propostas elaboradas pelo Conselho não se efetivou. Nessa segunda fase, entre as principais lutas, estava a defesa de direitos das empregadas domésticas, profissão exercida em sua maioria por mulheres negras, luta que contou com grande contribuição de ativistas como Laudelina de Campos Mello (1904-1991). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-18-de-maio-de-1950-acontecia-criacao-conselho-nacional-de-mulheres-negras-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 29/08/2024.

teve a contribuição da mineira Laudelina de Campos Melo, uma das principais militantes dos direitos das mulheres e das empregadas domésticas do século XX. Porém, mesmo diante dessa possibilidade de uma representação unificada sob a perspectiva da mulher negra, as próprias integrantes “viram que o Departamento Feminino não contemplava sua organização” (Lemos, 1997, p.68).

Cerca de duas décadas depois foi criada a Reunião de Mulheres Aqualtune (REUNIMA), articulada no mesmo ano de criação do MNU em 1978. Tanto o Conselho Nacional de Mulheres Negras quanto a REUNIMA tinham em seu discurso as especificidades da mulher negra e o serviço doméstico, pautas recorrentes nos encontros de mulheres negras na década de 1980 em vários estados brasileiros. Um outro ponto que infelizmente une essas duas representações é que elas não tiveram uma longa atuação, possivelmente devido à falta de apoio de outras entidades negras ou pela cisão de ideias, como iremos ver a seguir com a REUNIMA.

O propósito da REUNIMA era o incentivo à reflexão acerca da baixa participação de mulheres negras no MNU, a criação de um grupo independente supriria a falta da representação feminina negra. Uma das pesquisas mais referenciadas no que cerne as mobilizações de grupos de mulheres negras no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 foi realizada por Rosália Lemos (1997), sua produção buscou identificar e analisar os principais grupos/eventos nesse período e quais eram as suas indagações e proposições, além do levantamento dos grupos de mulheres negras, foi realizado também entrevistas com mulheres negras militantes que pertenceram à diferentes entidades no período das décadas de 1970 e 1980.

Referente à REUNIMA, Lemos (1997) aborda que uma das estratégias do grupo segundo uma de suas integrantes, a Léa Garcia, era que a entidade seria a articulação de uma grande reunião de mulheres negras. Mas, sob um outro ponto de vista, uma outra integrante da REUNIMA, chamada Suzete, afirma o seguinte:

Aí, chamamos de REUNIMA, que era a Reunião de Mulheres Aqualtune (...) não era grupo, era uma ancestralidade, era uma questão de articulação, de um espírito, então todo mundo se considerava Aqualtune. (...) Já que a gente é negro e está resgatando essa bandeira de negritude lutar, nada melhor que mexer com a ancestralidade, e a ancestralidade então da máxima, da guerreira máxima, (...) daqui a pouco os homens daqui, Orlando, Paulo Roberto começaram a ficar apavorados, pois o grupo estava crescendo, porque não era o grupo, mas a reunião estava se tornando um ponto de encontro, vinha mulher de tudo que era parte, né? Aí a gente conseguiu reunir a mulherada, e a gente se perguntou: “e agora o que vamos fazer?” (1997, p.71)

A ancestralidade era expressada nos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil, sobretudo nos eventos tecidos por esses grupos, traziam nomes de rainhas negras que se

destacaram¹⁰ em algum momento na História para retratar as suas contribuições históricas e como símbolos de resistência negra. O resgate de nomes que foram símbolos de luta para a população negra compõe o que a antropóloga Lélia Gonzalez chama de amefricanidade, uma categoria definida pela relação de África e América Latina, através de suas relações sociais, linguísticas, religiosas, culturais etc.

Voltando à REUNIMA, posterior a sua criação, já na década de 1980 iniciou-se uma tensão devido às diferentes visões referentes ao destino da entidade. Dois pontos de vista foram encabeçados por duas integrantes: o primeiro deles, levantado por Suzete Paiva, pontuava sobre a necessidade das mulheres serem inseridas no Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN)¹¹. A outra integrante, Pedrina de Deus, levantou a questão sobre a importância da criação de um novo movimento para que houvesse uma maior autonomia das mulheres negras. Esse último ponto tinha como argumento as muitas brigas ocorridas naquele espaço, de modo que a iniciativa de um descolamento do Movimento Negro daria independência à REUNIMA. Havia, portanto, o medo de fragmentar o Movimento Negro, ao mesmo tempo que se buscava incentivar a criação de uma organização autônoma (Lemos, 1997). As diferentes concepções acerca do futuro da REUNIMA não fizeram com que o grupo se desorganizasse, pelo menos naquele instante, mas, aos poucos, cada integrante foi buscando caminhos diferentes a partir de suas próprias convicções. De acordo com a integrante Suzete em entrevista cedida à Rosália Lemos, havia uma naturalidade com as divergências entre as mulheres negras:

O racha que deu não foi de briga. A Azoilda também estava participando do jornal e a Cecília também (...) Então, a Oyr ia lá e vinha aqui, porque a Pedrina achou que tinha que sair daqui. Eu achava que não, ela vai sair e eu fico, quem quiser ficar comigo que fique, quem quiser ir com ela, vai. E a gente se esbarra por aí. (...) Porque a Pedrina não suportava mais cada dia que a gente chegava aqui tinha uma pitica. (1997, p.72)

¹⁰ Entendemos por “destacaram” pessoas que lutaram a partir de diferentes estratégias pela sua sobrevivência em diferentes contextos históricos. Considera-se que, historiograficamente, a inserção de narrativas de sujeitos marginalizados enquanto cidadãos e cidadãs ativas socialmente nas produções historiográficas só se deu a partir da segunda metade do século XX. No entanto, o reconhecimento por parte dos integrantes de movimentos sociais, sobretudo do Movimento Negro, foi algo inerente às suas bandeiras de luta e, principalmente, à constatação de uma ancestralidade negra.

¹¹ Entidade do Movimento Negro com sede no Rio de Janeiro, fundada em 08 de julho de 1975, que ocupa um lugar de referência na pesquisa da luta antirracista. Seus objetivos consistem em denunciar e combater o racismo nas suas inúmeras formas. Na qualidade de órgão pesquisador, os meios utilizados para a sua ação ocorrem através da promoção de Seminários, Palestras, Mesas-redondas, Conferências e Congressos. O resultado prático dos meios se materializa na publicitação de vários tipos de trabalhos de naturezas diversas destinados ao conhecimento e à formação dos interessados no combate ao racismo e às desigualdades sociais. Por aqui passaram pesquisadores e militantes que se deslocaram dentro e fora do território brasileiro de onde abarcaram vasto conhecimento nutrindo farto material de pesquisa. A postura antropológica dos pesquisadores fez expandir seus objetos de estudo no interesse do povo negro, tanto dentro do território nacional, como também do internacional. Ver em: <<https://fpabramo.org.br/pt42anos/timeline/criacao-do-instituto-de-pesquisas-das-culturas-negras-ipcn-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2024.

Entretanto, antes do racha do Aqualtune, foi realizada uma primeira e única cartilha que tinha como temática o serviço doméstico. Para Lemos (1997), essa produção apresentou a primeira bandeira do Movimento de Mulheres Negras, sendo esta uma das principais abordagens nos eventos ao longo da década de 1980. A pauta sobre o serviço doméstico não estaria voltada à baixa remuneração do trabalho, mas tratava-se de “uma denúncia e reconhecimento da valorização de um tipo de trabalho que a maioria das mulheres negras exerceu e ainda exerce, que é o emprego doméstico” (Lemos, 1997, p.73). A cartilha também poderia ser uma possível união das cisões provocadas pelos diferentes pontos de vista das mulheres do REUNIMA, no entanto, não foi isso que ocorreu e “entre mágoas e expectativas diferenciadas, o REUNIMA encerrou seu breve capítulo na organização do movimento das mulheres negras no Rio de Janeiro” (Lemos, 1997, p.73). Assim como bem afirmado por Suzete “a articulação de mulheres plantou sementes” (1997, p.73), sendo um de seus maiores frutos o NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, criado em 1983, mas sobre este grupo abordaremos posteriormente.

1.2 I ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS DO RIO DE JANEIRO E O NZINGA INFORMATIVO

Dando início aos eventos da década de 1980, nos deparamos com o I Encontro de Mulheres Negras do Flamengo/RJ. Este é um dos eventos em que nós tivemos com maior riqueza de detalhes através da documentação do Sistema Nacional de Informações (SNI)¹², através de consultas, tivemos o acesso ao dossiê do encontro. Apesar de ter apenas 8 páginas contendo a descrição do evento, ele foi necessário tendo em vista a afluência de detalhes, como a programação do evento, propostas, mesa coordenadora etc.

Nosso exercício metodológico em todos os dossiês do SNI, referentes aos eventos analisados, foram de observar as descrições das propostas dos encontros, bem como os discursos transcritos de pessoas que participaram do ato, temáticas abordadas, lugares sociais, estados, críticas tecidas etc. O percurso de análise desenvolveu-se a partir de informações gerais, como por exemplo, as datas de realização dos eventos – considerando o nosso recorte temporal de 1980-1988 – o que nos possibilitou perceber os encontros coetâneos, em especial, na região nordeste que precederam e foram responsáveis pela realização do I Encontro Nacional de Mulheres no Rio de Janeiro em 1988. Além da observação das simultaneidades dos eventos, pudemos constatar as principais demandas propostas pelas mulheres negras ao longo do período

¹² Alguns dos eventos que abordaremos neste capítulo, nós só tivemos conhecimento devido aos dossiês do SNI. Disponível: < <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp>>.

investigado, tendo em vista que, ao verificar os discursos presentes nos dossiês, percebemos as similaridades entre as pautas e quais delas foram levadas até o nosso último evento pesquisado e, consideravelmente, um dos mais relevantes da década de 1980, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

O I Encontro de Mulheres Negras aconteceu nos dias 04 a 06 de março de 1983, promovido pelo Grupo de Mulheres Negras (GMN), sendo a mesa coordenadora composta por Joselina da Silva¹³, Benedita da Silva¹⁴, Walquiria de Almeida Carvalho¹⁵, Teresa Cristina Araújo Costa¹⁶, Lélia de Almeida Gonzalez¹⁷, Celso da Silva Soares¹⁸ e Adélia Azevedo dos Santos¹⁹. Ao longo dos dias do evento, foram discutidas questões sobre a dificuldade da luta do negro, e “que essa luta só terá algum significado positivo caso houvesse uma reformulação de posicionamento dentro do próprio movimento negro”²⁰, como afirmou Benedita da Silva, na época vereadora pelo PT no Rio de Janeiro e atualmente deputada federal.

De acordo com Kimberle Crenshaw “por causa de sua identidade interseccional como mulheres e não-brancas dentro de discursos que são moldados para responder a um ou outro, mulheres não-brancas são marginalizadas dentro de ambos” (1991, p.1244), além de mulheres negras que centralizam os discursos sobre as questões raciais e de gênero, a tendência é de que suas experiências sejam secundarizadas.

Raça, gênero e outras categorias de identidade são tratados com maior frequência no discurso liberal dominante como vestígios de preconceito ou dominação — isto é, como estruturas intrinsecamente negativas nas quais o poder social trabalha para excluir ou marginalizar aqueles que são diferentes. (1991, p.1242)

A partir da análise de Benedita da Silva, a luta do movimento negro tem suas problemáticas partindo da necessidade de sua própria reformulação interna. Isso demonstra não somente o não-lugar da mulher negra, sobretudo suas demandas, mas possivelmente a necessidade de diálogos internos sobre os discursos e atitudes tomadas pelo próprio movimento negro. Adiante, Lélia Gonzalez também falou sobre os empecilhos políticos que Benedita da Silva estaria lidando em seu percurso político.

A vereadora Benedita da Silva está encontrando sérias dificuldades na Câmara para expor os problemas da raça negra, devido a interferência de Ludmila Popow Mayrink

¹³ Presidente da mesa e membra do GMN.

¹⁴ Vereadora pelo PT/RJ e Presidente de Honra do GMN.

¹⁵ Membra do GMN.

¹⁶ Socióloga.

¹⁷ Membra do Movimento Negro unificado (MNU), assessora de Benedita Da Silva na Câmara.

¹⁸ Advogado e membro da OAB/RJ.

¹⁹ Membra do Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN).

²⁰ I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro - Dossiê (SNI)

da Costa, vereadora do PDS/RJ. Esta é da direita radical e impede a vereadora do PT de falar, alegando que no Brasil não existe preconceito racial²¹.

Compreendemos esse encontro de mulheres negras como um ato fundamental para a representatividade da luta negra feminina, sendo um espaço de compartilhamento de ideias, experiências, questionamentos, discursos e narrativas que retratam as múltiplas realidades de mulheres negras. Sobre a fala de Lélia Gonzalez, é importante sinalizar que: chegamos numa encruzilhada. Como já abordado anteriormente, a interseção de categorias delimita as formas em que sujeitos e sujeitas irão enfrentar ao ocupar espaços, as “sérias dificuldades” da vereadora Benedita da Silva ao abordar sobre os problemas enfrentados pela raça negra relaciona-se ao seu lugar enquanto mulher, negra e militante, num local majoritariamente branco e masculino. Porém, nesse caso, apontado por Gonzalez, a interferência seria de uma outra vereadora que em seu discurso foi construído a partir de uma narrativa de que no Brasil, não haveria preconceito racial, o que conseqüentemente não haveria funcionalidade ou importância da criação de políticas públicas que auxiliasse a população negra brasileira no processo de enfrentamento e superação do racismo.

A partir da afirmação de Ludmila Mayrink, partindo de seus marcadores sociais, sendo uma mulher branca na política, da “direita radical”, como afirmado por Lélia Gonzalez, Mayrink encontra-se num lugar de privilégio da branquitude ao desconsiderar as múltiplas formas de violência e obstáculos que a comunidade negra lida historicamente, corroborando ainda com discursos construídos sob narrativas que invalidam não só a luta antirracista, mas também a de gênero. Como se as margens fossem as pessoas excluídas historicamente e o centro, comporta sujeitos e sujeitas que compadecem com a importância da manutenção de monopólios, enriquecendo interesses à grupos que historicamente, culturalmente, economicamente e politicamente foram privilegiados.

Importante destacar que apesar das críticas voltadas a outros movimentos que colocam à margem a situação da mulher negra, esse também foi um momento de reivindicações e debates sobre a militância, a cultura negra no cotidiano e na escola. Algumas das proposições apontadas foram aprovadas, como, por exemplo, a campanha de conscientização dentro da própria comunidade negra para depois reivindicá-las junto ao governo e a sociedade, mostrar a luta específica da mulher negra e a participação efetiva dos grupos, saindo da fase da denúncia para a de participação ativa²².

²¹ Idem.

²² Idem.

Várias propostas foram admitidas ao longo dos dias de evento, destacam-se: divulgar e responsabilizar o Governo pelos atos de violências praticado contra o negro; e a abertura de um espaço para a arte negra, sendo necessária a criação de uma comissão do interior do próprio movimento antirracista para lutar pela arte afro-brasileira em todos os seus segmentos. O Deputado Estadual José Miguel, do PDT/RJ, enfatizou que o racismo existente no país é tão grande que não se vê um negro sequer em qualquer órgão que tenha cargo de direção, embora existam pessoas negras capacitadas, pouco se ocupa esse espaço. O deputado citou como exemplo as Forças Armadas, pois a partir do momento que uma pessoa negra atinge o posto de Coronel, antes que chegue ao posto de General, é reformada²³.

Para Beatriz Nascimento, “não chega a ser exagero afirmar que, entre 1888 e 1970, com raras exceções, o negro não pôde se expressar na luta pelo reconhecimento de sua participação social” (Nascimento, 2014, p.54). Logo, as possibilidades de ascensão da população negra na sociedade brasileira desde o início do pós-abolição até a década de 1970, e ainda sinalizo, até posterior a esse período, são limitadas as oportunidades de ocupar espaços em cargos mais elevados.

O I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1983 se destaca no sentido de ter sido um encontro – não somente de mulheres negras – mas que se discutiram pautas de interesse tanto das próprias mulheres quanto do Movimento Negro. Percebe-se a necessidade de denunciar os abusos por parte das instituições policiais, como, por exemplo, a acusação de que as prostitutas da área do centro da cidade do Rio de Janeiro estariam sendo exploradas por policiais que faziam rondas naquela região, e ainda lhes cobravam uma taxa sobre o valor arrecadado, caso recusassem, não as deixariam voltar ao local, além das agressões que por eles eram são submetidas. Destacando-se as questões específicas das mulheres negras, sobretudo as que viviam sob condições de violência causadas por policiais, as duplas, triplas discriminações em que mulheres negras experienciam cotidianamente, racial, de gênero e classe, além do não-lugar da mulher negra no próprio Movimento Negro, principalmente quando se discute a necessidade de uma reorganização no movimento, reconhecendo a importância de um movimento que discuta as especificidades femininas negras.

[...] a ideia das opressões cruzadas e indissociáveis de gênero, raça e classe já fazia parte do repertório discursivo das mulheres negras brasileiras desde os anos 1970 e 1980, período em que muitas integrantes do que viria a se constituir como um movimento autônomo começaram suas atividades, em uma dupla militância junto a coletivos de mulheres e de negros brasileiros, os quais reemergiram na década de 1970. (Rodrigues; Freitas, 2021, p.4)

²³ Idem.

Considerando as séries de acontecimentos e experiências de grupos considerados marginalizados que certos conceitos são elaborados e utilizados, nesse caso a partir da epistemologia feminista negra, as visualizações das práticas de resistências negra na década de 1980 foram importantes para o aumento de produções acadêmicas – ou não – à respeito das diferentes formas de articulações negras. A exemplo, as movimentações de mulheres negras perpassaram o campo social e tornaram-se referência na criação de teorias, metodologias e narrativas nas obras de intelectuais negros. Como no caso do grupo de mulheres Nzinga que problematizou, denunciou e representou a luta de mulheres na sociedade brasileira – de todas as mulheres – mas, com o recorte racial, o olhar para as mulheres negras.

Ainda no mesmo ano de realização do I Encontro de Mulheres no Rio de Janeiro/RJ em 1983, foi criado o Grupo de Mulheres Nzinga, formado por mulheres negras do Movimento Negro e por moradoras de favelas do Rio de Janeiro. Esse grupo tem destaque, pois, após dois anos de sua criação, foi elaborado um periódico intitulado *Nzinga Informativo* que veio a ser publicado entre os anos de 1985 a 1989, somente retomada em 1995. Considerado como um dos primeiros periódicos independentes do feminismo negro brasileiro, esse informativo-coletivo foi um dos marcos importantes na década de 1980, a sua criação significou uma importante influência para além do Estado do Rio de Janeiro, o *Nzinga Informativo* alcançou outros estados brasileiros: no ano de 1984 chegou ao Estado de São Paulo, na cidade de Bertioga em 1985 e no Maranhão em 1986.

Importante ressaltar que a presença do periódico em outras regiões do país se deu a partir dos próprios encontros de mulheres negras, mesmo anterior a grandes eventos, como o I Encontro de Mulheres Negras em 1988 no Rio de Janeiro, o periódico alcançou uma expressiva popularidade. Em entrevista cedida à historiadora Rosália Lemos, uma das “Nzingas”, a militante Jurema Batista afirma a seguinte questão:

O Nzinga deu visibilidade ao movimento de mulheres negras, que é anterior à Bertioga, engraçado, né?... não era uma coisa organizada assim: “a partir de hoje tem movimento de mulheres negras”, mas era aquela coisa da gente ir para rua, eu, você, Mira, Lélia... deu uma visibilidade... (1997, p.86)

A figura de Lélia Gonzalez apresenta-se quase que constantemente nas articulações de mulheres negras. Afinal, ela é considerada como uma das idealizadoras do MNU e referência quando se trata das atuações e nas pesquisas sobre o feminismo negro no Brasil, decerto que a sua participação e influência – assim como a de outros intelectuais negros – foi importante para a criação e intensificação da mobilização política de mulheres negras e da luta antirracista. A antropóloga esteve presente nos debates para a construção do Memorial Zumbi na Serra da

Barriga em União dos Palmares, nesse mesmo período, mas esse fato será abordado no próximo capítulo.

Sendo um fundamental veículo de informação, o Nzinga buscava abordar e denunciar as violências experienciadas pelas mulheres, propondo debates e formações políticas, divulgando biografias de mulheres negras na luta antirracista que influenciaram as estratégias no debate racial do país. Uma questão importante observada por Jurema Batista, relacionado à passeata do dia 8 de março de 1983, dia Internacional da Mulher, onde houve uma tensão entre as mulheres negras e brancas presentes no ato, devido à desconsideração das vozes de mulheres negras. Houve um momento em que uma mulher branca, feminista, “pintou-se de preto e colocou umas cartas com os seguintes dizeres: ‘três vezes discriminada: mulher, negra e favelada’” (Lemos, 1997, p.76). A contar dessa situação, Jurema Batista enfatizou o seguinte:

Eu sempre achei isso muito confuso, poderia ser algo de solidariedade, mas o que isso quis dizer para a gente era que elas estavam negando nossa presença no movimento feminista. Porque na verdade pintar a cara, era dizer que não tinha mulher negra lá para fazer esse papel. Tinha! Nós estávamos lá, tanto é que nós estávamos na passeata... então nos representar lá... Eu vi umas coisas assim, as babás carregando carrinhos das patroas, das madames. Isso é muito complicado. Esse era o problema, não precisava ter representante, a gente estava lá, estávamos presentes. Então a solidariedade era por exemplo, Bertiooga ter espaço para as mulheres negras pobres estarem lá. (1997, p.76)

Percebe-se que apesar da presença feminina negra nesse espaço, suas vozes eram omitidas, suas críticas e especificidades eram evocadas por feministas brancas, como se suas existências fossem invisíveis – na verdade, invisibilizadas por esse movimento –, como se fosse necessária uma representação de mulheres brancas para “validar” o discurso racial de mulheres negras. Todavia, portanto, consideramos fundamental a participação de pessoas brancas na luta antirracista, sendo esta uma forma importante de reconhecimento do privilégio da branquitude.

O conceito de branquitude, elaborada por Cida Bento (2022), refere-se à manutenção de privilégios que pessoas brancas historicamente usufruem, seja na política, cultura, religião, educação, economia etc, esse conjunto de fatores tendem a serem vistos e tidos de forma positiva quando se há um privilégio. Mas, ao contrário do privilégio branco, a população negra não está amparada, de modo que quando se há a presença negra usufruindo desses espaços é visto através da perspectiva folclórica, submissa e tende a ser silenciada.

Assim vem sendo construída a história de instituições e da sociedade onde a presença e a contribuição negras se tornam invisibilizadas. As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua

perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. (2022, p.14)

A partir do fato relatado por Jurema Batista, sobre a invisibilidade de mulheres negras dentro do movimento feminista, Cida Bento (2022) elabora sobre a massiva representação de pessoas brancas em lugares qualificados, em que, através da lógica do merecimento do espaço, são pessoas capacitadas para ocuparem quaisquer espaços, ao contrário das pessoas negras, pois, a consequência da baixa representatividade relaciona-se ao fato de que esses sujeitos/as/es não estão preparados/as/es para ocuparem determinados locais (Bento, 2022).

Trata-se da herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir ao seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo. Este é o pacto, o acordo tácito, o contrato subjetivo não verbalizado: as novas gerações podem ser beneficiárias de tudo que foi acumulado, mas têm que se comprometer “tacitamente” a aumentar o legado e transmitir para as gerações seguintes, fortalecendo seu grupo no lugar de privilégio, que é transmitido como se fosse exclusivamente mérito. E no mesmo processo excluir os outros grupos “não iguais” ou não suficientemente meritosos. (2022, p.19-20)

Nesse sentido, para Lélia Gonzalez, com relação à articulação de mulheres negras, o lema era *organização* (Gonzalez, 2020) e tendo essa compreensão da importância da ascensão do Movimento de Mulheres Negras pelo país, o periódico foi um porta-voz da luta feminina negra, suas aspirações e denúncias foram retratadas ao longo dos seus anos de existência. A sua formação, e até mesmo o nome do periódico, foi pensado de modo que houvesse o reconhecimento político-histórico da rainha Nzinga²⁴, por meio de sua representação enquanto mulher, negra, guerreira e estrategista, uma personalidade muito representativa para os coletivos de mulheres negras. De acordo com Lélia Gonzalez, a respeito do nome do informativo:

A escolha do nome de NZINGA tem a ver com a nossa preocupação de resgatar um passado histórico racalcado por uma “história” que só fala dos nossos opressores. E a famosa rainha Jinga (NZINGA) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola. E o pássaro que usamos como símbolo tem a ver com a tradição nagô, segundo a qual, a ancestralidade feminina é representada por pássaros. E nossas cores têm a ver, o amarelo com Oxum, e o roxo com o movimento internacional de mulheres. (2020, p.108)

²⁴ Hoje, na República de Angola, Nzinga ocupa o lugar de heroína. Em sua trajetória de vida ela foi figura de grande destaque nos conturbados contextos políticos e ideológicos da região, atuou diretamente nos maiores momentos de confronto militar e de negociação. Rainha, guerreira e habilidosa estrategista, ela assumiu o título Ngola. Foi expulsa pelos portugueses do seu reino e tempo depois conquistou outra região, a Matamba, onde governou até sua morte natural, aos 82 anos. A trajetória de Nzinga, marcada por muitas ambiguidades, favoreceu a representação de uma figura de mulher feroz inimiga dos europeus; ou então, a sua conversão à fé cristã foi vista como a prova de uma harmoniosa relação com as autoridades portuguesas. Outro ponto enfatizado nas abordagens sobre a vida dessa rainha, ao lado do aspecto guerreiro, mágico e cruel, é sempre o “escandaloso” comportamento sexual de Nzinga. (Pantoja, 2010, p.317-318)

Uma característica importante e que nos chama atenção são os nomes dos coletivos que possuem nomes africanos de figuras negras que historicamente foram protagonistas na luta pela sobrevivência. Nesse caso, destacamos o próprio periódico Nzinga, sendo possível a relação da articulação das entidades com as ideias pan-africanistas, sobretudo a partir da categoria de amefricanidade defendida por Lélia Gonzalez, de modo que, enquanto sujeitos e sujeitas da América Latina, descendentes de África, há uma espécie de junção dos continentes – América e África, portanto Améfrica – a categoria evidencia as similaridades da América Latina com o continente africano, especialmente as manifestações culturais e a linguagem. A língua chamada de “pretoguês” por Gonzalez, “nada mais é do que a marca da amefricanização do português falado no Brasil” (Gonzalez, 1988, p.128). Com relação às confluências entre África e Brasil, a antropóloga debruça que o racismo é um mecanismo facilitador para o apagamento das contribuições culturais da comunidade negra.

Similaridades ainda mais evidentes são constatáveis, se o nosso olhar se volta para as músicas, as danças, os sistemas de crenças etc. Desnecessário dizer o quanto tudo isso é encoberto pelo véu ideológico do branqueamento, é recalcado por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular”, “folclore nacional” etc, que minimizam a importância da contribuição negra. (2020, p.128)

Ao articular gênero, raça e classe, Gonzalez defende que as amefricanas são sujeitas ativas na militância política, em entidades como o Movimento Negro ou no próprio Movimento de Mulheres Negras, grupos que se mobilizaram por todo o país na luta contra o racismo e o sexismo.

Em outro texto nosso, introduzimos a categoria de amefricanidade e caracterizamos o termo amefricanas/amefricanos como nomeação de todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América antes de seu “descobrimento” por Colombo. E, nesse longo processo histórico que marca a presença negro no Novo Mundo, as mulheres, ontem como hoje, têm um papel de fundamental importância. No caso brasileiro, vamos encontrá-las como ativas participantes de todos os movimentos de resistência e de libertação de que se tem notícia. (Gonzalez, 2020, p.246)

Além de falarmos em pretoguês, é fundamental nos aquilombarmos. Para a linguista Conceição Evaristo, “é tempo de formar novos quilombos em qualquer lugar que estejamos. E que venham os dias futuros. [...] A mística quilombola persiste afirmando: a liberdade é uma luta constante”²⁵. A ideia de aquilombamento advém da palavra quilombo²⁶, originado nas

²⁵ Artigo publicado no Jornal O Globo em dezembro de 2019. < <https://oglobo.globo.com/cultura/em-textos-ineditos-escretores-expressam-desejos-para-2020-1-24165702>>. Acesso em 26 de agosto de 2024.

²⁶ O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aporuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu, cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (Munanga, 1996-1996, p.58)

“regiões africanas de áreas bantus nos séculos XVI e XVII” (Munanga, 1996-1997, p.58), sendo uma das formas de resistência negra no período colonial, os quilombos foram autogeridos por escravizados africanos fugidos em busca de liberdade, principalmente buscando sobrevivência. Para a historiadora Beatriz Nascimento, no século XX, os quilombos passam a ter uma caracterização ideológica, principalmente por passarem a serem objetos de estudos na “edição da coleção Brasiliana da Editora Nacional publica três títulos sobre o quilombo” (Nascimento, 2014, p.54), portanto, as produções voltadas aos estudos sobre os quilombos parte de um momento de definição de uma nacionalidade (Nascimento, 2014), o que posteriormente ganha ainda mais intensidade com a Frente Negra Brasileira (FNB) e Teatro Experimental do Negro (TEN).

O conceito de quilombismo foi tecido por um dos mais influentes intelectuais e militantes negros do Brasil, Abdias do Nascimento. A sua categoria conceito é definida a partir das diferentes possibilidades de grupos de resistência negra, como as irmandades, clubes, terreiros, afoxés, escolas de samba, grupos de cultura negra; são formatos diferentes que constroem possibilidades de mobilização da comunidade negra, uma “práxis afro-brasileira” (Nascimento, 1980), logo, as possibilidades de (re)união, articulação e coletividade, são extensas devido às mais variáveis formas de resistência negra.

Em diálogo com o conceito de quilombismo de Abdias do Nascimento, é a definição de quilombo feito pela historiadora e militante Beatriz Nascimento, uma das principais pesquisadoras que mais se destacou nos estudos sobre territorialidade e África, ao lado de Lélia Gonzalez, compõem uma das principais representações do feminismo negro na luta antirracista no Brasil. Seja no âmbito doméstico ou social (Nascimento, 1980) as sociedades alternativas são possibilidades de diferentes formas de resistência negra que podem se apresentar no “caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, de hábitos, gestos, e assim por diante. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil” (Nascimento, 1980, p.46). Essas diversas possibilidades de aquilombamento, quilombismo e quilombo, também tem relação diretamente com o seu contexto e territorialidade, “[...] tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território” (Nascimento, 1989, p.59)²⁷. A partir das conceituações de Abdias do Nascimento e de Beatriz do Nascimento, consideramos fundamentais as suas definições no sentido de

²⁷ Citação de Beatriz Nascimento no livro “Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento” (2006) do antropólogo Alex Ratts, a produção tem como intuito visibilizar a contribuição intelectual de Beatriz Nascimento.

estabelecer não só a importância da ancestralidade enquanto principal referência de experiência coletiva, mas também como categorias que estabelecem as mais diversas formas de quilombo.

De tão significativos para a história do Brasil, os quilombos se transformaram em verbo: quilombar é o ato de se unir para existir não só fisicamente, mas nas demais dimensões do humano. É (re)educar, dialogar, compartilhar, enfrentar, construir. É o corpo individual que se transforma em experiência coletiva de luta, resistência e partilha. Aquilombar é conectar em rede. (Veloso; Andrade, 2021, p.173)

Nesse sentido, os quilombamentos das amefricanas nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil demonstram o ganho da intensidade de múltiplos movimentos que buscaram resistir às condições impostas advindas de pressupostos coloniais. Sobre o Nzinga Informativo e os coletivos/movimentos de mulheres negras pelo país na década de 1980, Rios e Freitas (2018) afirmam que a emergência da criação de periódicos e movimentos sociais, nesse período, foram impulsos importantes para o fortalecimento do feminismo negro, sobretudo o protagonismo que mulheres negras tiveram nesse percurso, desde a criação de teorias acadêmicas a partir de figuras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, até as suas atuações nas mobilizações negras enquanto organização.

Cabe aqui um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região — e também para as ameríndias —, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça. A exploração de classe e a discriminação racial constituem as referências básicas da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravidão negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, sejam crianças, adultos ou idosos. [...] temos participação ativa e, em muitos casos, somos protagonistas. Mas é exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos parceiros do movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tentam nos excluir da esfera de decisão do movimento. E é justamente por esse motivo que buscamos o movimento de mulheres, a teoria e a prática feministas, acreditando poder encontrar ali uma solidariedade tão cara à questão racial: a irmandade. Contudo, o que realmente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racistas [...]. (Gonzalez, 2020, p.147)

A crítica de Gonzalez ao Movimento Negro e ao Movimento Feminista reforça o questionamento sobre o lugar da mulher negra na sociedade, no mercado de trabalho, nos relacionamentos, na saúde, na cultura, na televisão, na educação etc. A alternativa, seria, portanto, a organização enquanto grupos étnicos, para que assim houvesse a visibilidade de mulheres africanas, indígenas, ameríndias – amefricanas –, principalmente nos anos 1980 (Gonzalez, 2020). A conexão entre o Nzinga Informativo e a organização de “grupos étnicos”, abordado por Lélia González, pertence à autoafirmação do periódico enquanto um espaço plural e de representatividade, apesar de sua formação ser de mulheres negras e esse recorte racial ser

algo enfatizado ao longo das publicações, no discurso havia a importância da comunicação com outras categorias “independente de cor ou raça e do gênero” (Rios; Freitas, 2018, p.9).

O periódico *Nzinga Informativo* de nº4 de julho/agosto de 1988 - ano III, apresenta suas motivações para a sua criação, na segunda página, na seção “editorial” o *Nzinga Informativo* aborda sobre suas principais pautas de luta e com quem ele irá dialogar.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro - a questões do Gênero: SOMOS MULHERES - e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS - e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral. (Editorial, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

Os primeiros grupos de mulheres negras foram criados no interior do Movimento Negro (Gonzalez, 2020), essa necessidade de inserir novas esferas de luta dentro do movimento social negro, tinha como intuito visibilizar as pautas das mulheres negras, e afinal, para que suas vozes fossem ouvidas, seus discursos passíveis de serem levados em consideração e principalmente, para o reconhecimento das violências experienciadas, a criação de espaços próprios onde elas pudessem expor suas feridas íntimas e questioná-las, era fundamental.

O *Nzinga Informativo* esteve também nas organizações de eventos e encontros ao longo da década de 1980, como o próprio I Encontro Nacional de Mulheres Negras na cidade de Valença no Rio de Janeiro, em 1988, evento este tecido por grupos de mulheres negras que estavam no IX Encontro Nacional Feminista, na cidade de Garanhuns/PE, em setembro de 1987 (Editorial, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988). Além de suas publicações sobre eventos e encontros de movimentos de mulheres negras, o periódico insere textos temáticos e informativos sobre pautas fundamentais para o Movimento de Mulheres Negras, temáticas como a saúde feminina, o racismo e o machismo, além de apresentar biografias de mulheres que ao longo de suas vidas influenciaram na luta antirracista e de gênero, na educação, na saúde, como o caso de Benedita da Silva, citada no *Nzinga Informativo* na edição de número 4, jul./ago. 1988.

Benedita da Silva, 46 anos, auxiliar de enfermagem, professora, assistente social, líder comunitária, evangélica, participante dos movimentos negros, de favelas e mulheres. [...] Professora da escolinha comunitária alfabetizou a criançada, organizadora de mulheres do morro através do Departamento Feminino da Associação de Moradores, diretora desta mesma Associação por quatro vezes, fundadora, também do Departamento Feminino da antiga FAFEG, hoje FAFERJ, entidade que congrega às

Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, participante ativa do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferias. Lançada como candidata a Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, foi eleita e seu mandato foi voltado para o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais. Convidada, várias vezes, para, no exterior, falar dos problemas e das possíveis soluções nas favelas, presença marcante na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em hora nenhuma deixou de ser a BENÉ do Chapéu Mangueira. [...] Deputada Federal Constituinte, primeira Mulher Negra a se eleger para o Congresso Nacional, 19 Suplente de Secretário da Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, participou na condição de membro efetivo, da Subcomissão dos Negros, Populações indígenas e Deficientes Físicos e da Comissão da Ordem Social da Assembléia Nacional Constituinte. Indicada para membro da Comissão Nacional de Mulheres do PT. (Mulheres negras e guerreiras, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 2).

O periódico faz questão de evidenciar as potencialidades de mulheres negras vinculadas aos movimentos sociais, ressaltando suas ativas participações ao longo de suas vidas na luta por uma realidade democrática, pelo antirracismo e contra o machismo, apontando sobre a importância de sua participação na história dos movimentos sociais e na educação infantil, como no caso de Benedita da Silva.

A temática da saúde quando abordada, é, portanto, como forma de evidenciar a inacessibilidade em que mulheres negras têm de usufruir dos serviços de saúde pública, principalmente quando se leva em consideração não só a vida pública, mas a privada, uma categoria apresentada nessa edição do *Nzinga Informativo*. Em um de seus textos informativos intitulado “Saúde das mulheres: o discurso das mulheres e a ação do governo”²⁸, trata da busca da mulher em recuperar o seu corpo individual e o social, tendo de desconstruir estigmas que lhe foram atribuídos. A desigualdade social entre homens e mulheres foi discutida no sentido de trazer à luz a invisibilidade da vida privada feminina, na reprodução sexual e no trabalho doméstico.

Uma política de saúde que inclua as necessidades das mulheres deveria considerar os fatos da vida privada, local onde ocorre a reprodução da espécie e a produção dos serviços domésticos inertes, passando a reconhecê-los como a base da vida pública. A omissão das ocorrências que se passam dentro de casa, nas considerações que devem ser levadas em conta no delineamento das políticas econômicas e sociais, fomentam as desigualdades entre homens e mulheres e contribui para que sejamos a maioria entre os analfabetos, desempregados, desnutridos, sem habitação e vítimas de violência sexual. São estas condições que no seu conjunto, aceleram a deterioração do estado de saúde das mulheres. (Mulheres negras e guerreiras, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 3).

A descriminalização do aborto também está imbuída na luta pelo acesso à saúde, tendo em vista o percentual de mulheres que morrem ao realizarem abortos clandestinos. A exemplo disso, na continuidade desse texto sobre a saúde da mulher, foi mencionado a realização da

²⁸ 1ª Parte do texto apresentado no Seminário “A MULHER E A SAÚDE” (Mulheres negras e guerreiras, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 3).

mesa redonda promovida pelo Sindicato dos Médicos juntamente com os representantes da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) que ocorreu na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 18 de março de 1980, no Rio de Janeiro, “num ato histórico intitulado ‘o aborto em debate’” (Mulheres negras e guerreiras, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 3). Alinhado à inclusão da mulher ao acesso à saúde para todas as classes sociais, é indissociável a raça enquanto um dos fatores determinantes que impede que mulheres negras obtenham seus direitos garantidos, dessa forma, as bandeiras de luta como o direito pela saúde são somadas às principais categorias de dominação que representa a luta de mulheres negras: o racismo e o machismo.

Enquanto ideologias de dominação, o racismo e o machismo tendem a delinear o cotidiano de mulheres negras de variadas formas. São concepções intrínsecas nos “aparelhos ideológicos de dominação” que buscam penetrar nas camadas sociais por diferentes meios, na comunicação, economia, educação, religião, família e cultura. Apresentado no artigo “Racismo e Machismo” no *Nzinga Informativo*, n. 4, escrito por Pedrina de Deus, membra do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher/RJ, a abordagem do texto deixa explícita a definição do que é racismo e machismo, de forma didática, pois, segundo Pedrina de Deus, há uma confusão sobre a diferenciação das duas categorias, relativizando o racismo à discriminação, e o machismo a uma confusão com a opção pela heterossexualidade.

Para eles, as diferenças se tornam desigualdades. Quem não for a imagem e semelhança do elemento dominante será seu inferior. Como o negro é diferente do branco, eles dizem que o negro é inferior. Como a mulher é diferente do homem, eles dizem que a mulher é inferior. E, desde que nascemos, recebemos isto dos aparelhos ideológicos do Estado como verdadeiro. (Racismo e Machismo, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 4).

De acordo com a teórica Grada Kilomba (2019) em “*Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*”, uma de suas maiores contribuições para o debate sobre o impacto interseccional na vida de mulheres negras, e de como o racismo se atualiza e se instaura não somente como uma herança colonial, mas como uma realidade traumática que é cotidianamente negligenciada, a autora reforça a problemática da mulher negra ser o outro do outro. Essa afirmação refere-se à não reciprocidade do homem negro, do homem branco e da mulher branca para com as mulheres negras, conseqüentemente, a invisibilidade atribuída historicamente às mulheres não-brancas, é, portanto, a questão de quais modelos políticos e culturais o feminismo busca quando desconsidera o fator racial enquanto aspecto fundamental na luta antirracista.

Ao conceituar gênero como o único ponto de partida da opressão, teorias feministas ignoram o fato de que mulheres negras não são somente oprimidas por homens – brancos e negros – e por formas institucionalizadas de sexismo, mas também pelo

racismo – tanto de mulheres brancas quanto de homens brancos -, além de por formas institucionalizadas de racismo. [...] O gênero tornou-se, assim, o único foco de suas teorias. Feministas brancas têm estado particularmente interessadas na genitália e na sexualidade de mulheres negras – em questões referentes à mutilação genital ou à maternidade, por exemplo. Esse quadro se explica, por um lado, porque suas experiências com a opressão como mulheres são focadas na violência sexual, e por outro lado, devido a fantasias coloniais acerca da participação no controle da genitália, corpos e sexualidade de mulheres negras. (2020, p.103-104)

Se nasce mulher e negra, automaticamente há uma desvantagem com relação a outros indivíduos da sociedade, uma vez que ela é quem está na base da hierarquia social. Perpassada por discursos que pretendem colocá-la num papel de passividade, entende-se que sua função socialmente seja de aceitação de todo e qualquer desmerecimento e humilhação – às interpelam com narrativas de que suas existências são baseadas em servir –, heranças da escravidão que estão instauradas nas bases da sociedade por meio do racismo estrutural.

Fora de nossas casas os homens negros pensam que a luta contra o racismo está avançando. Mas nenhuma luta avança quando uma parcela desse grupo estiver oprimida e explorada. O racismo não terá fim enquanto as mulheres negras estiverem passivas, escravizadas e ignorantes. É necessário, portanto, que todos nós estejamos empenhados na luta pela emancipação da mulher negra. (Racismo e Machismo, *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 5).

Apesar do *Nzinga Informativo* de número 4 ser curto em extensão, ele apresenta a importância da participação das mulheres negras nas mais variadas camadas de atuação, especialmente nas mais diferentes lutas contra as opressões raciais e de gênero. Desde a nível das ideias, até a mudança na legislação, na emancipação da mulher negra, são obstáculos importantes para a possibilidade de início de uma real sociedade democrática.

Consideramos que o *Nzinga Informativo* foi, além de um informativo, como já diz seu título, uma espécie de potencializador do Movimento de Mulheres Negras, não somente no estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que as mulheres que faziam parte do periódico participavam de reuniões para a organização de eventos voltados para a população feminina e negra em outros estados do país. Como já citado anteriormente, além de seu papel em comunicar e atualizar os debates inerentes aos movimentos feministas e negros, o *Nzinga Informativo* também teve um importante papel ao capacitar mulheres negras com o “objetivo de ampliar o número de mulheres negras envolvidas com a questão da mulher e obter uma maior compreensão da mulher no âmbito político, econômico e social.” (*Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 7).

Além do curso de formação política, também foi realizada a “oficina de massa” que, segundo o periódico, é um exercício coletivo que possibilita a reflexão sobre a identidade feminina, um trabalho subjetivo que permite a liberdade estética e artística de cada participante.

Após a realização da oficina, registros de relatos de mulheres que participaram do evento foram inseridos no periódico como forma de mobilizar a participação de outras pessoas.

[...] por meio deste trabalho podemos descobrir elementos que nos auxiliem no processo de auto-conhecimento e no avanço das discussões sobre a Questão da Mulher. Para vivenciar isto, o NZINGA-CMN convidou a feminista MARIA JOSÉ DE LIMA, a nossa ZEZÉ LIMA, para coordenar o grupo numa oficina de massas dia 15 de julho. (*Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 7).

As “Nzingas”, como elas se intitulam, foram – e são – sujeitas importantes na construção e manutenção do Movimento de Mulheres Negras na década de 1980. O compromisso político das pessoas que compuseram o periódico, especialmente de suas colocações para sua divulgação em nível regional/nacional, foi fundamental para reafirmar o posicionamento em que mulheres negras, brancas, periféricas e de movimentos sociais mobilizaram-se em busca de justiça social, pois, além de mostrarem que não são passivas e inferiores – apesar de que, historicamente, a lógica colonial ditou quem deve ou não ser submisso –, suas narrativas demonstram por quais motivações suas demandas e denúncias devem ser atendidas. O laço interseccional aqui experienciado não na teoria, mas na prática, mobilizou milhares de mulheres negras a ponto de influenciarem futuramente para melhorias na sociedade por meio das legislações políticas, por meio da Constituição de 1988, como será abordado mais à frente.

1.3 O III ENCONTRO FEMINISTA LATINO-AMERICANO DO CARIBE E O IX ENCONTRO FEMINISTA DE GARANHUNS

Um outro momento importante no campo de atuação do Movimento de Mulheres Negras, foi o III Encontro Feminista Latino-Americano do Caribe, realizado no período de 31 de julho a 04 de agosto de 1985, na Colônia de Férias do Serviço Social do Comércio (SESC), em Bertiooga/SP. Esse foi um dos encontros em que nós mais tivemos acesso em detalhes através do dossiê do SNI, um documento com cerca de 69 páginas contendo descrições de representações de países presentes no evento, bem como do quantitativo de participantes, programação, comissões, atas, atividades realizadas etc.

Esses detalhes foram fundamentais para nossa análise metodológica, especialmente por ter sido um evento marcado por tensões e embates de ideias entre as militantes. Devido aos conflitos de ideias, foi realizado um pronunciamento da comissão organizadora do evento – em anexo no dossiê – relatando sobre as manifestações contrárias em crítica ao encontro. Essas informações foram essenciais quando cruzamos com categorias analisadas nesta pesquisa, como raça, classe, gênero, regionalidade etc, pois, diante dessas descrições podemos constatar

além dos lugares sociais das participantes, mas também quais são seus discursos e o que eles imprimem.

O Encontro contou com a participação de cerca de 850 mulheres, dentre elas, apenas 116 se declararam negras e mestiças (Ribeiro, 1995) de diversos países: Paraguai, Nicarágua, Porto Rico, Bolívia, França, Inglaterra, Itália, México, Honduras, Barbados, Colômbia, Nepal, Filipinas, Paquistão, Canadá, Uruguai, Argentina, Peru, Venezuela, Portugal, Chile, Estados Unidos, Alemanha, Aruba, Dinamarca, Índia, Nova Zelândia, Equador, República Dominicana, Bahamas e Brasil.

Diferente dos outros eventos tratados anteriormente, o III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho foi um evento que cobrou uma taxa de inscrição, na época custou Cr\$ 367 mil²⁹ cruzeiros, sendo este valor responsável por cobrir os custos do alojamento, alimentação e transporte. No entanto, como a Comissão Organizadora não pôde suprir com todos os gastos, foi concedido pela Fundação Ford um empréstimo no valor de U\$40 mil, para ser quitado após o recebimento do pagamento das inscrições no Encontro³⁰, além disso, a Fundação Ford também doou cerca de 100 bolsas para as mulheres que não tinham condições financeiras para participar do Encontro em sua totalidade. Dessa forma, as bolsas foram divididas e distribuídas da seguinte maneira: 50 bolsas para o Estado de São Paulo – os critérios para o recebimento das bolsas foram a baixa renda e o interesse em participar do Encontro –, as outras 50 bolsas foram repassadas para grupos representantes de outros estados, de modo que essas entidades deveriam estabelecer os seus próprios critérios necessários de distribuição. Os grupos selecionados foram: o Centro Popular da Mulher e União de Mulheres (Ceará) – 5 bolsas; SOS Corpo (Pernambuco) – 13 bolsas; Mulheres da Ilha (Maranhão) – 5 bolsas; Maria Mulher e Raízes (Paraíba) – 2 bolsas; Comissão de apoio ao IIIº Encontro (Rio de Janeiro) – 16 bolsas; Grupo Feminista de Goiás (Goiás) – 2 bolsas; Brasil Mulher (Bahia) – 3 bolsas; Centro de Defesa da Mulher (Minas Gerais) – 6 bolsas; e Comissão de apoio ao IIIº Encontro (Santa Catarina) – 3 bolsas. Totalizando 54 bolsas, no entanto, houveram quatro desistências do Estado de São Paulo.

Ao longo dos cinco dias de evento, foram realizadas atividades que envolviam debates, planejamentos, oficinas, manifestações culturais sobre diferentes temáticas: violência, racismo, políticas de saúde, comunicação, arte, corpo, prostituição, lesbianidade, relações de trabalho,

²⁹ Na conversão do valor de cruzeiros em reais, a taxa do Encontro custou cerca de \$133,00 reais.

³⁰ Outras formas de suprir as despesas do Encontro foi com a realização de vendas de camisetas e recebimentos de doações.

aborto, a mulher na Constituição e a revisão da consolidação das leis trabalhistas etc. Em todos os dias do Encontro houveram apresentações de vídeos e filmes produzidos apenas por mulheres, além de apresentações culturais com danças típicas como merengue, mambo, samba e baião.

Esse foi um daqueles eventos marcados por conflitos específicos, nesse caso, um dos principais motivos para o empasse logo no início do Encontro, o episódio do ônibus, o que gerou uma divisão de pontos de vistas com relação à realização do Encontro. Para que houvesse a participação de mulheres de diferentes localidades, foi disponibilizado um ônibus até o local de evento, no litoral, e, no interior do ônibus tinham mulheres negras e brancas que não tinham efetuado a inscrição, logo, não tinham realizado o pagamento da taxa para a participação.

Segundo Jurema Batista, uma das integrantes do Nzinga, as mulheres negras em sua maioria eram moradoras de favelas e os motivos pelos quais elas não realizaram o pagamento deveu-se à precária condição financeira. Mantendo-se firmes de que iriam continuar onde estavam e que participariam do evento independentemente do pagamento da inscrição, Matilde Ribeiro (1995) aborda que após uma extensa discussão entre essas mulheres que estavam no ônibus e a organização do evento – que era composta por mulheres brancas –, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe evidenciou as diferenças raciais, sociais e de classe, entre as participantes do encontro.

Este episódio demonstrou o rompimento com alguns pressupostos do movimento feminista, que não estava levando em consideração as diferenças étnicas, sociais e econômicas entre as mulheres. As organizadoras do ônibus convocaram uma entrevista na capital paulista, antes mesmo de ter chegado ao local do Encontro e, nesta entrevista, o CMUFP fez críticas severas à organização do evento. Com isso, a tensão ficou explicitada antes mesmo do ônibus chegar ao litoral paulista. (Lemos, 1997, p.79)

Nessas divergências alguns pontos foram levantados. Por exemplo, as mulheres negras que estavam no ônibus apostaram numa visão estereotipada do feminismo, principalmente no que a imprensa local tinha sobre o feminismo (Lemos, 1997), ou seja, na linha de uma vertente que só estaria disposta a atender seus interesses, desconsiderando as outras especificidades. O segundo ponto de vista, sobre esse episódio, era de que não houve uma articulação das próprias mulheres do Rio de Janeiro para participarem do evento e que suas atitudes tinham como finalidade mostrar o racha do Movimento Feminista “para que possibilitasse maior visibilidade ao novo feminismo que estava se formando” (Lemos, 1997, p.82). Para a historiadora e militante Vânia Santana, aquelas mulheres tiveram uma postura de “coitadinhas” ao estarem naquele transporte com pires nas mãos pedindo comida para se alimentar (Lemos, 1997).

A Comissão Organizadora do evento divulgou uma nota em 1ª de agosto de 1985, intitulada “Para todas as mulheres presentes”, salientando todo o ocorrido, com destaque ao episódio do ônibus, em que todas as 23 mulheres negras, moradoras de favelas e pobres que estavam em frente ao SESC, lugar de realização do Encontro, desde a tarde do dia 31 de agosto, buscavam ingressar no Encontro. De acordo com a nota da Comissão:

Durante todo o período de organização do Encontro, esclarecemos exaustivamente a todas as mulheres que a Comissão Organizadora não tem condições de oferecer vagas gratuitas, além das bolsas distribuídas pela Fundação FORD (50 bolsas para São Paulo e 50 bolsas para o resto do Brasil). Não podemos fazer isso porque de acordo com as condições de nosso contrato de utilização do local da Colônia de Férias, para cada mulher que entrar nos teremos que pagar alojamento e alimentação completos, independentemente do número de dias, de mulheres inscritas, ou da utilização ou não dos alojamentos. Passou pela portaria, paga. [...] A presença dessas 23 mulheres do Rio, nestas condições, a um fato político. E queremos responder politicamente a esse fato. Tem sido prática corrente no Brasil, tanto no movimento feminista como, em outras manifestações sociais, a utilização de mulheres pobres, e muito frequentemente negras, como força de pressão de grupos políticos para conseguirem fazer valer suas posições em Congressos, Encontros, eleições, etc. Não é a primeira vez que fatos como esse acontecem. E todas as vezes que surge essa situação, as pessoas, com medo de serem chamadas de elitistas, burguesas, reacionárias, racistas, etc, cedem às pressões para que essa situação desagradável seja resolvida e para que as outras participantes não se sintam constrangidas, se voltem contra as organizadoras do evento. Durante todo o processo de discussão do Encontro, tentamos deixar claro e tornamos visível a possibilidade de realizar algo novo, não só no sentido da organização, mas também no conteúdo político.³¹

A nota faz questão de deixar claro que havia um limite de pessoas para participar do Encontro e, apesar da concessão de bolsas cedidas pela Fundação Ford, o evento não era financiado por nenhuma entidade política, além da Comissão Organizadora ter usado sua renda pessoal para o pagamento da própria inscrição e estar trabalhando voluntariamente. A Comissão reafirmou que apesar de não serem representantes de nenhum partido político ou grupo feminista, não são isentas de um engajamento ideológico.

Queremos que todas as mulheres tenham oportunidades iguais de sobrevivência e de participação na sociedade. Somos contra toda forma de ditadura. Temos, em nossa vida cotidiana, tentado transformar nossas relações com a sociedade, tentando modificar nosso estilo de vida, e sob o ponto de vista social, tratar as organizações políticas com um olho crítico e nos colocando sempre como mulheres inteiras e não concordamos com mulheres que se utilizam da política de fato consumado, que é uma prática machista largamente utilizada neste país. Cada uma de nós, dentro das nossas condições, *tem* procurado apoiar as mulheres que optaram pela participação política dentro da estrutura institucional.³²

Por ser um evento limitado, a Comissão Organizadora afirmou que não poderia fazer nada com relação às mulheres que não tinham feito o pagamento da inscrição do Encontro e

³¹ III Encontro Feminista latino americano e do caribe. - Dossiê (SNI)

³² Idem.

que não teriam medo de assumir o risco político de serem taxadas de racistas, elitistas e reacionárias, por não cederem às pressões dessas pessoas que estavam interessadas em participar das atividades. O que nos chama atenção nessa nota publicada é a organização do encontro afirmar que não são vinculadas a nenhum grupo feminista. Não sabemos se a ocultação dessa informação foi estratégica, ou se de fato, junto à proposta Encontro, essas mulheres dialogavam com diferentes representações de coletivos feministas.

Queremos que todas as mulheres tenham oportunidades iguais de sobrevivência e de participação na sociedade. Somos contra toda forma de ditadura. Temos, em nossa vida cotidiana, tentado transformar nossas relações com a sociedade, tentando modificar nosso estilo de vida, e sob o pretexto de vista social, tratar as organizações políticas com um olhar crítico e nos colocando sempre como mulheres inteiras e não concordamos com mulheres que se utilizam da política de fato consumado, que é uma prática machista largamente utilizada neste país. Cada uma de nós, dentro das nossas condições, tem procurado apoiar as mulheres que optaram pela participação política dentro da estrutura institucional.³³

O que fica após esses conflitos de narrativas e perspectivas acerca do feminismo é o seguinte questionamento: será que esse mecanismo de recorrer ao estereótipo enquanto forma de evidenciar uma nova abordagem da bandeira feminista foi válido? Por outro lado, consideramos que talvez possa ter existido uma inflexibilidade do próprio evento com relação às diferentes condições socioeconômicas das pessoas participantes do Encontro, principalmente na falta de um debate voltado à questão de classe, que de fato não estava na programação do evento, tampouco foi abordado posterior ao ocorrido. Segundo Lemos (1997), o episódio do ônibus foi uma espécie de demonstração de que ali estava nascendo um novo grupo de mulheres e que sua vertente “trazia o discurso radical da luta de classes” (1997, p.83), tanto que houve críticas feitas por essas mulheres ao grupo Nzginga, por terem em sua formação mulheres negras de classe média.

Em resumo, este episódio demonstrou, ao nosso ver, que um setor do movimento de mulheres negras, visando denunciar a pouca discussão no feminismo sobre a questão da classe social e racismo, oprimiu também outras mulheres negras, as que se encontravam naquele ônibus, pois eram vistas como traidoras, “burguesas” e outros tantos termos pejorativos por estarem participando do Encontro. Este senso comum, durante mais de dez anos foram utilizados numa clara demonstração de falta de respeito e violência em situações de enfrentamento político. (1997, p.85)

Diante desse acontecimento, em meio ao deslocamento para o litoral de Bertiooga em 1985, percebemos que esse fato se tornou assunto frequente quando pesquisado sobre o III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho. Os conflitos de diferentes perspectivas nos retratam as possibilidades de divergências de ideias, seja entre o Movimento Feminista,

³³ Idem.

Movimento de Mulheres Negras, seja em qualquer outro movimento social. Apesar de este Encontro não ter sido específico para as mulheres negras, foi um evento voltado para as diferentes vertentes feministas, tanto que entre os eventos analisados da década de 1980, esse foi o primeiro a utilizar o termo “feminismos”³⁴ para pontuar as diferentes representações do movimento. Por outro lado, reconhecemos que mesmo com essa “pluralidade” acerca das diferentes abordagens e representatividades dos feminismos, este Encontro teve em sua maioria a participação de mulheres brancas, as mulheres negras não tiveram contribuições significativas para a elaboração da agenda do evento³⁵ como também nas poucas atividades voltadas para esse público, sendo composto apenas por uma oficina sobre o racismo.

A partir desse fato, aconteceram acalorados debates estimulados principalmente pelas militantes negras que criticaram a falta de centralidade na agenda de discussões das questões de raça e classe³⁶, ou seja, mesmo com a proposta de abarcar diferentes representações específicas de mulheres, ainda assim houve problemáticas levantadas sob o esquecimento do recorte racial e de classe. Consideramos que a realização do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe em Bertioga foi de fato um marco para a década de 1980, sobretudo ao que viria posteriormente com o IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns/PE, no ano de 1987, no sentido de ter sido um evento importante e preparatório para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em 1988. Em contrapartida, é válido o reconhecimento problemático de ambos os lados, sejam das mulheres que não puderam pagar a taxa de inscrição e que mesmo assim insistiram em ir e ficar na frente do local esperando a possibilidade de participar do Encontro e, por outro lado, consideramos também a crítica feita pelas mulheres negras – as não participantes e as participantes do evento – sobre a falta de debates específicos acerca das correlações entre gênero, raça e classe.

Portanto, conclui-se que esse é um evento complexo, no que cerne à cisão de pontos de vista e que, conseqüentemente, a polêmica em torno desses acontecimentos trouxe contrastes das narrativas que partem dos lugares sociais dissemelhantes entre todas as envolvidas, sejam as que não participaram do Encontro ou as que compuseram as atividades. As diferentes proposições de pautas nos aparentam um abismo entre as possibilidades de ocupar determinados espaços, como no caso das mulheres negras pobres e, levando em consideração essa realidade,

³⁴ Ver em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1985.php?iframe=3_o_eflac_bertioga_sp.> Acesso em 02/09/2024.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

é fundamental a existência de uma oposição, haja vista a importância de uma articulação que corresponda aos interesses e demandas específicas desse perfil.

Como podemos visualizar, ao longo da década de 1980, o mais viável para a participação e influência de mulheres negras em encontros e eventos eram justamente aqueles voltados para as questões específicas de raça, classe e gênero, pois estão nesses espaços as possibilidades de debates intrínsecos a esses perfis.

Dois anos após o III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribe, no ano de 1987, foi realizado o IX Encontro Nacional Feminista na cidade de Garanhuns/PE, no período de 3 a 7 de setembro de 1987, no Centro de Convenções do Hotel Tavares Correia. Acerca do Encontro de Garanhuns/PE, enquanto fonte, nós tivemos acesso à algumas produções historiográficas como um dos marcos do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, tendo em vista que ele foi um impulsionador para que fosse realizado um evento próprio e representativo de mulheres negras. Mas, através do dossiê do SNI, nós tivemos acesso à uma documentação de 66 páginas descritivas sobre o que aconteceu ao longo do encontro, como a programação, comissões, diálogos, delegações, estados, descrição de participantes do encontro, temáticas discutidas etc.

O evento contou com cerca de 700 representantes de delegações de diversos estados, sendo eles: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Brasília/DF, Goiás, Maranhão, Rio de Janeiro, Sergipe, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e São Paulo. Na capital do estado de Pernambuco, Recife, as inscrições foram realizadas na SOS Corpo, uma organização civil feminista que está em funcionamento desde o final da década de 1980 até os dias atuais.

Entre as pautas levantadas no Encontro, destacam-se a luta pela queda do regime de propriedade privada, capitalismo, violência, racismo, classicismo, aborto, saúde da mulher, violência sexual, violência doméstica, discriminação da mulher no mercado de trabalho e sexualidade. Com a finalidade de discutir os diferentes pontos de vista sobre o que é a ideologia feminista, bem como conhecer as diferentes esferas desse movimento, os principais questionamentos nos debates estavam relacionados às perguntas do tipo "como descobriu o feminismo?" e "o que a levou a participar do Encontro?".

As congressistas foram divididas em grupos de trabalhos, coordenados por vinte e cinco mulheres de vários estados do país, escolhidas por critérios de participação ativa no movimento feminista e na capacidade de sistematização teórica acerca da temática. Mesmo com temáticas dissemelhantes ao longo dos dias de evento, exerceu-se a busca por aproximar as diferentes especificidades das mulheres participantes do Encontro, diferentemente do que aconteceu no

III Encontro Latino-Americano e do Caribe em 1985, em que a própria organização não se autodeclarou enquanto feministas. Em Garanhuns, as mulheres se auto afirmavam como feministas e que por essa categoria entendiam que

Feminismo é um movimento de mulheres e pessoas conscientes de uma relação de equilíbrio entre as pessoas. Um mundo onde não há lugar para protegidos e protetores, dominador, dominado. Um mundo do qual o paternalismo, que impede o crescimento das pessoas no sentido de um encontro com seu próprio eu, é riscado.³⁷

Nesse sentido, ficou claro que o Movimento Feminista foi uma bandeira levantada e defendida pelas participantes do Encontro. Em contrapartida, houve contrapontos à essa homogeneidade do discurso no qual se define o feminismo, “a relação de equilíbrio entre as pessoas” talvez não tenha sido bem colocada, no sentido de que, para alcançarmos a equiparação entre os indivíduos, algumas questões devem ser superadas para além do paternalismo mencionado. O discurso proposto pelo Encontro afirmava que “nesse contexto estamos reunidas numa rara oportunidade, com o compromisso de fazer deste evento um marco para o avanço da organização da mulher rumo ao socialismo”³⁸. A homogeneidade proposta na organização política das mulheres sob ideais socialistas, aparentemente, não levou em consideração as possíveis dissidências entre as próprias militantes sob as suas perspectivas de orientações políticas.

Num dado momento, as mulheres negras presentes no Encontro teceram críticas à falta de debates sobre raça e racismo nas pautas do evento, e como forma de representar suas especificidades, a militante Sandra Bello³⁹ foi fundamental na coordenação da oficina “linha da vida” que envolveu a participação de mulheres negras de diferentes localidades do país. Em entrevista cedida para a historiadora Rosália Lemos, a militante aborda sobre a experiência no Encontro, “foi o encontro que teve maior participação de mulheres negras, em bloco organizado, discutindo (...) com flexibilidade também na taxa, no pagamento, no dinheiro, pois o dinheiro também é um problema, né?” (Lemos, 1997, p.87). Além de mostrar a sua perspectiva sobre a organização do evento em relação à organização e a maior presença de mulheres negras, Sandra Bello aproveitou o ensejo para opinar a respeito da taxa de pagamento de inscrição do Encontro, afirmando ter sido acessível, uma fala em referência à polêmica do III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribe, acerca da taxa de inscrição aparentemente

³⁷ IX Encontro Nacional Feminista em Garanhuns/PE. - Dossiê (SNI)

³⁸ Idem.

³⁹ Sandra Bello, oriunda do Movimento de Favelas, foi uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras Nzinga e esteve na liderança do Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPE).

alta, onde um grupo de mulheres não possuíam condições financeiras suficientes para participar das atividades.

O Encontro de Garanhuns foi fundamental para o reconhecimento da necessidade de um evento nacional voltado para a representatividade da mulher negra. Pois, levando-se em consideração todos os eventos da década de 1980, incluindo os encontros que abrangiam as diversas experiências e lugares sociais de mulheres feministas – que acabavam não tendo uma massiva participação feminina negra, tanto na elaboração das atividades quanto no quantitativo geral de contribuição –, ficou esclarecido que seria relevante a criação de um encontro nacional de mulheres negras, com pautas e discursos específicos que atendessem as suas próprias experiências e identidades. O ganho de intensidade que o Movimento de Mulheres Negras obteve ao longo da década de 1980 denotou a importância da mulher negra enquanto um agente fundamental na reconstrução democrática do país.

O Encontro de Garanhuns foi definitivamente o divisor de águas. Ali, perceberam como o racismo atingia cada uma delas, independentemente de idade, região, formação acadêmica ou tom de pele (do mais claro ao retinto). O intenso debate que se travou ali na cidade pernambucana conduziu as mulheres negras a decidirem pela realização, no ano seguinte, de um Encontro Nacional de Mulheres Negras, com a finalidade de congregar mulheres negras de todo o território brasileiro e refletir sobre os motivos que as levavam a receberem um tratamento diferenciado na sociedade brasileira. (Gonçalves, 2018, p.16)

Apesar de Gonçalves (2018, p.16) afirmar que houve o reconhecimento de “como o racismo atingia cada uma delas, independentemente de idade, região, formação acadêmica ou tom de pele (do mais claro ao retinto)”, e apesar do discurso construído historicamente para desvalidar o racismo que a população negra experimenta desde a escravidão, acreditamos que a participação de mulheres negras em eventos que tiveram como propostas abarcar diferentes especificidades femininas foi e continua válido – principalmente na visualização da disparidade dos discursos e experiências –, pois, desde as suas articulações políticas, as mulheres negras reconheciam as formas de como o racismo operava cotidianamente, até mesmo no interior desses eventos que propunham a ideia de uma coletividade entre as diferentes pessoas participantes, mas que desconsideravam os debates em torno de questões específicas, sobretudo quando as atividades não abordavam temáticas como o racismo, tornando-se um espaço insuficiente às demandas de mulheres negras.

A partir do exposto, o IX Encontro Feminista de Garanhuns foi fundamental para a movimentação em torno da criação de um I Encontro Nacional de Mulheres Negras que aconteceu um ano seguinte ao encontro de Garanhuns/PE. Essa experiência preparatória para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988, no Rio de Janeiro, um evento que mostrou

a concretização do Movimento de Mulheres Negras numa esfera nacional (Lemos, 1997). Ainda no Encontro de Garanhuns em 1987, o Estado do Rio de Janeiro foi escolhido para a realização do I Encontro Nacional, com a justificativa que o estado era um catalisador nas discussões sobre raça, classe e gênero, um lugar de criação de movimentos⁴⁰ influentes na década de 1980, como o Nzginga e o Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFP).

Portanto, ao abordarmos sobre o Encontro de Garanhuns como um contexto importante na trajetória feminina negra, relaciona-se justamente à maneira de como as mulheres negras do Encontro se enxergavam – ou não se enxergavam, como parece-nos – naquele espaço, seja nas narrativas e experiências, seja nas pautas, as suas participações foram fundamentais para o que iria vir futuramente, com o I Encontro Nacional de Mulheres Negras.

1.4 “É ANO DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO!”: O I CONGRESSO NACIONAL DE ENTIDADES EMANCIPACIONISTAS DE MULHERES NA BAHIA E A JORNADA DA MULHER NEGRA ALAGOANA

Realizou-se no ano de 1988 o I Congresso Nacional de Entidades Feministas, um ano após o IX Encontro Feminista de Garanhuns. Este evento em específico, nós só tivemos conhecimento dele através do dossiê do SNI, pois, ao obtermos acesso à sua documentação e posteriormente buscarmos referências na historiografia, não tivemos sucesso. Apesar de um embasamento de pesquisas historiográficas sobre o encontro para compor o corpo desse texto, os dossiês do SNI foram essenciais para a análise de eventos, que inclusive, ainda não foram investigados na historiografia.

Todos os relatórios do SNI são padronizados com informações de datas, região, quantidade de pessoas participantes do evento, temas, cronograma, além de anexos em alguns dos casos. Mas, ao contrário dos outros eventos analisados, o dossiê do I Congresso foi mais sucinto com relação à quantidade de páginas, porém, mesmo com essa redução de informações, extraímos questões fundamentais para apresentarmos em nossa pesquisa, buscando, portanto, contribuir com a construção de pesquisas sobre eventos pouco discutidos.

O Congresso ocorreu no período de 05 a 07 de agosto em Salvador/BA, com o objetivo de visibilizar as diferentes especificidades das experiências vivenciadas por mulheres, chamadas de “feminismos”⁴¹ para representar os diferentes perfis de mulheres. Participaram

⁴⁰ Além de conjuntos como o Grupo de Mulheres Favela da Rocinha, SOS Mulher contra a Violência, Grupo Ngbara Dudu e Centro da Mulher da Favela do RJ.

⁴¹ A ideia de *feminismos* refere-se às diversas possibilidades de representações de mulheres, reconhecendo a multiplicidade de especificidades a partir de diferentes realidades. Aqui, entende-se a inserção de mulheres não-cis neste campo de diversidade de existências e narrativas, incluídas nas lutas contra as violências de gênero.

cerca de “1500 mulheres pertencentes a entidades feministas de vários Estados e de Municípios baianos, de autoridades governamentais, de políticos e de representantes de entidades de classe”⁴². O evento foi promovido pelos seguintes grupos: Partido Comunista do Brasil (PC do B); União de Mulheres de Salvador/BA, Porto Alegre/RS, Maceió/AL, São Luís/MA; Curitiba/PR e Belém/PA; União Popular da Mulher do Estado de São Paulo (UPMESP); Centro Popular da Mulher de Goiás e Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte/MG – entidades controladas pelo PC do B -, com o apoio de diversas outras entidades, incluindo também o Governo do Estado da Bahia⁴³.

Ao longo dos dias de evento foram discutidas as temáticas sobre a luta emancipacionista da mulher e seus objetivos, a participação política e os direitos da mulher, a mulher e o direito do trabalho, saúde e sexualidade, mulher e discriminação racial, mulher e violência, mulher e educação. Em busca por melhores condições de existência, o congresso contou com intensa participação dos ouvintes das mesas que simultaneamente discutiam sobre os direitos da mulher e a problematização das opressões de gênero. De acordo com o panfleto informativo divulgado pelo congresso para a população, o evento descreve sobre sua atividade.

Mulheres de todo o Brasil reunidas em seu I Congresso Emancipacionista. Um novo momento, um novo patamar. Um avanço e uma resposta. Avanço nos rumos, resposta aos desafios da luta da mulher pelos seus direitos e contra a opressão social, econômica e política a que é submetida. Ao tempo em que a mulher cada vez mais toma consciência de sua opressão específica, compreende também que os caminhos de sua emancipação passam pela luta de transformação social, por uma sociedade progressista e libertária. O lema do Congresso expressa esta aspiração e a criação de uma entidade nacional pode significar o passo necessário para torná-la realidade. O I Congresso Nacional de Entidade Emancipacionistas de Mulheres será um espaço aberto a todas as mulheres dispostas a vencer os desafios para exercer os seus direitos como cidadãs e trabalhadoras.⁴⁴

A documentação disponibilizada pelo SNI sobre o Congresso é bastante proveitosa, delimitando as variadas entidades do Brasil presentes, os nomes e funções das pessoas que compuseram as mesas ao longo do congresso. Por ter sido realizado no Nordeste, houve uma grande participação nordestina, mas também houve representações de outras regiões no evento. Inclusive, uma alta participação feminina, pois, embora houvesse a participação de homens, o maior quantitativo de participação nas mesas do Congresso foi de mulheres.

Cerca de 72 pessoas participaram do evento nas qualidades de comissão organizadora, conselhos nacionais, departamentos, secretárias/os, vereadoras/es, representantes de organizações femininas, associações, trabalhadoras rurais, governador, presidentes de partidos

⁴² I Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres em Salvador/BA. - Dossiê (SNI)

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

políticos, pesquisadores, presidentes de movimentos sociais, sindicatos, jornalistas e militantes; e por volta de 19 estados, representantes de entidades, participaram do congresso: Alagoas, Bahia, Brasília/DF, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio do Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe.

Enquanto um evento que pôde visibilizar as lutas das mulheres em meio às injustiças sociais, ao longo do Congresso, as mesas compostas por mulheres de diferentes diretrizes discutiram sobre as violências experienciadas e as conquistas das mulheres no protagonismo político na qualidade de movimento social organizado. Nesse sentido, a ideia de apresentar as entidades emancipacionistas de mulheres relaciona-se a um momento importante do Brasil, com a nova Constituição promulgada no mês de outubro de 1988 – no mesmo ano do Congresso –, as temáticas tecidas ao longo do encontro também sinalizavam as demandas levantadas pelos diferentes perfis de mulheres, para o início de uma possível sociedade democrática.

Referente ao I Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres, reconhecemos sua importância e alcance nacional, várias mulheres foram perpassadas pelas mesas que compuseram o evento com diferentes temáticas. Esse congresso diferencia-se dos eventos feministas, no sentido de que seu discurso se posiciona a partir de várias faces, não resumindo todas as especificidades em uma única questão. O discurso reducionista do feminismo branco, que tende a generalizar as pautas, acaba por não visibilizar a existência de problemas específicos de outras mulheres para além das brancas.

Embora não tenha sido externalizado de que esse congresso também poderia vir a ser um preparativo para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro – que ocorreu no mês de dezembro do mesmo ano –, acreditamos que, para algumas das mulheres presentes, especialmente negras, ele teve esse simbolismo, uma vez que Vanda Menezes, militante do Movimento Negro de Alagoas, esteve presente tanto no Congresso na Bahia quanto no Encontro Nacional no Rio de Janeiro.

Apenas quatro dias após o I Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas, realizou em terras palmarinas, a Jornada da Mulher Negra Alagoana no dia 11 de agosto de 1988, no Teatro de Bolso Filho, em Maceió/AL. O evento foi uma promoção da Comissão Estadual do Centenário da Abolição com apoio da Secretaria de Cultura e da Associação Cultural Zumbi (ACZ), para os organizadores, o evento “é uma atividade inédita em relação as negras e visa discutir os problemas por ela enfrentados”⁴⁵.

⁴⁵ Jornal de Alagoas, agosto de 1988.

Alguns dos eventos analisados possuem poucas produções na historiografia, às vezes são apenas citados e de forma breve, são apresentados suscintamente. Não é o que ocorre com a Jornada da Mulher Negra Alagoana. Não existem pesquisas sobre esse evento, não sabemos se as motivações são pela falta de conhecimento ou por ser regional – apesar de ter sido realizada na capital do Estado de Alagoas, Maceió – e não ter a mesma visibilidade que outros eventos do sudeste.

A única menção pública a este episódio em que nós tivemos acesso foi num breve trecho do Jornal de Alagoas disponível no Arquivo Público de Alagoas (APA), no qual aborda-se o intuito do evento, bem como a sua temática e a sua importância para a militância negra alagoana. Nem mesmo na plataforma do SNI não encontramos dossiês referentes a este evento, isso reflete a falta de produções sobre a Jornada da Mulher Negra Alagoana, bem como a invisibilidade que a jornada foi tratada pela historiografia.

Nesse sentido, considerando a falta do suporte historiográfico para nos debruçarmos sobre a Jornada da Mulher Negra Alagoana, felizmente, tivemos o conhecimento desse marco tão importante para a visibilidade alagoana de mulheres negras através do acervo do NEABI-UFAL. O núcleo é uma de nossas fontes de pesquisa e por sua história estar relacionada à criação da ACZ, o acervo documental físico e digital, possui registros da ação do movimento negro alagoano contendo áudios completos da Jornada da Mulher Negra Alagoana.

Devido à essa fonte, felizmente conseguiremos inserir este evento em nossa pesquisa e de forma satisfatória, discutiremos sobre essa representação alagoana de mulheres negras, totalmente relacionada ao nosso objetivo de estudo. Portanto, esperamos contribuir com informações sobre a Jornada da Mulher Negra Alagoana nesta pesquisa para que futuramente auxilie em novas produções voltadas a este episódio.

O tema da palestra de abertura da jornada teve como temática “a mulher negra em seus aspectos gerais”, realizado pela escritora e filósofa Sueli Carneiro. A Jornada da Mulher Negra Alagoana contou com a participação de militantes do Movimento Negro de Alagoas, políticos, jornalistas e sociedade civil. Em sua proposta, o evento discutiu a importância da participação da sociedade nos diálogos sobre a questão da mulher negra, a fim de promover um maior alcance sobre a discussão dos impactos do racismo nas estruturas sociais, culturais, políticas e religiosas, sobretudo para a comunidade negra que o experiencia de variadas formas.

O objetivo dessa jornada pelo menos a nível de movimento negro é de uma conscientização maior principalmente do grupo de mulheres, organizado de entidades de mulheres, grupos de mães, de associações de bairros da sociedade em geral, pra que a gente tente encaminhar uma luta conjunta não esquecendo da especificidade da questão racial da mulher negra do que nós sofremos enquanto negras que somos,

enquanto mulheres que somos, trabalhadoras, pobres que somos dentro dessa sociedade. Acredito que a jornada já começou. (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)⁴⁶

Uma das problemáticas levantadas durante a jornada foi referente à baixa presença de mulheres negras, levantando-se o questionamento do por que haveria de ter pouca participação da categoria, se é um evento voltado à essas pessoas. Sendo esse um fato, os discursos levantados para tentar justificar tal problema são posicionados para as representações das mulheres negras na sociedade: de que forma elas estão sendo apresentadas? Essa reflexão promoveu um diálogo sobre o reconhecimento discriminatório que mulheres negras vivenciam, enfatizando a invisibilidade das violências experienciadas. A busca por alternativas para a maior participação desse público foi abordada na jornada:

É preciso que haja essa participação que as pessoas coloquem as suas reivindicações para que elas possam ser claramente discutidas, ordenadas [...] isso é mais uma solicitação que eu “tô” fazendo. As pessoas que estão aqui presentes e que estão encarregadas para que divulguem, para que amanhã a presença seja bem maior e essa presença maior que vai garantir o sucesso da jornada. (Jornada da Mulher Negra, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

Em contrapartida à baixa participação feminina no evento, outros discursos abordaram sobre a intensa participação de mulheres negras em nível nacional. Em determinado momento, destaca-se o I Encontro de Mulheres Negras da Bahia, também em 1988, um encontro que nós evidenciamos nesta pesquisa, e que contou com uma representação de grupos de mulheres negras organizadas de variadas localidades, um reflexo da mobilização de mulheres negras. A partir das reflexões sobre os outros encontros de mulheres negras pelo Brasil, a Jornada da Mulher Negra Alagoana abordou a importância das articulações com outros grupos, em Alagoas esse encontro foi um marco importante na visibilidade feminina negra.

[...] Entendemos que é uma necessidade a organização da mulher negra, essa organização ela deve estar vinculada às outras entidades de mulheres, deve estar também vinculada às associações populares, às associações de moradores, aos sindicatos porque em todo canto desse país, em todo canto dessa cidade, desse estado e desse Brasil, existe a mulher negra e da mesma forma que nós mulheres como todo nos organizamos, nós devemos ter nesse movimento a força e a participação e organização da mulher negra. Então acho que se eu não me engano, do ponto de vista da mulher negra, é a primeira vez que a gente toma uma iniciativa assim maior em termos de edição, em termos de organização e as pessoas que estão aqui presentes é porque são pessoas que se interessam em discutir a questão, que se interessam e que reconhece a sua opressão específica da mulher negra, independente inclusive da cor. (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

⁴⁶ Nos áudios das discussões na Jornada da Mulher Negra Alagoana, alguns nomes foram inaudíveis, de modo que impossibilitou a citação dos nomes das pessoas que estavam falando.

Várias entidades estavam presentes no evento, tanto os setores políticos partidários, como os movimentos sociais, as discussões permeavam entre os grupos presentes. Dentre eles, destacamos aqui a participação de militantes negros da ACZ, entidade expoente do Movimento Negro. A ACZ tornou-se referência nacional ao se destacar como um dos principais influentes na luta antirracista, principalmente com a luta para o reconhecimento da Serra da Barriga enquanto monumento histórico brasileiro⁴⁷, cenário de um dos maiores personagens da história, Zumbi dos Palmares, estrategicamente ao lado de outras grandes personalidades, como Aquilino e Dandara, lutaram contra a repressão política, construindo o que viera ser um dos maiores quilombos da América Latina. Segundo o intelectual alagoano Dirceu Lindoso sobre a comunidade do Quilombo dos Palmares, os/as palmarinos/as tinham como motivação “a vontade de serem livres, a vontade de recriarem suas culturas numa coisa diversa, mas unitária, que é a cultura palmarina e quilombola” (Lindoso, 2011, p.20).

Em seu histórico, o Movimento Negro tem o comprometimento pedagógico de educar, desconstruindo estereótipos racistas que tendem a relacionar a negritude a algo pejorativo. No discurso de integrantes da ACZ na Jornada da Mulher Negra alagoana, foi abordada a redução da condição de “escravo” enquanto “coisa”, negando-lhe toda e qualquer subjetividade, além de reforçar a narrativa da pessoa escravizada, potencializando analogias escravagistas que corroboram para a manutenção racista e sexista na sociedade brasileira. Aqui, se tratando de mulheres negras, reduzindo-a ao único e objetivo papel de procriar.

A característica do racismo com a ideologia machista em pular a negra para os últimos degraus da escala social, a situação da escrava empregada no trabalho produtivo, nas plantações, teve necessariamente determinada pela sua condição de “coisa” entre aspas, propriedade do senhor, mas, a essa condição compartilhada com o homem escravo toma-se a particularidade advinda do fato de ser mulher, isso é, ocupar um papel privilegiado na reprodução biológica. A utilização da escrava como objeto sexual aparece em nossas referências como um aspecto subjacente ao emprego das escravas nas mais diversas funções. A negra é coisa, pau para toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escravos, mas é o objeto sexual, ama de leite, saco de pancada, porque além de escrava, é mulher. (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

Em paralelo a isso, foi atribuído à mulher negra o lugar mais desfavorecido, na mais baixa hierarquia social, o mercado de trabalho na década de 1980 reforça essa busca por melhores condições de trabalho. As estatísticas dessa época revelam a dura realidade vivenciada por mulheres negras, o censo foi assunto no evento como forma de evidenciar essa relação da mulher negra e o mercado de trabalho.

⁴⁷ O Memorial Zumbi dos Palmares foi tombado em 1985, com intenso trabalho da ACZ, Conselho Geral do Memorial Zumbi, intelectuais negros/as/es e entidades negras de outros estados.

Segundo dados existentes de 1980, 80% das mulheres negras só atingem 4 anos de estudos, ou seja, o nível primário contra 67,67% das mulheres brancas, quando se trata de mais de 4 anos de estudo é ainda maior, apenas 16% das mulheres negras contra 32% das mulheres brancas. Quanto a estrutura ocupacional, o quadro revela-se que apenas 56,4% das mulheres negras trabalham na prestação de serviços contra apenas 24,2% de mulheres grávidas. Deve-se ressaltar, nesse sentido que apenas de 80% das mulheres negras trabalham como empregadas domésticas. (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

Em contrapartida à essa realidade, as mulheres têm recorrido a diversas formas de enfrentamento, se mobilizando estrategicamente por meio de movimentos sociais, entidades, grupos etc., convergindo e divergindo sobre vários aspectos. Mesmo com essa diversidade de práticas e discursos, no campo acadêmico, especialmente, na historiografia, quais lugares essas mulheres ocupam? Na Jornada da Mulher Negra Alagoana, foi constatado que “acredita-se já, a hora de falar na mulher negra e o problema metodológico aparece em toda dimensão, isso porque material bibliográfico e fontes disponíveis são extremamente precárias” (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988). Inclusive, retomamos o problema da escassez bibliográfica sobre a Jornada da Mulher Negra Alagoana, sendo este um dos importantes momentos para o protagonismo político das mulheres negras alagoanas.

Como já discutido anteriormente, os encontros, eventos e jornadas de mulheres negras no Brasil na década de 1980 convergem nas pautas inerentes a esse grupo. Como, por exemplo, a saúde pública, uma questão presente nos discursos das mulheres negras, de modo que foi tópico essencial na Jornada da Mulher Negra Alagoana. Traremos aqui Socorro França⁴⁸, uma das principais protagonistas do Estado de Alagoas no que cerne a saúde da população negra, militante negra que integrou a ACZ na década de 1980, e que, inclusive, compôs a nossa entrevista que será apresentada no terceiro capítulo deste trabalho. Embora não conseguimos ter os nomes detalhados das pessoas que participaram do evento, na fala de Socorro França seu nome é mencionado e isso fez com que nós pudéssemos especificar o que ela falou. Em seu discurso na Jornada da Mulher Negra Alagoana, abordou sobre a questão precária da saúde e saneamento público nos lugares periféricos, espaços onde contém maior quantitativo de pessoas negras e pobres.

A maior parte dessas mulheres brasileiras vivem em condições de desnutrição, moram precariamente e não podem usufruir minimamente das condições de higiene e saneamento, aspecto esse que ficam superdimensionado para a população negra. Aí a gente mostra o seguinte, que não existe nada de específico em relação à saúde para a questão da raça negra, embora que a gente sabe que os melhores serviços de saúde eles são voltados mais para o centro que chamam “bem de serviços” enquanto que para a periferia, sobra uma pena é o serviço de má qualidade como a gente sabe que a maioria da maioria da raça negra ela reside nesse patamar da sociedade, na periferia.

⁴⁸ Socorro França, 73 anos, especialista em saúde da população negra, professora Honores Saberes da Universidade Federal de Alagoas na disciplina de saúde da população negra.

(Socorro França, Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

A relação entre a saúde pública e o gênero foi abordado por Socorro França ao afirmar sobre o fardo da mulher em cuidar dos familiares adoentados. A moralidade cristã, paternalista, machista, racista e sexista, sobrecarrega as mulheres em todos os aspectos das relações com o discurso de que é sua responsabilidade cuidar da família – e de si mesmas –, na saúde ou na doença, independente se isso fará com que elas tenham que abrir mão de seus trabalhos, estudos, relacionamentos e demais questões que envolvam sua atenção e presença. Para a militante, “geralmente são as mulheres que recorrem com maior frequência aos serviços de saúde, seja para acompanhar os filhos ou pessoas que estejam sobre seus cuidados, seja para cuidar de si mesma” (Socorro França, Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL).

A não inserção da raça no atendimento médico também é uma problemática apontada por Socorro França, pois, negligencia-se o fator racial para que o problema não apareça, desconsiderando a existência de doenças específicas da população negra, como a anemia falciforme e miomas que somados à desnutrição e à miséria, podem se agravar e levar à morte.

A categoria da educação também foi debatida na jornada, sobretudo a respeito de sua acessibilidade para a comunidade negra, analisando as possíveis ferramentas para o melhor acesso da educação e problematizando os empecilhos que distanciam o seu acesso. Além de pontuar que a universidade não é a única e exclusiva catalisadora da produção de conhecimento, tendo em vista os outros meios de conhecimento para além do campo científico.

A gente trabalha com conceito de educação de uma forma mais ampla. A educação para gente não é só sala de aula, educação para gente não é só ir a universidade tanto que, quando eu fico pensando em começar a minha fala especificando esse trabalho que a gente faz, porque entendemos a importância desse trabalho, a gente acredita que trazer uma verdadeira luta, uma verdadeira busca pelo fim do racismo e por uma sociedade melhor, a gente tem que participar dos movimentos sociais e apontando caminhos alternativos para o fim desses problemas. Outra coisa que é importante, é a questão da educação que a mulher negra, a questão da tradição oral, eu falo que é importante para mulher porque foi basicamente através da mulher que essa tradição, um pouco dessa história que a gente tem hoje não se perdeu, porque através das comunidades de terreiro, essa tradição foi passando oralmente, não ficou escrita. (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

Em comparação à “história oficial”, as mulheres não eram evidenciadas como “grandes personagens” ou enquanto cidadãs influentes no contexto social, seja no âmbito político, cultural ou econômico. A historiografia do início do século XX emerge com a manutenção da invisibilidade feminina nas produções – esse fato muda a partir da segunda metade do século XX, especificamente nos anos de 1960 –, desconsiderando suas contribuições históricas que

somadas aos gênero, raça e classe, a imperceptibilidade de mulheres negras aumenta a partir de seus marcadores sociais (Akotirene, 2019). Nesse sentido, o uso da oralidade apesar de ser um mecanismo que durante algum tempo na história foi desconsiderada enquanto ferramenta metodológica, as histórias não visibilizadas que estavam na sombra do não-dito, potencializam suas forças para além do âmbito acadêmico⁴⁹, sendo assim, uma forma de contar histórias que até hoje são lembradas nas famílias, terreiros, quilombos, afoxés, movimentos sociais e na academia, com a inserção da História Oral enquanto método teórico-metodológico.

Na década de 1960 quando foram dados os primeiros passos na história oral como metodologia de trabalho, construíram-se dois princípios que a avalizaram: o primeiro foi a equiparação da história oral com a democratização da prática histórica; o segundo foi a ideia de que a história oral daria voz aos silenciados. [...] (Tedeschi, 2014, p.15)

As comunidades de terreiro mencionadas na Jornada da Mulher Negra em Alagoas partilham da oralidade enquanto uma tradição ancestral. Os conhecimentos afro-religiosos foram repassados de geração em geração, de forma que, além dos saberes sagrados transmitidos que perpassam os contextos históricos, por esse motivo, pode vir a existir atualizações nas formas de se pensar o sagrado, os manejos, as organizações, as ritualísticas, os itãs⁵⁰, ou seja, a imprevisibilidade do tempo pode fazer com que as narrativas se alterem mas que, independentemente disso, a oralidade segue sendo uma ferramenta ancestral.

Nessa pluralidade de sentidos, as mulheres se encontram como principais influentes no palco de expressões de narrativas populares, “[...] assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (Pollak, 1989). Dessa forma, os movimentos sociais também estão inseridos nesta lógica de conhecimentos transmitidos pela oralidade, o movimento de mulheres negras, por exemplo, refere-se às estratégias de luta contra as opressões de raça e gênero, as experiências em comum partilhadas entre as sujeitas são realizadas através dos seus discursos.

Dessa forma, os silenciados da história quando mencionados nos livros didáticos, por exemplo, são tidos como pessoas subjugadas. No caso das mulheres negras nos materiais didáticos, elas são colocadas sob a perspectiva do emprego doméstico, reproduzindo

⁴⁹ A história Oral somente ganha notoriedade na segunda metade do século XX, enquanto um campo de pesquisa da história. Segundo Verena Alberti, “é especialmente indicada para o estudo da história política, entendida não só como história dos ‘grandes homens’ e ‘grandes feitos’, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias. Através de entrevistas de história oral, é possível reconstruir redes de relação, formas de socialização e canais de ingresso na carreira, bem como investigar estilos políticos específicos a indivíduos e grupos” (2004, p.25).

⁵⁰ Itan é uma palavra de origem iorubá que significa história ou conto. No Candomblé, especificamente, Itans são histórias contadas de geração em geração. Disponível em: <<https://almadepoeta.com.br/itans-odus-e-antepassados/>>. Acesso em: 22/04/2024.

estereótipos que as envolvem pelas categorias raciais e de gênero, sendo estes potenciais reprodutores na manutenção do racismo.

No livro didático, a gente não encontra uma organização, uma família negra, o que a gente vê é o pai com aquela pastinha 007, a mãe toda sorridente, feliz, do cabelo amarelo e geralmente quando o negro aparece ou é a empregada doméstica ou o moleque, o exemplo do saci[...] (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

A representação da mulher negra é hipersexualizada, onde a “mulata” quente e sensual é “aquele fruto que é pra ser comido, mas nunca pra ser levado a sério” (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL). Além dos livros didáticos, a literatura brasileira também se dispõe a reproduzir estereótipos racistas e machistas, colocando o feminino numa condição de inferioridade, enquanto a escola estimula para os alunos/as/es infanto-juvenis que “ser homem nessa sociedade, ser branco, é um bem supremo, é o ápice que você tem que atingir e que ser mulher já é difícil, e ser negra então é um mal que todo mundo deve evitar” (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL).

Geralmente, o nosso discurso, a nossa prática de falar em Movimento Negro ela procura a todo momento deixar claro que o objetivo dessa movimentação negra – que a gente não chama mais de Movimento Negro – mas dessa movimentação e dessa luta, contra todas essas discriminações que seja contra a mulher, contra o negro, contra o índio, contra o pobre, não é no sentido de dividir a sociedade, muito pelo contrário, o que a gente pede é o respeito dessa sociedade que é uma sociedade pluriétnica e que não pode estabelecer um padrão de beleza europeu [...] que não pode empurrar pras nossas crianças que o bom é você participar da sociedade na profissão que mais status te der. Por conta disso as universidades estão despejando profissionais incapacitados que muita gente entra pra fazer medicina porque a sociedade obriga você ter um status social [...] uma formação considerada de elite. (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL)

A proposta discutida na Jornada da Mulher Negra sobre a educação é sua reformulação com currículos revistos para que haja a valorização dos demais contextos culturais, religiosos, geográficos, com a inserção de novos sujeitos históricos, para além daqueles propostos, considerando que nossa sociedade é pluriétnica e que não deve se restringir ao padrão eurocêntrico.

Importante ressaltarmos que a ACZ na década de 1980 promoveu ações na educação antirracista em suas participações nas escolas públicas de União dos Palmares/AL. No ano de 1983, a ACZ e a antiga Secretaria de Cultura do Ministério da Cultura⁵¹ criou o Projeto Palmares que teve como intuito incorporar a história palmarina e a de Zumbi dos Palmares no

⁵¹ O Projeto estava vinculado à Secretaria da Cultura através do Projeto Integração Básica entre os diversos contextos culturais do país. O seu acompanhamento era feito pela equipe do próprio Projeto, por técnicos da Fundação Pró-Memória, INL (Instituto Nacional do Livro) e INACEN (Instituto Nacional de Artes Cênicas). (Araújo, 1987, p.115)

1º e 2º ano do Ensino Médio na cidade de União dos Palmares. Para a realização da implementação do projeto, os integrantes da equipe atuavam na região buscando compreender de que forma eram trabalhadas nas escolas o ensino de história sobre a cultura afrodescendente, no entanto, os militantes enfrentaram obstáculos relacionados à questão política local e fundiária.

Segundo Zezito Araújo, pesquisador nas temáticas sobre quilombos e remanescentes de quilombo, um dos líderes do Movimento Negro em Alagoas na década de 1980, que esteve presente nas visitas e intervenções nas escolas por meio do Projeto Palmares, aborda algumas das dificuldades enfrentadas para a realização do projeto.

Apesar da equipe não possuir residência fixa na área, havia, por parte da mesma, um esforço para acompanhar o trabalho dos professores que se envolveram com o novo conteúdo e novas técnicas de ensino-aprendizagem. Este esforço, entretanto, era anulado por várias dificuldades. Em primeiro lugar, a comunidade palmarina é bastante racista, tornando-se, assim, resistente a toda e qualquer forma de trabalho proposto pela equipe, pois a mesma se compunha essencialmente de negros. Em segundo lugar, o coordenador municipal de ensino via, em nosso trabalho, uma competição ou desestabilização de suas ideias, já que a nova proposta levava professores, pais e alunos a discutirem a escola, seus objetivos, sua função e a própria coordenação de ensino. Vale salientar, que o projeto, desde o início, obteve autorização das autoridades municipais, tendo havido comum acordo sobre as escolas em que a experiência iria se desenvolver. (1987, p.115)

Apesar da contribuição dos professores para a execução do Projeto Palmares, haviam problemas específicos, dentre eles, a saúde dos alunos da comunidade, pois, havia um alto quantitativo de crianças que tinham problemas de visão. Isso se deve ao fato do predomínio de latifundiários da indústria que detinham a monocultura da cana-de-açúcar local, ocupando as terras que antes eram cultivadas para a agricultura de subsistência, “passaram a ser ocupadas pela monocultura da cana, retirando do lavrador e de sua família alguns alimentos básicos para o seu desenvolvimento” (Araújo, 1987, p.16). O racismo também foi um obstáculo para os coordenadores do Projeto Palmares que tiveram de se auto afirmar enquanto pessoas competentes para realizar o trabalho, para “demonstrar, que apesar de negros, somos competentes” (Araújo, 1987, p.116). Entretanto, Zezito Araújo afirma que esse comportamento se deve ao fato de um acontecimento no ano de 1980, em que houve uma invasão na cidade no dia da celebração do 20 de novembro⁵².

Nos primeiros anos, a comunidade foi invadida por aproximadamente 5 mil negros, que vieram de todas as partes do Brasil para União dos Palmares, “violentando” os valores e costumes dos moradores. As autoridades vincularam tais comportamentos a “coisa de negro”, gerando, assim, um sentimento de rejeição da comunidade a qualquer iniciativa negra que não tivesse o aval das autoridades. (1987, p.116)

⁵² Dia Nacional da Consciência Negra e morte de Zumbi.

Apesar do legado histórico das terras palmarinas, aparentemente ainda havia uma resistência com relação à trajetória de Zumbi e de todos que compuseram o Quilombo dos Palmares, e que as supostas comemorações voltadas a este legado ancestral, eram atribuídas de forma pejorativa a “coisa de negro”, refletindo o racismo na comunidade. Além dessa questão, havia a preocupação por parte dos setores educacionais sobre a forma em que o Projeto Palmares iria abordar a história de Zumbi, “estes deduziram que nós, negros, poderíamos tratar do assunto, resgatar a história de Zumbi, mas dentro de uma visão nostálgica” (Araújo, 1987, p.116). No entanto, o que de fato realizou-se foi a focalização do negro enquanto sujeito ativo socialmente mas, desprovido de condições favoráveis nas categorias sociais, econômicas, culturais, religiosas e, sendo evidenciado que “discriminado, inclusive, na cidade, que pretendia homenagear o maior herói negro do Brasil” (Araújo, 1987, p.116), o Projeto buscou enfatizar a influência negra na história. Inclusive, a figura representada nas salas de aula pelos professores era de um Zumbi do passado, segundo Zezito Araújo, “um herói de União dos Palmares e não um herói negro” (Araújo, 1987, p.116) e, portanto, uma história parcial, logo, a execução do projeto não foi algo fácil.

Ao politizar a raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (Gomes, 2017, p.22)

Enquanto uma localidade que produzia discursos mediados por um senso comum, não havia o reconhecimento da negritude da região. Nas salas de aula, por exemplo, os alunos se retiravam da sala quando se abordava a questão do negro ou simplesmente permaneciam em silêncio. Uma das comunidades que chamou a atenção dos coordenadores do Projeto Palmares, foi a comunidade de Múquem, distrito rural de União de Palmares, a população contava com aproximadamente 600 crianças e não haviam escolas. Com essa realidade, os coordenadores iniciaram seus trabalhos de mobilização, exigindo da política local uma escola para crianças e adultos, depois de dois anos, a escola foi construída em Múquem.

Iniciamos o trabalho com suas professoras que moravam na própria comunidade. Nesta escola, a equipe não abordou as questões referentes ao negro, mas, principalmente, o problema da terra e da fome, porque eram de uma só família e todos negros. Desde o momento de sua chegada eles foram marginalizados pela comunidade urbana, passando, então, a produzir em suas terras toda a alimentação para a subsistência sem depender de outra fonte de renda. Inclusive, muitos dos utensílios domésticos eram produzidos pela própria comunidade ou comprado em vilas próximas. (Araújo, 1987, p.116)

Uma das alternativas encontradas pelos coordenadores do Projeto Palmares foi a possível assistência médica de um convênio da Prefeitura Municipal com o Hospital Universitário da Universidade Federal de Alagoas, mas, segundo Zezito de Araújo, a proposta não foi aceita com o motivo dela extrapolar os limites da função do educador. Um saldo resultante dessa experiência é que “as crianças continuam na mesma situação, ou talvez pior, e tivemos que deixar de trabalhar o Município enquanto Projeto Palmares, pois a nossa proposta não interessa aos grupos dominantes da região” (1987, p.116). Para os coordenadores do Projeto, o que se pôde aproveitar dessa experiência foi a realização de um vídeo com o nome da comunidade rural “Múquem” produzido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Alagoas (NEAB/UFAL), hoje NEABI – apesar do documento que analisamos sobre o Projeto Palmares, ainda não sabemos se de fato foi realizado.

Independentemente dos empecilhos enfrentados pelos militantes negros da ACZ, a intervenção política-pedagógica foi importante tanto para a história da Associação Cultural Zumbi, sendo essa uma das experiências vivenciadas pelos militantes do grupo, quanto para União dos Palmares e Múquem, pois, embora os profissionais da educação e políticos tenham se mostrado resistentes quanto às propostas educacionais dos coordenadores, os alunos e professores – os docentes que cooperaram com as proposições expostas – foram perpassados com as práticas pedagógicas sobre a representação do negro, seja na figura do herói negro de Zumbi, como no reconhecimento da população negra enquanto agentes fundamentais na reconstrução democrática do país.

Compreende-se a importância do conhecimento e o reconhecimento das resistências negras, inclusive, desconstruindo o fato de que “os negros foram escravizados porque o índio não se adaptou ao trabalho” (Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – ACERVO NEABI/UFAL), uma narrativa exposta nos livros didáticos da década de 1980. A exemplo dos “não mencionados” nos livros didáticos, a própria história de Zumbi dos Palmares, sendo esse um dos principais líderes negros que ao lado do mocambo⁵³, no final do século XVI, até meados do século XVIII (Gomes, 2005), lutou contra a resistência dos portugueses, ao lado uma das heroínas negras, Dandara⁵⁴. O Quilombo dos Palmares foi um modelo de sociedade e de

⁵³ “A palavra mocambo significava acampamento militar e também moradias para a maioria dos falantes das línguas bantu na África Ocidental e Centro-ocidental. [...] Mesmo se observarmos que na África as palavras quilombos e mocambos tinham diversos significados e no Brasil estes termos aparecem sempre associados à formação de comunidades de fugitivos, podemos ressaltar a ligação entre os significados nos dois lados do Atlântico.” (Gomes, 2005, p.10)

⁵⁴ “Além de grande guerreira, Dandara ainda foi esposa e mãe. Tornou-se a primeira e única companheira de Zumbi, que com a morte de Ganga-Zumba passou a liderar o quilombo, retomando o conflito com as autoridades portuguesas. Com ele teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogíton” (Caetano; Castro, 2020, p.166). De acordo com Caetano e Castro (2020) sua existência ainda é contestada, transformada em mito, não há existência

resistência negra que se consolidou a partir das redes de sociabilidade, agricultura, articulações políticas, econômicas e culturais, sendo o trabalho coletivo uma das principais práticas para a sobrevivência de fugitivos escravizados, indígenas e pessoas brancas pobres.

Revisando as propostas discutidas na Jornada da Mulher Negra, sendo elas, a luta do Movimento Negro, educação, saúde, oralidade e o protagonismo político de mulheres negras, este último, no evento foi mencionado a participação das alagoanas no IX Encontro Nacional de Mulheres no ano de 1987 em Garanhuns/PE, um evento que contou com a participação de mulheres de variados estados brasileiros, que modificou o olhar das mulheres negras no amadurecimento da criação de um encontro nacional específico.

Decerto que compreendemos a importância da contribuição do IX Encontro Nacional de Mulheres de Garanhuns para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras que ocorreu no ano de 1988. Felizmente, a reunião de mulheres em Garanhuns gerou frutos positivos também para a Jornada da Mulher Negra em Alagoas, mulheres alagoanas que participaram do encontro e que ao longo da década de 1980 já vinham construindo possibilidades de enfrentamento às violências no interior do Movimento Negro em Alagoas.

A Jornada da Mulher Negra Alagoana simbolizou um importante marco para a visibilidade da especificidade da mulher negra alagoana. Ao longo da jornada, os discursos mostraram que a articulação dessas mulheres auxiliou nos enfrentamentos racistas juntamente ao Movimento Negro. O que nos influi com relação à Jornada da Mulher Negra em Alagoas em 1988, relaciona-se ao nosso objetivo de pesquisa, pois, levando em consideração toda a mobilização em torno desse evento, algumas dessas mulheres foram fundamentais para a constituição da ACZ, sobretudo nas interferências diretas ao pontuarem o gênero como uma esfera de luta necessária dentro da luta antirracista. Pois, enquanto mulheres negras, suas vidas sempre foram perpassadas por experiências sexistas e racistas, nesse sentido até mesmo a Jornada da Mulher Negra Alagoana exemplificou a força feminina no Estado de Alagoas, demonstrando a existência de uma mobilização de mulheres negras em terras palmarinas.

de registros iconográficos, contudo, “outros estudos, segundo Arraes, sugerem que Dandara pode ter sido confundida com alguma liderança do quilombo”. Entretanto, para a autora, o grande problema é o fato de, devido ao machismo e ao racismo presentes em nossa sociedade, a guerreira não ser devidamente mencionada na historiografia brasileira (Caetano; Castro, 2020, p.161 *apud* ARRAES, 2015).

1.5 “O NOSSO LEMA DEVE SER ORGANIZAÇÃO JÁ!”⁵⁵: O II ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS DA BAHIA E O I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS NO RIO DE JANEIRO

O II Encontro de Mulheres Negras da Bahia aconteceu em Salvador/BA, nos dias 21, 22 e 23 de outubro de 1988, apenas dois meses após a Jornada da Mulher Negra Alagoana. Nossa fonte de pesquisa foi unicamente através da documentação do SNI, devido à falta de respaldo historiográfico. Apesar do dossiê sobre o II Encontro seja um dos mais sucintos que analisamos, contendo apenas 9 páginas, consideramos informações necessárias para compor os eventos analisados neste capítulo, como por exemplo, as principais pautas discutidas no encontro, discussões sobre o centenário da abolição, atividades desenvolvidas ao longo dos dias de evento, descrição de regiões de onde as militantes representavam, apresentação dos nomes dos movimentos sociais presentes etc.

A apresentação dessas informações foram fundamentais para nossa análise metodológica tendo em vista que, por ser um encontro especificamente de mulheres negras no Nordeste e que precedeu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro no mesmo ano, as demandas ainda recentes abordadas neste momento foram levadas para o encontro nacional – o que significa dizer que, a junção das questões apontadas no período da década de 1980, em sua maioria, foram problematizadas e discutidas num evento considerado um dos maiores marcos para a visibilidade negra. O fato do II Encontro da Bahia ser um dos eventos que compõe o quadro de mobilização feminina negra do Nordeste, para nós, certifica que essa região foi tão fundamental quanto o sudeste para o surgimento e crescimento da representação ativa e política de mulheres negras.

Acerca do II Encontro de Mulheres Negras da Bahia, ele foi realizado na escola Hildete Lomanto e organizado pelo Grupo de Mulheres do Alto das Pombas, o encontro foi fundamental para a comunicação direta com a comunidade local. Houve exposições de penteados afro, comidas típicas e capoeira, além de diálogos sobre as seguintes temáticas:

Discussão em torno dos 100 anos da Abolição; Família (o papel da família na transmissão da cultura, tipo de educação, como elas são, a mulher e a família como espaço de solidariedade); Corpo e Sexualidade: (a busca do companheiro, estética, relações com os homens negros, etc...); Violência: (física; no trabalho; do racismo; das expressões que definem a mulher; dos meios de comunicação; e a experiência da Delegacia da Mulher); e Participação política: (o papel da mulher negra no Movimento Negro, nos partidos políticos, nos movimentos do bairro e nas associações profissionais).⁵⁶

⁵⁵ Lélia Gonzalez em *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano* (2020).

⁵⁶ II Encontro de Mulheres Negras da Bahia. - Dossiê (SNI)

Além das discussões sobre os temas acima abordados, no primeiro dia do encontro foram realizadas exposição de artes plásticas, apresentações de dança e música no Teatro do Serviço Nacional do Comércio (SENAC). Enquanto espaço de confluência de ideias e demandas, esse momento foi importante para a realização de denúncias, pois “foi redigido um documento denunciando a Polícia Militar do Estado de São Paulo pela agressão física sofrida recentemente pelo ex-Presidente do Suriname, Desi Bouterse e sua comitiva, confundidos como assaltantes”⁵⁷. Algo muito semelhante ao que aconteceu no I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro em 1983, com as denúncias aos policiais do estado que abusavam de sua autoridade para agirem de forma violenta com as prostitutas da cidade. A violência psicológica e física, seguiu sendo uma das categorias levantadas pelos Movimentos de Mulheres Negras na busca de uma sociedade democrática.

De acordo com a ata do evento, participaram do encontro cerca de 200 mulheres da capital e do interior da Bahia, sua grande maioria eram filiadas ao Movimento Negro baiano. A seguir, a listagem de algumas filiações dos Movimentos Negros da Bahia que estiveram presentes no encontro.

Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado (MNU/BA); Grupo de Mulheres do Alto das Pombas; Associação de Entregadas Domésticas; União de Mulheres de Itapagipe; Grupo de Mulheres do Engenho Velho da Federação; Associação das Lavadeiras do Engenho Velho da Federação; Movimento Negro Unificado de Vitória da Conquista/BA; Pastoral da Consciência Negra de Jacobina/BA.

Compareceram ao evento, dentre outras, as seguintes mulheres: Benedita Souza Da Silva (Dep.Fed. PT/RJ); Luiza Helena de Barros (integrante do MNU/BA); Rita Pereira (integrante do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas); Maria José Dos Santos (integrante da Associação Bahiana de Empregadas Domésticas); Nadir Nóbrega (professora de dança); Marilene Conceição do Nascimento (integrante da União de Mulheres de Itapagipe); Iraildes de Jesus Santos (traçadeira); Valdina Oliveira Pinto (integrante do Grupo de Mulheres do Engenho Velho da Federação).⁵⁸

Algumas das mulheres presentes no II Encontro de Mulheres Negras da Bahia também estiveram presentes em outros eventos, como no I Encontro de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. As articulações femininas negras na década de 1980 foram constituídas por uma rede de comunicação acerca das realizações de encontros estaduais, regionais e nacionais.

Uma das participações importantes nesse encontro foi a presença da constituinte carioca Benedita da Silva PT/RJ. Em seu discurso, trouxe suas experiências enquanto mulher, negra parlamentar e favelada, além de abordar sobre os avanços e recuos da Nova Constituição com relação à discriminação racial⁵⁹.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ II Encontro de Mulheres Negras da Bahia. – Dossiê (SNI)

⁵⁹ Idem.

A socióloga e militante do Movimento Negro Unificado da Bahia (MNU/BA), Luiza Bairros⁶⁰, apresentou o debate sobre a relação da mulher negra e a não aceitação do cabelo afro, uma negação que provém do racismo, o cabelo liso veiculado diariamente por redes de comunicação e difundido como forma de impor os “valores estéticos ideais”, na verdade, são construídos por padrões eurocêntricos que impactam diretamente na busca de mulheres negras em alisar o cabelo crespo. Para a socióloga, é nesse momento que se realiza um ritual de negação do seu próprio corpo.

A violência sobre a mulher negra não se expressa somente através de uma agressão física de um eventual companheiro, mas, principalmente, na "violência dos comerciais de sabonetes ou de shampoo, que nunca colocam como modulo uma negra". Para ela a falta de condições e o excesso de horas de trabalho são formas de opressão comumente vivenciadas pela mulher negra, na maioria empregadas domésticas, exercendo trabalhos de prestação de serviços⁶¹.

Sobre a relação da mulher negra e seu cabelo, a teórica bell hooks (2005) afirma que essa condição está inserida em nossas vidas desde o nosso nascimento, por meio de nossa rede familiar até a vida adulta. hooks reforça que há uma tendência em “adultecer” mulheres negras e, com o processo de alisamento, a sociedade as veem enquanto mulheres mais “maduras”, mas, por outro lado, há uma tendência em atribuir às mulheres brancas de cabelos lisos uma aparência jovial. Essa contraditoriedade também se atribui à busca de uma aceitação social, deixando de lado o cabelo afro e alisando o cabelo – totalmente imbuída por ideias impostas – fazendo com que, em tese, mulheres negras triunfem no mundo branco (hooks, 2005).

A busca por uma aceitação pode estar diretamente relacionada à imposição da família, trabalho, escola, instituição, sendo o cabelo um objeto que também pode ser comedido, “sobretudo, é uma parte de nosso corpo de mulher negra que deve ser controlado” (hooks, 2005, p.4). As narrativas de que “seria mais fácil” de cuidar de um cabelo alisado estão atreladas ao racismo que busca associar características – físicas ou não – de negros e negras, fazendo com que esses indivíduos busquem por um cabelo considerado ideal, aceitável e bonito.

Certo número de mulheres afirmou que essa é uma estratégia de sobrevivência: é mais fácil de funcionar nessa sociedade com o cabelo alisado. Os problemas são menores; ou, como alguns dizem, “dá menos trabalho” por ser mais fácil de controlar e por isso toma menos tempo. Quando respondi a esse argumento em uma discussão em Spelman College, sugeri que talvez o fato de gastar tempo com nós mesmas cuidando de nossos corpos é também um reflexo de uma sensação de que não é importante ou de que nós não merecemos tal cuidado. Nesse grupo e em outros, as mulheres negras falavam de ter sido criadas em famílias que ridicularizavam ou consideravam desperdício gastar muito tempo com a aparência. (2005, p.7)

⁶⁰ Luiza Bairros foi ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil entre 2011 e 2014.

⁶¹ Idem.

Luíza Bairros ainda destaca a ativa atuação de mulheres negras, suas lideranças políticas e que, apesar de historicamente contribuírem diretamente com as mobilizações sociais, na luta antirracista e de gênero, existem discursos que atribuem o lugar de liderança ao homem e aos cidadãos que compõe as classes dominantes. Isso faz com que mulheres negras de origem pobre desvalidem suas próprias histórias de vida e de luta, desmotivadas pela desconsideração de suas contribuições políticas, que não são suficientes para ocupar o lugar de protagonismo, algo que infelizmente é natural nas mobilizações históricas.

Esse é um dos eventos que menos encontramos produções sobre. Esse fato mostra a necessidade de novas pesquisas que insiram na historiografia os diversos eventos e encontros da década de 1980, abordando as características e o caráter de cada um deles. Em especial, consideramos fundamental a inserção e análise dos eventos/encontros de mulheres negras da região nordeste, uma vez que, dentre os recortes que fizemos, as organizações negras nordestinas foram as que menos tivemos informações. Os eventos analisados nesta pesquisa são apenas um fragmento perto do quantitativo do que de fato realizou-se, mas, se dentro desse contexto analisado constatamos que ainda existem eventos desconhecidos pela historiografia pertencentes a mobilizações do nordeste, faz-se necessário a reflexão e a crítica da carência de pesquisas sobre eventos específicos da região.

O II Encontro de Mulheres Negras da Bahia, especificamente, é apenas um dos episódios ainda pouco visitados e que não foram inseridos no fenômeno quantitativo de eventos, encontros e jornadas no Brasil, pois, para além do eixo sudeste, mobilizou um somatório considerável de militantes negras que se organizaram e construíram pontes para o que veio a ser o maior evento nacional de mulheres negras, no Rio de Janeiro.

Dado o momento, a seguir abordaremos um dos grandes e influentes encontros nacionais sobre o protagonismo da mulher negra. As produções sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras felizmente são proveitosas, tendo em vista os diferentes tipos de fontes que denotam sobre esse marco na história do feminismo negro no Brasil. Em específico, consideramos a contribuição historiográfico através de algumas produções sobre esse episódio e também tivemos acesso à vídeos que registraram alguns momentos desse encontro que estão disponibilizados no YouTube⁶².

Após dois meses do II Encontro de Mulheres Negras da Bahia, realizou-se o tão esperado I Encontro Nacional de Mulheres Negras na cidade de Valença/RJ entre os dias 1 e 4 de

⁶² Canal Cultura Negra Liberta (CULTNE). Disponível em: < <https://www.youtube.com/@Cultne>>.

dezembro de 1988⁶³ e “contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país” (Gonçalves, 2018, p.18). Para sua concretização, foi necessário um ano de preparação, sendo realizadas diversas reuniões e encontros em outros eventos.

Desde o Encontro Feminista de Garanhuns, a preparação de um Encontro de Mulheres Negras levou aproximadamente um ano. Foram organizadas três reuniões preparatórias de caráter nacional (Salvador, São Paulo e Brasília) e outras estaduais com debates, seminários, oficinas, mesas redondas, festas, minicursos etc. que consistiam tanto em sensibilizar as participantes como em buscar apoio financeiro para uma estrutura desse porte. (2018, p.17)

Na abertura do encontro, uma das palestrantes, mulher negra e afro religiosa, afirmou que por meio do jogo de búzios, a Yabá Oyá⁶⁴ estaria tomando a frente do I Encontro Nacional de Mulheres. Enquanto uma grande mãe guerreira, insubmissa, empoderada, ativa e justiceira, Oyá representa as várias faces das mulheres nas qualidades de mães, filhas, irmãs, avós, esposas e netas; são pessoas destemidas que reconhecem as injustiças experienciadas e constroem possibilidades de luta e superação dos obstáculos impostos historicamente. Essa força da natureza que regeu o encontro, não só simbolizou, mas mostrou de fato, a força da energia feminina que busca por uma justiça social, por melhores condições de vida para si mesmas e para os seus.

De acordo com o Boletim n.1 do Encontro Nacional de Mulheres Negras, publicado em setembro de 1988, decidiu-se que só seria permitido a participação de mulheres, “sendo vedado, sob qualquer pretexto, a participação de companheiros do sexo masculino” (Boletim..., 1988, p. 3). O boletim não aborda sobre os motivos da decisão, porém, entendemos que por ser um encontro nacional de protagonismo feminino negro, este foi um momento de mulheres falando sobre si mesmas, não sendo representadas por terceiros, uma escolha fundamental que demonstrou a força do Encontro.

Essa decisão impactou os companheiros masculinos da luta antirracista, para eles, esse encontro era uma reunião de sapatonas (Lemos, 1997) e “visando eliminar o possível mal, advindo da organização específica de mulheres negras” (Lemos, 1997, p.49). O papel secundário dado às mulheres negras mostra a necessária decisão de 1978, por exemplo, com a criação do REUNIMA, em que o grupo precisou criar uma representação feminina negra no interior do Movimento Negro. Nesse sentido, compreende-se que, desde a articulação de um

⁶³ Em nossa pesquisa, percebemos que há uma divergência nas datas da realização do encontro. Em algumas produções afirma-se que o I Encontro Nacional foi realizado entre os dias 1 e 5 de dezembro de 1988, entre os dias 3 e 5 de dezembro de 1988 e, 2 e 4 de dezembro de 1988.

⁶⁴ Oyá ou Iansã é uma “divindade feminina da cultura iorubá está relacionada com os elementos fogo e ar, e com o trânsito dos eguns (espíritos dos mortos) para o plano espiritual, dirige os ventos e as tempestades [...] Iansã está muito relacionada à guerra” (Moraes e Alves, 2015, p.64-65).

movimento antirracista pautado na questão racial, o gênero veio a ser desvencilhado dessa bandeira de luta, tornando-se secundária ou até omitida a categoria de gênero.

Segundo eles, o I Encontro Nacional era um encontro de lésbicas e não “sobraria” mulheres negras para eles, talvez eles temessem aquele momento, por materializar um espaço nacional de lutas e bandeiras de um segmento negro específico sem a hegemonia dos homens. (Lemos, 1997, p.49)

Com a intensificação do Movimento Negro nas décadas de 1970 e 1980, as mulheres negras tiveram que se apoiar dentro da entidade, demonstrando que havia a importância e, sobretudo, a necessidade do apoio do Movimento Negro, pois é dentro dessa entidade que se via um melhor diálogo e relação, apesar das problemáticas. Mas, com a necessidade de uma entidade específica de mulheres negras, houve articulações para uma nova frente de militância para além do Movimento Negro. Dessa forma, os objetivos do I Encontro Nacional refletem as experiências dessas mulheres com o Movimento Negro e com a sociedade em geral, sendo assim, publicou-se no boletim n.1, do mês de setembro, sobre as principais demandas desse grupo:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais e luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar a organização de mulheres negras colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas. (Boletim..., 1988, p. 3)

Para a participação no encontro, foram escolhidas representações do próprio Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras através de delegações estaduais, por meio de fóruns, “Encontros Estaduais, Seminários, etc., mediante votação na plenária. Os fóruns serão escolhidos de acordo com as possibilidades de cada Estado” (Boletim..., 1988, p. 4). Apesar da redução de pessoas enviadas pelos estados por conta das dificuldades de alojamento, houve um considerável quantitativo de mulheres negras de diversos estados do Brasil. As demais mulheres que foram participar do encontro independentemente de estar ligadas às entidades, poderiam estar presentes, mas sem direito a voto.

A organização do evento foi dividida em painéis expositores, debates, oficinas, salas de conversa “e outras técnicas facilitadoras para uma participação ativa das mulheres presentes ao Encontro” (Boletim..., 1988, p. 3). As temáticas debatidas no encontro se voltavam na reflexão sobre as relações da mulher negra com determinadas categorias, dentre os debates foram

abordadas a participação da mulher negra em movimentos religiosos e a tradição oral, trabalho, educação, família, o mito da democracia racial, a ideologia do embranquecimento, sexualidade, os meios de comunicação, arte, cultura, saúde, violência, o machismo, sexismo e estética.

Em uma dinâmica que tinha como proposta o desabafo das mulheres, foi realizado um círculo onde cada pessoa acendeu uma vela e, em ordem, as mulheres foram fazendo pedidos em voz alta, ao final, colocando a vela no centro da roda. Uma das mulheres afirmou o seguinte: “vou colocar nessa fogueira para ser queimada todas e quaisquer formas de opressões sejam ela de ordem cultural, social, econômica e tudo mais”⁶⁵. Como forma de expressar sentimentos, ampliar visões e potencializar as relações criadas com outras mulheres, esse momento foi importante para o descarrego emocional, físico e psicológico de cada uma das envolvidas, como forma de se conectarem e reconhecerem as suas potencialidades.

A realização do encontro no ano de 1988 foi estratégica por dois motivos: a “celebração” do centenário da abolição da escravatura e ano da nova Constituição, um momento histórico e fundamental na busca por uma sociedade democrática com garantias e direitos. Por ser um momento significativo, houve temáticas discutidas em torno da abolição, sobretudo a problemática do que foi vendido historicamente enquanto a “libertação dos escravos”, consideração à instituição escravista enquanto força motriz da exploração da classe, “sob o capitalismo, racismo e sexismo fazem parte de uma engrenagem que reforça desigualdades para melhor se reproduzir” (Gonçalves, 2018, p.20). Nesse sentido,

Precisamos ter em mente que, assim como uma casa não se constrói de cima para baixo, é necessário que a construção da nova sociedade se desenvolva pelo específico, ou seja, tijolo por tijolo. Quanto mais nós nos conhecemos individualmente mais forte e harmoniosa será a sociedade que herdarão nossos filhos e netos. (Boletim..., 1988, p. 2)

Além dos objetivos descritos pelo Encontro Nacional, outras questões foram levantadas acerca da finalidade do evento, como as razões que fazem com que mulheres negras tenham tratamento diferenciado na sociedade e sobre os motivos que as tornam diferentes dos/as demais (Boletim, 1988). Logo, levantou-se uma questão importante, uma vez que o Encontro Nacional fez questão de salientar que aquele evento não tinha a intenção de causar “rachas” nos demais movimentos sociais, “como alguns elementos nos acusam” (Boletim, 1988), a escolha de optar pela presença feminina foi de fato um motivo de desconfiança nos movimentos sociais, especialmente para o Movimento Negro.

⁶⁵ Vídeo disponível no canal do YouTube Cultura Negra Desperta (CULTNE) em “I Encontro Nacional de Mulheres Negras – 1988” disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hs9wHf4tH68.>>

Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca. O sentido da expressão ‘criar nossos próprios referenciais’ é que queremos estar lado a lado com as(os) nossas(os) companheiras(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades. Enfim, queremos uma posição de igualdade nessa luta. (Boletim..., 1988, p. 2)

Essa explicação reforça as intenções do Encontro Nacional enquanto um momento de auto referência, são mulheres que falaram sobre suas vivências a partir de seus marcadores sociais (Akotirene, 2019). Na articulação de raça, gênero e classe, essas sujeitas se apresentaram a partir de perspectivas plurais, evidenciando suas demandas, vida privada e pública, e as relações com a saúde, educação, relacionamentos, estética, política, cultura, sexualidade, trabalho, violência, religião etc. Quando falamos na articulação de raça, classe e gênero, temos como um importante referencial a estadunidense Angela Davis que trata sobre a inseparabilidade dessas condições e na possibilidade de um novo modelo de sociedade; em sua entrevista ao Portal Geledés⁶⁶ - o termo “geledés”, em iorubá “geledé”, advém do significado de sociedade exclusivamente feminina das comunidades iorubás, responsável pelos rituais com máscaras guerreiras para celebrar as grandes mães e as forças femininas poderosas da fé iorubana⁶⁷ - Davis retrata a problemática das tentativas da esquerda ortodoxa em maximizar a classe em detrimento da raça e do gênero.

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (Davis, 2011)⁶⁸

Em toda a divulgação do encontro, afirmou-se que esse evento nasceu da “necessidade constante de nossa organização” (Boletim..., 1988, p.5), logo, foram apresentadas as várias

⁶⁶Geledés Instituto da Mulher Negra foi fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira. As áreas prioritárias da ação política e social de Geledés são a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas. O Portal Geledés é o espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente, e de seus compromissos políticos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>>. Acesso em: 18/04/2024.

⁶⁷ Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/geledes-30-anos-de-amor-e-luta-pelos-direitos-das-mulheres-negras>>. Acesso em: 18/04/2024.

⁶⁸ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 10/10/2024

faces das políticas de extermínio que estão diretamente voltadas para as mulheres negras, como, por exemplo:

NEGAÇÃO À CULTURA – Somos apresentadas como não tendo família, não sendo casadas, como avós adotivas de crianças brancas, é comum sentirmo-nos incomodadas com o aspecto crespo de nossos cabelos e “optarmos” por alisá-los na tentativa desesperada de transformar o que a sociedade classifica como “feio”, sujo e anti-estético.

NEGAÇÃO À VIDA – A campanha de esterilização em massa, não divulgando os contraceptivos menos prejudiciais à saúde da Mulher a falta de informações sobre seu próprio corpo.

Contudo, nós Mulheres Negras estamos nos organizando, pois entendemos que além de Mulheres Negras somos cidadãos, crianças e trabalhadoras e estamos tendo nossos direitos usurpados por este Modelo Econômico [...]todas nós Mulheres Negras devemos entender que somos fundamentais neste processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas. (Boletim..., 1988, p.5)

Considerando esse momento favorável para a visibilidade das demandas de mulheres negras, em meio a um cenário tecido por elas, o ano de 1988 foi essencial para a busca de uma realidade democrática. É fundamental considerarmos que a organização de mulheres negras nesse contexto de articulação teve como premissa algumas questões importantes em nosso ponto de vista: a necessidade de uma nova estrutura que atendesse suas próprias reivindicações, pois, como já afirmado, a compreensão de que no Movimento Negro e Movimento Feminista, o recorte do gênero, raça e classe social eram secundarizados, havia, portanto, a necessidade de uma nova representação restrita às mulheres negras.

Ao longo da década de 1980 com as participações em Encontros feministas e em eventos específicos para as militantes negras, nota-se que as pautas foram acrescentadas até a chegada do I Encontro Nacional no Rio de Janeiro em 1988, em que existiu uma esquematização em um tempo significativo para que fosse discutido num evento nacional, as experiências e denúncias de uma estrutura política marcada por lógicas coloniais.

As suas maiores pontuações ao longo das atividades da década de 1980 e que chegaram até o Encontro de 1988 foram: o racismo, a descriminalização do aborto, machismo, sexismo, a exploração capitalista, violência sexual e doméstica, lesbianismo, saúde da mulher, classicismo, prostituição, relações de trabalho, religião, educação, arte, cultura, estética etc.

Com a intensidade das articulações dos movimentos sociais no final da década de 1970, temáticas como “a elaboração da Constituinte, Centenário da Abolição foram acompanhados, sobretudo, às formas de organizações negras para o trato destas questões enquanto sujeitos de ação política” (Silva, 2023, p.26), logo, o cenário desse período foi propício para que fossem levantadas as opiniões populares, como forma de realizar um levantamento das demandas

sociais e políticas, levando em consideração diferentes fatores para a sua possível consolidação com a Constituição de 1988.

Longe de ser uma dissidência do Movimento Negro ou do Movimento Feminista, as entidades femininas negras que surgiram na década de 1980 eram resultantes das experiências, demandas e práticas políticas das mulheres negras, em seus diferentes espaços de atuação, seja ele o espaço universitário, as favelas, os partidos políticos, igrejas, nas quais essas mulheres lançavam os olhares a partir das especificidades que as cercavam e em consonância com a proposta de abertura política e reorganização dos movimentos sociais. (2023, p.127)

Na busca por uma intervenção política de maneira mais direta (Silva, 2023), a mobilização de mulheres negras pelo país na década de 1980, além de denunciar o racismo, mostrava as formas pelos quais essa violência operava de maneira particular, na sua realidade. As questões levantadas pelo próprio movimento, buscava também mostrar o que as militantes queriam por parte do Estado, logo, em 1985, com o fim do período do “milagre econômico”, no mesmo ano foi realizada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que tinha como proposta elaborar um “novo texto constitucional para expressar a realidade social pela qual passava o país, que vivia um processo de redemocratização após o término do regime militar”⁶⁹.

O periódico do Nzinga Informativo – criado em 1985 – foi importante nesse cenário, pois ele mostrava a importância de como as transformações históricas podem atravessar a sociedade, especialmente quando são eventos relativos à população afrodescendente, apresentando a necessidade da comunidade negra estar ativa. Como é o caso da Constituinte de 1988, as Nzingas fizeram uma crítica à falta de representatividade negra, sobretudo das demandas das mulheres negras, “o órgão se colocava assim, como um meio para esclarecer as mulheres negras. Era, assim preciso esclarecer sobre a importância da Constituinte, do voto, sobre o porquê de se ter um 8 e 21 de março, 20 de novembro” (Silva, 2023, p.147). A exemplo disso, no periódico de n. 4 de julho/agosto de 1988, ganhou-se destaque o “aconteceu, acontecendo”, um breve texto que tinha como propósito exibir alguns episódios voltados à comunidade negra, como, por exemplo, a divulgação da comemoração dos 44 anos do TEN, uma exposição que foi realizada entre 28 de junho e 10 de julho no Rio de Janeiro, e o II Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra nos dias 30 e 31 de julho em Volta Redonda/RJ.

Numa outra sessão intitulada “o que andam fazendo nossos deputados negros”, com relação à Constituinte⁷⁰, esse destaque tinha como proposta mostrar as atividades realizadas

⁶⁹ Ver em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-das-constituintes>.> Acesso em: 19/09/2024.

⁷⁰ Em 27 de novembro de 1985, por meio da emenda constitucional n. 26, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte com a finalidade de elaborar novo texto constitucional para expressar a realidade social pela qual

pelos políticos e registrar seus principais planejamentos. Para as “Nzgingas”, não se pretendia realizar uma análise do Projeto de Constituição, mas de apontar justamente as pautas voltadas para a comunidade negra.

Benedita da Silva (PT-RJ), Carlos Alberto de Oliveira Caó (PDT-RJ), Edmilson Valentim (PC do B-RJ) e Paulo Renato Paim (PT-RS). Esses parlamentares em suas campanhas junto ao Movimento Social e em particular ao Movimento Negro se comprometeram em legislar levando em consideração a questão racial no Brasil, fazendo de suas vozes a voz do Movimento Negro, ao desmascarar o mito da democracia racial, e assim vão derrubando as barreiras que nos impedem de exercer nossa cidadania.⁷¹

Após apresentar a deputada e os deputados, o Nzinga apresentou alguns projetos de lei que já foram aprovados ou que ainda estariam em discussão na Constituinte, dentre eles:

1. Inclusão da história geral da África e da história do negro no Brasil como matéria integrante das disciplinas de currículo escolar obrigatório;
2. define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor a prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;
3. Instituição do dia 13 de maio como "Dia Nacional de Denúncia contra o racismo";
4. Feriado nacional dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e data consagrada pela comunidade afro-brasileira como "Dia Nacional de Consciência Negra";
5. Proíbe o Brasil de manter relações diplomáticas com países que adotem política oficiais de discriminação racial;
6. Propõe o rompimento de relações do Brasil com a África do Sul com outros países segregacionistas;
7. Assegura a categoria dos trabalhadores domésticos os direitos como: salário mínimo, irredutibilidade do salário ou vencimento, 13º, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, aviso prévio, além da integração à Previdência Social.⁷²

Levando em consideração um contexto importante para a população brasileira, a comunidade negra, apesar de ser minoria nos cargos institucionais, contribuiu para a formação da Constituição de 1988. Socorro França, uma das nossas entrevistadas, fez parte desse processo ao longo do ano de 1986. Em sua narrativa sobre sua participação, ela afirma o seguinte:

Foi quando estava na construção da Constituição, aí eu fui para Brasília, eu sou uma constituinte né?! Negra, participei da elaboração da Constituição, viajei o ano todo de 1986, eu como negra, uma índia e uma mulher sertaneja, porque nós éramos 16 (dezesesseis) no Conselho, mas, quando se fala de representatividade, aí a representatividade estava justamente nessas três mulheres, não estava nas mulheres representando a indústria, não estava nas mulheres maçônicas, entendeu? Estava nessas três mulheres e nós fomos participar das discussões, discussões ricas que hoje eu vejo que foi muito importante e torna-se um fato histórico. (Socorro França, 2024)

passava o país, que vivia um processo de redemocratização após o término do regime militar. Ver em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-das-constituintes>> Visto em: 19/09/2024.

⁷¹ *Nzinga Informativo*, n. 4, jul./ago. 1988, p. 8).

⁷² *Idem*.

Sobre sua trajetória política, Socorro França completa:

A Universidade tá fazendo a minha biografia, a UFAL, por conta de eu ter passado na Oitava Conferência como delegada onde formou o SUS, antes participei da elaboração da Constituição. Quer dizer, eu venho numa construção de políticas públicas, vinda de uma escola pública, dando respostas ao que os serviços públicos investiram em mim, tá entendendo? E hoje eu sou superintendente da SEADES⁷³, sou superintendente de gestão da informação do SUS entendeu?! (Socorro França, 2024)

A participação da alagoana na elaboração da Constituição brasileira, como ela bem pontuou, foi um fato histórico. Seja em sua representação enquanto uma mulher negra ocupando um espaço majoritariamente masculino e branco, discutindo e construindo junto às outras pessoas, ampliando as liberdades civis e os direitos de garantias individuais⁷⁴, além de representar o Movimento Negro do Estado de Alagoas, demonstrando a consistência de sua trajetória política na luta antirracista e de gênero, sobretudo na saúde da população negra. Uma referência no cenário alagoano de uma mulher negra que ao lado da ACZ e outras organizações, teceu possibilidades de estratégias para a construção de políticas públicas para a sociedade, e que segue sua trajetória de luta até os dias atuais, no auge de seus setenta e três anos.

1.6 APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DE MOBILIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS

A partir do exposto, consideramos importante destacarmos que os eventos apresentados ao longo desse capítulo não são o somatório total de todos os encontros que foram realizados no país. Realizamos um recorte e sendo essa pesquisa produzida por meio de fontes acessíveis, portanto, não chega perto do quantitativo dos numerosos encontros de norte a sul do país, de modo que não poderíamos esgotar uma temática tão extensa e intensa quanto às articulações femininas negras.

⁷³ Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas.

⁷⁴ Datada de 5 de outubro de 1988, a nova Constituição incluiu alterações nas relações econômicas, políticas e sociais, como, por exemplo, a concessão do direito ao voto aos analfabetos e jovens de 16 a 17 anos, estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário. Outras medidas adotadas na Constituição de 88 foram: instituição de eleições majoritárias em dois turnos; direito à greve e liberdade sindical; aumento da licença-maternidade de três para quatro meses; licença-paternidade de cinco dias; criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em substituição ao Tribunal Federal de Recursos; criação dos mandados de injunção, de segurança coletivo e restabelecimento do *habeas corpus*. Foi também criado o *habeas data* (instrumento que garante o direito de informações relativas à pessoa do interessado, mantidas em registros de entidades governamentais ou banco de dados particulares que tenham caráter público). Destacam-se ainda as seguintes mudanças: reforma no sistema tributário e na repartição das receitas tributárias federais, com propósito de fortalecer estados e municípios; reformas na ordem econômica e social, com instituição de política agrícola e fundiária e regras para o sistema financeiro nacional; leis de proteção ao meio ambiente; fim da censura em rádios, TVs, teatros, jornais e demais meios de comunicação; e alterações na legislação sobre seguridade e assistência social. Ver em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-das-constituintes>>. Acesso em: 23/09/2024.

Observamos que os primeiros eventos organizaram as futuras mobilizações negras no Brasil, os militantes e intelectuais que constituíram os Movimentos Negros e os Movimentos de Mulheres Negras e demais entidades foram fundamentais para impulsionar as articulações que estavam isoladas passando a ganhar uma densidade regional e nacional, organizando-se em redes. Cabe-nos destacar que visivelmente os eventos que ocorreram no Nordeste foram influentes diretamente na criação do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, de modo que o debate sobre a necessidade de um encontro nacional partiu do IX Encontro Feminista de Garanhuns, em Pernambuco, e posterior a esse evento, ocorreram eventos coetâneos no Nordeste como preparatórios do encontro nacional. Para nós, trazer o foco de uma outra região para além do sul-sudeste é buscar visibilizar os movimentos sociais que tendem a ser secundarizados devido à concentração de holofotes para esse eixo. Reconhecemos que de fato, em especial, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo foram promissores no que cerne a criação de grupos de mulheres, periódicos e eventos, logo, historiograficamente, há um quantitativo considerável de pesquisas sobre esses coletivos nas regiões sul-sudeste.

Essa constatação se dá pelo motivo de que este período em que estamos pesquisando, os finais da década de 1970 e a década de 1980, nas regiões sul e sudeste do Brasil já havia a existência de investimentos em universidades públicas⁷⁵ como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de São Paulo (USP) que além de terem um maior investimento econômico em suas pesquisas, as produções nesse eixo sobre movimentos sociais tendiam a ser em maior quantidade do que em outras regiões brasileiras.

Portanto, nossa decisão em apresentar os primeiros encontros de mulheres negras iniciando pelo Rio de Janeiro, tem como finalidade meramente apresentarmos ao leitor de forma cronológica, seguindo um fio condutor pensado a partir do que foi construído ao longo desses encontros até a chegada aos eventos preparatórios e, enfim, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988. Com a noção de que as margens indagam o centro, como enfatizado por Grada Kilomba (2019), consideramos fundamental trazer esse lugar de resistência ao centro, visibilizando o Nordeste na historiografia como um espaço de articulações políticas, onde os movimentos sociais são influentes no país.

Considerando as duplas, triplas opressões, e os obstáculos enfrentados por mulheres negras, compactuamos com a reflexão da socióloga estadunidense Patrícia Hill Collins – uma das principais influentes do pensamento feminista negro. Collins aborda sobre os empecilhos

⁷⁵ Importante ressaltarmos que a menção das universidades citadas se dá pelo motivo de serem entre elas das mais antigas do Brasil, não que não houvesse outras universidades em outras regiões do país.

que mulheres negras experienciam ao terem de abdicar de suas próprias relações para trabalharem em condições insalubres em comparação à outras mulheres.

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? (1990, p.47)

Apesar do cenário analisado por Collins ser referente às mulheres negras estadunidenses, compartilhamos de experiências semelhantes ao tratarmos-nos do lugar da mulher negra na sociedade como um todo. Apesar das intersecções que as impõem num sequencial de violências, historicamente, as suas lutas políticas nos mostram a sua obstinação e a não passividade. Neste capítulo, podemos visualizar essas práticas de resistência e sobrevivência em diferentes regiões do Brasil e de diversas maneiras. Com a consciência das opressões experienciadas, sobretudo das motivações ocasionadas por lógicas racistas, machistas, sexistas etc. A organização política do Movimento de Mulheres Negras, além de incentivar a denúncia de uma estrutura racista e sexista, também foi um espaço de transmissão de saberes e trocas de experiência, pois, segundo Collins, essa sistematização nada mais é do que mulheres negras tecendo o pensamento feminista negro (Collins, 1990).

O “*pensamento feminista negro como teoria social crítica*” de Patrícia Hill Collins (1990), trata-se da constatação das contradições entre ideologias dominantes nos Estados Unidos e enquanto grupo social historicamente excluído e oprimido, as mulheres estadunidenses elaboraram uma teoria social opondo-se às opressões e buscando mecanismos de sobreviver e resistir às injustiças (Collins, 1990). A criação da teoria relaciona-se às variadas experiências históricas como a segregação racial na moradia urbana e as experiências comuns no trabalho, logo, sua conceituação expande-se para além das experiências das estadunidenses e emerge no centro das discussões de mulheres negras, inclusive das latinas.

O *outsider within*, traduzindo para o português, o estranho dentro – a marginalidade no centro, a forasteira de adentro –, abordada por Collins, dialoga com a proposição que a teórica portuguesa Grada Kilomba apresenta em “*Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*” (2019), que a partir de sua conceituação de “outridade”, em que mulheres negras ao serem colocadas como “outra/o” e nunca como “eu” (Kilomba, 2019), relaciona-se ao fato da sociedade considerar que essas mulheres não são dignas de serem analisadas enquanto pessoas que atuaram ativamente em diferentes contextos históricos. Ao mencionar o conceito de bell hooks (1989) sobre sujeito e objeto, Kilomba reforça a importância de nós mulheres negras falarmos de nossas próprias experiências e recuperarmos nossas vozes, tornando-se, portanto,

sujeitas, não deixando que os outros falem por nós. Para Kilomba “eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita, portanto escrever emerge como um ato político” (2019, p.28).

Celebramos as grandes referências que cada um dos encontros tornou, gerando frutos para a militância futura de mulheres negras, como também na influência científica na produção de pesquisas como essa e tantas outras que compõem a historiografia brasileira, visto que propõe a visibilizar as injustiças sociais e, especialmente, evidenciar o protagonismo político que historicamente mulheres negras estiveram à frente, apesar de serem silenciadas, tecendo estratégias de resistência e sobrevivência.

O próximo capítulo abordará sobre a fundação e a representação do Movimento Negro em Alagoas, suas práticas de resistência e as articulações em todo o cenário alagoano, com ferramentas políticas, culturais e pedagógicas que influenciaram a sociedade civil, instituições e entidades, na busca pela superação do racismo e no reconhecimento da trajetória da sociedade palmarina enquanto principal referência negra no Estado de Alagoas.

2. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL ZUMBI: UM MOVIMENTO NEGRO EM TERRAS PALMARINAS

Antes de nos debruçarmos sobre o Movimento Social Negro alagoano na década de 1980, precisamos apontar brevemente o contexto do estado, em especial, o cenário sócio-político. Em Alagoas, o coronelismo⁷⁶ encontrou um solo fértil para acoplar as desigualdades sociais, o controle político e, conseqüentemente, o patriarcado como fruto desse sistema. A economia açucareira era o carro-chefe dos proprietários de terras que se utilizavam do engenho açucareiro como forma de exercer seu poder através do controle sobre os trabalhadores. Dessa forma, o coronelismo em Alagoas foi tão dominante que houve uma restrição do desenvolvimento democrático no primeiro período da República (1889-1930), (Baumgarten; Silva, 2024).

A influência coronelista perpassou a primeira república e segue sendo um traço de Alagoas até os dias atuais, quando nos deparamos com as dinâmicas sócio-políticas no estado, da capital ao sertão, sendo o patriarcado fruto de um sistema colonial, de forma que os homens possuem majoritariamente o poder em detrimento das mulheres, através de uma estrutura pautada no controle social, nos privilégios e na moral. A divisão hierárquica atribuído ao topo os homens brancos elitizados e ocupando o mais baixo nível da hierarquia social, as mulheres negras, estas foram relegadas à condição de subalternidade, violência e exclusão.

Traços desse coronelismo e patriarcado enraizados na sociedade alagoana são vistos, por exemplo, nas relações políticas e também em monumentos construídos em homenagens a ditadores. Considerando o contexto da década de 1980, “emergiram iniciativas desafiadoras ao poder da ditadura, como a articulação do movimento feminista e o movimento negro” (Baumgarten; Silva, 2024, p.309), especialmente em Alagoas, movimentações contrárias ao regime ditatorial foram tecidas em diálogo com outros coletivos do país que também passavam por transformações políticas com a redemocratização brasileira.

Após dezesseis anos da ditadura civil-militar, os finais dos anos de 1970 e década de 1980, foram um contexto marcante para a história de Alagoas no que tange às discussões e representações políticas em torno da luta antirracista. Anterior a esse período, não haviam articulações de cunho político-social que esquematizasse o reconhecimento e o orgulho da terra

⁷⁶ O coronelismo se baseava na relação de permuta entre poderosos chefes locais (os “coronéis”) e a população. Os coronéis proporcionavam favores, empregos e assistência em troca de apoio político e lealdade. Esse sistema estava profundamente enraizado nas estruturas agrárias e nas desigualdades sociais do Brasil. (Baumgarten; Silva, 2024, p.306).

do Quilombo dos Palmares, como forma de utilizar desse passado histórico como impulsionador nas mobilizações políticas em pleno regime político autoritário. Nas buscas por uma sociedade igualitária, jovens negros e negras ao experienciarem um caso de racismo na capital maceioense se mobilizaram e após anos de atividades e mobilizações, conquistaram – através de muito trabalho – centralizar o Estado de Alagoas sob a perspectiva da luta antirracista a partir da Serra da Barriga, local onde existiu um dos maiores quilombos da América Latina, com intuito de associar junto aos movimentos e coletivos negros de outras regiões, para conquistar avanços políticos para a comunidade afro-brasileira diante da matriz potencializadora do solo sagrado palmarino.

O Movimento Negro é um coletivo que abrange conjuntos de grupos de entidades políticas e culturais (Gomes, 2018) que experiencia consensos, disputas e conflitos em seu compromisso com a luta antirracista. No cenário alagoano, o expoente do Movimento Negro, a Associação Cultural Zumbi (ACZ), articulou, fomentou e construiu estratégias de intervenção visando a superação do racismo, a partir da valorização da figura de Zumbi dos Palmares e da sociedade palmarina, representado enquanto símbolo de resistência negra. Em meio às articulações da ACZ, a entidade uniu a perspectiva cultural, política e histórica da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL, criando laços de pertencimento com o Estado de Alagoas.

É nesse sentido que a luta afro-descendente por melhores condições de vida no Estado de Alagoas vem de longa data. O seu estudo nos leva à época colonial, quando o atual território alagoano fazia parte da província de Pernambuco. É aqui que vemos as primeiras manifestações de rebeldia negra, sejam elas as fugas individuais, sejam elas grupais como os quilombos. Podemos ainda considerar como focos de resistência negra, as várias instituições que o negro forjou no mundo colonial, sendo esta as manifestações culturais e religiosas, tais como o samba, a capoeira, o candomblé, dentre outras que mais tarde serviriam de inspiração à José Zumba⁷⁷. (Silva, 2008, p.12)

A ACZ surge em 1979 com “a necessidade dos negros alagoanos organizarem-se para combater a discriminação racial em nosso Estado, visando à valorização do Homem Negro⁷⁸”. A luta palmarina como principal referência de resistência negra para os militantes alagoanos, a entidade buscou discutir as violências raciais e buscou incorporar uma valorização da identidade negra de forma positiva. Os objetivos da entidade são descritos da seguinte maneira:

Lutar contra todas as formas de discriminação do homem alagoano, principalmente do negro, integrando-o na sociedade brasileira;
Desenvolver, junto aos negros alagoanos, a busca da identidade negra e de seus valores culturais;
Fazer um levantamento cultural entre as comunidades negras de Alagoas;

⁷⁷ Pintor negro alagoano (*in memoriam*).

⁷⁸ Ver em Anexo A, Figura 1.

Conscientizar a comunidade alagoana da importância de Zumbi para a libertação do negro brasileiro.

Mediante os objetivos descritos pela ACZ, compreendemos que seu propósito enquanto representação política-cultural em Alagoas, buscava alinhar a militância negra sob a perspectiva ancestral de Zumbi dos Palmares, considerando o Estado alagoano como o território do solo sagrado do Quilombo dos Palmares.

No final da década de 1970 e década de 1980, os descendentes de luta da sociedade palmarina iniciam uma trajetória histórica; sendo este o primeiro grupo articulado na luta antirracista representando o Estado de Alagoas. Para a pesquisadora Rosa Correia, sobre o contexto de criação da ACZ, “era, portanto, esses anos entre o fim da década de 1970 e o início de 1980 um período de denúncia, com solo fértil para buscar a solidariedade de outros grupos e instituições que lutavam pela democracia naquele momento” (2016, p.132). Este período de solo fértil abordado por Correia, faz jus àquele contexto de criação e intensificação das entidades negras, como é o caso do próprio MNU em 1979, o Centro de Cultura Negra do Maranhão em 1979, o Centro de Defesa e Proteção do Negro do Pará em 1980, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB/UFAL) em 1980 e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (NEAB/UFMA) em 1985.

Tanto a ACZ como uma entidade política e cultural quanto o Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas (CEAB/UFAL)⁷⁹, foram organizações negras que atuaram juntas na década de 1980 com militantes que participavam concomitantemente, na ACZ e CEAB. Os dois grupos tinham relações a partir das experiências dos sujeitos que participavam dessas organizações, como por exemplo, um dos principais líderes negros do Estado de Alagoas, Zezito Araújo, foi diretor da ACZ, diretor o CEAB em 1983 e professor⁸⁰ efetivo do curso de História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 1980 – mesmo período em que nasce a representação do movimento negro em Alagoas –, que desenvolveu estudos e pesquisas fundamentais para o tombamento da Serra da Barriga, sendo uma ponte entre a relação instituição pública federal e sociedade alagoana, assim como outros integrantes da ACZ também tiveram ou vieram a ter ligações com a UFAL; neste sentido, houve um estreitamento nas relações entre CEAB e ACZ, devido ao foco de discussão de ambos núcleos.

⁷⁹ Nascido em 1980, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (CEAB/UFAL) passou a ser uma referência nos estudos afro-brasileiros. Em 1983, a sigla foi reformulada, passando a ser Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e, por fim, em 2019 torna-se o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI).

⁸⁰ Segundo Zezito Araújo, a sua entrada na UFAL foi boa, porém a sua ascensão na instituição fora dificultada devido à discriminação entre seus próprios pares. (Araújo, 2011)

Para a manutenção da entidade, haviam redes de apoio como o Governo Estadual para a realização de projetos e eventos que serão abordados mais à frente.

De acordo com o historiador Danilo Luiz Marques, atual coordenador-geral do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI-UFAL) e a pesquisadora Rosa Correia, vice-coordenadora geral do NEABI-UFAL, sobre a relação do NEABI-UFAL e a ACZ:

A história do NEABI/UFAL, em sua gênese, está ligada a Associação Cultural Zumbi (ACZ), entidade negra criada em 1979, em decorrência de um episódio de racismo envolvendo Marcelino Dantas, negro e estudante de medicina da UFAL, que foi “convidado” a se retirar de um baile no Clube Fênix Alagoana. Na ocasião, após uma reunião com 33 pessoas (31 homens negros e 2 mulheres negras), a ACZ se constituiu enquanto um dos principais grupos políticos do Estado de Alagoas, que tinha como objetivo o combate ao racismo. (2022, p.33)

Com a participação de trinta e três homens e duas mulheres negras na reunião para a construção da ACZ, após o episódio de racismo no Clube Fênix Alagoana⁸¹, os membros da entidade estrategicamente realizavam suas reuniões na Praça dos Palmares no centro de Maceió, com o intuito de discutir sobre os casos de racismo e as formas de combatê-lo. Para o pesquisador e militante Zezito Araújo, o Movimento Negro⁸² alagoano apesar de ter nascido em 1979, foi na década de 1980 que a ACZ se mobilizou em pleno contexto civil-militar. A categoria racial foi a principal bandeira de luta, porém, outras esferas como os direitos das mulheres e dos/as trabalhadores/as, também compuseram parte das bandeiras sociais levantadas pelo movimento (Marques; Correia, 2022). De acordo com um dos líderes da ACZ, Zezito Araújo, afirma:

Nós iniciamos o Movimento Negro aqui organizando ao mesmo tempo com o NEAB. Inclusive, o trabalho que a gente realizava no NEAB dava apoio ao movimento[...] os militantes eram professores da rede, os que estavam chegando eram professores da rede, eu era também professor e a gente tinha já essa possibilidade de fazer esse trabalho. (2011, p.112)

Em seus objetivos, a ACZ demonstra a importância da discussão do lugar do negro na sociedade, sobretudo, na luta contra a discriminação do homem negro alagoano. Percebe-se em seu discurso, a centralização da figura masculina enquanto principal narrativa da pauta

⁸¹ Espaço restritivo a brancos e ricos, famílias provenientes do poderio senhorial do açúcar, e que permaneceu como local de não acesso da população negra maceioense por quase todo o século 20, salvo raras exceções carnavalescas. (Marques, 2024, p.194)

⁸² O Movimento Negro parece ter nascido em meados da década de 1920 com a atuação da imprensa negra e em oposição ao mito da democracia racial, que influenciou fortemente a idealização de uma identidade para o Brasil nas décadas de 1930 e 1940. (Marques e Correia, 2022, p.25 *apud* Pereira, 2010). No entanto, “segundo Regina Pahim Pinto, o termo “movimento negro” apareceu pela primeira vez ainda em 1934, em um texto publicado no jornal A Voz da Raça, que era o órgão de divulgação da Frente Negra Brasileira (FNB). Entretanto, esse termo passou a ser utilizado recorrentemente pelos militantes que se engajaram na luta contra o racismo durante a década de 1970 para designar o seu conjunto e as suas atividades” (Pereira, 2010, p.65 *apud* Pinto, 1993, p.213).

antirracista, conseqüentemente, não considerando o lugar da mulher negra alagoana. No entanto, compreende-se que ao longo da década de 1980 os discursos e bandeiras de luta diversificaram, tendo em vista a participação ativa de mulheres negras na constituição da ACZ, nas atividades desenvolvidas pelas militantes negras no Estado de Alagoas – como a Jornada da Mulher Negra Alagoana em 1988 como preparativo para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença/RJ em 1988 – nas intervenções políticas-pedagógicas nas escolas públicas, nos trâmites para a constituição do Memorial Zumbi, na luta pelo tombamento da Serra da Barriga, no levantamento de terreiros afro-religiosos no Estado e, principalmente no trabalho intelectual referente à construção de documentos burocráticos da entidade, foram atividades realizadas principalmente pelas mulheres negras da ACZ. A presença de mulheres negras se deu desde o início, não apenas na criação como na sua direção, sua atuação não pode ser esquecida. (Gonzalez, 2020).

Sobre o discurso concentrado no homem negro alagoano, existem algumas possibilidades da motivação da ACZ, não ter tratado explicitamente as experiências femininas. Consideramos como principais pontos: a massiva quantidade de homens no período em que a entidade foi constituída e atrelado a este fato, a secundarização das demandas das mulheres negras no interior da entidade. Somente com a crescente mobilização de mulheres negras na década 1980, a inserção dos discursos femininos negros nas entidades antirracistas que de fato houve uma maior visibilidade das experiências das violências raciais e de gênero.

Para a pesquisadora Jurema Werneck (2010) a ação política, social e cultural realizada por mulheres negras, antecede mesmo o próprio “feminismo branco” destacando-se as diferentes estratégias e articulações no contexto escravista e no pós-abolição, a partir de diferentes contextos históricos, “todas tiveram expressiva participação em diferentes posições, especialmente a partir de sua capacidade de circulação e articulação entre diferentes grupos” (Werneck, 2010, p.15). Deste modo, sob a perspectiva dos saber afro-religioso, Werneck considera que a resistência de mulheres negras parte de uma trajetória ancestral, sendo elas, verdadeiras ialodês que de forma ativa ao longo dos diferentes contextos históricos seguiram resistindo e tecendo diferentes estratégias de sobrevivência.

Se utilizarmos a ialodê como chave de leitura, como metáfora de liderança e auto-governo, verificaremos a capacidade de agenciamento embutida nas formas com que diferentes mulheres negras disputaram e disputam participação em diferentes momentos das lutas políticas. A ialodê reafirma e valoriza a presença e a ação das mulheres individual e coletivamente nos espaços públicos, sua capacidade de liderança, de ação política. Valoriza também as características individuais que Oxum e Nanã carregam: a capacidade de enfrentar ou contornar obstáculos, a negociação, a luta e sua força de vontade para realizar aquilo a que se propõem e que outras mulheres negras e a população negra esperam que façam, contra as variadas formas de

violência, estereótipos e desqualificação que lhes são contrapostos. Valorizando também a capacidade de realização, de criação do novo ou da modernização, como Oxum assinala, o que inclui a preservação da tradição, atributo de Nanã. (2010, p.17)

A presença de mulheres negras na luta antirracista no Brasil está diretamente relacionada ao Movimento Negro Unificado, pois, é no interior da entidade que a luta feminina negra busca pontuar as suas especificidades. Para Lélia Gonzalez (2020), a presença de mulheres negras não foi apenas na criação da entidade, mas no direcionamento do enfrentamento ao racismo, sendo o interior do Movimento Negro o espaço que foi viável e necessário para as discussões raciais e em especial da exploração de classe. que essas mulheres consideraram fundamental as suas participações.

A partir dessa lógica, considera-se importante a problematização com relação à ACZ devido a centralização da figura masculina, pois, esse discurso não indica a realidade das mulheres negras alagoanas sob as violências experienciadas. No entanto, consideramos que mesmo com essa crítica ao discurso da ACZ, reconhecemos que posterior à sua criação, é evidente a participação feminina e mais precisamente a sua visibilidade na entidade. É fundamental o debate sob a perspectiva feminina, tendo em vista que a atuação da ACZ na década de 1980 não somente teve a influência de suas próprias militantes, mas também o diálogo com intelectuais que também deram suporte e visibilidade para a ACZ, em especial, a intelectual Lélia Gonzalez.

De acordo com Jeferson Silva, pesquisador da cultura negra em Alagoas, a ACZ seria uma das pioneiras, senão, a primeira entidade negra criada com o intuito de “discutir a problemática racial no Estado” (Silva, 2006, p.3). Uma das urgências da entidade estaria ligadas às questões da Serra da Barriga, sobretudo, na sua valorização política-cultural e enquanto um possível espaço de reconhecimento nacional.

Tal identidade tinha na valorização de Zumbi e do Quilombo dos Palmares seu eixo central, o qual buscava ser trabalhado no dia 20 de novembro, dia da consciência negra. Além da ACZ, nós teríamos mais tarde a criação do grupo Filhos de Zumbi, que nasceu de uma dissidência da ACZ e tinha por objetivo trabalhar a identidade negra na periferia da cidade de Maceió. Na cidade de União dos Palmares nós teríamos ainda a Fundação Zumbi, órgão ligado à Prefeitura daquele município, que teve como um de seus principais projetos o Projeto União, o qual tinha por objetivo a construção de um espaço físico para a guarda da memória palmarina. O mesmo não se viu implementado. (Silva, 2008, p.14)

Buscando incorporar na sociedade alagoana o legado ancestral da cultura palmarina, muitas atividades foram realizadas ao longo da década de 1980, em destaque, as intervenções

nas escolas públicas⁸³ com a aplicação de projetos que retratam não só o legado da trajetória do quilombo de Zumbi dos Palmares, mas também, as estratégias do pós-abolição da comunidade negra no Brasil, sobretudo, desvencilhando do imaginário da população alagoana, os discursos que tendem a subalternizar as práticas antirracistas ao longo da história. Essas ações pedagógicas também foram estratégias utilizadas por outros Movimentos Negros, sendo esta uma entidade que por meio de suas atividades teve como prioridade a educação enquanto mecanismo facilitador para o ensino-aprendizagem da cultura negra.

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não-hegemônicos e contra-hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, faz emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento. (Gomes, 2017, p.16)

Apesar da articulação política-pedagógica da ACZ como ferramenta facilitadora na transmissão dos conhecimentos afro-brasileiros, por outro lado, existiu – e ainda existe – a problemática das escolas brasileiras recorrer às entidades negras somente em determinadas datas. Em nossa entrevista com a militante negra que atuou na ACZ na década de 1980, Ângela Maria Benedita Bahia de Brito, ela aborda a problemática das escolas buscar pelos movimentos sociais negros nos dias 13 de maio e 20 de novembro⁸⁴, pois, para a militância negra, é um problema que visa a manutenção da ideia de que a luta antirracista só deve ser lembrada em eventos isolados.

Tínhamos um projeto nas escolas já naquela época, antes da lei 10.639 de 2003. Muito antes né, nós naquela época só éramos chamados no 20 de novembro, mas nós trabalhávamos para fazer essa ponte com as escolas no 20 de novembro. A gente conhecia professoras, elas nos conheciam e nos convidavam para ir fazer palestra naquela época, era somente 20 de novembro ou 13 de maio, era uma loucura! Mas nós aguentamos e suportávamos, fazer palestra, de manhã, de tarde, de noite, a hora que cada um podia ir... Não éramos mais que 10, mas dávamos conta né... (Ângela Brito, 2024)

⁸³ Como abordado no capítulo dois, o Projeto Palmares tinha como intuito realizar intervenções pedagógicas em União dos Palmares e na zona rural, buscando evidenciar a história de Palmares e a resistência negra.

⁸⁴ A lei de 3.353, do dia 13 de maio de 1888, configurou a abolição da escravidão no Brasil. No pós-abolição, essa data ficou marcada como “comemorativa” uma alusão ao “dia de negro”, no entanto, essa definição é problematizada pelos movimentos negros que afirmam que a data além de corroborar com o discurso de que a Princesa Isabel libertou os escravizados, ela também desconsidera toda as práticas de resistência negra na luta pela libertação.

Já o dia 20 de novembro, faz referência à morte de Zumbi dos Palmares em 1695. Essa data tão significativa para a militância antirracista, tem como intuito refletir acerca da resistência da sociedade palmarina e a liderança histórica de Zumbi dos Palmares. Ressaltamos que apenas em dezembro de 2023, foi sancionado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva o feriado nacional do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, pela lei 14.759/23.

Existe uma diferenciação entre o 13 de maio e o 20 de novembro, tendo em vista que, a primeira parte da sanção nacional da Lei Áurea 3.353 que determinou a abolição da escravatura e, no imaginário social sob a perspectiva de uma lógica racista, há uma idealização acerca da resolução da lei que tornou a Princesa Isabel o símbolo do fim da escravidão, porém, considera-se que a abolição da escravatura, teve como principal motivação a questão econômica. Houve toda uma articulação dos escravizados e escravizadas, suas mobilizações foram essenciais para a determinação da lei. Por outro lado, considera-se que mesmo com o pós-abolição, a população negra continuou buscando novas formas de sobrevivência, tendo em vista, o novo processo de exclusão social imbuído dos resquícios da colonialidade, uma questão ainda presente nos dias atuais.

Já o segundo caso, tem uma maior representação para a militância antirracista, principalmente, por ser uma data que se refere à um símbolo de resistência negra. É tanto que, apenas no ano de 2023 que o dia 20 de novembro se tornou feriado nacional, a partir da Lei 4.759/2023. Anterior à promulgação da lei, o feriado somente era aderido em seis estados⁸⁵: Mato Grosso, Rio de Janeiro, Alagoas, Amazonas, Amapá e São Paulo. Entretanto, os movimentos negros brasileiros teciam mobilizações para reflexões, enfrentamentos, debates e atividades em diferentes espaços, acerca da consciência negra e da contribuição histórica da população afrodescendente para o país, mesmo anterior a lei. Não só os movimentos negros, mas entidades negras, terreiros, afoxés, escolas e etc., são espaços importantes para a construção de diálogos, ideias, pautas, sobretudo, o aprendizado como forma de educar a população sobre a luta antirracista.

Considerando as atividades tecidas pela ACZ, especialmente, em torno da Serra da Barriga, ao longo da década de 1980 foram realizados eventos para discutir as propostas para a criação do Memorial Zumbi. Nos próximos tópicos abordaremos alguns dos eventos fundamentais para o tombamento da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL.

2.1 I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES: AS DISCUSSÕES EM TORNO DA SERRA DA BARRIGA

O movimento social negro alagoano, desde o início da década de 1980 já tinham em sua pauta a ideia de construir um parque histórico nacional na Serra da Barriga em União dos Palmares/AL. A ACZ provocou a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para realizar o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, o que de fato acabou ocorrendo em União

⁸⁵ Ver em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-12/dia-da-consciencia-negra-agora-e-feriado-nacional>>. Acesso em: 03/09/2023.

dos Palmares/AL, no Museu Casa de Jorge Lima⁸⁶ e em Maceió, no auditório da Reitoria da UFAL, nos dias 16 a 20 de novembro de 1981.

O simpósio contou com cerca de setenta participantes contando com a presença de catorze delegados das instituições oficiais responsáveis: a UFAL, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁸⁷, Governo do Estado de Alagoas e Prefeitura de União dos Palmares. Diversos representantes de entidades negras estiveram presentes, como o Movimento Negro Unificado da Bahia (MNU), do Ceará e de São Paulo, o Movimento Alma Negra (MOAN) do Amazonas, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ) da Bahia, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros de Brasília (CEAB), o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) de São Paulo e do Rio de Janeiro, a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPÓ) de São Paulo e Espírito Santo, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (Ibea) de São Paulo, o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, o Centro de Defesa da Cultura Negra do Pará (CEDENPA), o Centro de Cultura e Emancipação da Raça Negra (CECERNE) de Recife e João Pessoa, e o Grupo de Trabalho André Rebouças do Rio de Janeiro (Nascimento, 1981).⁸⁸

Ao longo dos dias de evento foram realizadas palestras, conferências e mesas redondas com professores, pesquisadores, jornalistas, militantes, atores e atrizes, com temáticas a partir de diferentes abordagens sobre Palmares como questões teóricas-metodológicas sobre a história de Palmares, história colonial, o legado de Palmares, a formação social palmarina, o significado de Palmares para o negro brasileiro e Palmares na literatura brasileira.

O simpósio teve como intuito discutir o Projeto Zumbi, criado em 1979, atividade idealizada pelo Projeto Rondon e Governo do Estado de Alagoas, mas que somente em 1980 após um período de inatividade, a Universidade Federal de Alagoas retomou com a programação dando início à implantação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB)⁸⁹ criado por uma das principais lideranças negras alagoanas, Zezito Araújo e pelo professor Décio Freitas, com intuito de promover os estudos sobre a cultura afro-brasileira, sobretudo, o legado da história da Serra da Barriga visando construir o Memorial Zumbi dos Palmares.

⁸⁶ Poeta, político, médico, biógrafo, ensaísta e tradutor brasileiro, participou do Movimento Modernista brasileiro nascido em União dos Palmares.

⁸⁷ Atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

⁸⁸ Essas informações integram o trabalho apresentado pelo conselheiro Abdias Nascimento em nome do Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi, à 33ª- Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Salvador, Bahia, em 8 e 9 de julho de 1981. (Larkin, 2014)

⁸⁹ Atual Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Alagoas (NEABI/UFAL).

O processo de criação do Memorial Zumbi ilustra nitidamente a necessidade da participação crítica dos grupos interessados, a fim de orientar a definição do patrimônio cultural para escapar à imposição etnocêntrica, restritiva e imobilizadora que tradicionalmente opera nessas circunstâncias. Podemos observar os perigos traiçoeiros dessa perspectiva excludente examinando, por exemplo, a conceituação provisória do Parque Histórico Nacional Zumbi dos Palmares, elaborada no “Termo de referência” emitido pelo Ministério da Educação e Cultura (Coordenação do Aperfeiçoamento de Nível Superior, Assessoria Especial de Projetos) em junho de 1980. (Nascimento, 2014, p.98)

No entanto, esse resgate histórico do legado do Quilombo dos Palmares com o chamado “Projeto Zumbi” do Governo do Estado de Alagoas e do Projeto Rondon, teria o intuito de transformar a Serra da Barriga enquanto espaço puramente turístico, desconsiderando o caráter histórico, político, cultural e ancestral do lugar. Inicialmente, esse projeto propunha inserir a Empresa de Administração de Turismo (EMATUR) para alavancar o turismo em União dos Palmares, na Serra da Barriga, “articulando-se com o Projeto Rondon e, a partir daí, com o CNPq, por intermédio do então Reitor da UFAL, professor João Azevedo” (Duarte, 2023, p.13). Levando em consideração o propósito em tornar a Serra da Barriga algo comercial, com a presença de militantes negros no I Simpósio Nacional, foi questionado a intenção da Universidade Federal de Alagoas, EMATUR e Governo do Estado de Alagoas com relação ao objetivo turístico. De acordo com um dos principais pesquisadores da cultura africana no Brasil, Joel Rufino dos Santos, destaca a importância da presença de intelectuais negros e militantes para a modificação do projeto, pontuando a problemática da ideia puramente turística visando apenas o retorno econômico, desconsiderando o legado histórico de um dos maiores quilombos da América Latina.

Lá chegando, aqueles intelectuais negros militantes, levando em conta a importância histórica inigualável de Palmares, reverteram o projeto da Universidade. A partir daí, pensou-se em erguer, na Serra da Barriga, capital do Estado de Palmares, um conjunto monumental que fosse ao mesmo tempo um ponto de encontro dos movimentos negros democráticos, um centro de pesquisa e um museu da contribuição do negro à formação social, política, econômica e civilizatória do Brasil. (Santos, 2014, p.102)

A partir da intervenção dos militantes negros presentes no simpósio, foram realizadas diversas pontuações para o que viria a ser o Memorial Zumbi. O nome “Memorial Zumbi” tinha como objetivo substituir o “monumento”, tendo em vista que este último visava uma ideia de “natureza estática e imobilizada, de pura ostentação da arrogância das classes dominantes” (Nascimento, 1981, p.99), por outro lado, o termo “memorial” estaria ligado à uma verdadeira relação de participação dinâmica da comunidade interessada (1981, p.99). Além disso, a “articulação de vários segmentos do movimento negro propôs que o lugar, se tornasse o primeiro patrimônio negro tombado pelo governo federal, junto com o Terreiro do Engenho Velho da Casa Branca em Salvador/BA” (Marques, 2024, p. 194).

Com a ditadura civil-militar ainda vigente, os militantes registraram o evento para produzir relatórios para o SNI (Duarte, 2023), garantindo o registro documental do simpósio. Nos relatórios constam que no I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares em Maceió/AL, houve a presença de trinta e quatro pessoas importantes para a militância negra no país, dentre eles, Lélia Gonzalez, Décio Freitas, Clóvis Moura, Zezé Motta e Zezito Araújo, além de embaixadores de seis embaixadores de países africanos.

Realizou-se no período de 16 a 20 de novembro de 1981, em Maceió/AL, no auditório "Guedes de Miranda", da Reitoria da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o "I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE O QUILOMBO DOS PALMARES", promovido pelo Centro de Estudos Afro-Brasileiros e pelo Projeto Zumbi.[...] O Simpósio foi encerrado em 20 de novembro de 1981, denominado "DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA", com uma peregrinação na SERRA DA BARRIGA, em UNIÃO DOS PALMARES/AL, ocasião em que foi celebrada uma missa canpal, oficiada por Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, com texto de Dom Pedro Maria Casadálga Plá, Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, que também se encontrava presente ao ato religioso.⁹⁰

Entre as conferências realizadas a do historiador Décio Freitas teve um grande destaque, devido a sua influência nos estudos sobre Palmares. Em seu discurso, Freitas aborda o equívoco do uso do termo quilombo e que, na verdade, ele só aparece no século XVIII, onde a palavra quilombo é utilizado enquanto sinônimo de mocambo (Gomes, 2005). O termo mocambo tem como definição “a forquilha que em Angola sustentava a cumieira das casas”⁹¹ e quilombo “foi usado pelos senhores-de-escravos em sentido pejorativo, por quanto se tratava em Angola de um depósito de escravos dos jagas – caçadores e mercadores de escravos.”⁹² Para Flávio Gomes, historiador de referência sobre os estudos sobre Palmares e a escravidão, além de pontuar a definição abordada por Décio Freitas, complementa sobre a diferenciação entre os termos mocambo e quilombo:

A palavra mocambo significava acampamento militar e também moradias para a maioria dos falantes das línguas bantu da África Central e Centro-ocidental. No século XVII, a palavra quilombo referia-se a um ritual de iniciação de uma sociedade militar dos guerreiros dos povos imbangalas (chamados também de jagas). [...] E como prática sociopolítica, os imbangalas incorporavam os habitantes das regiões conquistadas por meio de um ritual denominado quilombo. A mesma palavra significava, para algumas sociedades africanas, uma espécie de estaca em formato de forquilha utilizada para construir moradias em acampamentos provisórios. Mesmo se observarmos que na África as palavras quilombos e mocambos tinham diversos significados e no Brasil estes termos aparecem sempre associados à formação de comunidades de fugitivos, podemos ressaltar a ligação entre os significados nos dois lados do Atlântico. (2005, p.10)

⁹⁰ I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares. - Dossiê (SNI).

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

Ainda em seu discurso, Décio Freitas retrata a existência da tipologia dos quilombos brasileiros e que há diferenciação entre si. Dentre eles, existe as classificações de quilombos agrícolas, extrativistas, quilombos de mineração, quilombos pastoris, mercantis, suburbanos ou de serviços e quilombos predatórios⁹³. Para Freitas, a tipologia do quilombo dos Palmares é agrícola, sendo esta constituída por uma sociedade camponesa, algo também levantado por Flávio Gomes (2005), sobre as formas das organizações de trabalho do Quilombo dos Palmares que se consolidou a partir das redes de sociabilidade, pois, o trabalho coletivo significou um grande articulador na sobrevivência de fugitivos escravizados.

Tanto a República dos Palmares como os outros incontáveis quilombos espalhados pelo espaço físico e histórico-temporal brasileiro representam uma experiência não só de reconquista da liberdade, mas de ordenação existencial por meio de uma organização socioeconômica igualitária e democrática de inspiração africana. A cultura de resistência vital de Palmares provou ser efetiva tanto na diversificação agrícola de trabalho livre quanto na luta armada, e eficaz também na convivência entre negros, índios, brancos e mestiços. Palmares configurou refúgio e abrigo de todos os homens e mulheres ameaçados, oprimidos, destituídos de justiça pela escravidão e pelo regime colonial. Por tudo isso ele representa a mais válida concretização da cultura de libertação – como também o representam todos os movimentos negros, brasileiros ou estrangeiros. (Nascimento, 1981, p.100)

Um dos tópicos mais abordados no simpósio foi com relação à falta de documentação sobre a trajetória do Quilombo dos Palmares produzida pelos próprios palmarinos e, que toda a história contada, foi feita sob a ótica dos inimigos, neste sentido, isso trata-se dos perigos de uma história indireta. Compreende-se que a história de Palmares deve ser contada e inserido no imaginário social, uma narrativa desvencilhada da perspectiva eurocêntrica, pois, é fato que o Quilombo dos Palmares enquanto sociedade, lutou dentro de suas capacidades e se transformou em um dos maiores quilombos⁹⁴ e com maior longevidade, por quase cem anos.

Quando abordamos a questão do “imaginário social” fazemos menção à própria cidade de União dos Palmares/AL, na comunidade de Múquem. Houve uma intervenção pedagógica do Projeto Palmares dos militantes da ACZ em 1983 – como já mencionado no capítulo anterior – e foi observado que apesar do legado das terras palmarinas, havia uma espécie de negação com relação à resistência negra, atribuindo a este contexto enquanto “coisa de negro” que inclusive, foi observado quando os coordenadores do projeto – que também eram militantes da ACZ – participavam das aulas e junto aos professores promoviam diálogos

⁹³ Idem.

⁹⁴ A maior e mais conhecida comunidade de toda a América surgiu no final do século XVI e permaneceu até o século XVIII, a representar uma esperança aos cativos e uma ameaça a autoridades e senhores. (Gomes, 2005, p.10)

sobre a história do Quilombo dos Palmares, abordando principalmente a importância da luta coletiva para a superação do racismo na sociedade brasileira.

[...] Em 1983, com a implantação de um projeto que era um desafio do Governo Federal, um projeto de interação, hoje tem muito a ver com o programa “Jovens e Adultos”; você fazia com que aquelas crianças aprendessem a ler e escrever com a realidade local, isso era um desafio! Quando nós começamos, falou-se da questão da terra, pegamos o Muquém [Quilombo] e o projeto não durou seis meses. O prefeito mandou parar porque estava fazendo a denúncia sobre a questão da terra, que eles perderam terra, etc; criou-se até uma escola no quilombo, aquela da casinha velha ali, foi uma escola criada por nós. Então, saía um movimento desses sempre vinculado ao NEAB. A UFAL e os professores tinham essa visão. Aliás o militante é professor, e não tinha, nesse momento não se falava em grupos culturais de matriz africana, só que existia. (Araújo, 2011, p.112)

No simpósio, foi criado o Conselho Geral do Memorial Zumbi que constitui “o braço executivo do Memorial; suas atividades visam imediata e prioritariamente a conseguir o tombamento do sítio histórico da Serra da Barriga” (Nascimento, 1980, p.100), a primeira diretoria do conselho foi formada por Olímpio Serra (presidente), Joel Rufino dos Santos (secretário) e por Carlos Moura (tesoureiro), sua proposta era discutir uma série de questões que visavam além do tombamento da Serra da Barriga, como: produzir a memória de Palmares e da comunidade afro-brasileira; exigir a correção dos currículos escolares com relação aos estereótipos imbuídos sob a comunidade afro-brasileira; inserir a comunidade local e outras comunidades negras no projeto e execução do Memorial de Zumbi; o memorial funcionar enquanto centro de informação com documentação e pesquisa acadêmica; ser um ponto de concentração dos movimentos negros do país e exterior; fazer respeitar as religiões afro-brasileiras; reconhecer o papel e os direitos da mulher negra e etc. Com relação à metodologia de estrutura e estratégia, a resolução afirma que deveria ser criado um Conselho Geral para a elaboração do projeto final do Memorial de Zumbi e que para compor este Conselho, deveriam ser representantes de entidades presentes no Simpósio e que trabalhassem com temáticas relacionada à comunidade afro-brasileira, pessoas indicadas pela Serra da Barriga e pela comunidade negra de Maceió.

Inclusive, uma das propostas do Conselho Geral do Memorial Zumbi – Parque Histórico Nacional⁹⁵ era a criação do Memorial Zumbi e que isso seria realizado por meio “dos descendentes de Zumbi para todo o povo brasileiro”, seus objetivos eram:

Celebrar o estado negro e democrático de palmares que existiu durante cem anos (de 1590 a 1695), tornando-o conhecido de todo nosso povo;
Construir um monumento no local em que ficava a capital do estado negro e democrático de palmares, na serra da barriga-alagoas, perpetuando na memória do nosso povo os grandes acontecimentos que ali se deram;

⁹⁵ Documento anexado na ata do I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares.

Tornar a Serra da Barriga, Alagoas, capital do Estado negro e democrático de Palmares, um local permanente de peregrinação e encontro de todos os brasileiros que lutam, sem preconceitos, pela democracia.⁹⁶

Sobre o Conselho do Memorial Zumbi, ele foi uma importante ferramenta que estimulou pesquisas sobre a Serra da Barriga e importante ressaltar que o conselho era formado por negros⁹⁷.

A Associação Cultural Zumbi deriva, além dos esforços de negros e negras alagoanos, mas também do próprio Conselho Geral do Memorial Zumbi (...) porque foi que impulsionou, juntamente com o NEAB, os estudos para o tombamento e desapropriação da Serra da Barriga, porque quando aconteceu o primeiro seminário para estudar a Serra da Barriga, uma das reivindicações dos professores Olímpio Serra, Joel Rufino, Carlos Moura e o próprio Abdias Nascimento era mudar o nome do parque. O nome do parque era Parque Histórico Nacional Zumbi, e foi questionado esse nome de parque, (...) e com isso criou-se o Memorial Zumbi. Foi uma organização composta pelos governos federal, estadual e municipal, e tinha representantes do movimento negro. Essa história, a dinâmica da formação do movimento negro alagoano, ensejou a própria reorganização do movimento negro brasileiro em torno da discussão do Quilombo dos Palmares e da Serra da Barriga como elemento fundamental para rediscutir a história do negro. Então, a Associação Cultural Zumbi foi fundamental diante de todo esse contexto, porque nós conseguimos estabelecer diálogo com todos os segmentos sociais da sociedade alagoana, com os sindicatos urbanitários, com o sindicato dos professores, com o sindicato dos jornalistas. Nós conseguimos implantar a discussão da questão da educação anterior a lei 10.639 e da educação escolar quilombola no município de União dos Palmares e na rede pública de educação do Estado de Alagoas (Marques; Correia, 2022, p.33 *apud* Araújo, 2020, s/p)

O Conselho Geral do Memorial Zumbi teve um trabalho fundamental para a promulgação de pesquisas sobre a Serra da Barriga, como também, foi uma organização da sociedade civil com personalidade jurídica, responsável pelo pedido de tombamento da Serra da Barriga e pelos estudos na área de história, arqueologia, biologia, geografia, meteorologia na Serra da Barriga (Marques; Correia, 2022 *apud* Arquivos do NEABI-UFAL). Constatamos que a criação do Conselho Geral do Memorial Zumbi foi essencial, pois desde o ano de 1981, buscou pela efetivação do tombamento da Serra da Barriga composta por uma rede de apoio pelos próprios militantes de Alagoas e de outros estados brasileiros, sendo assim, essa ramificação de entidades, instituições e demais pessoas envolvidas, foi o que impulsionou de fato o processo de tombamento em União dos Palmares.

Portanto, percebe-se que esse trabalho contínuo desde o início da década de 1980 até 1988, promovido pela ACZ e pelo Conselho Geral do Memorial Zumbi, pois, estes apoiaram e

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Não localizamos na documentação se o Conselho Geral do Memorial Zumbi era formado também por mulheres negras ou o termo “negros” – utilizado no anexo 07 do Conselho Geral do Memorial Zumbi que descreve o que é o Memorial Zumbi e o 20 de novembro, convidando a sociedade civil para a peregrinação até a Serra da Barriga – já abrangeria outros gêneros além do masculino.

teceram estratégias para o reconhecimento histórico, político e cultural do solo da Serra da Barriga, sobretudo, buscou integrar a sociedade civil para que houvesse uma real interação com o Memorial Zumbi, compreendendo que aquele espaço possui significados que parte de um legado ancestral e que, a sua construção está comprometida com as novas formas de fazer e pensar sobre a sociedade palmarina, por meio da pesquisa sob as diferentes perspectivas históricas, antropológicas, geográficas e etc. Além de ser uma das fontes afro-brasileiras materializadas em forma de memorial para o recebimento de públicos diversos, sobretudo, àqueles que já são interessados pelo legado palmarino como também, angariar a comunidade mais jovem meio de visitas pedagógicas junto às escolas.

Apesar da compreensão da importância do I Simpósio Nacional sobre Zumbi dos Palmares e da ação do Conselho Geral do Memorial Zumbi, o militante Zezito Araújo, um dos líderes da ACZ e do Movimento Negro alagoano na década de 1980, chamou a atenção para o fato de não se sentir representado no evento e que sua presença e de outros militantes seria pelo fato de serem privilegiados, além de enfatizar a problemática da marginalização do negro brasileiro, tornando-se difícil a aceitação e reconhecimento de uma identidade negra. Além disso, ainda haveria a questão da sociedade em descredibilizar as representações negras nos movimentos sociais, desconsiderando suas atuações e sua influência no Estado, como por exemplo, na criação de políticas afirmativas impulsionada pela luta antirracista que visa o combate às discriminações raciais, étnicas, econômicas, religiosas e de gênero.

No entanto, devido ao discurso meritocrático que desconsidera a realidade de uma parcela significativa da sociedade que vivencia a desigualdade social cotidianamente, ainda há uma manutenção da ideia de que a existência de políticas afirmativas são apenas um “privilegio negro.” A mobilização do Movimento Negro busca não apenas a valorização negra a partir de aspectos culturais, religiosos, artísticos, políticos, mas, a superação do racismo e de outras formas de exclusão. Para Nilma Lino Gomes, a militância negra baseia-se na constituição de uma mobilização de caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo.

[...] Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*. Postura essa que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista. (2017, p.24)

A postura política de combate ao racismo e o reconhecimento de outras lutas, como a violência de gênero, foi abordada por Lélia Gonzalez – um dos principais nomes do Movimento Negro Unificado constituído na década de 1970 – que teve seu discurso registrado e divulgado no Jornal Folhetim de São Paulo em 22 de novembro de 1981, uma edição voltada à figura de Zumbi dos Palmares e a cultura negra, posteriormente, inserido em seu livro “*Por um feminismo afro-latino-americano*” (2020) que reúne seus textos dos períodos de 1979 a 1994, organizada por Flávia Rios e Márcia Lima. Em seu discurso, Gonzalez questiona o papel da mulher negra quilombola nos estudos sobre o Quilombo dos Palmares e que as mulheres negras quilombolas também desempenharam papéis importantes para a sobrevivência dos quilombos.

Mas cabe aqui uma pergunta: onde é que a mulher negra entra nesse papo? Será que vamos falar de Dandara ou de Luísa Mahin? Não especialmente. Mas enquanto quilombolas, não há dúvida. É claro que, aqui, o termo está sendo tomado num sentido mais amplo, metafórico mesmo. A mulher negra tem sido uma quilombola exatamente porque, graças a ela, podemos dizer que a identidade cultural brasileira passa necessariamente pelo negro. E, numa primeira aproximação, podemos afirmar que ela só tem a ver com os dois tipos de permanência de Zumbi na cabeça da moçada. Tentemos explicar. (2020, p.198)

Os tipos de permanência mencionado pela militante, relaciona-se à identidade da mulher negra construída a partir da herança colonial, destacando-se a figura da mãe preta enquanto representação da aceitação do papel de submissa e de aceitação da escravidão. É o que Lélia Gonzalez chama de “resistência passiva”, onde, o comportamento passivo é utilizado como estratégia de sobrevivência, construindo boas relações e criando uma espécie de “romance familiar” ao estreitar as relações com a família dos senhores brancos. Essa forma de resistência foi “fundamental na formação dos valores e das crenças do nosso povo” (Gonzalez, 2020, p.180), compreende-se também a influência das “mães pretas” nas formações linguísticas da africanização do português brasileiro “transformando-o em pretoguês” (Gonzalez, 2020), é o que conceitualmente ela define enquanto amefricanidade ao estabelecer as fortes influências africanas na cultura brasileira. Neste sentido, a resistência passiva “na casa-grande ou na senzala, no eito ou nos quilombos, no candomblé ou na umbanda, nos ranchos ou nos afoxés garantiu a sobrevivência de todo um povo enquanto raça e cultura” (Gonzalez, 2020, p.200).

Em sua participação no I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares em Alagoas e na peregrinação no 20 de novembro de 1981, Lélia Gonzalez relata a partir das categorias de raça e gênero, a ancestralidade da mulher negra quilombola.

Aqui nas Alagoas, um grupo de mulheres negras de diferentes estados, representantes ou não de movimentos negros, se preparou para subir a serra da Barriga, onde se situava a capital de Palmares, o mocambo do Macaco. O projeto do Memorial Zumbi, do qual fazemos parte, realizou um ato solene, uma homenagem a Zumbi, no 20 de

novembro. Enquanto isso, no resto do país, uma série de eventos estavam acontecendo neste Dia Nacional da Consciência Negra, promovidos pelos movimentos negros. E lá no alto da serra, durante a solenidade, ficamos pensando naquelas palmarinas, que preferiram matar os próprios filhos e se suicidarem em seguida para não se deixarem escravizar. (2020, p.200)

A trajetória de mulheres negras tem como característica a busca por melhores condições de vida, seja para elas ou dos seus filhos, dando preferência a uma realidade livre da violência, como bem enfatizado por Lélia Gonzalez, algumas das alternativas, consistiam na prática de suicídio para não se submeterem à escravização. A desistência da vida, reflete a negação e a não aceitação de uma realidade injusta, violenta e opressora.

Uma outra presença importante para a representação da mulher negra na luta antirracista é da atriz Zezé Motta que falou sobre sua personagem, a protagonista no filme *Xica da Silva* (1976), filme do cineasta Cacá Diegues. A atriz abordou que sua representação no filme foi importante para visibilizar atores e atrizes negras/os, além de que o público de fato teve um apelo positivo com relação à sua representatividade. Para Zezé Motta, “depois do sucesso de *Xica da Silva*, eu comecei a receber cartas de muitos negros, dizendo que depois que eu consegui de muita batalha fazer sucesso, eles estavam mais animados.”⁹⁸ No entanto, apesar de sua representação neste filme em específico, Zezé Motta recebeu críticas do próprio Movimento Negro por representar um papel de uma mulher negra estereotipada, personagem construída a partir da abordagem de Cacá Diegues, o que para a militância negra a aceitação de fazer a personagem foi uma “traição” pois esta auxilia na manutenção dos estereótipos raciais.

Com relação à este episódio vivenciado por Zezé Motta, Lélia Gonzalez em uma entrevista⁹⁹ concedida à Marli Garcia em 1988 para o documentário “As Divas Negras do Cinema Brasileiro”, este contexto reflete a falta de autocrítica, compreensão e solidariedade por parte do Movimento Negro ao culpabilizar a atriz Zezé Motta, por aceitar participar do filme e dar vida à personagem *Xica da Silva*, um papel envolto de estereótipos construídos pelo diretor Cacá Diegues. Lélia Gonzalez, a crítica cabe ao diretor do filme, já que a construção da protagonista é de sua criação, inclusive, apesar de Zezé Motta ter ganhado prêmios por sua interpretação em *Xica da Silva*, logo após a atriz foi escanteada, jogada ao ostracismo, pelo fato de não corresponder à figura da mulata estereotipada e conseqüentemente, os trabalhos que chegavam até a atriz eram sempre de empregadas domésticas. Além disso, Gonzalez aborda sobre a desigualdade salarial das atrizes brancas com relação às negras que é o que ela chama

⁹⁸ MOTTA, Zezé. O Significado de Palmares para a Luta Negra. I Simpósio Nacional Sobre o Quilombo dos Palmares (1981). Acervo NEABI/UFAL.

⁹⁹ Entrevista disponível no YouTube no Canal Cultura Negra Desperta (CULTNE), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o9vOVjNDZA8&t=41s&ab_channel=Cultne> acesso em: 13/06/2024

de “divisão racial do trabalho”, onde pessoas negras recebem menos que pessoas brancas, no entanto, no caso da mulher negra ela ainda recebe menos que o homem negro.

Destacamos a problemática levantada por Lélia Gonzalez, no sentido de pontuar o gênero enquanto categoria levantada pelas militantes negras. Ao se sensibilizar com as críticas que Zezé Motta estava sofrendo pelo próprio Movimento Negro, entende-se que haja a necessidade da organização das atrizes negras, mas não somente elas, se o lema é organizar-se, havia a necessidade de uma melhor articulação de mulheres negras enquanto militantes do Movimento Negro quanto do Movimento de Mulheres Negras, algo já discutido no capítulo anterior e demonstrado a potencialidade das articulações de mulheres negras no Brasil na década de 1980.

Numa outra entrevista cedida ao Jornal MNU¹⁰⁰ na década de 1990, Lélia Gonzalez volta a enfatizar a falta de sensibilidade e a dispersão de coletivos negros brasileiros com relação à determinados eventos, neste caso, ela cita novamente a atriz Zezé Motta, devido à falta de suporte que a atriz teve em sua tentativa de criar um catálogo de atores negros.

Eu me lembro da Zezé Mota, por exemplo. Ela fez uma tentativa em sua área de criar aquele catálogo de atores negros. E o que aconteceu? Qual foi o suporte, o apoio que o Movimento Negro deu para a Zezé Mota? Nenhum. [...] E o trabalho dela acaba se transformando em trabalho isolado, e sozinho você não tem forças. [...] Porque no momento em que neguinho me atinge, não está atingindo a uma pessoa que é a Lélia, está atingindo a mulher negra, é o movimento que está sendo atingido. [...] O feitor de hoje é o grande aliado que chega e bate nas suas costas etc. E que, de repente, está vivendo às custas de nossa comunidade, se dizendo um grande aliado que faz e acontece. [...] (Gonzalez, 1991)

A crítica de Lélia Gonzalez à neutralidade do Movimento Negro, relaciona-se às tentativas de Zezé Motta em apontar a diversidade de atores e atrizes negras/os brasileiros na busca por democratizar a presença artística negra no ramo da atuação, mas, o seu procedimento não teve apoio do Movimento Negro. Como bem pontuado por Lélia Gonzalez, se existem diferentes alternativas para a representação do negro em diferentes áreas de trabalho, mas que sem um auxílio devido para isso, as tentativas tornam-se meros atos isolados. Além de que, não podemos deixar de lado que esta situação foi promovida por uma mulher negra, logo, podemos considerar esta constatação enquanto um dos possíveis motivos para a não colaboração por parte do Movimento Negro. A combinação do racismo e sexismo sobrepostas nas experiências de mulheres negras, atuam mesmo dentro de entidades que discursam sobre a necessidade de enfrentamento dessas violências, mas que, no cotidiano, estas pautas continuam sendo desvencilhadas e colocadas à margem.

¹⁰⁰ Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado, nº19 – maio/junho/julho de 1991.

Ao final do evento, no dia 20 de novembro, foi realizada uma peregrinação até a Serra da Barriga, uma caminhada anual que acontece desde agosto de 1980, com o intuito de reforçar o não esquecimento por parte dos movimentos sociais referente ao legado do quilombo dos Palmares. A peregrinação contou com a presença de lideranças católicas, Babalorixás e Yalorixás dos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com cultos, oferendas e missas. Houveram também a presença de jovens que estavam ligados a movimentos negros de outras localidades, blocos afros como o Ilê Ayê e demais representantes de instituições e associações culturais (Marques; Correia, 2022, p.31). Este é um momento de fortalecimento de uma conexão espiritual, Joel Rufino dos Santos trata enquanto um “ritual que realimenta o nosso axé” (Santos, 2017, p.106). Ainda de acordo com Joel Santos sobre a conexão com o sagrado na peregrinação, muitos dos que participavam se sentiam emocionados, conectados com seus ancestrais, comovidos e de alguma forma, sentindo a presença de seus orixás, sentindo-se reenergizados para dar continuidade na luta antirracista.

Não se trata de uma discriminação a outros cultos, a outras formas de religiosidade. Trata-se do reconhecimento do papel integrador que tem o candomblé quando se está tratando da ancestralidade negra, do resgate do passado, do fortalecimento de nossa ligação com a natureza, com a terra, com a África, com as raízes da cultura afro-brasileira. Essa presença da religiosidade afro-brasileira nas celebrações do Memorial Zumbi tem dado a elas um alcance muito maior do que teriam se fossem limitadas ao plano político-ideológico. É como se o Memorial Zumbi tivesse se unguído, desde sua primeira hora, por essa densa religiosidade brasileira, com seu axé. (2014, p.106)

A consagração da peregrinação anual no 20 de novembro até a Serra da Barriga, se tornou um rito para os militantes negros que buscam se conectar com a ancestralidade, além de ser uma possibilidade de construir novos debates norteados pelas temáticas raciais, mobilizando cada vez mais pessoas de outros estados brasileiros e estrangeiros, chamando-os a atenção para a valorização político-cultural das terras palmarinas. Nesse sentido, “essa sensibilização também cresceu pela atração de lideranças, intelectuais, historiadores, cientistas sociais e políticos que o Memorial Zumbi promoveu” (Santos, 2014, p.104).

Considerando o I Simpósio Nacional como um dos mais influentes eventos voltados à questão da Serra da Barriga, outros encontros também foram realizados na década de 1980 para fortalecer a importância da construção do Memorial Zumbi, é o que veremos no tópico a seguir.

2.2 A SEMANA ZUMBI E O IV ENCONTRO DE NEGROS DO NORTE E NORDESTE

Os eventos ocorridos na década de 1980 que tinham relação com a militância antirracista, em sua maioria, a ACZ esteve presente, seja participando dos encontros ou criando eventos. De acordo com Danilo Luiz Marques (2024), a entidade negra alagoana buscava

realizar e participar de dois eventos específicos que ocorriam anualmente, sendo eles, a semana da abolição no mês de maio e a semana Zumbi em novembro, ambos tinham o “objetivo de desconstruir a falsa ideia de abolição presente no imaginário do 13 de maio, fortalecendo, assim, as perspectivas de luta em torno do Dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro” (Marques, 2024, p. 200).

A realização da primeira “Semana Zumbi” ocorreu no dia 19 de novembro em Maceió e no dia 20 de novembro em União dos Palmares/AL no ano de 1980. Na programação do evento, ocorreu a criação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como fruto das discussões ainda prematuras sobre a construção do Projeto Memorial Zumbi: Parque Histórico Nacional. O debate em maior alcance ocorreu no I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares que ocorreu um ano após a realização da primeira Semana Zumbi, onde, de fato, estabeleceu-se estratégias para o alcance do título de patrimônio histórico nacional (Marques, 2024).

Tivemos acesso através do relatório do SNI, o relatório sobre a IV Semana Zumbi contendo cerca de oito laudas, apresentando a programação do evento e os principais destaques da Semana Zumbi. O evento aconteceu entre 14 a 20 de novembro de 1983, nas cidades de Maceió/AL e União dos Palmares/AL, tendo como promotores do evento o Conselho Geral do Memorial Zumbi, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas (CEAB/UFAL), Associação Cultural Zumbi (ACZ), Museu Théo Brandão, Secretária de Educação e Cultura de Alagoas e o Núcleo de documentação e pesquisa histórica e Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Houve a participação de embaixadores de países de população em sua maioria negra, como Senegal, Costa do Marfim, Nigéria, Gabão e Trindade-Tobago, além de representantes da Secretária de Serviço Social do Rio de Janeiro/RJ, Edialeida Salgado Nascimento, o reitor da UFAL, João Ferreira Azevedo, o Secretário de Educação e Cultura de Alagoas, Douglas Apratto e o Deputado Federal pelo (PDT/RJ), sociólogo e militante Abdias do Nascimento. A programação da IV Semana Zumbi foi a seguinte:

- 14 de NOV 84: exposição de objetos de culto afro-brasileiro, no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, em Maceió/AL.
- 15 de NOV 84: projeção do filme “QUILOMBO”, de Cacá Diégues, e exposição de artesanato de corda, no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, em União dos Palmares/AL.
- 16 de NOV 84: APRESENTAÇÃO DO FILME “Tenda dos milagres”, na Praça Brasília do Sarmiento, em União dos Palmares/AL.
- 17 de NOV 84: efetivação de torneios esportivos em União dos Palmares/AL.
- 18 e 19 de NOV 84: realização do I Encontro Afro-Brasileiro de Política Cultural, no auditório da OAB/AL, em Maceió/AL [...].

- 20 de NOV 84: celebração de uma missa pela inauguração da estátua de Zumbi, na Serra da Barriga, em União dos Palmares/AL [...] (Marques, 2024, p.202-203 *apud* Brasil, 1984, n.p.)

Em destaque, no dia 20 de novembro de 1983, de acordo com a documentação do SNI, foi lançado o “Projeto União” no município de União dos Palmares/AL, que tinha como objetivo transformar o município em um Centro Histórico do Quilombo dos Palmares. Na ocasião foi celebrada uma missa na Serra da Barriga por Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba que durante o ato fez duras críticas ao patriotismo brasileiro, ao afirmar que as datas como o 7 de setembro e 15 de novembro servem apenas para dominar o povo brasileiro, impondo o sentimento patriótico e “poder subornar o seu povo, a sua gente, fazendo o que quer, entregando em mãos estranhas as riquezas do Brasil.”¹⁰¹ Posteriormente à este evento, no dia 23 de novembro foi sancionado em Maceió/AL pela Câmara Municipal a lei 3.116/83, considerando o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra em alusão à data de morte de Zumbi dos Palmares.

O ano de 1984 foi um contexto decisivo e impulsionador para a realização do que a ação do movimento negro alagoano veio exercendo desde o início da década. Neste ano, no mês de maio, a ACZ realizou a segunda edição da Semana da Abolição – alusivo ao dia 13 de maio – que tinha como título “Acorda Negra” e como forma de divulgação, a entidade distribuiu materiais impressos pela cidade como forma de apresentar o seu discurso contrário ao contexto político da época e exigir direitos específicos.

Nós negros e militantes da A.C.Z., compreendemos que a sociedade hoje exige uma definição urgente dos rumos da nossa pátria. A união dos movimentos sociais que dá exemplo de como juntos encontraremos soluções para o caos em que nos encontramos, começa-se então a definir um projeto político que comporta as aspirações de povo explorado e a discussão deste projeto já está nas ruas com as organizações representativas da sociedade civil. Através dessas organizações, participamos pelas:

- Reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores;
- Por eleições diretas em todos os níveis;
- Pelo fim das intervenções sindicais;
- Pelo fim da ditadura militar;
- Por uma sociedade mais justa (Marques, 2024 p.204 *apud* Acervo Neabi/Ufal, 1984a, n.p.)

Dentre as exigências apresentadas pela ACZ, destaca-se o fim das discriminações, raciais, sexuais e sociais, condições igualitárias, a criação de um currículo inclusivo acerca da memória negra e um posicionamento a favor dos povos negros em diáspora (Marques, 2024). Apesar da ACZ apresentar as suas pautas e divulgá-las pelas ruas de Maceió, realizando um contato mais direto com a massa, em meio à Semana Zumbi a entidade sofreu críticas a respeito

¹⁰¹ IV Encontro de Negros do Norte e Nordeste, Maceió/AL - Dossiê (SNI)

que de acordo com o historiador Danilo Marques (2024) , um pessoa chamada Nô Pedrosa, um homem branco e militante anarquista questionou aos membros da mesa sobre a ausência do movimento negro nas ruas. Em resposta, um dos integrantes da ACZ, Marcelino Máximo – o mesmo que sofreu racismo no Clube Fênix Alagoana e a partir disso foi criado a ACZ – afirmou que haviam representantes da ACZ nas ações pelas Diretas Já e que caso Nô Pedrosa não tivesse visto, estava tudo bem (Marques, 2024).

De fato, a ACZ recebia críticas a respeito do seu “não envolvimento com as bases” (Santos, 2020, p.67), o que conseqüentemente afastaria a ACZ das relações socioculturais da sociedade alagoana. Mas, apesar da entidade ser vista de modo insuficiente perante às críticas realizadas, a ACZ demonstrou ao longo de sua existência os seus desempenhos através das intervenções realizadas em diferentes setores sociais, sempre buscando inserir a perspectiva negra como sua principal esfera de atuação.

Ainda em 1984, foi realizado o IV Encontro de Negros do Norte e Nordeste em Maceió/AL, no período de 21 a 23 de junho. Estiveram presentes a ACZ, UFAL, CEAB, Secretaria da Cultura, União de Mulheres de Maceió (UMMA), além de delegações dos estados do Amazonas, Pará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia. A temática principal do encontro tinha como proposta a discussão sobre a necessidade da revogação da Lei Afonso Arinos¹⁰² por ser vista como “ineficaz por não punir as discriminações racistas no país”¹⁰³ e para uma possível resolução da questão, na ocasião foi levantada a substituição pelo Projeto de Lei nº1661-A, criada pelo Deputado Federal Abdias Nascimento pelo PDT/RJ na época, e caso aprovado “o referido projeto determina a pena de 06 a 15 anos de reclusão pelo crime de "lesa-humanidade", conforme nele foi cognominada a pratica de racismo”¹⁰⁴.

Foram discutidas questões sobre a importância do resgate da memória de Zumbi, a reescrita da história do Brasil sob perspectiva dos valores africanos, a construção do Memorial Zumbi, a negação ao dia 13 de maio e a admissão do 20 de novembro como dia de negro e, por fim, articular melhor a comunicação como forma de atingir outros públicos para além das

¹⁰² A Lei Afonso Arinos foi a primeira norma contra o racismo no Brasil. Em 3 de julho de 1951, o Congresso Brasileiro aprovou a lei 1.390 que prevê penas de reclusão de um a cinco anos e multa para os condenados por práticas racistas. Além disso, ela estabelece que o crime de racismo é inafiançável e imprescritível, ou seja, não pode ser objeto de fiança nem perde a validade com o passar do tempo. Ver em: <<https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/72-anos-a-lei-afonso-arinos-um-marco-para-a-luta-antirracista-que-estabelece-a-igualdade-de-todos-perante-a-lei-sem-distincao-de-qualquer-natureza>> Acesso em: 18/06/2024.

Mas, apesar da lei prever a prisão em casos de racismo, na prática, ainda existe uma passividade na efetivação da lei.

¹⁰³ IV Encontro de Negros do Norte e Nordeste, Maceió/AL - Dossiê (SNI)

¹⁰⁴ Idem.

escolas, como, por exemplo, alcançar o público das Universidades visando desconstruir os estereótipos sobre o papel do negro na sociedade.

Nesse sentido, considera-se o ano de 1984 como um momento de expectativa para o movimento negro de Alagoas que via os seus planos que desde o início da década foram elaborados realizar-se com as conquistas, primeiramente com o fim da ditadura militar, e em específico, “o tombamento de locais de memórias importantíssimas para a cultura negra brasileira: o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador (BA) (1984), e a Serra da Barriga, em União dos Palmares (AL)” (Marques, 2024, p.210).

Os dois eventos, tanto a Semana Zumbi quanto o IV Encontro de Negros do Norte e Nordeste, tinham em seus discursos concomitâncias que estabeleciam o debate em volta de Zumbi dos Palmares. O primeiro buscou por transformar o município de União dos Palmares em um Centro Histórico, além de propor feriado no estado alagoano no dia 20 de novembro, como referência à morte de Zumbi e sugerindo enquanto o dia da consciência negra. Já o segundo, alinha-se ao que Nilma Lino Gomes (2017) propõe ao dizer que o Movimento Negro é educador, e sendo ele fundamental ao ser um grande potencializador de políticas de Estado, como a implantação da lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas do Brasil, desde o ensino fundamental até o ensino médio, algo que, especificamente, no Movimento Negro de Alagoas na década de 1980, é visto e descrito enquanto um trabalho de articulação política e pedagógica mesmo anterior à promulgação da lei.

Uma outra proposição do Encontro em diálogo com a proposta da IV Semana Zumbi, tem como perspectiva a desconstrução do imaginário sobre o 13 de maio e a importância da inserção do 20 de novembro, como data de referência à uma consciência negra afro-brasileira, visando estabelecer sua importância tanto no sentido de resistência histórica por parte da comunidade negra, e, fazendo um convite à reflexão sobre de que forma, enquanto sociedade podemos superar o racismo que se mantém até os dias atuais e que a partir de lógicas coloniais se acopla nas bases institucionais e nas relações interpessoais, estabelecendo assim, uma segregação com base na raça, gênero, classe, sexualidade, religião e demais categorias perpassadas por marcadores sociais insurgentes.

2.3 AS DIVERGÊNCIAS NA ACZ

Apesar da influente participação da ACZ enquanto uma das principais¹⁰⁵ representantes da luta antirracista negra no Estado de Alagoas, algumas problemáticas foram levantadas devido à secundarização do caráter político da entidade. Por exemplo, em umas de suas principais abordagens, a Serra da Barriga seria uma temática constante, no entanto, essa é uma questão problematizada por Jeferson Silva no que se refere à unanimidade do foco da Serra da Barriga, como a principal motivação da ACZ.

Não se trata aqui de questionarmos a importância da Serra da Barriga em seu significado simbólico, enquanto legado da luta negra pela liberdade. Mas sim de abordar a atitude de um movimento que se pretendia “lutar contra todas as formas de discriminação do homem alagoano, principalmente do negro, integrando-o na sociedade brasileira” e “desenvolver, junto aos negros alagoanos, a busca da identidade negra e de seus valores culturais. (2006, p.4)

A ACZ tinha uma relação direta não só com a militância negra, mas com o estado de Alagoas, assumindo de forma clara o seu compromisso cultural. O próprio nome da entidade relacionava a questão cultural ao nome de Zumbi, apesar do compromisso com a valorização da cultura negra, para a ACZ não somente a questão cultural seria importante, havia a consciência do diálogo da cultura com a política, mas para Marcelino Silva, um dos seus integrantes da ACZ, isso foi inviável (Silva, 2006).

Consideramos que apesar da política enquanto categoria fundamental na luta antirracista e tendo a ACZ uma consciência dessa questão, o que aparenta é que houve uma concentração de ideias e interesses em massa voltados para a Serra da Barriga. Por outro lado, compreendemos que há tensionamentos entre os militantes, a partir dos conflitos de ideias entre os próprios integrantes, tanto que, no ano 1984 houve uma primeira ruptura entre alguns integrantes que optaram por sair da ACZ e formar o “Filhos de Zumbi” que durou por volta de dois anos (Silva, 2006). Um dos motivos apontados para a desarticulação da ACZ, seria a falta de articulações políticas que de fato chegassem até a base da população negra, além da centralização de pautas sobre a Serra da Barriga e a busca pelo “revezamento de poder”.

À respeito da falta de interação da ACZ com a massa, na realização da IV Semana Zumbi em 1984 – mesmo ano em que ocorre a primeira cisão da entidade – um dos integrantes da entidade afirma que a concepção da falta de interação da ACZ com a sociedade civil é pura desinformação, pois “nós tivemos uma ampla penetração em escolas, oficiais e particulares.

¹⁰⁵ Acreditamos que a ACZ está entre as representações políticas negras de Alagoas da década de 1980, bem como os terreiros afro-religiosos. Para saber mais, ver em: “Àbùrò N’ilê” – o irmão mais novo da casa: a formação histórica do movimento social juventude de terreiro em Alagoas (2012-2017) – (Ellen Cirillo Santos).

(Marques, 2024, p.208, *apud* Acervo Neabi/Ufal, 1984b). Além disso, um outro militante da entidade, Marcelino Máximo abordou sobre a não constância sobre a ida às ruas além de datas alusivas ao povo negro como o 20 de novembro, “a gente tem começado agora, a gente ainda não conseguiu sensibilizar as massas, o grosso dos negros alagoanos para que defendessem sua própria identidade” (Danilo Marques, 2024, p.207 *apud* Acervo Neabi/Ufal, 1984b).

De acordo com Zezito Araújo, primeiro presidente da ACZ, as pessoas que prosseguiram na entidade afirmaram que as discussões sobre o rompimento não teriam relações com a política (Silva, 2006), portanto, a descentralização da política como uma das críticas apontadas, para ele não foi um fator para ser levado em consideração. Por outro lado, Araújo reconhece o déficit da ACZ perante a realização das palestras de forma isolada e não em conjunto com outros coletivos negros organizados:

O que nós temos de concreto é que, de fato, a Associação Cultural Zumbi tinha uma deficiência no que diz respeito à fomentação de uma política de base. É perceptível no depoimento de seus militantes que a ACZ fazia palestras constantes nas escolas do Estado. No entanto, tais palestras não eram seguidas de um maior acompanhamento, onde mais tarde a entidade pudesse ter a formação de quadros. Acreditamos que houve um erro no que diz respeito ao direcionamento de tais palestras, as mesmas deveriam ter sido desenvolvidas junto aos grupos negros organizados, de forma a ter um maior controle sob tal formação. (Silva, 2006, p.9)

De acordo com uma das integrantes e ex-presidente da ACZ – entre os anos de 1989 e 1991 – Vanda Menezes, afirma que a associação era de fato um grupo político que tinha como intuito discutir a discriminação e o racismo em Alagoas, e que esta revolucionou o estado a partir de suas atividades, sendo a ACZ que constituiu o Memorial Zumbi, “brigou” pelo tombamento da Serra da Barriga para desapropriá-la. Em entrevista cedida aos pesquisadores Verena Alberti e Almicar Pereira, Vanda Barbosa narra sobre a criação da Associação Cultural Zumbi.

Nas primeiras reuniões. Não foi na primeira, mas nas primeiras reuniões. Quando a gente pensou e decidiu que teríamos uma entidade, um grupo para discutir e esse grupo teria que ser uma coisa escrita, com estatuto com tudo... Tanto que a gente passa de 1979 a 81, acho. Em fevereiro de 1981 é que a gente se constitui – 1980, por aí, não tenho absoluta certeza – em uma organização com estatuto, passado em cartório, tudo. Era responsável pelo 20 de novembro, éramos a referência. Depois surgem outras entidades, alguns dissidentes da nossa fazem outra entidade. E depois começam-se muitos grupos culturais: bandas, grupos de capoeira, de dança afro. Mas tendo sempre na Associação Cultural Zumbi o porto seguro. Porque éramos nós que íamos para o embate político. Discussão política era com a associação. Tanto que ela se desarticula nos anos 90 e a gente até hoje não tem uma entidade do movimento negro com a articulação política como a gente teve. (Barbosa, 2005, p.23)

Segundo a militante Vanda Menezes, a ACZ tinha muita articulação com a educação, os integrantes iam até as escolas discutir a questão negra – desfazendo os discursos do 13 de

maio e enaltecendo o 20 de novembro – haviam capacitações nas escolas para os docentes na década de 1980. Houveram articulações com os terreiros alagoanos, no ano de 1984, a ACZ tinha o levantamento de todos os terreiros do estado, os laços com as religiões afro visavam a construção de debates sobre a consciência negra no espaço religioso. Sobre a Serra da Barriga, para Vanda Menezes não foi uma tarefa fácil, pois, os militantes da ACZ levavam tiros de “soca-tempero”¹⁰⁶ dos fazendeiros pois eles “não queriam que a gente demarcassem” (Barbosa, 2005, p.22), inclusive, haviam estratégias de visitar a Serra da Barriga em grupo já que haviam ameaças de morte.

Para Vanda Menezes, o trabalho realizado pelos militantes e intelectuais para a consolidação do Memorial Zumbi foi algo natural. Pois, para essas pessoas não era um trabalho para angariar dinheiro para o próprio grupo, pois esta seria uma entidade não-governamental. Enquanto forma de auxiliar nas despesas de viagens até União dos Palmares, o Ministério da Educação concedeu um auxílio financeiro para a formação de professores em União dos Palmares com temática voltada para a Serra da Barriga.

E tem alguns deputados que, naquela Emenda, davam uma grana para a Associação para a gente poder ir para o interior, trabalhar, ir para União dos Palmares, formar os professores para falarem da Serra. A gente trabalhar em União dos Palmares, para ter a Casa Jorge de Lima, como tem hoje. Ir lá, fazer o trabalho para que as escavações da Serra, o que se procurasse e se achasse ficar naquele museu... Mas não para ter um coordenador do projeto, que ganhava aquele dinheiro. Isso não existe na minha terra, até hoje. Não tem ONG. (Barbosa, 2005, p.25)

Compreende-se que haviam malabarismos para que a ACZ tivesse continuidade, seja no auxílio financeiro para a criação de projetos em União dos Palmares, sejam nas reuniões que inicialmente eram em praças públicas, depois realizadas no CEAB, posteriormente, a entidade consegue um espaço na Secretaria da Cultura em Maceió, no ano do centenário da abolição em 1988. O telefone de contato da ACZ era do Diretório Central dos Estudantes (DCE), como também da residência do militante Zezito Araújo e de Vanda Menezes, ou seja, eram realizadas maneiras de manter as atividades da entidade mesmo que esta não tivesse inicialmente uma sede oficial ou telefone próprio.

Essa limitação com relação à ACZ acerca das suas atividades estarem mais voltadas à Serra da Barriga e portanto, não focalizando a sua atenção nas relações com a sociedade-civil, se depara diretamente com o gato de que a ACZ foi parcialmente responsável por trazer e questionar sobre a realidade da população negra alagoana, através de práticas de intervenção que estivesse em contato diretamente com a educação, por exemplo, um traço que remonta ao

¹⁰⁶ Espingarda.

que o MNU se propunha quando nos remontamos ao seu caráter pedagógico que impulsionou a criação de políticas afirmativas voltada para a população negra.

Como todo movimento social, suas trajetórias são marcadas por tensões, contradições, conflitos devido às diferentes concepções e posicionamentos acerca do que se considera fundamental para a continuidade do coletivo. Dentro do que a ACZ se propôs, consideramos que ela consegue atingir os seus objetivos quando articula a luta antirracista como uma possibilidade de introduzir na sociedade alagoana a necessidade de discutir sobre a questão racial como forma de enfrentamento às discriminações raciais experienciadas e tratando, ao mesmo tempo, de incorporar a história do Quilombo dos Palmares e de como a sociedade palmarina foi/é um exemplo de resistência negra. Neste sentido, não limitamos à ACZ como a única e exclusiva entidade antirracista em Alagoas, tendo em vista que a presença de terreiros afro-religiosos atuavam no mesmo contexto ou até anterior à entidade, mas, frisamos que dado às críticas que consideramos importantes dada a ACZ, não podemos nos esquecer que quando falamos em representação política negra alagoana no período da redemocratização brasileira, a ACZ apresenta-se como uma das protagonistas na luta do povo negro.

No tópico a seguir, apresentaremos contextos que foram fundamentais para a ACZ, como o tombamento da Serra da Barriga, sua desapropriação e a desarticulação da entidade.

2.4 ENTRE 1985 E 1988: UM PERÍODO FUNDAMENTAL NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO NEGRO EM ALAGOAS

De 1985 a 1988, foram quatro anos de reconhecimentos de uma luta e efetivação do resultado de articulações. Para os militantes negros, sobretudo, para a comunidade negra de Alagoas, o ano de 1985, foi simbólico devido ao tombamento da Serra da Barriga, fruto de muito trabalho e esforço das representações negras do estado alagoano e de Movimentos Negros de outros estados brasileiros, pois, estes lutaram para pressionar o Governo Nacional para o reconhecimento da Serra da Barriga enquanto um patrimônio histórico brasileiro.

[...] o Conselho Geral do Memorial Zumbi encaminhou para o IPHAN a solicitação de tombamento da área da Serra da Barriga validando o pedido diante da sua dimensão e importância histórica, cultural e social referente aos povos negros no Brasil (DOSSIÊ, 2017, p. 69). Em 20 de novembro de 1985, com a solicitação acatada pelo IPHAN, a Serra da Barriga é então tombada pelo Governo Federal. Em 21 de março de 1988, a mesma foi declarada Monumento Nacional e também de utilidade pública, com fins de desapropriação, para estudos e pesquisas. (Villarinho, 2023, p.52)

O tombamento da Serra da Barriga foi assinado pelo então ex-ministro da Cultura, Aloísio Pimenta, no dia 20 de novembro de 1985. Em seu discurso, o ex-ministro afirma que ainda existe racismo no Brasil e que todos deviam fazer esforços, desde a educação pré-escolar

para enfim erradicar esses preconceitos¹⁰⁷. Além de representantes das comunidades negras brasileiras, estiveram presentes os embaixadores da Costa do Marfim, Senegal, Gana, Togo, Gabão, Zaire, Camarões, Angola e Nigéria. Além de Aloísio Pimenta, compuseram no ato solene representantes da Secretaria de Cultura de Alagoas, a prefeitura de União dos Palmares e militantes de outras regiões brasileiras. Na ocasião, o Ministro da Cultura repassou para a Prefeitura de União dos Palmares/AL, Cr\$ 100.000.000 (cem milhões de cruzeiros) pelos gastos com o levantamento topográfico e socioeconômico da área.

A partir de agora, o lugar se transforma em um Monumento Histórico e Cultural Nacional. O Memorial Zumbi, que será um centro de documentação, pesquisa e difusão da cultura negra, numa área de 280 hectares de matas, deverá ficar pronta em 1988, quando se comemora o centésimo aniversário da abolição da escravidão.¹⁰⁸

A Serra da Barriga ganha o título de Patrimônio Cultural Brasileiro em 1986, o território é desapropriado em 1988, o Parque Memorial é inaugurado em 2007 e por fim, em 2017, a serra torna-se Patrimônio Cultural do Mercosul. Inicialmente, o espaço pertencia a João Lira e Lula Pinto e antes de sua desapropriação, a única forma de ir até o local seria de helicóptero porque “eles eram donos da terra” (Barbosa, 2005, p.24). Houveram burocracias posteriores, pois, um dos proprietários não quis abrir mão (Barbosa, 2005), mas no fim foi concebido. Para Vanda Barbosa, considera-se que a realização da construção do Memorial Zumbi foi importante porque ela também articulou um debate entre os intelectuais brasileiros, figuras como Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez.

Foi muita luta. E não foi luta só nossa, de Alagoas. O Memorial Zumbi foi fundamental para essa luta. Porque você tinha um Abdias do Nascimento, você tinha uma Lélia González, você tinha pessoas de fora do estado que também discutiam e exigiam isso. Então, foi muito interessante. (Barbosa, 2005, p.24)

Além de ter sido um ano importante com relação à desapropriação da terra, não podemos deixar de enfatizar que o ano de 1988, foi um marco importante para a militância antirracista, destaca-se aqui o centenário da abolição, a Constituição brasileira, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e, no cenário alagoano, a Jornada da Mulher Negra alagoana enquanto um evento preparativo do encontro nacional. Sobre as experiências da ACZ nos eventos no ano de 1988, a militante Vanda afirma o seguinte.

A gente vai muito para Brasília. Em 1988 tem muita coisa em Brasília, muitas reivindicações. E o 20 é muito bom, em 1988. A coisa se vira muito para a Serra. E o governo se envolve muito, o Governo Federal principalmente. [...] (2005, p.35)

¹⁰⁷ Tombamento da Serra da Barriga (1985), União dos Palmares/AL - Dossiê (SNI)

¹⁰⁸ Idem.

O ano de 1988 para os Movimentos Negros foi de fato um marco histórico. A partir da narrativa de Vanda Barbosa, compreende-se que este período foi significativo para os integrantes da ACZ que se envolveram nos eventos daquele ano, mesmo com os olhares voltando-se para a Serra da Barriga devido à sua desapropriação e a então entrega do Memorial Zumbi. Como já discutido anteriormente, a Jornada da Mulher Negra alagoana em agosto de 1988, foi célebre para o cenário de Alagoas, pois este foi um episódio que teve como protagonismo, as narrativas de mulheres negras militantes do Estado, onde foram debatidas as suas pautas, experiências e críticas, pontuando a importância da mulher negra na sociedade brasileira e a desconstrução de estereótipos voltados aos fatores raciais e de gênero, nos mais diversos âmbitos.

Este período de 1985 a 1988, de fato é um momento fundamental para o Movimento Negro de Alagoas. O que nasceu no início da década de 1980 a partir de diferentes atuações, eventos, encontros e projetos, foi enfim, depois de muito trabalho e obstáculos, realizado e considerado o Memorial Zumbi “como verdadeira pedra fundamental na construção desse Brasil democrático e pluricultural – mas, principalmente, plurirracial” (Nascimento, 1981, p.101) tornado um dos maiores patrimônios públicos de origem negra de reconhecimento nacional.

“Pela primeira vez em quatro séculos, a comunidade de origem africana, normalmente ignorada e/ou silenciada em decisões que diretamente lhe dizem respeito, deu sua opinião e teve seus pontos de vista respeitados diante da opinião minoritária do oficialismo institucional” (1981, p.100).

Destacados os principais momentos da ACZ no período de 1980-1988, a entidade então teve seu fim no ano de 1992. Sua desarticulação ao contrário do que os outros integrantes afirmaram, para Vanda Menezes, a ACZ foi finalizada devido à alta demanda que a sobrecarregou – a militante foi presidente da associação no período de 1989-1991 – fazendo com que a entidade não tivesse prosseguimento. Porém, para ela, a Associação Cultural Zumbi não teve um fim de fato, pois, foram construídos laços de amizade entre os integrantes ao longo dos anos de luta antirracista e mesmo após o fim, mantiveram contato mesmo com a distância já que alguns dos militantes como Zezito Araújo e Fátima Viana foram morar em São Paulo.

O grupo não se desfez, a gente continua se encontrando, nesses 25 anos, 26 anos já. Marcamos, agora, reuniões regulares, mensais. Mas continua a Associação Cultural Zumbi, se reunindo... Por conta de eu estar secretária, Zezito também ter estado, eles cuidam da gente. Senta, discute, a gente se reúne para saber o que está fazendo, para criticar, para ajudar... No 20, sempre, o Zito contou com ativistas da Associação Cultural Zumbi para ajudar, para fazer... A gente nunca se perdeu, é muito interessante. No Natal, a gente se encontra; nos aniversários, a gente se encontra. A

gente se alimenta muito. Uma relação afetiva muito forte. Continuamos, cada um no seu canto, não deixou. (Barbosa, 2005, p.35)

Apesar dos conflitos e problemáticas, a ACZ foi um movimento importante na luta antirracista em Alagoas, sendo a entidade uma das principais forças políticas envolvida no marco do tombamento da Serra da Barriga, o surgimento do Memorial Zumbi – responsável por fomentar os estudos históricos e geográficos, concentrando documentos referentes a Serra da Barriga, a cultura e resistência palmarina – além de fortalecer a criação da Fundação Cultural Zumbi dos Palmares (Fundação Zumbi) em 1988. Para o historiador Danilo Marques, o Memorial Zumbi acabou se tornando um ponto de convergência entre “onde as várias tendências dos movimentos negros no Brasil e no mundo se conectaram” (Marques, 2024, p.199).

Considerando a ACZ enquanto uma das principais articulações antirracistas no Estado de Alagoas e mesmo diante das problemáticas da falta de uma melhor atuação política, não podemos desconsiderar a importância de sua influência desde as primeiras reuniões que se discutiu sobre a importância da valorização das terras palmarinas, o seu tombamento e as suas articulações com a educação e os terreiros afro-brasileiros do Estado. Neste sentido, sendo Zumbi dos Palmares uma figura representativa para a superação do racismo em terras alagoanas, a ACZ articulou o sentimento de pertencimento ao Estado, à sociedade e cultura palmarina através de estratégias de intervenção. Para os militantes do Movimento Social Negro alagoano, eles se consideram descendentes de um povo que lutou, não aceitando a submissão e a violência do sistema escravista, e, portanto, surge séculos mais tarde, frutos da resistência palmarina, a criação de uma entidade que consideramos um verdadeiro quilombo.

2.5 VENHA, VAMOS NOS AQUILOMBAR COM A ACZ: O LEGADO DO MOVIMENTO NEGRO EM TERRAS PALMARINAS

Enquanto uma luta coletiva que perdurou por mais de uma década e que até os dias atuais é referência no Estado de Alagoas quando se fala em luta antirracista, o conceito de quilombismo do intelectual Abdias do Nascimento reflete – da teoria na prática – a ação dos militantes da ACZ. Em sua obra “*O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*” (1980) reflete sobre a falta de condições econômicas do negro mesmo em um lugar onde ele é “o próprio corpo e alma deste país” (Nascimento, 1980, p.253) e que apesar de sua contribuição histórica pautada pela exploração física e psicológica, durante três séculos a comunidade afro-brasileira reergueu as estruturas do Brasil, mas segue sendo tratados de forma desigual (Nascimento, 1980), à margem das condições socioeconômicas.

Levando em consideração essa condição imposta à comunidade negra, enquanto forma de resistência as criações de quilombos foram necessárias para a existência e manutenção dessa população, sendo esta uma estratégia que perdurou durante os séculos e que até os dias atuais segue sendo uma referência de resistência negra que compõem diversas identidades. O conceito de quilombismo de Abdias do Nascimento tem como definição as diversas possibilidades de redes de associações, como por exemplo, irmandades, clubes, terreiros, afoxés, escolas de samba, grupos de cultura negra; são formatos diferentes que constroem possibilidades de mobilização da comunidade negra, uma “práxis afro-brasileira” (Nascimento, 1980) definido enquanto quilombismo.

Em diálogo com o conceito de quilombismo de Abdias do Nascimento, o conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira da historiadora Beatriz Nascimento, converge com as ideias do pan-africanista, ao abordar sobre as diversas possibilidades de resistência, sobretudo, no Brasil, ela se apresenta em diferentes manifestações incorporada “na luta árdua pela manutenção de sua identidade pessoal e histórica” (Nascimento, 1980, p.46). Seja no âmbito doméstico ou social (Nascimento, 1980) as formas de enfrentamento podem se apresentar no “caráter linguístico, religioso, artístico, social, político, de hábitos, gestos, e assim por diante. Todas essas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil” (Nascimento, 1980, p.46).

Decerto que ao consideramos a Associação Cultural Zumbi enquanto um quilombo que tem como principal referência Zumbi dos Palmares, concordamos com as conceituações de Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, ao compreendermos com suas definições de quilombismo refletindo na forma como enxergamos a ACZ, acerca de sua trajetória política, cultural e pedagógica. Desde a sua primeira reunião que findou na criação do grupo ainda em 1979, com a década de 1980, houve um sequencial de mobilizações como a primeira peregrinação até a Serra da Barriga, o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares que idealizou a construção do Memorial Zumbi juntamente com militantes e pesquisadores de outras localidades, as intervenções pedagógicas em que os integrantes da ACZ tiveram a oportunidade de participar das aulas em União dos Palmares, abordando para os alunos do município e povoados sobre a história sobre Zumbi dos Palmares e a resistência da comunidade negra brasileira, o tombamento da Serra da Barriga e sua desapropriação, a Jornada da Mulher Negra alagoana enquanto preparativo do I Encontro Nacional de Mulheres Negras – fora as participações de militantes da ACZ em eventos de gênero em outros estados como na Bahia e Pernambuco – reconhecemos que este compilado de acontecimentos que citamos neste capítulo,

é mínimo perto da intensidade e do quantitativo de mobilizações internas entre os militantes da ACZ e externas em suas relações com entidades de outras regiões do país.

Segundo Abdias do Nascimento, há muitas entidades que se denominam enquanto quilombo ou Palmares (Nascimento, 1980), algo veemente que corresponde ao cenário alagoano, sendo este estado das alagoas também chamado de “terras palmarinas”, lugar onde a luta negra resistiu há séculos e que, até os dias atuais, segue resistindo e levando como referência a ancestralidade do legado da história do Quilombo dos Palmares. Assim como as mulheres tiveram papel fundamental na sociedade palmarina, seja por meio do trabalho como também na influência no modelo familiar, a poliandria¹⁰⁹; na constituição e atuação da ACZ as mulheres negras embora fossem minoria quantitativa, suas participações se deram desde o começo. Suas vozes, provocações e compromissos já existiam desde a fundação da ACZ em 1979, na articulação e desenvolvimento do movimento negro em Maceió na década de 1980. A luta negra feminina ocorre em meio ao contexto de redemocratização da sociedade brasileira, com a intensificação dos movimentos sociais, sobretudo, na luta antirracista e na representação do Movimento de Mulheres Negras em todo o país.

Para compreendemos quais foram as participações e influências das militantes negras na ACZ, no próximo capítulo apresentaremos as narrativas de quatro mulheres negras que atuaram no Movimento Negro alagoano no período de 1980-1988, destacando-se: Socorro França, Ângela Brito, Vanda Menezes e Fátima Viana. A partir da metodologia da história oral, analisaremos os discursos das militantes como forma de evidenciar suas experiências e subjetividades perpassadas pela militância sob os seus marcadores sociais. Esses saberes nos ajudarão a compreender como as relações de gênero na luta antirracista no cenário alagoano foi desenvolvido. Aqui, tratamos de abordá-las enquanto sujeitas da história e não como simples objetos, as Yalodês terão suas histórias protagonizadas no próximo capítulo.

¹⁰⁹ União conjugal na qual mulheres podem casar com mais de dois homens.

3. VAMOS SAUDAR AS NOSSAS YALODÊS: AS NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO ALAGOANO

3.1 A PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA HISTÓRIA ORAL: A ORALIDADE COMO FONTE DE PESQUISA

Através da Nova História entre os anos de 1960 e 1970, a História Oral enquanto metodológica na análise das narrativas de grupos considerados marginalizados pela história oficial, buscou pela inclusão dos “novos” personagens na História (Tedeschi, 2014) pois, é através desse campo metodológico onde a oralidade é utilizada para uma interpretação do presente, mas com a consciência do passado.

Ao lado da História Oral que tem como sua principal perspectiva inserir as narrativas dos “silenciados da História”, a História das Mulheres nos anos de 1960, emerge com a proposta de trazer essas personagens para o centro da História, tornando-as sujeitas históricas em oposição à historiografia oficial que secundarizou esse grupo e suas narrativas com o intuito de evidenciar uma historiografia plasmada na história dos grandes homens. Tanto a História Oral quanto a História das Mulheres, “em ambas o estágio inicial foi dominado pela ideia de resgate de um história ocultada” (Salvatici, 2005, p.29), a busca pela incorporação das vozes não ouvidas dos subalternos e do papel da mulher enquanto sujeita que contribuiu historicamente tanto quanto os homens, ambas categorias pode-se dizer que trilharam juntas num contexto parecido, uma ao lado da outra, buscando construir uma nova historiografia.

A exclusão das mulheres na historiografia, especialmente, nas fontes documentais escritas – a documentação é validada enquanto a única fonte mais importante para a História dentro do contexto de uma perspectiva da história oficial – foram formas de apagamento de um grupo, se suas vozes eram encontradas eram por meio de discursos masculinos, através de suas narrativas, os homens falavam sobre as mulheres, mas elas não falavam por si. De acordo com Joana Maria Pedro (2011), os estudos sobre memória e oralidade, normalmente, as mulheres são as maiores depoentes e sendo a História Oral um caminho metodológico cuja sua fonte, baseia-se nos relatos orais através das memórias e experiências dos/a sujeitos/a, portanto, esse campo de estudo surge como uma ferramenta fecunda para a inovação historiográfica que tende incluir saberes e narrativas antes desconsideradas pela historiografia tradicional.

A “validação”¹¹⁰ de experiências femininas através dos relatos orais carregam uma valorização ancestral, devido a oralidade ser uma das formas mais antigas de transmissão de conhecimento. Esse encontro entre a História Oral e a História das Mulheres foi uma espécie de “contaminação recíproca” (Salvatici, 2005, p.31), seja no campo investigativo e metodológico, o conjunto formado por esses campos da História foi essencial para que novas perspectivas de estudos mediante diferentes cenários, como a vida privada e pública, trabalho e relações interpessoais fossem incluídos na historiografia.

[...] As vozes de mulheres captadas pelas entrevistas proporcionaram um passado com o qual as feministas poderiam se identificar: era como se as palavras de milhares de mulheres fossem as suas palavras, ou as palavras de grupos oprimidos pelos quais estavam lutando. As histórias faladas de mulheres foram consideradas um novo tipo de “verdade”. (2005, p.35)

Todavia, o reconhecimento da pluralidade de sujeitos e subjetividades tornou-se uma questão especialmente fundamental para a História Oral devido às categorias inerentes aos indivíduos, como a raça, classe, gênero, sexualidade, religião, etnia etc. O conjunto de vozes – no plural – retrata as múltiplas possibilidades de investigação a partir das especificidades imbuídas nos discursos dos indivíduos, no nosso caso, das mulheres negras militantes que partem de contextos semelhantes, mas que são experienciados de maneiras que se aproximam e se distanciam.

Á exemplo das vozes que foram silenciadas na história tradicional, os escravizados e escravizadas, foram sujeitos que foram coisificados perante uma perspectiva historiográfica hegemônica que desconsiderava as práticas de resistência negra como um contraponto ao domínio escravista. A contranarrativa dessa nova fase, com a nova história, foi a ênfase dada aos grupos excluídos tanto social, política e culturalmente, dando a possibilidade da inserção das narrativas não ouvidas, como uma nova forma de se fazer e pensar a história com a presença de novos personagens, abordagens, estruturas e conceitos.

As pesquisas desenvolvidas no campo da História Oral que considerou registrar as vozes de mulheres negras, reconhecem a subjetividade e pluralidade das histórias, dentro das possibilidades de estudo pois, é válido a reflexão da raça enquanto fator fundamental para compreender as dinâmicas sociais e políticas. O movimento feminista auxiliou na busca pela introdução das vozes das mulheres, mediante as suas contribuições, mas é com o feminismo

¹¹⁰ Deixamos em parênteses a palavra validação no sentido de que: não acreditamos que as narrativas colhidas nesta pesquisa só têm valor por elas terem sido inseridas numa pesquisa acadêmica. Consideramos as histórias das nossas entrevistadas e de outros grupos, enquanto fontes de saberes que perpassam quaisquer validações científicas.

negro que de fato a história a partir da perspectiva das experiências de mulheres negras que houve um maior espaço de visibilidade.

De acordo com a historiadora Verena Alberti, uma das principais referências teóricas-metodológicas sobre História Oral, ela define este campo da seguinte maneira:

A história oral é um método de pesquisa (história, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundos, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam. (2005, p.18)

Entendemos este campo de pesquisa enquanto um palco de expressão de narrativas populares que, apesar de suas contribuições, estiveram à margem de uma historiografia oficial¹¹¹ que tende a desclassificar, estereotipar e folclorizar determinados grupos sociais. Ao colhermos as narrativas sobre as experiências vivenciadas, estabelecemos um contato não somente formal, mas sensível e subjetivo, distanciando da ideia de que a pesquisadora possui total conhecimento acerca do tema discutindo e possibilitando um formato de uma relação horizontal, onde a entrevistada torna-se a pessoa que dispõe da experiência e conhecimento da temática de pesquisa.

O exercício metodológico da História Oral, implica no compromisso ético na realização de entrevistas, especialmente, nas análises das narrativas enunciadas. No entanto, para além da responsabilidade enquanto pesquisadora/o, há uma importante questão a respeito dos temas a serem abordados, sendo estes perpassados por flutuações de sentimentos que influenciaram ou ainda influenciam diretamente na memória sobre determinados contextos vivenciados coletivamente e que são imbuídos de experiências intersubjetivas.

Segundo Alessandro Portelli (2016), historiador italiano e referência na abordagem teórica-metodológica da História Oral, a oralidade compõe em seu *corpus* a subjetividade, sendo uma de suas principais características. A compreensão de um acontecimento histórico vai além das perguntas necessárias, pois, mesmo com as possíveis respostas, as abordagens

¹¹¹ A historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado. Dessa maneira, os setores marginalizados como o feminino foram por muito tempo participantes ativos da história, mas submergiram muitas vezes no anonimato, apresentados de forma intencional, como aquele grupo anônimo e sem consciência histórica, cuja dinâmica e evolução interna careciam por completo de valor para os historiadores “tradicionais” (Tedeschi, 2014, p.24).

trazidas pelas entrevistadas podem apresentar-se de formas não previstas, logo, algumas informações emitidas podem não ser de conhecimento do historiador que está analisando determinada conjuntura e isso compõe o que o trabalho com as memórias se dispõe: o trato com a imprevisibilidade e a subjetividade na forma com que se é tratado tal contexto.

A história oral, então, é primordialmente uma *arte da escuta*. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas. É comum, aliás, que a informação mais importante se encontre para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador consideram historicamente relevante. (2016, p.10)

Enquanto uma arte de escuta (Portelli, 2016), a metodologia da História Oral consiste em ouvir e analisar os relatos de indivíduos/grupos que experienciaram contextos específicos. Na perspectiva adotada até aqui, que busca um refinamento teórico, um acúmulo conceitual e um rigor metodológico, cabe, portanto, à História Oral a tarefa de orientar, traçar e levantar potenciais fontes para construir metodologicamente o acervo de fontes desta pesquisa. A entrevista oral, como um documento histórico, possibilita retomar pontos que não foram expressos em outros documentos de natureza escrita e que, por sua vez, permitiram ao historiador problematizar a construção de representações, subjetividades e imaginários sociais que nos remetem a um passado. Acredita-se que o levantamento dos relatos orais será primordial para a tarefa de mapear e cruzar as entrevistas com outras categorias de fontes como: fotografias, recortes de jornais, registros audiovisuais e documentos oficiais e não-oficiais.

Neste sentido, “a metodologia da história oral tem essa característica especialmente interessante: a de permitir o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de histórias que cristalizam determinados significados sobre o passado” (Alberti; Pereira, 2004, p.2-3), tendo as memórias como o guia para a compreensão de acontecimentos vivenciados coletivamente e que foram construídos – alguns deles, tendo em vista que nem todos os eventos que abordamos nas entrevistas, nem todas as entrevistadas experienciaram esses momentos – através de uma memória social produzidas a partir do pertencimento à determinado grupo e contexto, logo, a memória por mais pessoal que ela possa ser, ela é construída socialmente (Halbwachs, 1990) devido ao contexto histórico vivenciado coletivamente, fruto do pertencimento de um determinado grupo. O que nos aproxima da conceituação de memória coletiva de Michel Pollak, onde “[...] a memória deve ser entendida também ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (Pollak, 1992, p.2).

A preferência pela História Oral como principal metodologia tem como justificativa a necessidade e características específicas do objeto. Considerando as pessoas que estiveram

presentes desde a constituição do Movimento Negro alagoano na década de 1980 até a sua cisão, uma série de acontecimentos neste período impactaram o cenário de Alagoas. Os/as militantes da ACZ possuem uma forte tradição oral, considerando a importância da oralidade enquanto uma ferramenta ancestral, as comunidades negras ao longo da história repassaram informações, orientações e saberes considerados subjugados pelos documentos e discursos “oficiais”.

Com o reconhecimento da importância do percurso antirracista em Alagoas, os homens e mulheres negras militantes, consideram fundamental a construção de pesquisas que recordem esse momento, contribuindo com a historiografia alagoana e abordando trajetória de luta política. Afinal, as pesquisas consistentes e compromissadas com a inserção da resistência da população negra são fundamentais para combater os discursos que visam a manutenção de práticas racistas na academia e, portanto, são produções necessárias para o reconhecimento de uma articulação negra alagoana que impactou diretamente o contexto da década de 1980 e que continua influenciando o cenário antirracista nos dias atuais.

No que cerne a temática das entrevistas, tratam-se de diferentes pessoas que atuaram em diversas frentes da luta antirracista no cenário de Alagoas na década de 1980, são mulheres negras que construíram formas de enfrentamento ao racismo e o sexismo e que buscaram na ancestralidade negra a figura de Zumbi dos Palmares, líder negro que esteve à frente do Quilombo dos Palmares, uma referência de articulação e resistência no Brasil Colônia, em que foram construídas formas de enfrentamento e de sobrevivência ao criarem uma sociedade alternativa com lideranças em mocambos¹¹², exemplos de Dandara, Ganga Zumba, Aqualtune e Zumbi dos Palmares que teceram a estrutura de organização social e política no solo da Serra da Barriga, no atual Estado de Alagoas.

Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992, p.5)

Esse sentimento de identidade que os integrantes da ACZ e conseqüentemente, os militantes atuais do cenário alagoano que seguem a perspectiva da visão ancestral do solo palmarino como uma referência, possuem o sentimento de continuidade de uma luta ainda inacabada. O pertencimento de um coletivo que teve na figura de pessoas históricas no processo

¹¹² Organização social de trabalhadores escravizados que, na busca da liberdade, estabeleceram-se em várias regiões do Brasil onde existiu a sociedade escravocrática. [...] Essa organização social era o oposto da sociedade colonial, principalmente os marcos simbólicos da representação do poder instalados nesses espaços. (Araújo, 2021, p.40-41)

de resistência contra a dominação colonial enquanto sujeitos e sujeitas que dentro de suas realidades construíram uma realidade anti-escravista, representam até os dias atuais o símbolo de uma força que rejeita as lógicas coloniais e que seguem sendo exemplos de um aquilombamento, sob o entendimento da importância da coletividade enquanto sinônimo de força.

Tivemos como proposta para participar dessa pesquisa, mulheres negras da ACZ na década de 1980, como foi o caso de Vanda Menezes e Socorro França, a Ângela Brito embora tenha entrado na ACZ somente três anos após a criação do grupo, ela esteve presente em eventos fundamentais como os abordados no capítulo anterior. Destacamos que o número reduzido de pessoas entrevistadas teve relação direta com duas questões importantes: primeiro, devido ao curto tempo do mestrado para a realização da presente pesquisa e ainda contabilizar um número grande de entrevistas, iria de fato, atrapalhar o andamento do nosso trabalho, tendo em vista que pensamos em dar continuidade nesta pesquisa num outro momento. Logo, pensamos estrategicamente em selecionar as nossas entrevistadas de acordo com o perfil que precisávamos para essa pesquisa em questão, no caso, o que viria a ter um maior protagonismo seria as mulheres negras da ACZ na década de 1980.

Em segundo lugar, as entrevistadas selecionadas para a realização dessa pesquisa estão dentro do quantitativo de mulheres que estavam no processo de construção da ACZ dos anos de 1970 e conseqüentemente, presenciaram os trâmites necessários para a manutenção da entidade por meio das práticas políticas desenvolvidas, como por exemplo, as ações em torno da Serra da Barriga, o principal propósito de articulação da entidade. Portanto, tendo ciência do quantitativo feminino no início da entidade, buscamos pesquisar quais eram essas mulheres e se elas poderiam participar dessa pesquisa e dentre os possíveis nomes, entramos em contato diretamente com elas e realizamos o convite para as suas respectivas participações.

Buscando compreender a trajetória individual, bem como a relação com a história social a partir das relações com a militância negra, as entrevistas com Ângela Brito, Socorro França e Vanda Menezes iniciou-se com perguntas sobre seus lugares sociais, idade, local de nascimento e estudos, para que tivéssemos um entendimento de onde elas vieram e de que forma chegaram até o cenário alagoano nos anos de 1980. Ao adentrarmos nas questões mais específicas da entrevista, damos continuidade com o questionamento sobre o momento em que elas tiveram uma consciência racial enquanto mulheres negras e a partir disso, nos voltamos para a ACZ, através das articulações para o tombamento da Serra da Barriga, a especificidade do gênero, as participações em eventos feministas e suas principais pautas sob a perspectiva racial e de gênero que naquele período elas pontuavam.

Haja vista a necessidade de um quadro de análise que considere as diferenciações nas narrativas das diferentes pessoas entrevistadas, pois, apesar de partirem de um mesmo ponto – a trajetória dentro de movimentos sociais –, faz-se necessário a análise das intersecções que diferenciam os pontos de vistas dos/as entrevistados/as, as diferentes formas que elas foram perpassadas ao considerar as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, religião etc.

Sobre a nossa ferramenta metodológica reconhecemos que existem limitações da História Oral, pois, levando em consideração as falhas de memória e a seleção de fatos, alguns detalhes podem ser silenciados conscientemente ou inconscientemente. Neste sentido é fundamental considerar outros tipos de fontes, pois reconhecemos a importância da variabilidade de fontes para que possamos enriquecer as narrativas e traça-las, compondo o nosso quadro de análise. Dessa maneira, realizamos um levantamento bibliográfico (livros, dissertações, teses, artigos e ensaios teórico-metodológicos) acerca da luta antirracista em Alagoas no período de 1980-1988, como vimos especialmente no capítulo anterior.

Ao ancorarmos nossa base metodológica através da História Oral enquanto instrumento de análise, dado o momento, apresentaremos os perfis de mulheres negras militantes que participaram e enriqueceram a nossa pesquisa, a respeito das práticas de resistência negra em Alagoas.

3.2 “VOCÊ NÃO SABE O QUANTO EU CAMINHEI PRA CHEGAR ATÉ AQUI”: AS YALODÊS PALMARINAS NA LUTA ANTIRRACISTA EM ALAGOAS

Como uma de nossas práticas metodológicas, propomos a horizontabilidade como uma de nossas ferramentas de modo que, desde o primeiro contato com as entrevistadas até o processo de efetuação das entrevistas, propusemos que essa experiência fosse realizada a partir de uma relação horizontal. Tendo como referência as perspectivas de Carla Akotirene (2014) e Vânia Vasconcelos (2022), ao proporem a oralidade enquanto uma oportunidade de escuta, dando um novo sentido ao fazer pesquisa e enquanto método investigativo, propondo a centralidade da pessoa entrevistada como sujeita de saber, nessa perspectiva, a pesquisadora que é tida como a “detentora” dos saberes, troca de lugar com a pessoa entrevistada, tornando-se aprendiz e acaba por romper com a concepção hegemônica que de forma vertical, imprime que o único e possível sujeito que detém o saber é o/a pesquisador/a.

Pensamos na melhor maneira de entrar em contato com nossas entrevistadas, pois, para além de serem pessoas que seriam entrevistadas, são mulheres que participaram ativamente de um processo histórico e político em Alagoas, na busca pela superação do racismo através de articulações políticas na capital maceioense e em União dos Palmares. Mas, especificamente ao

abordar sobre as mulheres negras da entidade, tratando-se de militantes que aliavam a raça e o gênero como categorias fundamentais para as lutas antirracistas e feministas, algumas das mulheres da ACZ participaram de eventos feministas em outros Estados brasileiros em busca de construir diálogos com outras militantes a respeito da visibilidade do gênero. Antes de fato convidá-las para compor essa pesquisa, buscamos antes de tudo, demonstrar o nosso reconhecimento de suas trajetórias, tanto no que cerne a composição de pesquisas acadêmicas, como ao pontuar as suas experiências enquanto travessias que foram abertas para que hoje, nós mulheres negras mais jovens possamos ocupar, ter acessos e direitos que foram conquistados e que são frutos das que vieram antes de nós – um axé de nossas ancestrais que já se foram e das que permanecem vivas e que seguem sendo referenciais para nós que seguimos na luta.

Pois bem, o tão esperado momento chegou: as narrativas de mulheres negras que atuaram na ACZ nos anos de 1980. Nas próximas linhas apresentaremos a ótica feminina do cenário alagoano com a criação da primeira entidade antirracista em terras palmarinas, sobretudo, através de suas próprias perspectivas que partem desde a infância até vida adulta e atualmente, na terceira idade – sim, elas atuam até hoje a partir de diferentes representações de entidades e pautas de luta – sendo assim, partiremos para as entrevistas realizadas com Ângela Brito, Socorro França e Vanda Menezes, apresentaremos seus discursos, analisando-os de que foram se aproximam e distanciam.

Ao darmos início à nossa entrevista, decidimos por questionar a respeito do momento no qual elas reconheceram a sua negritude. Essa questão em específico foi elaborada ao pensarmos sobre os diferentes contextos que levam uma pessoa a se reconhecer racialmente, tendo em vista que os processos de auto reconhecimento são dissemelhantes entre os indivíduos devido às diferentes experiências vivenciadas. Neste ponto, percebemos pontos em comum entre Ângela Brito e Vanda Menezes, pois, nascidas em famílias que obtinham uma consciência racial e política bem marcada, suas personalidades foram construídas em espaços que de forma positiva delinearão suas subjetividades.

Respeitando o nosso entendimento do respeito aos mais velhos, iniciaremos essa encruzilhada de memórias com Ângela Maria Benedita Bahia de Brito que nasceu no Rio de Janeiro em 1947, formada em Meteorologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em hidrometeorologia, técnica em operações, especializada em Ecologia e Ciências do Ambiente, foi representante das Centrais Elétricas do Sul do Brasil, participou do Projeto de Especificação do Sub-sistema de Hidrometeorologia no Projeto Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação da Operação (SINSC), professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) no curso de meteorologia, foi diretora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

e Indígenas (NEABI/UFAL) e atualmente é professora aposentada da UFAL e articuladora do Observatório de Saúde da População Negra¹¹³.

Apesar de Ângela ser a única que ingressou na ACZ posterior à criação da entidade, no ano de 1982, a “cariolana” – termo utilizado por ela ao referir o seu laço com o Rio de Janeiro, lugar onde nasceu, mas, ao se mudar para Alagoas, a junção dos dois estados para Ângela nos remete o seu carinho por esses lugares que foram tão importantes em sua trajetória – ao responder o nosso questionamento sobre quando ela tomou a consciência de sua negritude, ela afirma o seguinte:

Olha eu sou oriunda de uma família preta. Então eu sou preta, meus pais são pretos, meus antepassados todos são pretos, não tem ninguém branco, nem moreno, nem pardo tá? Então eu não tive esse problema de me ver num referencial é... [pensativa] negro, porque eu sempre fui preta eu sempre fui criada... Embora nós não soubéssemos dentro de uma filosofia africana né, a família era meu pai, minha mãe, meu irmão tá? [...] Então eu nunca tive esse problema de viver numa realidade de não me reconhecer tá? Eu embora vivesse num referencial branco, os conhecidos, os amigos, as melhores amigas... Eu sempre era a única mulher preta no ginásio, eu tive uma colega preta, então ela era minha amiga e é minha amiga até hoje né?! Nos reencontramos e as outras todas são amigas também, mas são brancas, mas nem por isso elas me vem fora de um referencial preto, tá? (Ângela Brito, 2024)

A fala de Ângela, retrata uma infância rodeada de referenciais que desde a sua ancestralidade são formadas por pessoas pretas. Um contraponto à essa realidade é a sua experiência na escola onde ela e uma amiga eram as únicas jovens negras do colégio, mas, apesar de ela reconhecer a desigualdade racial neste espaço, sua formação subjetiva foi construída através de uma cultura negra, sendo importante para a composição de uma consciência política.

Ao pontuar que nunca lhe faltou um referencial negro, Ângela Brito desde os seus dez anos esteve presente na atuação de coletivos negros ao lado de seus familiares, inclusive, juntamente à Abdias do Nascimento, no ano de 1956, ela reforça o seu compromisso com a luta antirracista desde muito nova:

Desde 1956 que eu participo do Movimento Negro, eu tinha 10 anos e já participava junto com meu pai, com minha mãe, com meu irmão junto e com Abdias Nascimento. Nós já participávamos de reuniões na casa de uma amiga minha que até hoje é minha comadre, Sebastiana Arruda, morreu né... mas tem a irmã dela que são madrinhas das minhas filhas gêmeas. Então junto com Abdias Nascimento, nós participávamos das reuniões e tudo e até chegamos a pegar o período de 64, foi um período que Abdias foi preso né? E com ele carregou todo mundo para a prisão, meu pai, minha tia e foi todo mundo preso, mas não tiveram problemas mais sérios, não foram espancados nem nada, minha tia foi solta pouco tempo depois e meu pai ficou um ano preso então é... eu chamo de... [pensativa] naquela época que a gente já tinha um aquilombamento né?! Ele escreveu o livro mais tarde, mas naquele tempo ele já praticava o

¹¹³ As informações foram retiradas da entrevista realizada com Ângela Brito. Sua biografia completa ver em: < <http://lattes.cnpq.br/9876864870437308>>.

aquilombamento. Aquilo que nós fazíamos era aquilombamento, nós recitávamos poesias né, aprendíamos poesias de poetas africanos, então essa dinâmica toda e aqui em Alagoas... (Ângela Brito, 2024)

Ao vivenciar o cenário da ditadura civil-militar e ser diretamente impactada pelo regime devido às prisões de familiares e do próprio Abdias do Nascimento que era uma pessoa próxima à sua família, a ideia de aquilombamento criado pelo intelectual, foi experienciada na prática e mesmo anterior à sua elaboração conceitual, como enfatiza Ângela Brito. Essa experiência coletiva com a militância negra desde a sua infância, foi importante para a constituição de sua trajetória militante e profissional, de modo que as pautas antirracistas foram abordadas em sua área de trabalho, sobre a saúde da população negra.

Como falamos anteriormente, existem compatibilidades narrativas entre as entrevistadas, neste ponto, Ângela Brito e Vanda Menezes aproximam em suas experiências ao relatarem a consciência racial desde muito cedo. Vanda Maria Menezes Barbosa, nasceu em Maceió/AL no ano de 1961, graduada em Psicologia, foi funcionária pública estadual na Segurança Pública do Estado como policial civil e posteriormente perita criminal. Atuou no Movimento Negro e Feminista, foi diretora da Associação Cultural Zumbi (ACZ) entre 1989 e 1991, foi conselheira e representante das mulheres negras no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDIM), presidenta e posteriormente vice-presidenta do Sindicato da Polícia Civil de Alagoas, coordenou o primeiro Comitê de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, inaugurou a Secretaria da Mulher do Estado de Alagoas, formou o Fórum de Entidades Autônomas de Mulheres. Atualmente é aposentada, compõe a Rede de Mulheres Negras de Alagoas e a Coalização Negra por Direitos.¹¹⁴

Vanda Menezes, como é mais conhecida, é uma das militantes negras mais conhecidas do Estado de Alagoas devido ao seu histórico de atividades junto às lutas raciais e de gênero, ao falar sobre sua consciência racial enquanto uma mulher negra, ela relata que a influência de seu pai, um homem negro, fez com que ela desde nova tivesse a consciência de sua cor.

Meu pai me ensinou isso desde pequena, me explicou porque a pele, o tom da pele de onde nós viemos... Meu pai era um homem que nasceu ainda no fim do século XIX e foi criado dentro de um engenho, minha avó era escrava, então assim, ele tinha muita consciência, era um homem que lia muito... Na verdade era um autodidata, ele aprendeu a ler com as filhas do dono do engenho e me ensinou e ensinou a todos os meus irmãos, por que nós tínhamos o cabelo “carpeado” e a pele escura. De onde nós viemos é toda uma trajetória honrosa né, das pessoas negras da nossa família e do país como um todo, então eu tinha essa consciência desde cedo de que eu era uma menina negra. (Vanda Menezes, 2024)

¹¹⁴ As informações foram retiradas da entrevista com Vanda Menezes e dados complementares através do site <<http://www.mulher500.org.br/vanda-maria-menezes-barbosa-1960/>>.

A presença de seu pai¹¹⁵, um homem negro e de sua mãe uma mulher branca, constituiu a “colcha de retalhos” ao definir a sua trajetória. Pois, perpassada por diferentes referenciais, desde a ancestralidade negra de seu pai e por ele ter sido uma presença marcante em sua vida, mas que infelizmente, surpreendida com a sua morte, a figura paterna constituiu o entendimento de sua racialidade através da cor e o cabelo, pontos que foram levantados e dialogados pelo seu pai.

Ao falar de sua mãe¹¹⁶, constatamos que parte do que Vanda Menezes reconhece acerca da importância da luta contra as violências de gênero, sobretudo, através do Movimento Feminista onde atuou desde o início da década de 1980. Mas, porquê relacionamos esses dois lugares, um de afeto e outro de luta política? Importante destacarmos que Vanda Barbosa vêm de uma família “matriarcal”¹¹⁷, tanto por parte materna e paterna, portanto, sua ancestralidade e criação foi toda pautada através da liderança feminina que compôs a sua subjetividade e discursividade a partir de uma consciência política em torno do protagonismo das mulheres.

Num contraponto à consciência racial adquirida muito cedo por Ângela Brito e Vanda Menezes, a nossa terceira entrevistada, Socorro França, têm sua consciência enquanto uma mulher negra através das suas primeiras experiências com o racismo. A nossa terceira entrevistada nasceu em Coruripe/AL no ano de 1951, formada em Enfermagem pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pós-graduada em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública *Sergio Arouca* da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ), especialista em Enfermagem do Trabalho e na Saúde da População Negra, professora Honores Saberes da UFAL na disciplina de Saúde da População Negra. Sua formação política inicia-se na adolescência, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na década de 1980 atuou na Associação Cultural Zumbi (ACZ), foi conselheira e representante da mulher negra no Conselho Estadual do Direito da Mulher (CEDIM), participou da elaboração da Constituinte de 1988, foi superintendente de Gestão da Informação e delegada da 8ª Conferência que formou o Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente é superintendente da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas (SEADES), faz parte da Coalizão Negra por Direitos, Rede de Mulheres Negras de Alagoas, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), presidente da Mulher Trabalhista de Maceió do Comitê Municipal e assessora especial para Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE).

¹¹⁵ Martiniano Barbosa dos Santos, pai de Vanda Barbosa, era filho de negros alforriados, nasceu em 1896 e foi criado no engenho em São Luís do Quitunde/AL. Foi autodidata e também da Marinha Mercadante.

¹¹⁶ Maria Augusta Menezes Barbosa, era descendente de portugueses.

¹¹⁷ Uma família cujo a mulher tem autoridade e liderança.

Diferentemente das outras duas entrevistadas que tiveram referências de suas próprias famílias sobre a questão racial, Socorro França ao tratar sobre si, sua primeira lembrança à leva para a fase escolar onde passou por experiências racistas:

Veja bem... Eu quando cheguei na escola, teve uma época que a escola pública ela estudava a classe média e a classe pobre, quando eu cheguei para fazer o ensino básico, foi quando eu vi que eu era diferente. Eram todos brancos, ricos de motoristas... eu era estudante negra que recebia farda do governo federal, recebia sapato, lápis, entendeu? E assim, a única alternativa que eu tinha para concorrer com eles era estudar, aí eu nunca me senti inferior, nunca me senti inferior porque eu me vingava mesmo era nos estudos, a tirar notas boas. (Socorro França, 2024)

Ao ter que se provar que era uma boa aluna – apesar de sua cor, algo tido como inferior aos olhares de uma escola majoritariamente branca – através das boas notas, Socorro França ao se deparar com àquela realidade, tomou consciência de sua racialidade. Ao realizar as tarefas escolares, suas parcerias de trabalho eram em sua maioria com homens, pois, ela retrata que era bem aceita devido às suas altas notas e por isso, os meninos a aceitavam. Por outro lado, para as confraternizações ela era deixada de lado, por sua condição social e racial.

Eu era a única mulher que eles me aceitavam nesse grupinho para estudar, vestibular... Aí eu não era da classe social deles e depois eu fui ver porque eu não era considerada uma mulher bonita dos padrões, né?! Porque esses meninos eram loiros, ricos, a casa eram as casas que os pais alugavam para eles estudarem aqui em Maceió e eu ia todas as tardinhas para lá estudar, só não ia à noite porque a noite era perigoso naquela época né, há uns 40, 50 anos atrás. Aí hoje eu me percebo que eu continuo não frequentando os mesmos espaços deles, como eu era estudante e gostava muito de física e química, eles me queriam por isso, tá entendendo? Mas nas festas, nas brincadeiras, eu era excluída, mas eu sabia que era por conta da minha condição primeira social né, porque eu morava numa casa muito humilde no bairro bem próximo do CEPA e também pela minha questão racial. (Socorro França, 2024)

Através de sua fala, ao se deparar com a experiência de ser a única jovem negra do grupo de escola, mas que só era aceita devido ao seu bom desempenho e não por ser uma pessoa amigável, a sua condição racial e de classe foi auto refletida, reconhecendo que de fato naquele espaço havia uma reprodução de comportamentos racistas – mesmo que para a época Socorro França não desse o nome, posteriormente ela analisa a sua trajetória e identifica a experiência racista.

Nesse período anterior à criação da Associação Cultural Zumbi (ACZ), essas mulheres partiram através de vivências distintas, mas que de forma interessante uma questão que as une: a resistência. Se de um lado, Ângela Brito – nossa cariolana – em meio à ditadura civil-militar via os seus familiares sendo presos e posteriormente, ela se tornando meteorologista e trabalhando nas Centrais Elétricas do Sul do Brasil em Santa Catarina, Vanda Menezes no final dos anos de 1970 passa no concurso da Polícia em Alagoas ao mesmo tempo em que cursa a

sua Faculdade de Psicologia, Socorro França se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) em meio à influência da cooperativa do grupo da escola em que estudava. Neste sentido, esta “pré” entrada ao movimento negro de Alagoas das entrevistadas foram movimentadas e movimentando-se que elas chegaram até a constituição da ACZ em 1979.

Um fato curioso e ao mesmo tempo sensível, relaciona-se à esse compromisso com a política que Socorro França teve e sobretudo, o seu comprometimento consigo mesma, pois, em meio à ditadura civil-militar ao visualizar seus amigos serem perseguidos e presos, a alternativa necessária para aquele momento era andar armada, como forma de se proteger dos ataques militares.

Foi quando veio o golpe de 64 né, aí a gente parou com essa organização e fomos atuar em outras frentes. A gente recuou, ficamos com medo porque os meninos que tinha mais idade do que eu, foram presos, outros morreram, desapareceram e eu fiquei refém em casa, meu pai não deixou sair mais depois né, foi mais ou menos um mês a gente ficou sem ter aula, aí foi que a gente voltou né, mas com aquele medo. Mas mesmo assim, eu nunca deixei de saber da minha condição né, de ter que me juntar com os outros fracos para ser mais forte, eu me tornei uma menina, na época, violenta... eu não arrumava namorado, eu não queria namorar com ninguém e assim eu era muito violenta, eu andava armada para sobreviver nesse espaço e para não apanhar dos meninos brancos né, aí eu tive que impor o medo em todo mundo. (Socorro França, 2024)

A necessidade de ter uma postura mais violenta é uma prática de resistência devido à um cenário em que todos os alvos estavam apontados para pessoas como Socorro França, sejam homens ou mulheres negras que ao (re)existirem a um projeto necropolítico que assinala quem deve viver ou morrer (Achille Mbembe, 2016). Os caminhos trilhados como o exemplo de Socorro França na ditadura militar, tanto a ACZ no período da redemocratização brasileira, foram estratégias construídas coletivamente e que no cenário alagoano, posteriormente, abriu caminhos para a atuação política antirracista que antes não havia, mas como contra narrativa ao episódio de racismo, foi tecido uma organização pela superação do racismo e na busca por políticas para a população negra.

3.3 A CONSTITUIÇÃO DA ACZ

Ao adentrarmos diretamente no nosso objeto de pesquisa, a ACZ e a perspectiva feminina sobre a entidade, Vanda Menezes relata que a formação da entidade se deu através de um caso de racismo com Marcelino Dantas¹¹⁸ que foi convidado a se retirar do Clube Fênix Alagoana.¹¹⁹

¹¹⁸ Estudante de Medicina, filho de Laura Dantas, uma influente professora alagoana e que em sua homenagem teve seu nome dado à Escola Estadual Professora Laura Dantas da Silva. Ver em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2021/07/07/a-professora-laura-dantas-e-uma-das-maiores-expressoes-da-educacao-em-alagoas>>. Acesso em: 29/01/2025.

¹¹⁹ Não temos dados do dia exato do caso de racismo que aconteceu com Marcelino Dantas.

A partir desse caso, onde homens negros e mulheres negras que vivenciaram de perto esse episódio, juntaram-se e criaram a então Associação Cultural Zumbi. Sobre a sua entrada para a ACZ, Vanda Menezes aborda o seguinte:

Eu fui convidada, se você me perguntar eu nem lembro quem convidou, mas foi na primeira leva da Associação em 1979. A gente se reunia na Praça dos Palmares ali no centro da cidade, era uma coisa simbólica, era ali que aportavam os escravos para serem vendidos na feira, ali era a feira da verdura, o mercado da verdura e surgiu por conta do Marcelino Dantas, um companheiro nosso, após ter sido discriminado no Clube Fênix Alagoana. Ele era estudante de medicina e ele foi convidado para ser ausentado dali porque ele era um homem negro. Houve um levante dos amigos brancos alunos também de medicina e aí Zezito Araújo que era amigo dele e outros companheiros resolveram discutir essa questão, e aí nós formamos a Associação Cultural Zumbi que era de cunho político, discutia a discriminação e racismo em Alagoas. (Vanda Menezes, 2024)

Para Socorro França, ao abordar sobre o ocorrido com Marcelino Dantas, ela levanta um ponto interessante ao relacionar o fato da condição financeira de Marcelino não ser um impeditivo dele sofrer racismo. Mesmo que ele fosse estudante de medicina como todos os outros que estavam no Clube, a sua cor não foi isentada de sofrer discriminação pelos seus “pares”. Em suas palavras, “ele achou porque a família tinha condições financeiras boas, ele iria... foi para baile e lá ele foi barrado não pôde entrar... ele fazia medicina, mas foi para formatura de medicina num clube aqui em Maceió” (Socorro França, 2024). Esse caso de racismo impactou os seus amigos e pessoas próximas, desse modo foi visto a necessidade de uma articulação negra antirracista para denunciar casos como o de Marcelino Dantas.

Aí a gente se reuniu, cinco pessoas: eu, Zezito, Fátima, Vanda e Silvete... A gente se reuniu né e começamos. Aí quando a gente criou a Associação pra poder denunciar, a gente discutiu de várias formas, a Associação ela durou né, ela durou assim... ela durou o suficiente. Eu diria até isso. (Socorro França, 2024)

Sobre a ACZ, tanto Vanda Menezes quanto Socorro França falaram sobre esse marco do início da entidade, por serem pioneiras na criação do movimento. Neste momento, vemos um conflito de ideias, pois, Vanda afirma que Socorro só entra na ACZ posteriormente, por outro lado, Socorro diz que desde o ano de 1979 esteve presente na construção da ACZ. Esse conflito de ideias parte de questões ligadas à memória, sobretudo, ao que se hoje tem de lembrança do período em questão e relativo ao que se de fato é verídico, nos transportarmos ao reconhecimento de que a memória pode estar propensa aos esquecimentos. Neste sentido, nos detemos ao que de fato essas mulheres construíram com a ACZ como forma de visibilizar as suas trajetórias e que apesar de serem minoria quantitativamente com relação aos homens, compuseram a entidade e além de suas participações, somaram nos objetivos e nas ações realizadas pelo coletivo. De acordo com Vanda Menezes a respeito sobre a presença feminina

na ACZ, ela diz que: “éramos poucas mulheres para o número de homens né? Mas não havia essa coisa de quem chegou primeiro de quem chegou depois, havia esse respeito né de quem fundou e tal, mas tinha uma harmonia muito boa” (Menezes, 2024).

Posterior à criação do movimento negro de Alagoas em 1979, Ângela Brito que só entra na entidade três anos depois, devido ao seu deslocamento do Rio de Janeiro para Alagoas a um convite de trabalho, com a implantação do curso de meteorologia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), onde ela passou a trabalhar, ao mesmo tempo, Ângela tinha acabado de ficar viúva. Essa mudança de localidade além de ter sido um impacto significativo, tendo em vista que o Rio de Janeiro foi o lugar onde ela nasceu e cresceu, ela diz que esse foi um período instável, devido à perda de seu cônjuge e conseqüentemente pela falta de uma rede de apoio com sua recém-chegada em Alagoas.

Embora eu tivesse um trabalho muito bom, eu digo que eles pagavam meu peso em ouro, as centrais elétricas do Sul do Brasil. Recebia muito bem, morava numa casa muito boa, mas tava perdendo juízo né, porque a referência sempre foi meu marido e era branco... Pra você ver a diferença, era branco, engenheiro muito conceituado e morreu assim... Ficou doente um ano, morreu, então eu... eu me vi assim numa situação. Embora ninguém nunca me interpelasse nada, mas eu não me sentia bem, então eu aceitei o convite, embora recebesse menos, embora não tivesse lugar para morar, mas eu aluguei uma casa e me enfiei dentro com minhas filhas e foi o que valeu, foi o que me reergueu moralmente. Eu senti muito, então eu cheguei aqui em 82 e fui pro curso de meteorologia, eu trabalhava de manhã, tarde e noite, porque eu não podia parar de trabalhar, senão parava de receber e era um regime assim, eu ainda não era concursada, então eu fazia curso de verão, pessoal abria curso de verão. – imagine a UFAL um curso de verão no calor – Não era nessas salas maravilhosas, um calor e eu acostumada em Santa Catarina. Mas assim mesmo eu ia, dava minhas aulas. Então... em 1982 eu fiquei nesse regime direto, direto, direto... modo contínuo. E aí fiz concurso, entrei e ficou mais calmo, em 1983 ficou mais calmo. Eu passei a ter 40 horas com dedicação exclusiva. (Ângela Brito, 2024)

Aqui vemos um padrão de narrativa que se diverge das outras entrevistadas devido à mudança de estado e família, algo desestabilizador diante do cenário experienciado por Ângela Brito. No entanto, com a sua chegada em Alagoas no ano de 1982, ela é convidada por uma de suas alunas, Silvete Galdino¹²⁰, para conhecer o movimento negro de Alagoas:

Eu tinha uma aluna que era do curso né de meteorologia que era parda, minha amiga Silvete Galdino, eu conversava com ela e ela disse assim: “Que ir em uma festa?” eu disse assim: “festa de quê?” daí ela “festa do movimento negro daqui de Alagoas” e eu tava totalmente por fora de qualquer processo né, porque eu não tinha tempo. Aí fui à festa, conversa para lá e conversa para cá, aí conheci todo mundo e fui convidada para ir participar das reuniões e fui para as reuniões, passei a frequentar as reuniões e assim eu comecei a me engajar. Aí comecei a escrever projetos, aí viram que eu era boa para escrever, então me pegaram com unhas e dentes né? Eu escrevia todos os projetos e naquela época e gente ía caminhando né, então peguei o tempo de 1982 para cá. A Associação Cultural Zumbi já estava alicerçada ao NEAB – era NEAB,

¹²⁰ Silvete Galdino (*in memoriam*) foi uma das integrantes da Associação Cultural Zumbi.

não era NEABI – eu continuei ajudando o pessoal escrevendo projeto e assim foi minha entrada no movimento negro de Alagoas. (Ângela Brito, 2024)

Ao falarem sobre suas primeiras experiências ao adentrarem na ACZ, ambas as entrevistadas já abordaram a proposta da entidade e o que ela veio a desenvolver ao longo de sua existência. Como já falamos no segundo capítulo, a ACZ propunha inserir na sociedade alagoana a discussão social, política e cultural em torno da questão racial, experiências que aliavam a academia, escolas públicas, terreiros religiosos e sociedade civil, a fim de estabelecer diálogos entre as diferentes esferas sociais para além do eixo acadêmico, pois, considerando o NEAB como um influenciador nas atividades da ACZ e sendo este núcleo vinculado à UFAL, havia-se a possibilidade de uma retenção da entidade para com o espaço acadêmico, mas ao contrário dessa probabilidade, o NEAB tornou-se um grande impulsionador para a realização das atividades da ACZ junto à sociedade civil.

A respeito do caráter político, pedagógico e educador da ACZ, nossas entrevistadas relatam o papel fundamental da entidade no que cerne à desconstrução de datas alusivas ao povo negro. A exemplo do 13 de maio, na década de 1980 havia-se um entendimento de que a abolição da escravatura foi uma conquista da Princesa Isabel – não estamos dizendo que nos dias atuais não exista esse discurso à respeito da data em questão, mas com as mediações dos Movimentos Negros para a construção de debates voltados à população afro-brasileira, houveram avanços nos diálogos sobre a luta e resistência dos escravizados/as na busca por liberdade e que a partir dessa articulação, a instituição escravista foi “findada”.

Essa é uma das características da ação dos Movimentos Negros conforme o seu compromisso com a educação, sendo essa uma das bases primordiais para a construção de uma sociedade igualitária e, portanto, antirracista. A desconstrução de datas relativas aos povos negros e indígenas fazem parte da proposta de intervenção política-pedagógica que inclusive, a ACZ se propôs a fazer. Esse é um dos pontos que narrativamente nossas entrevistadas se aproximam mediante a menção à essa ação da entidade nas escolas públicas e privadas de Maceió e em União dos Palmares, como forma de viabilizar o debate sobre a história afro-brasileira e a perspectiva do legado palmarino. Acerca das atividades político-pedagógicas realizadas pela ACZ, Ângela Brito afirma o seguinte:

Nós tínhamos um projeto nas escolas já naquela época antes da lei 10.639 de 2003, muito antes né. Nós naquela época só éramos chamados no 20 de novembro, mas nós trabalhávamos para fazer essa ponte com as escolas no 20 de novembro. A gente conhecia professoras, elas nos conheciam e nos convidavam para ir fazer palestra, naquela época era somente 20 de novembro ou 13 de maio, aí sim era uma loucura, mas nós aguentamos e suportávamos. Fazer palestra, de manhã, tarde, noite, a hora que cada um podia ir, então foi essa a situação que eu encontrei... O professor Zezito por ser muito conhecido, ele se mobilizava como professor da Universidade, professor

negro, preto né... e depois eu também fiquei conhecida porque na Universidade, na época que era do movimento negro, eu não era a única preta do Movimento Negro, mas que era do Movimento Negro era eu, então também era só puxada pra entrevista, palestra, tudo isso... (Ângela Brito, 2024)

Ainda sobre a articulação da ACZ nas escolas, Vanda Barbosa se aproxima do discurso de Ângela Brito ao pontuar o exercício da entidade em desfazer determinadas abordagens de cunho racista e promovendo a discussão sobre a condição da população negra, seus avanços e desafios.

A gente sempre trabalhou no campo político de reivindicações e de trabalho, como desfazer o 13 de maio para o 20 de novembro nas escolas, o que se faz hoje na 10.639 a gente fazia antes dela existir nos anos 80 né? A gente entrou em todas as escolas particulares que é uma coisa para mim grandiosa que a gente fez e pública também, para fazer palestra desfazendo o 13 de maio e imprimindo o 20 de novembro como um dia importante para o povo negro brasileiro. E, a gente fez tudo isso nos anos 80 com Associação Cultural Zumbi, o nosso cunho era de transformação, de conscientização das pessoas negras com relação à sua condição de subalternidade e de que nós tínhamos direitos. Nós vivíamos num país forjado no privilégio e que éramos nós a marginalidade que ficava a margem desses privilégios e que a gente precisava conscientizar a população negra, para que a gente pudesse transformar essa sociedade numa sociedade onde a equidade fosse a igualdade entre homens e mulheres e a equidade entre negros e brancos fosse realizada que é o nosso projeto de nação né? (Vanda Menezes, 2024)

É fundamental a reflexão que se a ACZ é, portanto, a primeira entidade negra articulada no Estado de Alagoas, quais eram as referências negras nas escolas alagoanas? Esse é um questionamento que nos é perpassado no sentido de que surge da própria ACZ o interesse em realizar os projetos de intervenção nas escolas, como o Projeto Palmares que apresentamos anteriormente no primeiro e segundo capítulo. Considerando o cenário da década de 1980 um período fértil para o fortalecimento dos movimentos sociais, o nascimento da ACZ em 1979 surge como uma referência própria, alagoana, tanto para a resistência negra política quanto como um catalisador que movimentou os debates, atividades e intervenções que refletem em conquistas de modo que até os dias atuais são reconhecidas e tornadas referências para as gerações seguintes que lutam pela superação do racismo.

Antes da lei [10.639/03]¹²¹, a Associação Cultural Zumbi já imprimia a lei na prática e a gente fazia isso porque a gente tinha que estudar. E eu ía me tremendo, eu tremia feito vara verde porque era eu sozinha para dar a palestra sobre “Como desfazer o 13 de maio” e para isso a gente tinha que estudar. Então a Associação foi um local de muito aprendizado, aprendizado da forma totalmente descolonizadora do que tava escrito nos livros e isso tem que se dar valor. (Vanda Menezes, 2024)

¹²¹ Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Ver em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: 29/01/2025.

3.4 A TRAJETÓRIA PARA O TOMBAMENTO DA SERRA DA BARRIGA

Como ponto alto da atuação da ACZ em Alagoas, de fato, foi a constituição do Conselho do Memorial Zumbi como ponte para o tombamento da Serra da Barriga, o cunho político centralizador do movimento negro alagoano em busca do reconhecimento do legado palmarino fez com que, como consequência, outras questões fossem desenvolvidas a partir da ACZ. Como abordamos, a criação do Memorial Zumbi fruto da articulação da ACZ, foi constituída com o intuito de se tornar um lugar de preservação da memória, do solo sagrado e sobretudo, de se tornar um referencial nacional do marco história da luta pela liberdade da sociedade do Quilombo dos Palmares.

Neste quesito, Socorro França ao elaborar sobre o laço entre a ACZ e o Memorial Zumbi, ela afirma que “se não fosse a ACZ, eu não sei como é que faria o Memorial Zumbi, eu não sei como é que ia crescer esse negócio, porque você vê que tudo tem que ter o primeiro passo, nisso você vê a importância da ACZ enquanto movimento negro” (Socorro França, 2024). O Estado de Alagoas sendo o berço de Palmares e tendo os integrantes do movimento negro alagoano os pioneiros ao subirem até a Serra da Barriga, desde a iniciativa da subida à Serra até a busca pela construção do Memorial Zumbi, de fato foram ações prósperas que tiveram resultados positivamente mas, como todo e qualquer movimento social, eles enfrentaram obstáculos.

É uma luta, uma luta que a gente conseguiu por conta de já ter estabelecido o Conselho do Memorial, era uma reunião anual com muitos intelectuais, com muitos militantes do Brasil inteiro, com muitos profissionais né, você tinha Joel Rufino, tinha Dulce Pereira que até hoje é chefe de gabinete do ministério das mulheres, Carlos Moura, Zezito Araújo aqui na Universidade... Muitos profissionais que deram esse aporte né? A maquete por exemplo, Dulce fez uma maquete com uma arquiteta, Niemeyer nos deu de presente que era amigo de Joel e foi muita luta política, muita luta política para provar por A mais B que aquele lugar é um solo sagrado, um lugar de preservação que não podia ficar na mão de dois usineiros que era o João Lira e o Lula Pinto. Zezito levou muito tiro de soca tempero e a gente atrás dele para não deixar ele ameaçado e tudo mais porque a gente tinha que fazer a topografia, fazer todo o trabalho de mapeamento da Serra para poder entrar a SPHAN, o Patrimônio Nacional e tudo mais, eu fui testemunha da entrega do Memorial Zumbi. (Vanda Menezes, 2024)

Esse “provar por A mais B” reforça os obstáculos que ACZ e os envolvidos na Serra da Barriga tiveram ao comprovar o porquê a construção do Parque Memorial Zumbi era importante e de que forma ele poderia contribuir com a sociedade local e nacional. Essa é uma das premissas que os militantes do movimento negro alagoano procuraram enfatizar, sobre a importância de não transformar o solo sagrado em mero objeto turístico, algo discutido no segundo capítulo.

Com a mobilização da ACZ para a realização do I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares, a principal questão adotada pelos militantes e intelectuais que estiveram presentes, reforçam a problemática de vislumbrar a Serra da Barriga enquanto um local turístico, pois, dessa forma desconsidera toda a trajetória história dos mocambos que formaram uma sociedade alternativa¹²² na busca de uma realidade cotidiana onde a escravidão era inexistente, onde de fato existiu uma democracia racial (Gonzalez, 2020). Em nossa entrevista com Ângela Brito, ela ressalta que foi necessário a realização de um documento que apontava os motivos para o tombamento da Serra da Barriga. Em sua fala:

Eu participei desse estudo porque antes do tombamento, eles exigiram que nós fizéssemos um estudo, uma exposição de motivos para o tombamento da Serra da Barriga. Inclusive essa exposição foi custeada pela Universidade, então com o aval da Universidade, a Universidade pegou topógrafos e todos os profissionais geólogos de outras universidades, inclusive a Universidade de Alagoas, parte histórica, historiadores, pessoal do serviço social, eu como meteorologista, fomos e fizemos esse trabalho. Um trabalho de pesquisa muito intensa e profunda que quase não tínhamos material, então esse estudo preliminar serviu para o tombamento. Nós fazíamos a... [pausa] a mobilização de todo o Brasil, de Amazonas ao Rio Grande do Sul, então foi o movimento negro de Alagoas quem alavancou esse tombamento da Serra da barriga, porque...eu era diretora do NEAB, eu escrevi uma carta, lógico, com o aval de todo o pessoal do movimento né, eu escrevi uma carta e enviei para todos os outros movimentos do Brasil que nós conhecíamos e aí eles iam indicando outros... (Ângela Brito, 2024)

O interessante é imaginar o quanto o solo da Serra da Barriga já era reconhecido pelos integrantes da ACZ como um local sagrado, apesar do espaço estar totalmente tomado pelas matas. Com a dificuldade natural devido ao acesso quase que inacessível, a entidade buscou reforços junto à Universidade Federal de Alagoas, movimentos negros de outros estados e bem como, intelectuais contemporâneos àquele momento como forma de buscar recursos que viabilizassem o acesso à Serra da Barriga quanto o seu tombamento e desapropriação. Figuras como Abdias do Nascimento, Joel Rufino, Carlos Moura, por exemplo, foram importantes para o questionamento da perspectiva mercadológica/turística voltada à Serra da Barriga como de fato inicialmente foi pensado pelo Projeto Zumbi, criado pelo Estado de Alagoas, aliado ao Projeto Rondon e a empresa de turismo EMATUR.

A criação do Conselho Geral do Memorial Zumbi, o tombamento da Serra da Barriga e a construção do Parque Memorial Zumbi, foram eventos importantes tanto para o movimento negro de Alagoas quanto para os movimentos de outros estados. O que faz com que compreendemos a importância da ACZ nas terras alagoanas e a sua articulação com outras

¹²² Onde negros, índios e brancos fossem considerados a partir daquilo que os torna iguais – sua humanidade – e organizados a partir dos critérios democráticos com a justa distribuição dos frutos do seu trabalho. (Gonzalez, 2020, p.197)

entidades, sindicatos, universidades e organizações federais, municipais e estaduais, se aliando para a emergência da discussão sobre a história do povo negro.

A proposta de nossa entrevista teve como intuito de seguir um fio condutor que iniciasse do lugar social das entrevistadas, passando pelas suas participações nos movimentos, em especial na ACZ, suas relações com os/as militantes/as em Alagoas, a constituição do Memorial Zumbi, as atividades e eventos que a entidade desenvolveu/participou na década de 1980, o tombamento da Serra da Barriga e a sua desapropriação. Essas informações foram importantes para obtermos um conhecimento maior acerca da ACZ, sobretudo a partir de narrativas de pessoas que vivenciaram o contexto e experienciaram determinados eventos juntos à entidade e paralela a ela.

3.5 O PAPEL DA MULHER NEGRA NA ACZ E A IMPORTÂNCIA DOS ENCONTROS FEMINISTAS NEGROS

Considerando as suas especificidades enquanto mulheres e negras que debruçaram as suas vidas na militância antirracista e feminista, alinhando suas perspectivas em suas áreas profissionais, buscamos através das narrativas do recorte racial e de gênero das entrevistadas, analisar de que forma as mulheres negras tanto na ACZ quanto em suas experiências com outros movimentos eram tratadas, sobretudo, as suas vozes, questionamentos, práticas e ideias. Deste modo, ao inclinarmos nossos olhares para essas particularidades, abrimos um leque de questões que poderão ser analisadas e problematizadas, com o intuito de promover um debate crítico conforme os levantamentos das entrevistas que inclusive, se assemelham aos das mulheres negras do primeiro capítulo, de modo que, esse grupo se expressava através dos coletivos e eventos na década de 1980, através de suas demandas e críticas aos movimentos negros e feministas.

Inicialmente, ao questionarmos se havia algum tratamento diferenciado entre os membros da ACZ para com as mulheres da entidade, prontamente as entrevistadas negaram que houvesse algum tipo de preconceito estabelecido entre os homens para com as militantes. Por outro lado, ao serem questionadas sobre os eventos que participavam, Socorro e Vanda, em especial, abordaram em suas narrativas os seus pontos de vista a respeito do machismo presente no Movimento Social Negro e de que forma elas viam esses comportamentos e conseqüentemente, as suas discordâncias acerca dessas atitudes. Destacamos neste momento as entrevistadas Vanda e Socorro devido às suas maiores participações em eventos para além dos promovidos pela ACZ em Alagoas, pois, ao tocarmos nesse tópico referente às formas em que

os homens se relacionavam com as mulheres da entidade, Ângela Brito afirma que havia uma parceria e bom relacionamento com os homens da ACZ.

Eles também participavam conosco porque também eram força de trabalho, havia muito respeito, brincávamos muito, saíamos e passeávamos muito, mas sempre naquela relação boa, naquela discussão boa e saíamos para fazer panfletagem de madrugada. De madrugada e eles sempre nos apoiando, sempre conosco, porque a Associação não era só de mulheres, éramos todos né? Sempre foi uma relação muito boa, conversas boas e nunca houve divergência. (Ângela Brito, 2024)

Por outro lado, quando abordamos sobre as relações femininas no movimento negro alagoano, Ângela Brito aborda uma diferente perspectiva em comparação com as relações com os homens da entidade, pois, ao tratar sobre a convivência com as mulheres, ela reconhece a importância das divergências e que isso era natural.

Era uma relação normal, divergência a gente tinha, discutia, mas nada muito grave nem gravíssimo né? Divergência todo mundo tem, pensamentos diferentes, cabeças diferentes, mas chegávamos ao mesmo final. Nós discutíamos com elegância, nunca dizíamos palavrão, nos respeitávamos muito, era uma relação muito boa, divergíamos de algumas coisas, mas sempre chegávamos a um consenso com relação à associação, não era assim nada gritante nem que chamasse atenção não. (Ângela Brito, 2024)

Em todas as entrevistas, as militantes da ACZ abordaram que a boa relação se mantém até os dias atuais. Felizmente, após a cisão da ACZ, os/as militantes seguiram suas trajetórias voltados para a luta antirracista, atuando de formas variadas, dando continuidade ao que a ACZ teve como proposta ao denunciar o racismo e promover a discussão sobre as relações étnico-raciais de forma positiva.

Através de nosso levantamento bibliográfico juntamente ao cruzamento com as nossas fontes orais, percebe-se que de fato havia uma boa convivência na relação entre os/as militantes palmarinos, seja na boa aceitação de ideias e propostas, bem como nas pautas levantadas. Acreditamos que os momentos que se destacam nesse aspecto de conflitos entre os integrantes é com a primeira ruptura em 1984 quando um dos integrantes saiu da ACZ e formou o “Filhos de Zambi” mas que somente durou cerca de dois anos e consideramos que a própria cisão da ACZ ao sobrecarregar a última diretora da entidade, Vanda Menezes, fez com que de fato não houvesse naquele momento o movimento alagoano não desse continuidade.

Mas, não podemos desconsiderar a diferenciação quantitativa da presença de homens negros com relação à minoria quantitativa de mulheres negras na ACZ e, apesar desse fato não ter sido um empecilho para a participação feminina nas decisões da entidade, posteriormente, na segunda metade da década de 1980, algumas das mulheres que atuavam na ACZ viram a necessidade da participação e colaboração em eventos/encontros feministas voltadas às demandas femininas, inclusive, na criação da Jornada da Mulher Negra alagoana que só

acontece no ano de 1988 em Maceió/AL e na tentativa da criação da União de Mulheres Negras de Maceió.

Ao pontuarmos a necessidade das mulheres em buscar outros espaços para além dos que já ocupam, refere-se às outras possibilidades de lugares em que suas contribuições são consideradas fundamentais para o enfrentamento das dinâmicas raciais e sexistas que assolam o cotidiano de mulheres negras historicamente. Não estamos afirmando que existiu um silenciamento perante o lugar da mulher negra alagoana na ACZ, mas, ao recordarmos do primeiro panfleto da entidade, no qual consta a busca pela “necessidade dos negros alagoanos organizarem-se para combater a discriminação racial em nosso Estado, visando à valorização do Homem Negro”, compreendemos que a partir dessa nota o discurso foi constituído sob a perspectiva da figura do homem negro, com ênfase à sua valorização.

Segundo Eni Orlandi (2015), linguista e pioneira na análise do discurso na década de 1970 no Brasil, a análise do discurso não se trata da linguística ou gramática – embora isso também importe – a análise do discurso¹²³ trata-se da “palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (2015, p.15). O discurso utiliza da linguagem enquanto mediador entre o homem e a realidade natural e social (Orlandi, 2015), sendo esta uma forma de transmitir ao espectador uma comunicação imbuída de posicionamentos, intensões, conflitos, ideologias e poder, “conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos” (2015, p.17).

O discurso é interpelado pelo sujeito, especialmente pelo seu lugar social, ideologia, política etc, esse conjunto de fatores se formam e constituem o que chamamos de discurso. Ainda de acordo com Orlandi, “como diz Pecheaux, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que faz sentido” (Orlandi, 2015, p.17 apud Pecheaux, 1975).

É através da análise do discurso emitido pelo sujeito que poderá se perceber quais as finalidades daquele sujeito e o que ele quis dizer em seu enunciado. O fato é que o dizer do indivíduo e o sentido que ele dá para as palavras, certamente estão ligados à Formação Discursiva da qual ele faz parte. (Marinho, 2019, p.38)

¹²³ A análise do discurso (AD) surgiu nos anos 60, na França, e como o nome deixa claro, o seu objeto de estudo é o discurso. Durante esse período, o cenário da política francesa estava em efervescência, as disciplinas teóricas, como o estruturalismo e o gerativismo, estavam desestabilizadas e como resultado desse período conturbado surge a Análise do Discurso Francesa, quando o filósofo Michel Pêcheux, influenciado pelos estudos de Althusser, pensa em uma teoria de análise do discurso. A AD promoveu uma quebra no que vinha sendo proposto naquela época, tanto política como linguisticamente. O que se tinha até aquele momento eram os estudos estruturalistas e a gramática gerativa, que não levavam em conta a exterioridade do texto e nem o sujeito que enunciava. Esses estudos eram focados apenas na frase, naquilo que estava posto. (Marinho, 2019, p.35-36 *apud* ORLANDI, 1999).

Analisando em perspectiva do panfleto da ACZ que de forma explícita constrói um discurso voltado para a ênfase do homem negro, consideramos que, naquele momento de constituição da entidade, a discursividade do grupo estava interpelada por uma narrativa masculina, tendo em vista que, o movimento era composto, em sua maioria, por homens. Considerando que havia uma preferência discursiva e política ao propor o homem enquanto principal categoria, isso, de fato, não faz com que não consideremos a narrativa de Ângela Brito quando ela afirma que havia uma boa relação entre os integrantes da ACZ, havendo um respeito mútuo, nas conversas cotidianas e nas tarefas realizadas durante a madrugada. Isso significa que reconhecemos que o espaço de comunicação da ACZ pode, de fato ter sido amistoso, mas quando retornamos aos primeiros anos do movimento, é nítido que a construção dos cartazes sobre a entidade foi criada em torno e exclusivamente do homem negro.

As pontuações de Vanda Menezes e Socorro França em contraponto ao discurso de Ângela Brito divergem-se devido às experiências em eventos/encontros feministas em outros Estados que proporcionaram a elas, vivências com outras mulheres e com diferentes discursos e perspectivas de militância feminista somada à questão racial. Desse modo, constatamos que na fala de Ângela Brito, há poucas menções sobre os eventos feministas da época porque a própria não tinha como se deslocar para essas atividades devido às obrigações de trabalho e casa. Questionada sobre alguns eventos importantes no ano de 1988 em Alagoas, como a Jornada da Mulher Negra Alagoana e com o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, Ângela afirma o seguinte:

Olha, eu não participei desse momento não, porque eu era do NEAB, não tinha tempo e era professora também, não sobrava tempo. Mas eu tomei consciência, tomei notícia, conhecia, mas não participava, quem participou foi a Vanda Menezes. A Vanda Menezes sempre foi muito atirada, atirada no bom sentido né? [risadas] ela gostava muito dessa... dessa movimentação, então ela foi. Eu me lembro que ela comentava e aí que ela se projetou bastante junto com o pessoal do Rio e de Brasília. (Ângela Brito, 2024)

Dentre as entrevistadas, a Ângela Brito foi a que menos teve contato com outros movimentos, inclusive feministas naquele período, devido às suas obrigações pessoais. Mas, o que nos chama atenção em sua fala é que em comparação com a relação dos homens para com as mulheres ela define como algo tranquilo, pois não haviam divergências, porém, ao apresentar as relações femininas em seu discurso, destaca as divergências entre elas. Deixamos claro que não consideramos as divergências apontadas como algo negativo, pois entendemos que as diferenças de ideias, perspectivas e comportamentos são importantes para a solidificação de um movimento que propõe uma equidade racial, portanto, considerar os diferentes pontos de vista torna-se essencial quando se trata de um coletivo. Acreditamos ter sido uma experiência

divergente para com as outras entrevistadas e que destoa quando se apresenta essa diferenciação de relacionamento.

A nossa proposta de trabalho visa compreender através da análise das entrevistas, as experiências constituídas nas relações entre os membros da ACZ e conseqüentemente, com o recorte de gênero, para que tenhamos um quadro de análise crítica a partir das especificidades encontradas nesse núcleo. Através das diferenciações das experiências das entrevistadas, ao questionarmos especificamente a questão da mulher negra no Movimento Negro e no Movimento de Mulheres Negras, Socorro França fala sobre o seu olhar quando entra na ACZ e tem o contato com as entidades de outros lugares.

Quando a gente entra na ACZ, a gente já tem contato com o mundo, com tudo que tá acontecendo no Brasil. Aí a gente encontra muita gente, maioria homens, sempre a maioria homens e as mulheres eram o mínimo possível... assim mesmo elas levavam... não eram mulheres jovens, eram mulheres levando seus filhos, eram mulheres que realmente já tinham essa consciência da necessidade da organização. Eram professoras, empregadas domésticas, tudo mulheres assim... calejadas né? Como diz a história, aí a gente percebeu no movimento negro a questão do homem, a diferença do homem e da mulher lá dentro, porque a maioria dos homens iam, por isso que não tinha muita mulher, e a esposa ficava em casa mesmo sendo negra. Foi aí que surgiu o Movimento de Mulheres Negras. (Socorro França, 2024)

Ao ver essa diferença quantitativa na baixa participação feminina com relação ao número considerável da presença masculina nos Movimentos Negros, de certo modo, nos aparenta que este relato de Socorro França nos remonta ao que ocorre em outras entidades quando as mulheres negras buscam um espaço que considere as suas demandas. Especialmente sobre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988, na cidade de Valença no Rio de Janeiro, Socorro França teve a oportunidade de experienciar esse momento histórico para o Movimento de Mulheres Negras, tendo em vista que esse encontro demonstrou, na prática, o poder de articulação das mulheres independentes do Movimento Negro, pois apesar dele ter sido fundamental para a participação política de mulheres negras é a partir dele que elas ganham impulso e intensidade para a criação de um movimento próprio, que dialogasse diretamente com suas próprias identidades, sem interferências.

O primeiro Encontro de Mulheres Negras do Brasil aconteceu em Valença, no Rio de Janeiro, alguém botou o nome e não foi, acabou eu indo. Foi em 1988... 87... foi em 1988, porque eu estava presente, tava Leci Brandão, Lélia Gonzalez, no dia que morreu a Clementina, estava Dona Ivone Lara, a Camila Pitanga era pivetinha... Tava o Pitanga, pai dela, eu lembro do Ailton Graça... Era jovem, bonito, aquele menino era muito bem feito e bonito, bem jovem. Eles não foram pro encontro, eles foram deixar alguém, porque foi assim: nós fechamos o hotel no clube de engenharia de Valença para fazer o encontro com 600 mulheres, menina... aí houve oficina de mulheres, as cinegrafistas eram mulheres, as fotógrafas eram mulheres, o restaurante era servido por mulheres, não tinha homens de jeito nenhum [...] Mas assim, o

movimento de mulheres negras foi necessário para poder a gente se organizar e discutir a nossa pauta feminista. (Socorro França, 2024)

Para Vanda Menezes que também esteve nesse encontro, a experiência foi inesquecível e marcante, tendo em vista que o evento mostrou uma organização em nível nacional manifestando a emergência de um movimento específico como resposta às inúmeras opressões vivenciadas e ao mesmo tempo demonstrando a insatisfação devido à invisibilidade negra feminina em outros movimentos sociais que possuem em seus posicionamentos uma falsa ideia de apoio à este grupo.

Foi uma experiência fantástica. Vânia Santana¹²⁴ era uma das mulheres que estavam à frente, Santinha, Maria José... a gente já perdeu Malu e a Zezé já se foram. Foi em Valença, foi a discussão das mulheres negras no país. O projeto de nação que nós queríamos... muitas oficinas sobre as nossas questões da sexualidade e da violência contra mulheres, tinha muitas mulheres lésbicas e essa violência, as mulheres lésbicas na época era muito forte... Sandrão que hoje mora na Alemanha, foi o pontapé para a organicidade das entidades mulheres negras no país, a gente já tinha rompido no norte e nordeste com os homens negros porque eles não queriam discutir, diferente da Associação Cultural Zumbi. Quando a gente ia para outros espaços, o poder era deles e a gente sempre ficava na lista de lavanderia e a gente quis quebrar isso e começou a nossa luta para a Organização das mulheres negras no Nordeste e com esse encontro a gente fecha a questão. Eu fui pro primeiro, pro segundo em 1991 na Bahia, o terceiro foi em Minas, e só faz agora em 2018, 30 anos depois em Goiânia que eu também participei da organização, porque o primeiro não participei da organização mas foi um espaço de reflexões e de muita briga também, muitas divergências, inclusive com Lélia, mas a gente conseguiu tirar ali a necessidade de organização das mulheres negras no país inteiro sabe? Apartada do movimento negro misto. (Vanda Menezes, 2024)

Com o final dos anos de 1970, a década de 1980 foi um período na história que simboliza a reorganização da sociedade brasileira, sobretudo, dos movimentos sociais em busca de uma realidade democrática. No caso do Movimento de Mulheres Negras que teve como base o interior do Movimento Negro pois, é nesse espaço que se construíram diálogos e estratégias tendo como raça enquanto principal categoria de luta, com a presença de homens e mulheres negras que buscavam por um projeto de nação que reconhecesse a condição negra na sociedade brasileira, diante dos séculos de exploração e no pós-abolição com a manutenção de valores coloniais imbuídos de perspectivas racistas baseado na exclusão social da população negra. Com a criação do MNU – apesar do “unificado” em seu nome, houveram a constituição de diversos movimentos negros, entidades, grupos, associações que correspondiam ao que o MNU sugeriu – militantes negros e negras aliaram as suas pautas raciais mostrando a existência de um pós-abolição não sucedido.

¹²⁴ Historiadora e militante negra do Rio de Janeiro.

Com a solidificação do MNU na década de 1980, houve a crescente dos grupos de mulheres negras pelo país para além do eixo sul/sudeste, demonstrando que as regiões norte/nordeste também estavam se articulando e criando redes de comunicação e articulação entre os diversos eventos feministas. Dentre eles, o I Encontro Nacional Feminista em 1988 foi pensado no IX Encontro Feminista de Garanhuns/PE no ano anterior, em 1987, um momento decisivo no qual foram discutidas as necessidades e motivações de um encontro próprio, sob a perspectiva da mulher negra.

Eu acho que isso foi uma das coisas mais importantes, porque eu acredito que mesmo dentro da Associação Cultural Zumbi e posteriormente Movimento Negro, as mulheres negras que participavam desses movimentos também tinham suas pautas, isso eu acho que o Encontro Nacional também serviu muito para alinhar um pouco essa questão do movimento negro e visibilizar mesmo a mulher negra. Porque na verdade quando a gente começa na Associação, tudo é muito genérico, tudo é muito geral sabe? E que claro, atingia, mas você não fazia o recorte de gênero, a gente fazia tudo igual, a questão racial e policial era mais com os homens e até hoje, o feminicídio é uma coisa doméstica, é muito mais doméstico, até hoje entendeu? Então quando a gente sente a necessidade da discussão sobre nossos corpos, principalmente na questão do aborto, na questão dos direitos sexuais e reprodutivas, aí começa a confusão dos espaços de poder que a gente já discutia isso de estar na mesa, de ser ouvida e foi aí que a gente quebra, foi aqui em Maceió no Encontro do Norte e Nordeste que a gente faz reunião só das mulheres negras discutindo exatamente essa discriminação dos homens negros. (Vanda Menezes, 2024)

A necessidade de uma organização pontuado por Lélia Gonzalez nos anos de 1980 e também destacado na fala de Socorro França, onde, por meio da mobilização das mulheres negras, foi colocado em evidência as demandas do grupo e principalmente, a busca por uma sociedade democrática com a criação de políticas voltadas à comunidade negra. A própria Socorro França, participou da construção da Constituição Brasileira de 1988, representando a mulher negra e enquanto delegação na criação do Sistema Único de Saúde (SUS)¹²⁵. Logo, ao aliar a sua luta de gênero e de raça em sua trajetória profissional, Socorro França tornou-se uma das referências alagoanas através de seu compromisso com a saúde da população negra, sobretudo das mulheres negras e de fato, o seu percurso desde a sua atuação com a ACZ e em paralelo com o Movimento de Mulheres Negras.

O Movimento de Mulheres ele é importante e necessário pra vida do Movimento Negro, é importante pra vida do Movimento Negro nacional e mundial até. O Movimento de Mulheres Negras é necessário para o Movimento Negro geral e a gente teve que se separar pra gente crescer. Mas eles estão sempre precisando da gente, mas eles querem colocar a gente no segundo plano, como secretária e em outros casos quando é tesouraria é sempre o homem e vai ser sempre assim. (Socorro França, 2024)

¹²⁵ Criado pela Constituição de 1988 e oficializado em 1990 através da lei de nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Ver em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202409/sistema-unico-de-saude-comemora-34-anos-de-democracia-e-cidadania>> Acesso em: 29/01/2024.

No cenário alagoano, Socorro França esteve ao lado de outras mulheres na organização da União de Mulheres Negras de Maceió, um grupo que tinha como intuito visibilizar a luta negra feminina no Estado de Alagoas, posterior à cisão da ACZ na década de 1990. No entanto, essa articulação não durou muito tempo, pois, foi se diluindo com o Conselho da Mulher, de modo que as mulheres da União de Mulheres Negras iam levando suas demandas para o Conselho, fazendo com que esse novo grupo fosse tensionado com a criação de outros movimentos, como a proporção que o Conselho da Mulher teve ao promover o debate em torno do feminino.

A ACZ tinha acabado, mas a gente sempre se reunia no dia 20, a gente sempre juntava todo mundo para fazer o 20 na Praça dos Palmares aqui em Maceió e pra Serra. Aí quando foi um dia, a Elizete disse que era bom que a gente criasse um grupo de mulheres negras, daí a gente criou a União das Mulheres Negras e assim, tinha pauta essas coisas... só que ele não ficou muito bem visto pelas outras companheiras que já tinham sido da Associação Cultural Zumbi que era meu grupo, mas mesmo assim a gente tocou e continuou como grupo. A gente continuou... eu acho que a gente durou, a gente continuou... a gente fez reuniões, não tinha sede, a gente reunia junto com o pessoal do GG na Rua do Comércio, eu cheguei a ser a presidente, depois foi a Elizete – Elizete já faleceu – e assim... a gente não teve muito sucesso porque as mulheres estava em outros em outros movimentos, movimento social, movimento sindical e foi na época que surgiu os conselhos, era Conselho Municipal, era Conselho Estadual, era tudo... e o pessoal ficou muito ocupado. (Socorro França, 2024)

Na tentativa de tecer um novo movimento alagoano posterior à ACZ, mas com integrantes que faziam parte da entidade, especialmente as mulheres, para Socorro algumas ex-integrantes não gostaram desse novo movimento. Ainda de acordo com Socorro França sobre a União de Mulheres Negras de Maceió:

Porque a gente achou que era necessário já que não tinha mais a ACZ, a gente achou necessário fazer essa das mulheres negras, só que a Vanda não acompanhou, a Fátima não acompanhou que eu pensei que fosse acompanhar a gente, mas elas não acompanharam e elas eram companheiras da ACZ, aí ficou eu, a Elizete que era da ACZ, a Nicinha acompanhou, aí chamou as outras que vieram para uma reunião e depois começaram a faltar. Mas a gente continuou no Conselho da Mulher levantando as questões da União das Mulheres para dentro do Conselho, tanto é que a gente se reunia dentro do próprio Conselho da Mulher, nós mulheres negras de Alagoas sempre tivemos necessidade de estar organizada por conta das nossas vulnerabilidades, daí termina confundindo o movimento. Você vê como é difícil, terminou a gente confundindo a nossa militância com a militância do Conselho porque quando chegou a vez da gente dar amparo às prostitutas da Praça Pirulito que a gente levava pro conselho essa pauta, dizendo que a polícia estava castigando as mulheres da praça pirulito, a gente dava pauta, a gente discutia e aí se misturou as coisas, porque a gente era do Conselho e era da União das Mulheres Negras, entendeu? (Socorro França, 2024)

A Vanda Menezes ao falar sobre a União de Mulheres Negras, diz apenas que foi algo que “não teve muita repercussão” e de fato, talvez não tenha tido devido ao Conselho da Mulher. A União das Mulheres Negras foi uma tentativa de organização pós o fim da ACZ, articulado

por mulheres negras que também atuaram na entidade. Com o Conselho da Mulher, a estrela cadente que foi a União, infelizmente não teve tempo de mostrar a força feminina negra de Alagoas no que cerne o poder de articulação de um movimento próprio, para além do que foi a ACZ. Considerando a Jornada da Mulher Negra Alagoana em 1988, uma articulação que deu a visibilidade das militantes negras alagoanas com o amparo da ACZ para a realização e sendo um prelúdio que anunciava a busca e a necessidade de uma representação própria, infelizmente esse grupo que estaria se formando não deu continuidade, até certo ponto, até porque ao falarmos sobre representativa feminina e negra no Estado de Alagoas, são essas mulheres que são sempre lembradas e chamadas para eventos, entrevistas sobre suas experiências até os dias atuais.

Como também os homens negros, em especial, a figura de Zezito Araújo segue sendo aclamado com os mais jovens e demais militantes, tendo em vista a sua atuação desde a criação da ACZ até o seu trabalho na formação de professores da rede estadual de educação sob a perspectiva das relações étnico-raciais e na realização de palestras com a mesma temática e em especial, sobre o legado de Palmares que inclusive é tema do seu livro intitulado “*Quilombo dos Palmares: negociações e conflitos*” (2021), uma obra voltada para os estudantes e para a sociedade, com uma escrita clara e objetiva, transformando a complexidade sobre a história do Quilombo dos Palmares. São pessoas que seguem sendo referências para os movimentos negros e em especial, para os/as militantes negros/as de Alagoas que buscam manter o legado da resistência negra com a perspectiva da ACZ: aliando a luta antirracista sob a perspectiva ancestral das terras palmarinas.

Numa entrevista cedida para os historiadores Verena Alberti e Almicar Pereira (2005)¹²⁶, Vanda Barbosa em seu depoimento retrata a sua trajetória de vida desde a infância até a sua fase adulta, e nessa entrevista ela fala o quanto foi complexo inclusive, para ela, o motivo pelo qual a ACZ se desarticula devido à sobrecarga em que a diretora na época, Vanda Menezes, teve ao ter que arcar financeiramente para bancar o 20 de novembro. Segundo Vanda Menezes em entrevista à Alberti e Pereira (2005) sobre a ACZ:

Quando a gente pensou e decidi que teríamos uma entidade, um grupo para discutir e esse grupo teria que ser uma coisa escrita, com estatuto com tudo... Tanto que a gente passa de 1979 a 81, acho. Em fevereiro de 1981 é que a gente se constitui – 1980, por aí, não tenho absoluta certeza – em uma organização com estatuto, passado em cartório, tudo. Era responsável pelo 20 de novembro, éramos a referência. Depois surgem outras entidades, alguns dissidentes da nossa fazem outra entidade. E depois começam-se muitos grupos culturais: bandas, grupos de capoeira, de dança afro. Mas tendo sempre na Associação Cultural Zumbi o porto seguro. Porque éramos nós que

¹²⁶ BARBOSA, Vanda Maria Menezes. Vanda Maria Menezes Barbosa (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

íamos para o embate político. Discussão política era com a Associação. Tanto que ela se desarticula nos anos 90 e a gente até hoje não tem uma entidade do Movimento Negro com a articulação política como a gente teve. (Vanda Menezes, 2005)

Quando pontuado por Vanda Barbosa sobre o início da ACZ ter sido algo mais genérico, orbitando o foco na luta antirracista, isso pode ter sido um possível motivo para a não visibilidade das pautas das mulheres negras, o que posteriormente gerou a busca na participação de algumas dessas mulheres da entidade em eventos feministas de outras regiões.

Ao questionarmos Vanda Barbosa acerca da União de Mulheres Negras de Maceió, ela até citou alguns nomes como Janilce e Elizete – essa última também citada por Socorro França – mas confundiu-se com a União de Mulheres de Maceió (UMMA) que também foi uma organização feminina fundada no ano de 1982, tendo um viés mais feminista, mas não racial, sendo esse grupo fomentado por mulheres brancas. De acordo com Adrícia Bonfim (2022) a constituição da UMMA teve como proposta a “luta das mulheres por igualdade de gênero e pela democracia [...] as mulheres alagoanas passaram a se organizar partindo de seus lugares enquanto mulheres, tendo suas próprias reivindicações e performando identidades coletivas a partir do gênero” (Bonfim, 2022, p.39). A UMMA não foi citada por nenhuma de nossas entrevistadas, apenas Vanda Menezes vagamente fala sobre o grupo.

A primeira entidade feminista é a UMMA, União de Mulheres de Alagoas que foi constituída com Alba Correia [*citou outras pessoas, mas foi inaudível*]. Foram muitas as companheiras do PCdoB, eram mulheres do PCdoB que eram feministas. Taís era da Universidade, Alba Correia também da Universidade. [...] A UMMA que tinham mulheres brancas né, era construído por mulheres brancas, a Alba era negra, mas tinha a Inês, muitas mulheres. Eu fiz parte da UMMA, era muito forte, imprimiu a questão do feminismo, trabalhou muito. Mas tinha muita coisa contra... ela se negou a estar no Conselho da Mulher quando a gente constituiu o Conselho. (Vanda Menezes, 2024)

A pioneira quando se trata de entidade feminista de Alagoas, a UMMA, foi articulada e debatida entre as integrantes as suas pautas de gênero a partir da iniciativa das mulheres que já vinham de uma militância política partidária, inclusive, ambientadas junto com a ACZ no cenário da ditadura militar. No entanto, devido à sua principal bandeira de luta ser voltado ao gênero, em especial, às mulheres cis gênero, as militantes da ACZ em nossas entrevistas não demonstraram ver uma referência na UMMA da mesma forma do que a ACZ foi para elas. Embora a ACZ tenha sido uma entidade política e pioneira no Estado de Alagoas quando se trata da luta antirracista e que consequentemente, a raça tenha sido a principal bandeira levantada e não o gênero, as mulheres negras viam na ACZ uma abertura maior no sentido de atuação e articulação, embora fossem minoria, suas provocações e atividades foram essenciais para o que a entidade se tornou: uma referência política negra que se propôs discutir sobre as

relações étnico-raciais tendo como característica o olhar para uma ancestralidade afro-alagoana através da resistência contra colonial do Quilombo dos Palmares.

A respeito de um dos momentos mais marcantes para a ACZ, o tombamento da Serra da Barriga, todas as entrevistadas enfatizam o misto de felicidade, emoção e reconhecimento dos anos de trabalho e articulação fruto do compromisso dos integrantes da entidade para com a realização de um projeto político que foi trilhado durante anos para a sua efetivação. Vanda Menezes, por exemplo, em nossa entrevista, relata sobre a complexidade de estar articulada à um movimento social principalmente porque no início da década de 1980, ela já estava há um ano sendo agente policial e posteriormente perita criminal.¹²⁷

A gente corria da polícia e eu era da polícia e tinha que mais correr ainda da polícia, por não saber que eu tava no movimento. Porque a gente tava na ditadura, anos 80, era ditadura braba e eu já tava na polícia e eu corria da polícia para não me descobrirem né? então... assim, a gente era normal, normalíssimo... fazer o 20 subir, o 20 fazer aquilo tudo éramos nós, não tinha essa história do governo sabe, a Serra da Barriga não é palco para governo, eles tinham que só ir lá prestar conta do que faz para a população negra do Estado, fora isso, não tinha que tá lá, a festa é nossa, é um lugar de contemplação no lugar de receber força, energia de Zumbi dos Palmares para seguir na luta, é isso que eu faço quando eu subo. (Vanda Menezes, 2024)

Vanda Barbosa em uma entrevista cedida para Verena Alberti e Amilcar Araújo no ano de 2005, relata um pouco mais sobre as estratégias utilizadas por ela e pelos integrantes da ACZ quando os policiais procuravam por ela:

Eu era da polícia na época, já. E a ditadura continuava. A polícia ia muito lá na Associação, saber se eu era parte dela. Claro que todo mundo me escrachava... [riso] Eu me escondia no banheiro e só ouvia as misérias que eles diziam de mim, quando perguntavam [...] Porque eu era da polícia e eu não podia participar da sociedade civil – a polícia achava isso, na década de 70. Nos anos 80 ainda tinha essa coisa. Meu irmão trabalhava no instituto de identificação e lá eu era comunista – na minha ficha tinha que eu era comunista. Então, a polícia ia muito no movimento negro saber se eu fazia parte. E claro que todo mundo dizia que não. “Não, ela é reacionária!” Me escrachavam. Eu dizia: “Vocês aproveitam para meter o cacete em mim.” [riso] E eu ouvindo lá, escondida. Eles me escondiam, não podiam saber, senão eu ia ser punida. Eu ia pichar a parede de madrugada. Não podia pichar à luz do dia porque, se a polícia passasse iam dizer: “Como é que a policial está pichando o muro?” (Vanda Menezes, 2005)

Em nossas entrevistas podemos perceber que todas as participantes entrevistadas presenciaram diretamente as violências da ditadura civil-militar, seja na fase infantil ou até a fase adulta, são mulheres que tiveram que (re)existir de diferentes maneiras para que pudessem

¹²⁷ Inclusive, numa entrevista cedida aos historiadores Verena Alberti e Amilcar Araújo (2004), Vanda Menezes afirma ser a primeira mulher negra Presidenta de um Sindicato de Polícia Civil no país. Ver em: BARBOSA, Vanda Maria Menezes. (depoimento, 2005). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 35min).

sobreviver. Apesar de terem presenciado familiares e amigos sendo presos como Ângela Brito relatou, vemos Socorro França falando sobre o desaparecimento de amigos e tendo que andar armada para não ser violentada e não se relacionando afetivamente também como estratégia e por fim, ironicamente, com Vanda Barbosa atuando na polícia e ao mesmo tempo na ACZ, e tendo que se esconder da própria polícia quando estava junto aos integrantes da entidade.

Neste sentido, a partir das experiências com outros movimentos sociais, na ACZ e especialmente com o Movimento de Mulheres Negras, as suas pautas naquele momento se aproximavam das demandas levantadas pelas militantes de outras regiões. O debate sobre questões específicas, foram, inclusive, enfatizadas nos encontros e eventos que nós mencionamos no primeiro capítulo dessa pesquisa, pois, até a realização do I Encontro de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em 1988, as militantes negras trilharam caminhos para que suas vozes fossem ouvidas e suas demandas apresentadas, fazendo com que chegassem até o evento nacional que marcou o Movimento de Mulheres Negras. E em diálogo com o feminismo negro, a presença de intelectuais brasileiras enquanto integrantes desses movimentos, foram importantes para a difusão desses marcos da década de 1980.

Em nossas entrevistas nós questionamos as principais pautas que eram consideradas importantes e quais elas levantaram naquele contexto. As demandas apresentadas por elas foram semelhantes entre si, como a violência, racismo, machismo, feminicídio, saúde, mortalidade de jovens, aborto etc. O que nos chama a atenção é a articulação visível entre os movimentos de mulheres negras a partir de temas específicos que eram apresentados, como por exemplo, a empregada doméstica, Socorro França foi a que abordou sobre o tema:

Outra pauta que a gente pedia muito que dentro dos movimentos de mulheres era que – já aconteceu – que era o reconhecimento da profissão da empregada doméstica com carteira assinada, outra era a creche que ainda hoje, ainda continua a gente não conseguiu ainda né, pras crianças, pra mãe trabalhar de escola de tempo integral para os para os maiores pra mãe. Outra coisa que a gente pedia muito era que os homens trabalhadores que fossem presos, a família deveria receber uma ajuda do governo para não passar fome. Porque ele tava preso e não tava trabalhando...o direito das presidiárias amamentar, era uma pauta que a gente tinha na época, outra também que ela tivesse direito do tratamento de câncer que eles não permitiam que ela saísse para fazer tratamento de câncer [as presidiárias]. Eu até eu fiz parte do Conselho de Execução Penais e uma vez eu denunciei isso ao juiz lá essa questão, e a própria violência doméstica, a questão do aborto, a gente sempre defendeu. (Socorro França, 2024)

As pautas levantadas pelas militantes alagoanas são concomitantes com o que vimos no primeiro capítulo quando nos debruçamos a analisar os eventos de mulheres negras, logo, essa coexistência entre as abordagens, demonstra uma articulação muito bem construída e estabelecida entre esses grupos, pois, conforme as realizações dos encontros, mulheres negras

de todo o país movimentavam-se – e continuam se movimentando – na busca de uma sociedade equitativa.

Em nossa análise das narrativas das militantes negras da ACZ sobre as suas principais demandas, percebemos que a participação de Vanda Barbosa e Socorro França foram fundamentais para a transmissão do que houve nos eventos participados fora do estado alagoano. Neste sentido, percebemos que Ângela Brito não teve uma participação considerável nesses encontros devido aos seus compromissos profissionais que faziam com que ela não pudesse se desdobrar e experienciar os eventos, no entanto, não desconsideramos sua contribuição para a ACZ, pois reconhecemos a sua importância tanto para a entidade e mesmo posterior a ela, até porque Ângela Brito segue desenvolvendo projetos relativos à saúde da população negra e se mostra sempre muito aberta para dialogar sobre sua trajetória de vida e de contribuir com novas pesquisas sobre a temática. Além disso, devemos considerar que mesmo com o trabalho, ela tinha uma responsabilidade com a escrita de projetos da ACZ. Ângela Brito aponta os nomes de Vanda Barbosa, Socorro França, Fátima Viana e Elizete, como as militantes que mais se deslocavam para participar de eventos femininos.

3.6 O LEGADO DOS MOVIMENTOS NEGROS

A oralidade enquanto ferramenta ancestral difundida nos grupos afro-brasileiros, percebemos o quanto os militantes da ACZ, a entidade que nos propomos a pesquisar, reconhecem essa forma de transmissão de conhecimento como um elemento estratégico de nossos ancestrais. Em nossa entrevista com Socorro França em um determinado momento ela pontua sobre o significado dessa prática e o que ela simboliza para a ACZ:

A gente tem uma história assim muito, muito bonita de organização. É por isso que a gente, nós negros, estamos sempre aqui aquilombando. Quando você me procurou, alguém lhe indicou, que disse não sei o que e vai dizendo... as pretas velhas fazia isso, esse contato, isso é coisa de preto entendeu? Esse contato que sai costurando e a outra vai aceitando e vai ajeitando e vai chegando até a outra, é como se fosse uma rede e vai chegando, chegando até onde a pessoa quer tá entendendo? Aí você vai construindo né. Uma situação a partir desse contato, eu acho que a gente nunca deixou de ser quilombo entendeu? por conta dessa construção, dessa união da gente. (Socorro França, 2024)

Nos aproximando para o final da entrevista, questionamos às nossas entrevistadas o que para elas seria o maior impacto do Movimento Negro, com o intuito de compreender o que para elas a luta dos movimentos negros impactou na sociedade brasileira. O projeto de nação defendido pelos/as militantes negros/as, desde as suas constituições, denunciava a violência voltada à população negra e o quanto as suas vidas também importavam. O lema pelo “Bem Viver” tornou-se algo bastante discutido e evidenciado pelos movimentos sociais negros e

principalmente por mulheres negras. Quando questionamos às nossas entrevistadas sobre o que elas acreditavam ser as principais contribuições do Movimento Negro, Vanda Menezes afirma o seguinte:

Eu acho... veja bem... As pessoas questionam muito a gente, teve uma reunião agora de um projeto aonde uma companheira diz assim: “a gente não tem um projeto político pro país” e eu não tive condição de aprofundar isso com ela porque as pessoas querem sempre o que é instituído pela academia, pela branquitude, pelas questões eurocêntricas, o modo de vida e de luta do povo negro é diferente. Se instituir a lei de cotas, imprimir ela e mesmo com todas as dificuldades principalmente de permanência, agora até no acesso, porque os brancos querem ser negros para entrar, se isso não foi um projeto de nação, eu não sei o que é um projeto de nação. Se conseguir que o IBGE assuma que pretos e pardos é igual a negro e hoje temos 56.2% da população negra, eu não sei o que significa projeto. (Vanda Menezes, 2024)

A trajetória da luta dos movimentos negros em torno da superação do racismo na sociedade brasileira foi/é pautada na construção de políticas afirmativas para a população negra. A política de cotas, como bem pontuado por Vanda Barbosa, é resultado do trabalho das entidades negras que desde o final dos anos de 1970 até o início dos anos 2000 – quando foi instituído a lei 10.639/03 – visando a discussão em torno da educação e de como ela é uma ferramenta para a descentralização eurocêntrica vista nos conteúdos dos livros didáticos e inserindo a cultura afro-brasileira como referência. Nesse sentido, a inserção do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no ensino fundamental e médio, objetiva-se a necessidade da inclusão da luta antirracista e principalmente da história de resistência da população negra visibilizando a perspectiva da diáspora africana considerando as articulações e sociabilidade negra como contra narrativa ao sistema colonial.

Com ênfase na educação, o Movimento Negro, constituído inclusive por intelectuais negros e negros, contribuíram com as experiências e suportes teóricos sobre a identidade negra, corroborando com o que o Movimento Negro estava buscando: o foco na educação como forma de combate ao racismo. Nilma Lino Gomes em “*O movimento negro educador*” (2017) afirma que alguns dos ativistas buscaram formações através da graduação e pós-graduação visando se aprofundar na perspectiva étnico-racial, a partir das contribuições de Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Clóvis Moura etc.

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas. (Gomes, 2017, p.33)

Com a busca de uma intervenção no exercício da lei, a década de 1990 foi um “palco de efervescência social, política e econômica nacional e internacional” (Gomes, 2017, p.33) devido à reforma constitucional que a América Latina estava passando após o período autoritário com a ditadura civil-militar vigente em meados do período de 1960 a 1980, de modo que os movimentos sociais buscavam possibilidades de construção de uma sociedade democrática. Se em 1988, as ações ficaram em torno do marco do Centenário da Abolição, sete anos depois, houve o Tricentenário da Morte de Zumbi com a Marcha Zumbi dos Palmares 300 anos, no dia 20 de novembro de 1995 em Brasília/DF, na gestão de Fernando Henrique Cardoso (Rios, 2012, p.55). Com atividades espalhadas por todo o país, essa articulação tecida pela militância negra tinha como finalidade protestar e reivindicar a luta contra o racismo, pela cidadania e a vida (Rios, 2012), buscando de forma direta requerer “a ação urgente do Estado brasileiro contra as desigualdades raciais e pela melhoria das condições de vida da população negra” (Carneiro, 2005, p.2)¹²⁸. Essa marcha, teve como marco oficial as primeiras ações governamentais focadas no povo negro, bem como a pavimentação das políticas de ações afirmativas para a população negra. Segundo a filósofa e escritora Sueli Carneiro “depois do centenário da Abolição, das ações, das marchas [...] por conta do centenário, a marcha Zumbi dos Palmares pela cidadania e a vida, de 1995, foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo.”¹²⁹

Um ano após a marcha de 1995, no ano de 1996, às vésperas do dia 13 de maio foi realizada a Marcha Noturna pela Democracia Racial¹³⁰ nas ruas de São Paulo/SP, criado por um grupo de cerca de oitenta pessoas, incluindo a participação de organizações negras. Fundado pela advogada Maria da Penha Guimarães, a marcha, além da denúncia ao racismo, evidenciava a consciência de uma nova configuração entre o movimento negro e o Estado (Rios, 2012). Para a Marcha Noturna, os protestos indicavam as mudanças da sociedade brasileira como fruto das diversas mobilizações negras pelo país, além da importância do Tricentenário da Marcha Zumbi dos Palmares como demonstração de força das entidades negras no combate ao mito da democracia racial (Rios, 2012).

Bem como a peregrinação até a Serra da Barriga em União dos Palmares/AL, prática tecida pelo Movimento Negro de Alagoas desde 1980 e que até os dias atuais segue sendo

¹²⁸ A fala de Sueli Carneiro sobre o Tricentenário de Zumbi em 1995 e posteriormente sobre a Marcha Zumbi+10 em 2005, está inserida no Boletim Toques Criola com edição e redação de Jurema Werneck em 2005.

¹²⁹ Entrevista cedida aos historiadores Verena Alberti e Almicar Araújo (Rios, 2012, p.50 *apud* Alberti; Araújo, 2007, p.345).

¹³⁰ Naquele ano, o protesto foi incorporado ao calendário turístico da cidade, por iniciativa dos seus ativistas, tendo-se difundido por outras cidades paulistas. (Rios, 2012, p.67)

praticada, no dia 16 de novembro de 2005, realizou-se a Marcha Zumbi+10, analogia aos dez anos da I Marcha em Brasília. Questionada se houveram mudanças nesses dez anos, Sueli Carneiro afirma que positivamente e negativamente, pois, o racismo ainda é existente e é responsável pelas mortes de homens negros por armas de fogo e pelas mortes de mulheres negras no período gestacional, esses exemplos, são violências evitáveis (Carneiro, 2005). Mas, por outro lado em sua afirmação positiva sobre os avanços após dez anos, a filósofa acredita que houve uma melhora no sentido de que o Estado e os governos reconheceram a sua própria responsabilidade perante o racismo.

Vem daí a criação de diferentes órgãos governamentais que têm a responsabilidade de agir contra o racismo e as desigualdades raciais – e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, ligada à Presidência da República, é o exemplo mais contundente. E há diferentes órgãos, coordenações, departamentos, em diferentes esferas de governo e também nas Universidades e nas ongs. E isto é uma conquista nossa! É claro que há muito a ser feito, há muita mudança ainda para realizar, nas políticas e nos corações e mentes. Ainda falta muito para mudar a nossa vida cotidiana. Mas demos um passo adiante. (Carneiro, 2005)

Além disso, destaca-se o alto quantitativo de mulheres negras nesse ato em questão, pois, mesmo após a intensidade da década de 1980 com a criação de entidades femininas negras, na década 1990, o Movimento Negro ainda limitava e combatia a liderança feminina (Carneiro, 2005), mas, que novamente a força da mobilização de mulheres negras mostrou-se presente em mais um marco da história da luta política negra no Brasil.

Desse modo, o projeto de nação elaborado pelo Movimento Negro através da educação teve êxito devido à intensidade das atividades nas décadas de 1980 e 1990 voltados para o campo pedagógico sob a perspectiva racial. Com as atividades político-pedagógicas realizadas pela ACZ na década de 1980, nossas entrevistadas afirmam que as ações da entidade fazem parte da rede de mobilização que as entidades negras realizaram e que precederam a promulgação da lei 10.639/03 e que, apesar das dificuldades de aplicação dos projetos, considerando o cenário de Alagoas em 1980, sua mobilização impactou até os dias atuais, seja em torno da trajetória da Serra da Barriga ou com a presença dos/as militantes negros/as da ACZ nos espaços acadêmicos e escolares propondo debates acerca das relações étnico raciais e sobre o legado de Palmares.

A atuação brilhante do Movimento Negro de Alagoas, destacado dessa maneira por Ângela Brito, relaciona-se ao trabalho desenvolvido pela ACZ, pois mesmo com a maioria de seus integrantes serem militantes e que tinham suas profissões, conseqüentemente isso impactava no tempo limitado para a participação nos compromissos da entidade, ainda assim dentro de suas realidades, buscavam alternativas para intuir nas terras alagoanas a luta pela

superação do racismo e a herança ancestral em torno das terras palmarinas. Em nossa entrevista com Socorro França, ela relata sobre essa dificuldade em aliar o trabalho e a militância:

Olhe, a gente tinha problemas porque a gente era profissional, tinha que buscar tempo pra militância, a gente tinha problemas financeiros para acompanhar os movimentos, quando tinha viagem a gente tinha que fazer rifa para conseguir dinheiro, muitas vezes a gente tem que se alojar na casa de pessoas que às vezes a gente nem conhecia, era muito humilhante. A gente ia nas firmas, nessas empresas pequenas, pedia parlamentar, a deputado aí pedia a deputadas, as deputadas eras mais compreensíveis às mulheres entendeu? Para poder a gente conseguir ir para os encontros e aqui em Maceió o impacto maior era ajustar a carga horária. As reuniões a gente botava as reuniões à noite quando a gente chegava nas datas assim no 8 de março, aí a gente queria fazer uma mobilização, aí caía na semana, aí faltava o trabalho, aí a gente queria ter o maior número possível de mulheres na rua e a gente não tinha... aí a gente torcia para cair no sábado/domingo para poder fazer a mobilização. Então a gente tinha dificuldade, mas a gente conseguia, a gente conseguia trazer as mulheres e negociava com os patrões para pagar aqueles dias em trabalho. A gente sempre teve dificuldade de organizar por conta da dupla jornada, da tripla jornada, levava criança pra jornada, a gente nunca teve assim... apoio interessante que a mulher se organiza, ela não tem um apoio nem de casa, da família, a gente não tem apoio dos próprios parentes porque ele não entendem que você tá lutando por uma causa justa, eles acham, a família acha que você tá vagabundando para fazer besteira... (Socorro França, 2024)

Sobre a realização de atividades/eventos da ACZ, Ângela Brito abordou sobre o aspecto financeiro da entidade e de como os militantes tinham que “dar um jeito” mesmo com o dinheiro recebido às vésperas das ações promovidas:

O Memorial Zumbi na época era o financiador de todas as atividades que se fazia no Movimento Negro, então nós escrevamos projetos e com toda aquela parte financeira né? E então mandamos para Brasília, o projeto se aprovado ou não, geralmente era aprovado às vezes é... a verba chegava na véspera, a gente enlouquecia mas fazia as atividades e sempre trazia gente de fora, gente da Bahia, gente de Manaus, gente de Recife, o movimento negro aqui era efervescente, era assim algo fora de série. Então centralizava todas as atividades... Nós embora não fôssemos muitos e muitas, nós centralizamos, nós marcávamos reuniões e enviávamos e-mail naquela época. O NEAB era o centro da Associação Cultural Zumbi do Movimento Negro, o movimento negro, era na época somente a Associação Cultural Zumbi. Então era assim que nós trabalhávamos, o Memorial Zumbi tinha uma relação muito forte conosco porque nosso movimento era respaldado pelo NEAB né e por consequência o Memorial Zumbi se valia dessa nossa relação para ter uma... uma como é que vou dizer... [pensativa] um referencial bem forte conosco né. Então era uma... uma parceria bem grande bem forte. (Ângela Brito, 2024)

Os desafios dos/as militantes da ACZ giravam em torno dos compromissos em aliar o trabalho e a militância, a condição econômica da própria entidade que não recebia apoio financeiro – somente para a realização do 20 de novembro e quando conseguiam, às vezes era um dia antes da execução do evento – os obstáculos para a aplicação de projetos políticos-pedagógicos nas escolas, em especial, na comunidade de Múquem em União dos Palmares/AL devido aos empecilhos da gestão política do contexto que problematizava a ação do projeto e, não podemos esquecer que a existência do movimento negro de Alagoas emergindo e atuando em pleno período autoritário, de fato não foi uma tarefa fácil resistir por mais de uma década,

mobilizando-se, cada um de uma forma para a solidificação de um grupo político antirracista e na construção de políticas voltadas para o povo negro.

3.7 AS TERRAS PALMARINAS COMO LEGADO ANCESTRAL

Propondo-se como a primeira entidade política antirracista de Alagoas, a Associação Cultural Zumbi contou com a participação ativa de homens e mulheres negras que visibilizaram a emergência do debate racial na sociedade alagoana. O exemplo do sistema social do Quilombo dos Palmares evoca o olhar para o passado, tendo o reconhecimento das práticas negras construídas através de culturas, religiosidades, organizações sociais e políticas em oposição ao controle colonial, de modo que essa luta representou um dos maiores marcos da resistência dos/as escravizados/as no Brasil, um “fenômeno cultural de imensa expressão social” (Lindoso, 2008, p.19). O Quilombo dos Palmares formado por mocambos pluriétnicos, organizado socialmente através da reafirmação dos valores das culturas africanas (Araújo, 2021), tem como significado para a luta antirracista na contemporaneidade, a partir da perspectiva de um agrupamento em contraponto à dominação escravista e que organizado coletivamente, resistiu cerca de cem anos.

De acordo com o historiador e um dos líderes da ACZ em sua obra “*Quilombo dos Palmares: negociações e conflitos*” (2021), Zezito de Araújo aborda a presença feminina e de que forma seus papéis eram fundamentais para o sistema social e político dos mocambos, tendo em vista que “são as mulheres as transmissoras, para outras gerações, dos valores culturais e comportamentais criados e recriados no quilombo” (Araújo, 2021, p.61). Considerando a influência feminina, seja pelo matriarcalismo definido através da poliandria, as mulheres foram fundamentais para a formação e sobrevivência do Quilombo dos Palmares e apesar de serem minoria, a sociedade palmarina teve uma de suas líderes Aqualtune, que esteve à frente nas revoltas em um dos engenhos na Vila de Porto Calvo, dando início à organização do solo palmarino, “ao lado de seus dois filhos, Ganga Zumba e Ganga Zona” (Araújo, 2021, p.95), ao ter implantado o sistema organizacional do Quilombo dos Palmares, ela é vista como a fundadora da organização política e social palmarina.

O nome de Aqualtune, ao lado de Dandara, Ganga Zumba e Zumbi dos Palmares, além dos integrantes que compuseram a sociedade alternativa palmarina, é referência para os militantes da ACZ no período da década de 1980, pois foi o solo palmarino o grande impulsionador da atuação dessa entidade negra alagoana.

Neste capítulo, vimos as narrativas de três mulheres negras que atuaram ativamente na ACZ e por influência do feminismo negro, que fissurou as barreiras que as limitavam de um

debate maior que incluísse a realidade de gênero, as participações em encontros feministas negros foram fundamentais para a implosão dos discursos direcionados à centralidade masculina, sendo o gênero um dos apontamentos do Feminismo Negro ao identificar as violências raciais, de classe, gênero e demais categorias sobrepostas. Ao serem acometidas pelo feminismo negro e constituírem em seus discursos a importância do lugar da mulher negra na sociedade brasileira como uma questão urgente, isso causa uma fissura, assim como vimos no primeiro capítulo, a força disruptiva das jornadas e encontros realizados praticamente de forma anual na década de 1980, entre a criação de periódicos, como o *Nzinga Informativo* que marcou o cenário da época ao protagonizar as mulheres negras enquanto sujeitas ativas social e politicamente.

Em Alagoas, as militantes negras se propuseram a discutir sobre a pauta do gênero em eventos feministas de outras regiões, tendo em vista que haviam encontros praticamente coetâneos naquele contexto, bem como na criação da Jornada da Mulher Negra Alagoana que acreditamos ser o principal marco das feministas negras no Estado, em pleno ano do centenário da abolição e enquanto preparativo para o I Encontro Nacional da Mulheres Negras, a jornada foi crucial para evidenciar a mobilização das mulheres negras alagoana em diálogo com o Movimento de Mulheres Negras.

As entrevistas foram esclarecedoras e nos auxiliaram na construção de uma pesquisa que contribui para a historiografia negra de Alagoas sob a perspectiva feminina, pois, apesar da visível contribuição dessas e outras mulheres, vemos a invisibilidade de suas atuações nas produções antecedentes a este trabalho. As *yalodês* palmarinas, através de suas narrativas, abordaram sobre questões subjetivas que fazem parte de suas vivências enquanto mulheres negras, e através de suas experiências contribuíram para visibilizar as categorias de raça e gênero em Alagoas, sendo pioneiras em suas articulações junto a ACZ e a outros grupos posteriores à criação da entidade.

A partir do exposto, consideramos essencial a análise interseccional que realizamos sobre a Associação Cultural Zumbi devido à participação significativa das mulheres negras na entidade, sobretudo numa entidade que não se propôs a discutir o gênero inicialmente. Consideramos que com a atitude feminista das militantes que houve a inserção das discussões voltadas às suas especificidades, como na Jornada da Mulher Negra¹³¹ Alagoana, um evento

¹³¹ Consideramos que em nossa pesquisa contribuímos com o destaque dado à Jornada da Mulher Negra Alagoana, porém, acreditamos que num trabalho futuro poderemos nos debruçar utilizando-o como objeto de estudo, para que possamos contribuir com a historiografia alagoana acerca de um marco importante para a luta feminina negra alagoana.

que não foi pesquisado anteriormente, apesar de ser um momento fundamental para o feminismo negro de Alagoas, bem como em suas participações em encontros feministas de outras regiões.

Desse modo, através de nosso objetivo de pesquisa, acreditamos que as experiências contadas pelas entrevistadas expressam não só as suas trajetórias, mas a continuidade de uma luta fundamental para a sociedade que, apesar dos obstáculos, segue avançando com o auxílio das/os que vieram antes de nós, pois a referência de um passado marcado por saberes e resistências negras é a nossa ferramenta ancestral imbuída de axé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres Negras no Brasil da década de 1980 mostrou o seu poder de articulação e independência do Movimento Negro, pois, nascida do interior do MNU e de outras entidades negras, as militantes se propuseram tecer a sua entidade através de sua própria representação, não necessariamente desvinculada dessas entidades tendo em vista que, a luta pela superação do racismo é a premissa de ambos movimentos, todavia, a busca pela visibilidade das opressões de raça, classe e gênero foram impulsionadoras para a criação de um movimento próprio. A redemocratização brasileira, um cenário marcado pela busca da democracia e conquista de direitos, sendo os movimentos sociais em sua maioria, estiveram à frente representando também o desejo da sociedade civil – que estavam alinhados às ideologias da esquerda política – para o fim da ditadura civil-militar.

O surgimento de grupos, entidades, associações negras, em especial de mulheres negras, no início dos anos de 1980, suscitou no que viria ser uma das maiores organizações articuladas em prol da representação feminina negra, sobretudo na categorização de pautas específicas não reconhecidas por outras entidades. O resultado desse ponta pé inicial com a criação de grupos dentro do próprio Movimento Negro como o Conselho Nacional de Mulheres Negras no interior do TEN e da Reunião de Mulheres Aqualtune do MNU, ambos precedentes do período da redemocratização brasileira, buscavam mobilizar a participação de mulheres negras e refletir o seu baixo envolvimento na organização. É importante considerar que essas reuniões/conselhos de mulheres negras anterior à criação de representações específicas independentes, puderam existir devido às suas atuações nos movimentos negros, havia um apoio por parte do MNU para essa mobilização ainda interna e sem uma autonomia, algo que mudaria posteriormente.

Apesar da concentração de entidades no Sudeste e que estes foram fundamentais para a influência na organização de grupos em outros estados, a região nordeste no mesmo contexto, organizou-se e criou eventos e encontros em diferentes estados do nordeste brasileiro. Acreditamos que as organizações/eventos iniciais foram responsáveis pelo desenvolvimento de outras articulações futuras, pois impulsionaram outras regiões do país que também foram influenciadoras para a evolução do Movimento de Mulheres Negras. Inclusive, é importante frisar que a ideia da criação de um encontro nacional de mulheres negras foi pensado através do IX Encontro Feminista de Garanhuns/PE em 1987, algo significativo quando se fala em movimentação política para além de regiões como sul/sudeste que tiveram/tem relevantes marcos de mobilizações políticas mas que não necessariamente é o único espaço de organização política feminina negra.

A longevidade desses grupos/eventos ao longo da década de 1980 foram essenciais para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em 1988, pois, as pautas levantadas pelos grupos e levadas aos eventos foram somadas e levadas até o I Encontro Nacional. Neste sentido, os eventos preparatórios como o IX Encontro Feminista de Garanhuns/PE (1987), o I Congresso Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres na Bahia (1988), a Jornada da Mulher Negra Alagoana (1988) e o II Encontro de Mulheres Negras da Bahia (1988), encontros realizados em três estados brasileiros da região nordeste, foram precedentes ao I Encontro Nacional e, que dialogavam sobre o que viria ser construído para a realização do encontro nacional. Consideramos que outros estados e regiões também se articularam enquanto organizações femininas negras, mas que por limitação de pesquisa, não conseguimos inserir em nosso trabalho.

“O nosso lema deve ser organização já” muito bem descrito por Lélia Gonzalez (2020) ao falar sobre o Movimento de Mulheres Negras, evoca a necessidade de uma estruturação articulada por mulheres negras que estavam em busca de direitos e do reconhecimento de suas opressões, o que as possibilitaria uma maior visibilidade ao propor um novo movimento tecido por elas mesmas. Como nosso recorte parte do estado de Alagoas, a visibilidade das articulações nordestinas foi essencial em nosso estudo como forma de evidenciar determinados aspectos pouco abordados pela historiografia. Nosso desafio era de abordar a perspectiva feminina numa entidade expoente do Movimento Negro, a Associação Cultural Zumbi (ACZ) que influenciou diretamente num dos maiores patrimônios históricos brasileiros, o tombamento da Serra da Barriga em União dos Palmares/AL.

Acerca do nosso objeto de pesquisa que se entrelaça com a atuação da ACZ em Alagoas no período de 1980-1988, percebemos o quanto ainda é escasso as pesquisas sobre esse movimento negro alagoano. Em especial, sobre o evento da Jornada da Mulher Negra Alagoana (1988) que reuniu a participação de militantes negras da ACZ, sociedade civil e imprensa para discutir as especificidades da mulher negra, além de ter sido um preparativo para o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, foi o único evento sob a perspectiva feminina negra em Alagoas no mesmo período. Felizmente conseguimos abordar um pouco sobre esse evento de mulheres negras em Alagoas, no entanto, assim como este trabalho, nós não esgotamos a temática tendo em vista que ainda há diferentes abordagens possíveis para serem analisadas e contribuir com a historiografia alagoana sobre os movimentos sociais na perspectiva racial e de gênero.

Buscando nos aproximar das experiências das militantes negras da ACZ, as entrevistas com Ângela Brito, Socorro França e Vanda Menezes foram fundamentais para a execução dessa pesquisa. Foram falas comprometidas com a militância antirracista, de forma que as

entrevistadas se sentiram à vontade para relatarem sobre vivências que não necessariamente foram questionadas, mas que abertamente elas contribuíram e enriqueceram com narrativas e interpretações que nós não havíamos pensado. Como já abordamos anteriormente, o total de participantes para as entrevistas seriam de quatro pessoas, mas, infelizmente não podemos dar continuidade com a presença de Fátima Viana devido aos seus contratempos e, com relação à sua entrevista, pensamos que haverá a possibilidade do desenvolvimento de trabalhos futuros em que ela possa participar. Reconhecemos que por terem sido entrevistas realizadas de forma virtual, acabou por ser um obstáculo para a participação de Fátima Viana, tendo em vista que ela tinha como preferência o encontro presencial, no entanto, não houve a possibilidade de encontrá-la e enfim realizar a nossa entrevista em Maceió/AL. Apesar da pesquisa não ter sido contemplada com um auxílio financeiro, acreditamos que alcançamos o nosso objetivo ao mostrar narrativas de mulheres negras que partiram de lugares sociais divergentes, ao mesmo tempo em que as experiências são equivalentes, principalmente quando consideramos as categorias de raça, classe e gênero presentes numa encruzilhada que sobrepõe-se umas às outras.

Ao longo da existência da ACZ, a primeira entidade política antirracista de Alagoas impactou diretamente a sociedade civil da capital maceioense e da cidade de União dos Palmares e região, ao proporem a incorporação da perspectiva negra para denunciar o racismo e ao mesmo tempo desenvolvendo práticas político-pedagógicas visando a introdução do legado da sociedade palmarina no imaginário popular.

Assim como em qualquer luta coletiva, a ACZ enfrentou obstáculos ao exercer as suas intervenções políticas e culturais, inclusive, dentro da própria entidade houveram impasses que fizeram com que o grupo se reorganizasse. Neste sentido, os empecilhos enfrentados pela entidade, felizmente não fez com que a ACZ estagnasse, tendo em vista que sua cisão ocorre somente no ano de 1992, após catorze anos de atividades realizadas, atingindo o objetivo do qual a ACZ se propunha: (1) a discussão política sobre a causa negra; (2) o processo para o tombamento da Serra da Barriga e o Memorial Zumbi; (3) a realização de projetos pedagógicos em diálogo com as escolas; (4) as discussões sobre o 20 de novembro como uma data significativa para o povo negro ao invés do 13 de maio; e, por fim, (5) adotar o orgulho das terras palmarinas como solo sagrado de resistência negra.

A História de Alagoas escrita por mãos negras recupera o legado ancestral do que Zumbi dos Palmares – um dos líderes palmarinos – propôs: o desejo de luta e resistência. Encerramos este trabalho com o sentimento de dever cumprido ao darmos continuidade ao que nossos ancestrais um dia idealizavam e que hoje, séculos depois, desempenhamos através da luta

coletiva, o desejo daqueles que um dia sofreram na pele a submissão e a violência de um sistema perverso. Hoje, após grandes conquistas para a população negra, ainda seguimos na luta pela superação do racismo. Como bem afirma Beatriz Nascimento “não contavam os dominadores que seus dominados acumulassem não só sofrimento e miséria, mas também aspectos de sua cultura, inclusive seus vícios e virtudes (2021, p.45)”, nós também acumulamos força, conhecimento e memórias, fatores que nos conectam com nossa ancestralidade.

Penso que o solo do Quilombo dos Palmares é uma de nossas fortalezas, a fortaleza palmarina que nos faz olhar para o passado tendo como referência a resistência de homens e mulheres para que hoje continuemos seguindo. A nossa luta não acabou. Nossos ancestrais nos guiam, as nossas terras palmarinas são sagradas!

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. *História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral / Verena Alberti*. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO, Zezito de. *Projeto Palmares*. Cad. Pesq. (63), Maceió, nov/1987.

ARAÚJO, Zezito de. *Quilombo dos Palmares/ Zezito de Araújo*. – 2 ed. – Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2021.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-458, 1995.

BAUMGARTEN, Lídia; SILVA, Jonathan Vieira da. *Lugares de pedagogia e narrativas mestras sobre a ditadura civil-militar em Alagoas: o papel da aprendizagem histórica para a formação da consciência histórica / Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares (Org.)*. Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas. - Maceió: Edufal, 2024. 339 p. (Cultura, narrativas e trajetórias, v. 2).

BARBOSA, Vanda Maria Menezes. (*depoimento, 2005*). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 35min).

BARBOSA, Vanda Maria Menezes. *O movimento negro em Alagoas e o NEAB – UFAL*. Curso de Extensão Negras Conexões. NEABI/UFAL - live. 22/08/2020.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *O pacto da branquitude*. São Paulo : Companhia das letras, 2022.

BOLETIM INFOMATIVO. *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.

CAETANO, Janaína Oliveira; CASTRO, Helena Carla. Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 14, n. 27, p. 153-179, 2020.

CARNEIRO, Sueli. Nós merecemos este respeito! / Jurema Werneck (org.) *Toques Crioula*, Rio de Janeiro/RJ – Nº19, 2005.

COLLINS, Patrícia Hill. Reflexões e práticas de transformação feminista. Renata Moreno (org). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

CORREIA, Rosa Lucia da Silva. *Como os negócios dos palmares: uma nova história de resistência na Serra da Barriga* - AL. 2016. 251 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal

do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford law review*, v. 43, n. 1241, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, v. 10, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

CULTNE, Cultura Negra Desperta. *CULTNE – Primeiro Encontro de Mulheres Negras – 1988*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hs9wHf4tH68>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

DUARTE, Tâmara Elizabeth do Nascimento. *Memorial Zumbi: o movimento negro e o I Simpósio Nacional sobre o Quilombo dos Palmares (1981)*. 2023. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, p. 100-122, 2007.

ESCOBAR, Geanine Vargas. *Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)*. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas.

FRANCO, Irinéia M. *Zezito de Araújo: O Movimento Negro em Alagoas: Militância e História*. *Sankofa*, São Paulo: v. 4, n. 7, p. 107-114, 2011.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. A trajetória do Movimento Negro organizado e suas estratégias de superação do racismo na sociedade brasileira (1931- 2003). *LEOPOLDIANUM*, v.45, n.125, p.18-18, 2019.

Geledés: 30 anos de amor e luta pelos direitos das mulheres negras, 2018. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/geledes-30-anos-de-amor-e-luta-pelos-direitos-das-mulheres-negras>> Acesso em: 18/04/2024

GOMES, Flávio. *Palmares: Escravidão e liberdade no Atlântico Sul* / Flávio Gomes. – São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, Gustavo Manoel da Silva. *A cultura afro-brasileira como discursividade: histórias e poderes de um conceito* / Gustavo Manoel da Silva Gomes. – Recife, 2013. 183 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Dossiê, Política e Sociedade*, Santa Catarina, v. 10, n. 18, abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*. [S. l.], v. 9, p. 38-47, 2002.

GONÇALVES, Adilson José. A Ditadura das Imagens. In: *Revista Histórica* - edição nº 14. Arquivo Público do Estado de São Paulo, setembro de 2006.
Disponível: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao1>>.
Acessado em 19.08.2024

GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, p. 09-22, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* / (org.) Flavia Rios e Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Cristina de Fátima; CORRÊA, Lajara Janaína Lopes; ALVES, Cláudia de Oliveira. Nossos próprios passos: a organização das mulheres negras brasileiras ontem e hoje. *Revista da ABPN*, v. 14, n. 41, p. 287-305, 2022.

Jornada da Mulher Negra Alagoana, 1988 – (ACERVO NEABI/UFAL).

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOOKS, Bell. Alisando o nosso cabelo. *Revista Gazeta de Cuba*–Unión de escritores y artista de Cuba, p. 01, 2005.

Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado. *Entrevista Lélia Gonzalez*. Nº19 – maio/junho/julho de 1991.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* / Grada Kilomba. Tradução: Jess Oliveira. – 1ªed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMO, Rosália de Oliveira. *FEMINISMO NEGRO EM CONSTRUÇÃO: a organização do movimento do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1997.

LINDOSO, D. *A razão quilombola: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica* / Dirceu Lindoso. – Maceió: Edufal, 2008.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; DE MELO, Vico Denis Sousa. A colonialidade do poder e suas subjetividades. *Teoria e Cultura*, v. 15, n. 2, 2020.

MARINHO, Iara Fernanda. Análise do Discurso Francesa: alguns conceitos fundamentais. *COLINEARES*, v.6, n.1, p.35-45, 2019.

MARQUES, Danilo Luiz; CORREIA, Rosa; O Movimento Negro, o Neabi/Ufal e a implementação do programa de políticas de ações afirmativas da Universidade Federal de Alagoas (2003-2022). *Revista Escritas do Tempo*, v. 4, n. 10, p. 23-45, 2022.

MARQUES, Danilo Luiz. “Acorda, negra!!!”: a Associação Cultural Zumbi e a luta antirracista pela redemocratização do Brasil (Alagoas, 1979-1985). Pacto de silêncio: o golpe de 1964, a ditadura e a transição em Alagoas / Anderson da Silva Almeida, Marcelo Góes Tavares (Org.). - Maceió: Edufal, 2024. 339 p. (Cultura, narrativas e trajetórias, v. 2).

MNU JORNAL. *Entrevista Lélia González*. Nº 19 - maio/junho/julho de 1991. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf>. Acesso em: 09 jul 2024.

MORAES, Daniela Beny Polito; ALVES, Teodora de Araújo. Os códigos de Oyá – elementos simbólicos da Dança de Iansã no Afoxé Oju Omim Omorewá. *Urdimento*, v.1, n.24, p. 59-71, 2015.

MOTTA, Zezé. *O Significado de Palmares para a Luta Negra*. I Simpósio Nacional Sobre o Quilombo dos Palmares (1981). Acervo NEABI/UFAL.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, Niterói/RJ: EDUFF, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, n. 68, p. 46-57, 2005/2006.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. *Estudos avançados*, v. 18, p. 209-224, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. Memorial Zumbi: um informe à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) *Conselho Deliberativo do Memorial Zumbi. Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil* (org.) Elisa Larkin Nascimento - São Paulo: Selo Negro, (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira), 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. (org). Alex Ratts. Rio de Janeiro : Editora Zahar, 2021.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 12ª Edição. Campinas : Pontes Editores, 2015.

O que é Geledés. *Portal Geledés*, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>> Acesso em: 18/04/2024.

Pantoja, Selma. O ensino da história africana: metodologias e mitos – o estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi. *Revista Cerrados*, Brasília, v. 19, n. 30, p. 315-328, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270–283, 2011.

PEREIRA, Amílcar Araújo. "O Mundo Negro": a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em debate. *Historiografia brasileira em perspectiva*. Marcos Cezar de Freitas. (org.) 6 ed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007.

Rayanne, Villarinho Matias. Mesmo solo, novo status: A patrimonialização da Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares. Dossiê História e patrimônio na América Latina: Diálogos críticos *Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n. 23, 2023.

RIOS, Flavia; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. *Cadernos Adenauer*, n. 1, p. 25-45, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras de Bertioga a Beijing. *Revista estudos feministas*, v. 3, n. 2, p. 446-446, 1995.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a História Oral de mulheres. *História Oral*, v.8, n.1, p.299-42, 2005.

SANTOS, Carla Adriana da. *Ó Pa Í, Prezada! Racismo e Sexismo Institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. 2014.

SANTOS, Joel Rufino. Memorial Zumbi: conquista do movimento negro. *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil* / (org.) Elisa Larkin Nascimento - São Paulo: Selo Negro (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira), 2014.

SILVA, Iraneide, Soares. Caminhos, pegadas e memórias: uma História Social do Movimento Negro brasileiro. *Universitas: Relações Internacionais*, v. 14, n. 1, 2016.

SILVA, Fabiana Viera da. "Sob o Sol de Johannesburgo": o movimento negro brasileiro e a luta antiapartheid entre 1977 e 1990. Tese de doutorado (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP), São Paulo, 2023.

SILVA, Jeferson Santos. Um movimento negro em Alagoas: a Associação Cultural Zumbi. *Kulé-Kulé II: Visibilidades Negras*. Maceió: Edufal (2006): 96-105.

SILVA, Jeferson Santos da. *Cultura negra em Alagoas: uma construção de negritude*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2008.

SILVA, Luciana Juvêncio. *Construções da historiografia alagoana sobre a escravidão: um balanço crítico*. 2022. 97f. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia/AL.

SILVA, Tauana Olívia Gomes. *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)*. 2019. 528f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Programa de Pós-Graduação em História), Florianópolis/SC.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres* / Losandro Antonio Tedeschi – Dourados: UFGD, 2014.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. *Feminismos aprendentes saberes, afetos e rebeldias. Das margens: lugares de rebeldias, saberes e afetos* / Ana Maria Veiga, Vânia Nara Pereira Vasconcelos, Andréa Bandeira, organizadoras. - Salvador: EDUFBA, 2022.

VILLARINHO, Rayanne Matias. Mesmo solo, novo status: A patrimonialização da Serra da Barriga – Quilombo dos Palmares. *Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n. 23, 2023.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*, v.1, n.1, 2010.

GLOSSÁRIO

Abí Axé Egbé: Nasce a força da comunidade

Afoxé: Candomblé de rua

Axé: Força

Ayê: Terra/Mundo

Babalorixá: Pai dos segredos do Orixá (pai de santo)

Ilê: Casa

Itan: Histórias

Laroyê: Saudação yorubá à Exu, o mensageiro

Yabá: Mãe rainha

Yalodê: Dona do grande poder feminino

Yalorixá: Mãe dos segredos do orixá (mãe de santo)

Yorubá: Dialeto falado em algumas regiões africanas

ANEXOS

ANEXO A – ARQUIVOS DE IMAGENS

Figura 1 – Panfleto da Associação Cultural Zumbi

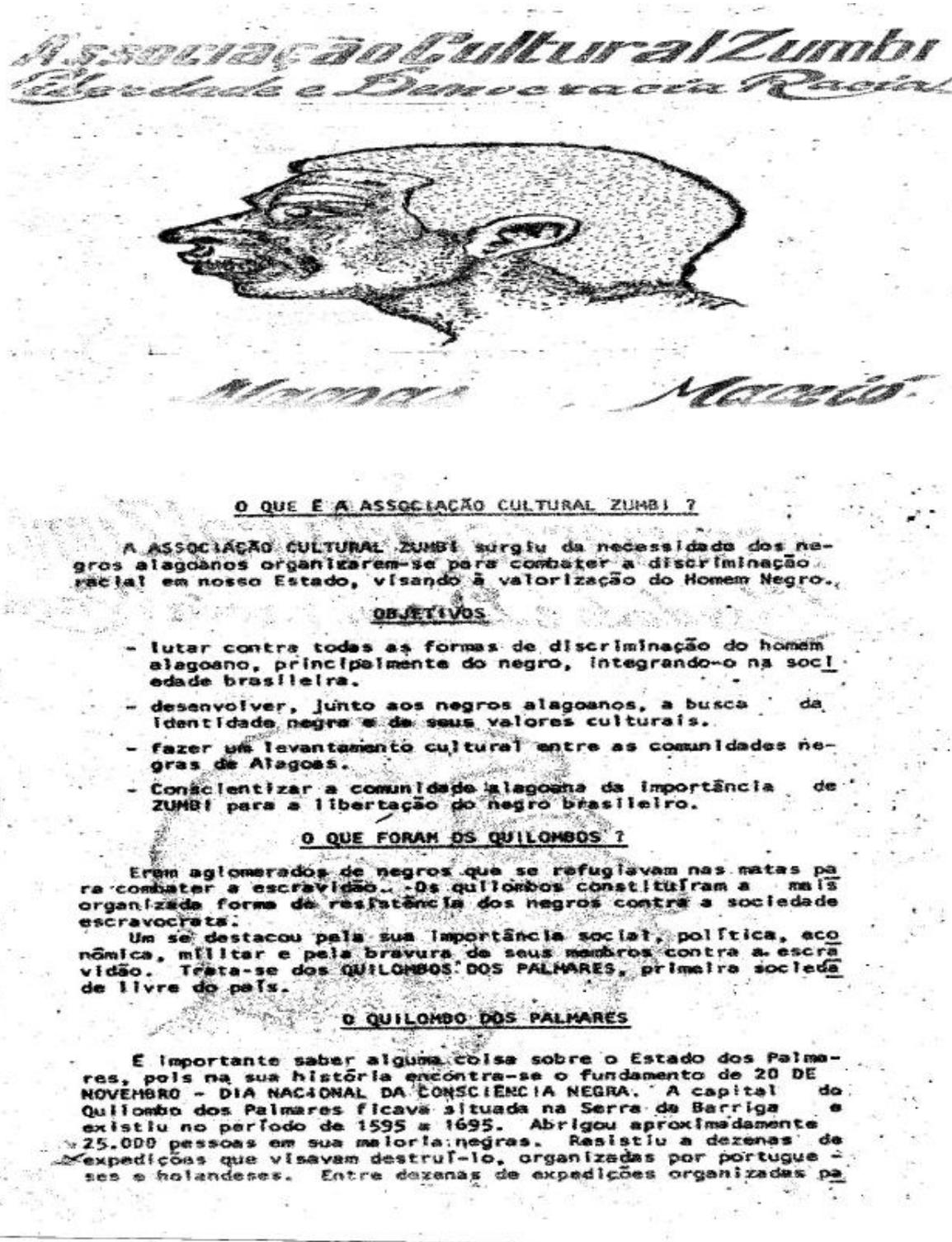
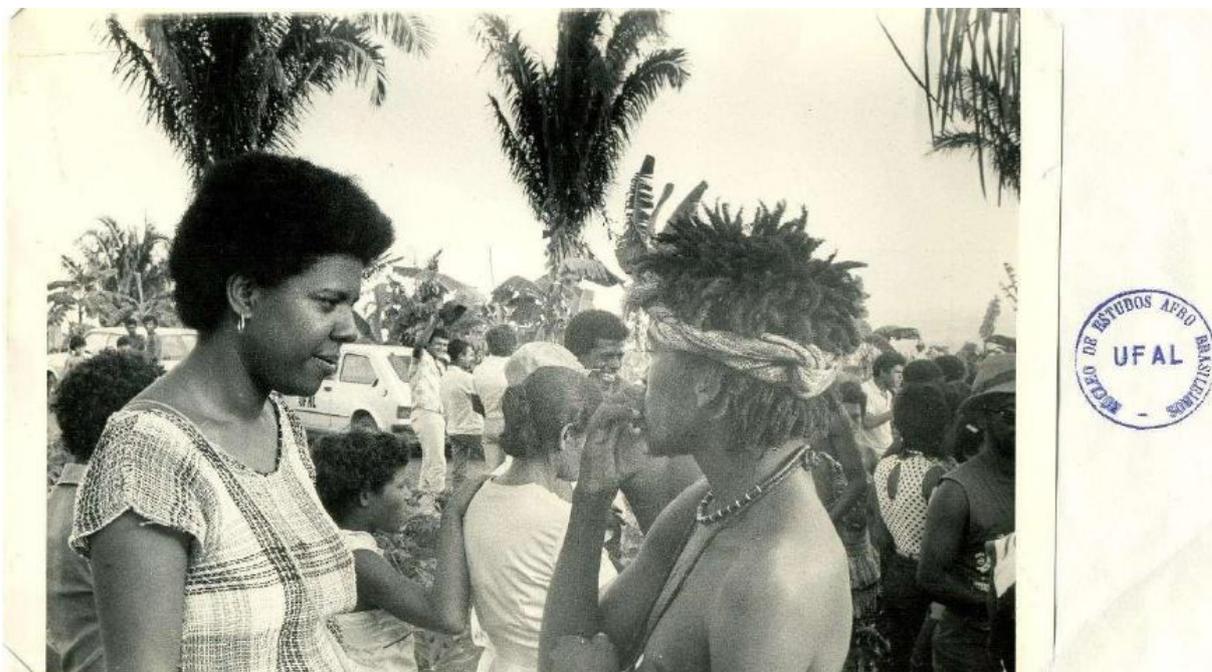


Figura 2 – Lélia Gonzalez na Serra da Barriga em União dos Palmares/AL – novembro, 1985



Fonte: Acervo NEABI/UFAL.

Figura 3 – Vanda Menezes na Serra da Barriga em União dos Palmares/AL – novembro, 1985



Fonte: Acervo NEABI/UFAL.

Figura 4 – Anexo do I Congresso Nacional de Entidades de Mulheres em Salvador/BA – agosto/1988

**■ MULHER ■ POR
UM MUNDO DE
IGUALDADE ■
CONTRA TODA A OPRESSÃO**

Mulheres de todo o Brasil reunidas em seu 1º Congresso Emancipacionista. Um novo momento, um novo patamar. Um avanço e uma resposta. Avanço nos rumos, resposta aos desafios da luta da mulher pelos seus direitos e contra a opressão social, econômica e política a que é submetida. Ao tempo em que a mulher cada vez mais toma consciência de sua opressão específica, compreende também que os caminhos de sua emancipação passam pela luta de transformação social, por uma sociedade progressista e libertária.

O lema do Congresso expressa esta aspiração e a criação de uma entidade nacional pode significar o passo necessário para torná-la realidade.

O 1º Congresso Nacional de Entidade Emancipacionistas de Mulheres será um espaço aberto a todas as mulheres dispostas a vencer os desafios para exercer os seus direitos como cidadãs e trabalhadoras.

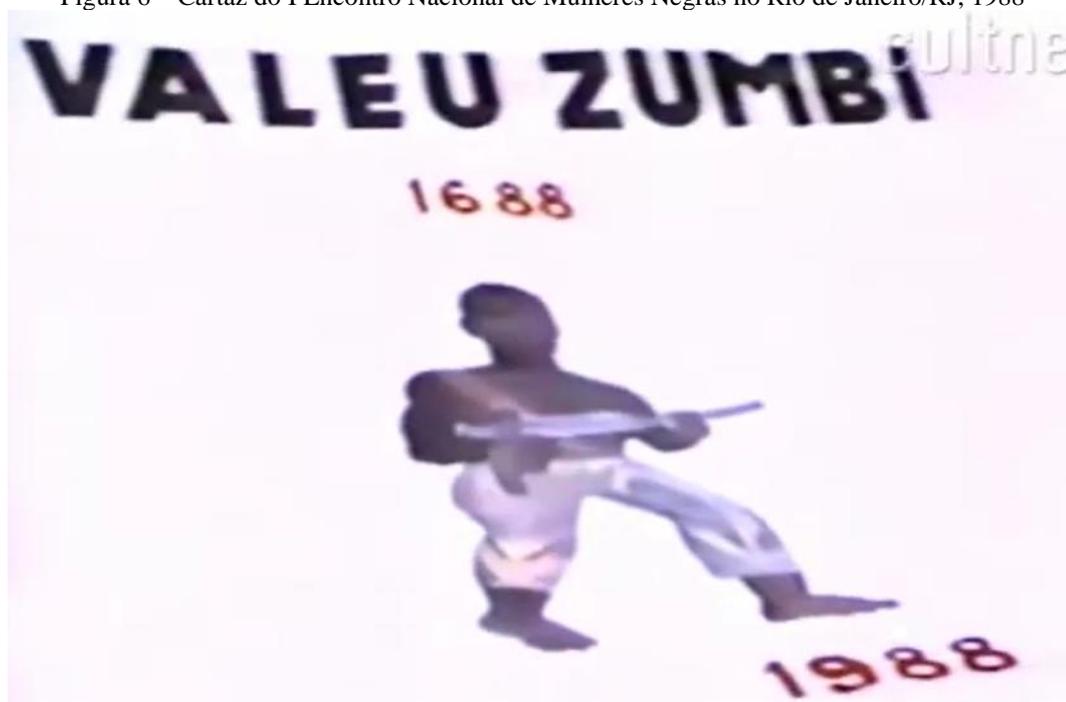
Fonte: Sistema Nacional de Informações (SNI).

Figura 5 – Cartaz do I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro/RJ, 1988



Fonte: Reprodução YouTube Canal Cultura Negra Desperta (CULTNE).

Figura 6 – Cartaz do I Encontro Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro/RJ, 1988



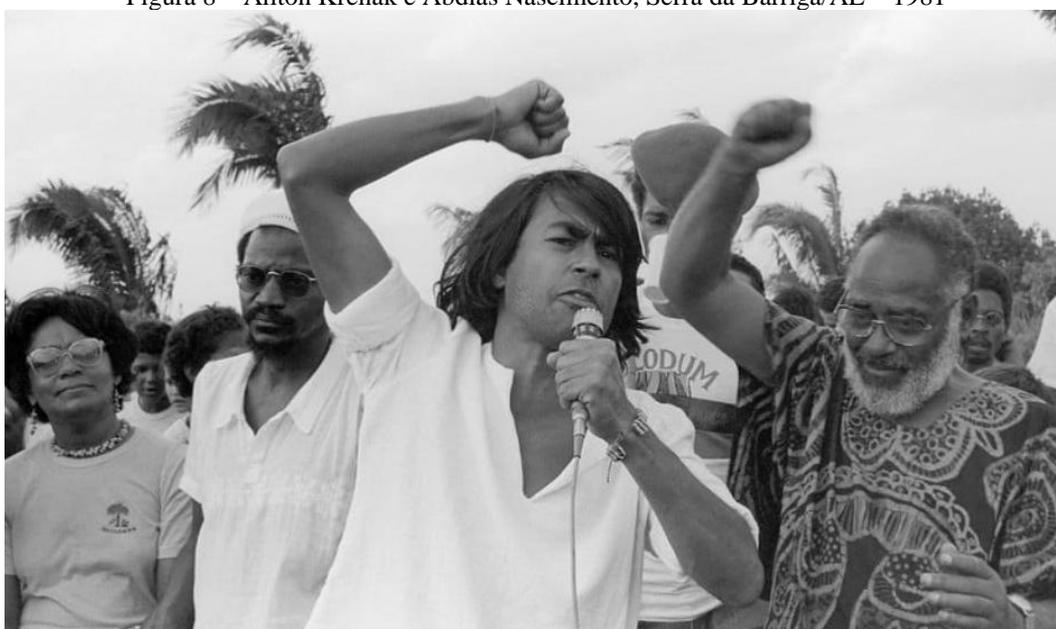
Fonte: Reprodução YouTube Canal Cultura Negra Desperta (CULTNE).

Figura 7 – Primeira visita a Serra da Barriga, agosto/1980



Fonte: Acervo Pessoal: Zezito Araújo.

Figura 8 – Ailton Krenak e Abdias Nascimento, Serra da Barriga/AL – 1981



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO).

Figura 9 – Carlos Moura e Lélia Gonzalez em Reunião do Memorial Zumbi, 1983



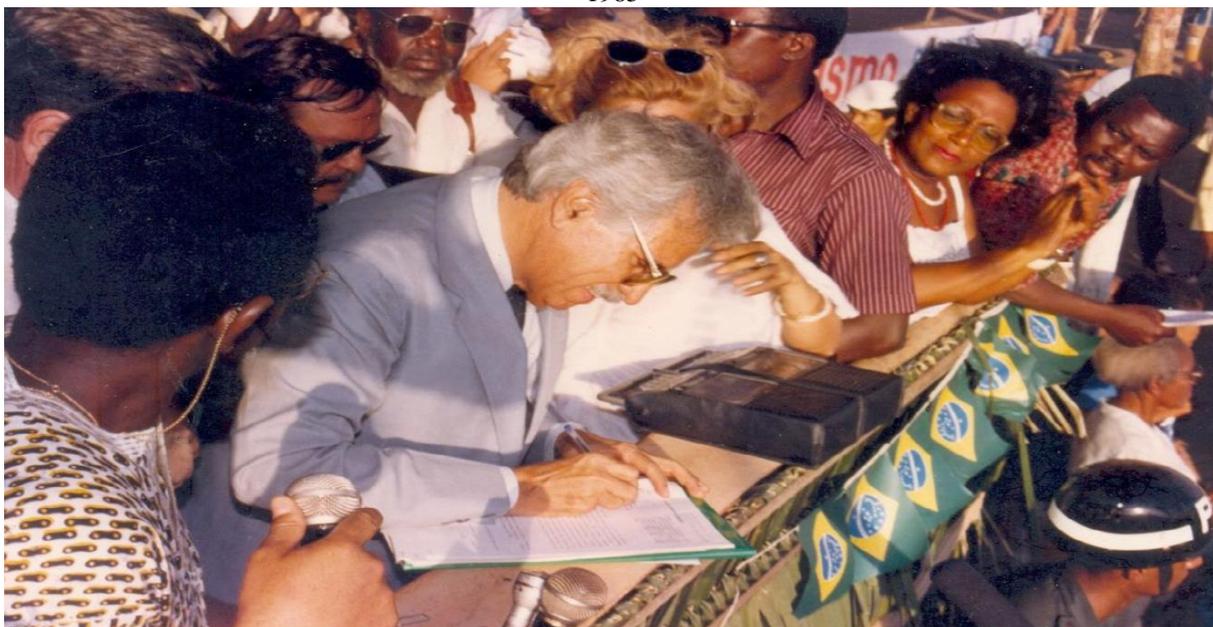
Fonte: Acervo NEABI/UFAL.

Figura 10 – IV Encontro de Negros Norte-Nordeste, Maceió/AL – 1984



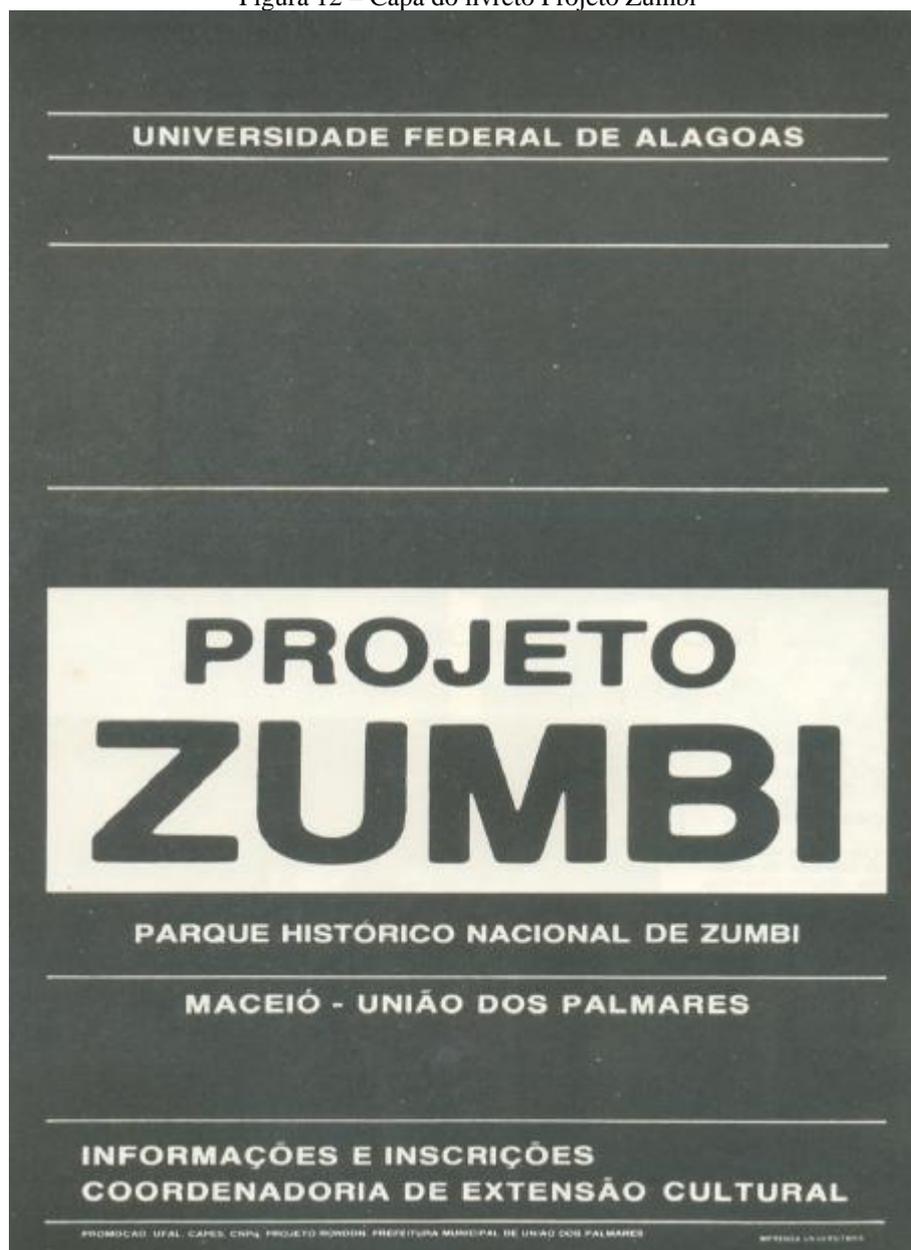
Fonte: Acervo NEABI/UFAL.

Figura 11 – Assinatura do Tombamento da Serra da Barriga pelo Ministro Aloísio Pimenta, Serra da Barriga em 1985



Fonte: Acervo Pessoal – Zezito Araújo.

Figura 12 – Capa do livreto Projeto Zumbi



Fonte: Acervo NEABI/UFAL.

Figura 13 – Abdias do Nascimento e Zezito Araújo, Maceió/AL – 1983



Fonte: Acervo NEABI/UFAL.